

Diário do Legislativo de 29/07/2000

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aauto - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 92ª Reunião Especial - Abertura do I Seminário Regional Interlegis do Sudeste

1.2 - 93ª Reunião Especial - Encerramento do I Seminário Regional Interlegis do Sudeste

1.3 - 94ª Reunião Especial - Realização da Teleconferência Segurança Pública: O Papel do Estado e da Sociedade Civil

1.4 - 158ª Reunião Ordinária Interrompida - Realização da Teleconferência Segurança Pública: O Papel do Estado e da Sociedade Civil

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Comissões

3 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

4 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

ATAS

ATA DA 92ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 3/7/2000

Presidência do Deputado Fábio Avelar

Sumário: Comparecimento - Abertura - Atas - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - 1º Paine: Composição da Mesa - Palavras do Senador Ronaldo Cunha Lima - Palavras da Sra. Regina Célia Peres Borges - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - 2º Paine: Composição da Mesa - Registro de presença - Palavras do Sr. Otto Luiz Vilela do Nascimento - Palavras do Sr. Paulo Fernandes de Souza Júnior - Palavras do Sr. Hércio Afonso de Almeida - 3º Paine: Composição da Mesa - Palavras do Sr. James Raymundo Menezes de Carvalho - Palavras do Sr. Alexandre Paiva Damasceno - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Gil Pereira - Agostinho Patrús - Carlos Pimenta - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Irani Barbosa - João Paulo - Márcio Kangussu - Maria Olívia - Rêmoló Aloise - Sebastião Costa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das duas reuniões anteriores.

Atas

- O Deputado Geraldo Rezende, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à abertura do I Seminário Regional Interlegis do Sudeste, cujo tema central é a nova realidade do Poder Legislativo. Nesta manhã, serão proferidas as seguintes palestras: "Apresentação do Programa Interlegis", "Abordagem Técnica das Áreas Componentes do Programa Interlegis" e "Formação da Comunidade Virtual do Poder Legislativo".

Palavras do Sr. Presidente

A Assembléia Legislativa de Minas Gerais - consciente da importância da questão municipal no contexto socioeconômico brasileiro - tem-se empenhado na interiorização de suas atividades. Por meio de encontros e audiências públicas que regularmente promovemos nas várias regiões mineiras, aproximamos este parlamento dos municípios, por entender que deles - como célula-mãe de nossa organização política - irradiam-se as manifestações da nacionalidade.

Nesse sentido, estamos sempre abertos a apoiar as iniciativas que robusteçam o relacionamento entre o Poder Legislativo e as unidades municipais. E é em consideração a isso que estamos dando nosso endosso ao Programa Interlegis, desenvolvido e administrado pelo Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal.

É, portanto, grandemente auspiciosa a realização, nesta Casa, do I Seminário Regional Interlegis - Região Sudeste. Temos aqui representados um grande número de municípios do nosso Estado, de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, todos eles, como nós, interessados na possível consolidação do Programa Interlegis como comunidade virtual do Poder Legislativo em nosso País.

Em outras palavras, estamos atuando como elo entre o Congresso Nacional e as Câmaras Municipais, nesse esforço concentrado para vincular ao Programa um número expressivo de edificações. Desse modo, teremos um Legislativo mais eficiente e informado; poderemos aprimorar a qualidade da legislação elaborada; aumentará nossa capacidade de fiscalização sobre o Poder Executivo; e, muito importante, será intensificado, por parte da sociedade como um todo, o acompanhamento de nossas atividades.

A postura do Legislativo mineiro sempre foi a de valorizar e utilizar efetivamente os recursos da informática no exercício de suas funções. Podemos afirmar, sem falsa modéstia, que fomos um dos pioneiros no processo de informatização legislativa no País e uma das Casas que mais avançaram nesse sentido. E é com satisfação que, depois de termos organizado, em 1997, o 2º ENIAL - Encontro Nacional de Informática Aplicada ao Legislativo, evento no qual o projeto Interlegis foi lançado, sediamos agora este primeiro seminário regional.

Na condição de Estado com maior número de municípios contemplados no Programa, Minas Gerais tem muito a dele usufruir, e esta Assembléia saberá dar o necessário respaldo para que tal fato ocorra. Esperamos, desde já, contribuir nos comitês técnicos do Interlegis, por meio da nossa Área de Informática e da Escola do Legislativo; no caso desta, aproveitando a sua vasta experiência na capacitação de agentes públicos municipais.

Como se sabe, o Interlegis é patrocinado, em partes iguais, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e por dotações próprias do Senado. O volume total de US\$50.000.000,00 permitirá o fornecimento gratuito às edificações de equipamentos, de sistemas e de treinamento. Em última análise, esses recursos provêm do contribuinte, o que aumenta nossa responsabilidade em bem utilizá-los. Trata-se de argumento ponderável para que os municípios brasileiros, por via das Câmaras Municipais, prestigiem o Programa.

É interessante observar como a utilização da tecnologia pode ajudar-nos no processo de fortalecimento do Poder Legislativo e, em consequência, do próprio sistema democrático. Para esse aspecto, pedimos a atenção dos que nos ouvem: o processo de interação entre o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, o Tribunal de Contas da União, as Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais - essencial à democracia plena - poderá ter no Interlegis um válido instrumento.

Verificamos, com satisfação, que o evento de hoje está sendo prestigiado por Vereadores, Deputados Estaduais e Federais, Senadores e servidores do Legislativo em geral.

A eles e aos demais participantes, bem como aos expositores que nos honram com sua colaboração, a mensagem de boas-vindas da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

Primeiro Painel

O Sr. Presidente - Neste momento, daremos início ao primeiro painel, com o tema "Apresentação do Programa Interlegis".

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Senador Ronaldo Cunha Lima, 1º-Secretário do Senado Federal e Presidente do Conselho de Supervisão do PRODASEN; Deputado Gilson Lopes, da Assembléia Legislativa do Espírito Santo; e a Sra. Regina Célia Peres Borges, Diretora Executiva do PRODASEN e Diretora Nacional do Programa Interlegis.

Palavras do Senador Ronaldo Cunha Lima

Sr. Deputado Fábio Avelar, que representa o Presidente desta Casa, Deputado Anderson Aduato; Deputado Gilson Lopes, da Assembléia do Espírito Santo; Dra. Regina Célia Peres Borges, Diretora Executiva do PRODASEN, Srs. Deputados, Vereadores, minhas senhoras e meus senhores, a Mesa do Senado Federal, sob a Presidência de Antônio Carlos Magalhães, elegeu o Programa Interlegis como uma das principais metas da nossa atual gestão. Como 1º-Secretário do Senado e representante de seu Presidente, sinto-me muito feliz por participar deste encontro, que o Deputado Fábio Avelar já resumiu com muita propriedade. Neste instante, reproduzo suas palavras, porque o Interlegis é a comunidade virtual do Poder Legislativo, consistindo numa rede de informação e comunicação entre os parlamentares de todas as instâncias, dos níveis federal, estadual e municipal. A ligação, como disse o Deputado Fábio Avelar, visa ao fortalecimento do Legislativo e, como consequência, da democracia. O Interlegis, segundo os expositores que irão ouvir daqui a instantes, procura integrar o Senado, a Câmara dos Deputados, as Assembléias e todas as Câmaras de Vereadores. Todas as Assembléias já aderiram ao programa, com exceção da de Mato Grosso. Creio que, em breve, ela também irá incorporar-se ao programa. Estamos realizando este encontro regional aqui em Belo Horizonte, com a participação dos Estados do Sudeste. Já o fizemos na Bahia e vamos fazê-lo na Paraíba na próxima semana, quando programaremos o encontro nacional, em Brasília.

Se possível, programaremos um encontro internacional, porque o Interlegis tem provocado a curiosidade de vários países, que mandaram representantes a Brasília para conhecer de perto o seu grande avanço. Estamos aproveitando os avanços tecnológicos para adaptá-lo ao fortalecimento do Legislativo brasileiro. É uma espécie de portal do Legislativo nacional. Com um simples "click", vamos resgatar discursos, pareceres, apartes, proposições, enfim, acompanhar toda a vida do Legislativo. É um avanço sensacional. Acompanho de perto esse processo, pois ele é a menina dos olhos da minha gestão como 1º-Secretário. Tenho a sorte de ter lá a Dra. Regina, que conhece profundamente a matéria e preside a Diretoria Executiva do PRODASEN.

Ela vai falar para mostrar como é bonito, interessante e avançado esse programa lançado pelo Senado. O Deputado Fábio Avelar resumiu com propriedade esse processo, principalmente em relação aos custos. Os equipamentos serão levados a todas as Assembléias e Câmaras de Vereadores do País. Cerca de 5.500 municípios estarão interligados à rede, por via da Internet, participando do programa, transmitindo comunicação e informação para o aprimoramento do Legislativo e o fortalecimento da democracia. Muito obrigado.

Palavras da Sra. Regina Célia Peres Borges

Exmo. Sr. Ronaldo Cunha Lima, 1º-Secretário do Senado Federal e Presidente do Conselho de Supervisão do PRODASEN; Exmo. Sr. Deputado Fábio Avelar, representante do Presidente desta Casa, Deputado Anderson Aduato; Exmo. Sr. Deputado Gilson Lopes, que nos honra com sua presença; Deputados, Vereadores, demais autoridades, servidores de casas legislativas, senhores e senhoras, é com muita satisfação que estamos hoje em Minas Gerais para apresentar o Programa Interlegis.

Vamos começar passando o vídeo institucional que mostra, de modo geral, a proposta do programa. Em seguida, dissertarei sobre detalhes dele.

- Procede-se à exibição de vídeo.

A Sra. Regina Célia Peres Borges - Vocês tiveram um pano de fundo contextualizando o que é o Interlegis, e, agora, vamos pensar no que levou o Senado Federal a desenvolver esse programa. Indiscutivelmente, o primeiro impulso foi a sensibilidade da Mesa do Senado Federal, presidida pelo Senador Antônio Carlos Magalhães, tendo o Senador Ronaldo Cunha Lima na 1ª-Secretaria. Todo o apoio tem sido dado não só a esse programa, mas também a todos os projetos das áreas de tecnologia, comunicação e atividades meio da Casa e aos que dizem respeito à atividade parlamentar legislativa.

Nós, os técnicos, temos recebido incentivo para refletir, pensar, implementar soluções que possam ser úteis ao desempenho parlamentar.

Do ponto de vista da motivação, vivemos um momento de redemocratização do País, em que aspectos como transparência, participação e incentivo à cidadania, com o parlamentar sendo dotado de um número maior de informações para tomar suas decisões e mesmo aumentar a eficiência das Casas Legislativas, têm sido uma tônica, porque é claro que, na medida em que aumentamos e fortalecemos a representação do cidadão, a representação do povo, temos uma democracia mais forte. O parlamento é a expressão máxima da democracia; assim, um parlamento forte significa uma democracia forte.

Todos esses aspectos ganharam um impulso muito grande com o desenvolvimento da tecnologia da informação, especialmente com o advento da Internet, ponto em que os recursos da informática se somam aos da telecomunicação, viabilizando uma integração mundial. Atualmente, com a troca de informações e a rapidez com que o conhecimento circula, as próprias relações da sociedade estão sendo mudadas. Por meio da Internet, podemos, por exemplo, fazer reuniões mesmo que as pessoas estejam distantes umas das outras; adquirir produtos; transmitir conhecimento, por meio das universidades virtuais que estão surgindo; fazer juntas médicas para proceder a uma cirurgia, com os especialistas estando em vários cantos do mundo. Enfim, o advento da Internet trouxe-nos infinitas possibilidades; tantas que nem conseguimos vislumbrar a todas em um primeiro momento.

Também para o Legislativo esse recurso veio trazer uma revolução. A rigor, todas as Casas Legislativas precisam tratar das questões de transparência e de maior acesso à informação, porque o parlamentar necessita basicamente de informação para cumprir o seu papel. Para criar leis, apreciar o orçamento e fiscalizar, ele precisa cada vez mais de informações. E, indiscutivelmente, a Internet traz grande facilidade para o acesso à informação. Há também as questões do uso da tecnologia para ampliar a competência nos processos de trabalho das Casas Legislativas e a possibilidade de o cidadão acompanhar a ação do parlamentar e de se comunicar com ele - de cobrar, sugerir, elogiar. Enfim, é com esse ciclo - transparência e participação - que há o fortalecimento desse processo.

Tudo isso nos levou a, como uma casa de tecnologia, refletir sobre a forma como essa tecnologia pode ser mais bem utilizada, não só pelo Senado, mas também pelo Poder Legislativo como um todo. Sabemos que há grande heterogeneidade do ponto de vista da capacidade e dos recursos das Casas Legislativas, neste País tão grande e com tantas diferenças sociais, culturais e econômicas. Assim, surgiu a idéia de buscarmos um organismo internacional. No caso, o Banco Interamericano de Desenvolvimento foi procurado pela Mesa do Senado Federal, e foi viabilizado um financiamento de US\$50.000.000,00 - metade do BID, metade de contrapartida -, para que pudesse ser implementado esse programa, que promete um grande benefício para todas as Casas Legislativas e, em última instância, para o cidadão brasileiro.

Bem, o que é esse programa? O Interlegis teve como motivação maior as possibilidades da tecnologia e delas se valeu, mas vai muito além da própria tecnologia - ela é a base, o instrumento pelo qual as informações poderão circular e a comunicação poderá ser feita. Mas, na verdade, o maior objetivo é o de criar uma comunidade virtual do Poder Legislativo. Sabemos que cada Casa Legislativa tem e deve ter sua independência, sua soberania, sua total autonomia - isso também é fundamental no modelo democrático em que vivemos. Porém, sem prejuízo dessa autonomia, é muito importante que haja uma troca de informações, uma comunicação entre parlamentares, entre técnicos das Casas Legislativas e entre os parlamentares e a sociedade. Cada Casa Legislativa vai procurando, por si, muitas vezes a duras penas, o desenvolvimento de suas soluções de organização, de suas soluções de informática e vai buscando treinar e desenvolver os seus recursos humanos, sendo que, no âmbito da atividade legislativa, uma lei elaborada em um município do Sul do País, por exemplo, pode ter enorme ligação com uma necessidade do Norte do País, no outro extremo. Assim, se houvesse o conhecimento de como foi aquela experiência ou a aplicação daquela lei, poupar-se-ia muito em tentativa e erro para achar o melhor caminho. Então, a possibilidade de troca e de simbiose entre as Casas Legislativas faz com que soluções bem-sucedidas nas áreas de organização, de melhoria dos processos de trabalho, de racionalização das atividades das Casas, de treinamento, de informática, de tecnologia e, especialmente, na área das atividades fim das Casas Legislativas possam ser reaproveitadas, com uma economia de escala na aquisição de programas de computadores, de programas de organização e de treinamento de pessoal. Todos esses elementos foram motivadores para se pensar nessa integração.

Então, como será essa base tecnológica, para permitir não só a busca de informações que subsidiem a atividade parlamentar, mas essa troca, essa simbiose, esse contato, essa integração com a sociedade? A idéia é que seja pelo uso da Internet. Mas, entre as Assembléias Legislativas, a Câmara Federal e o Senado, com a participação do TCU, será criada uma rede privada, de propriedade do Legislativo, pela qual os parlamentares, Deputados Federais, Estaduais, Senadores e membros do TCU possam se comunicar a qualquer momento.

Um aspecto fundamental dessa rede é que ela será dotada dos recursos de videoconferência. Todas as Casas Legislativas e Assembléias poderão se comunicar a qualquer momento, numa grande reunião. É o que estamos chamando de plenário virtual: Senadores e Deputados Federais terão condições de discutir problemas nacionais, regionais e partidários sem sair de seus Estados. Também os técnicos das Casas Legislativas poderão fazer reuniões para discutir a melhoria dos processos, a fim de que possam ser feitos treinamentos à distância. Poderão ser feitos, por exemplo, treinamentos sobre processo legislativo, técnicas de orçamento, elaboração da lei orçamentária, organização, informática, etc. Isso poderá ser feito sem que haja deslocamento dos servidores. É uma coisa fantástica o que isso representará em termos de economia. Também na área de comunicação, espera-se reduzir muito as despesas com correio, fax, papel, telefone. A redução de custos deverá ser muito grande, além do efeito principal, que é a melhoria do desempenho das Casas Legislativas.

A infra-estrutura a ser montada consistirá numa rede ligando Assembléias, Câmara, Senado e Tribunal de Contas da União com os recursos de videoconferência. Cada Assembléia Legislativa será dotada de uma sala - que está sendo chamada sala de multiuso - contendo de 15 a 20 microcomputadores, servidor de rede, tudo integrado numa rede interna e ligado a essa rede nacional. Essas salas serão usadas para desenvolvimento de tecnologia, transferência de tecnologia para os municípios, treinamento de pessoal e até para algumas atividades da própria Assembléia.

Algumas Assembléias já estão muito bem equipadas, e esse conjunto de recursos será um "plus". Outras Assembléias estão absolutamente sem recursos, e esse conjunto de equipamentos será a base da sua informatização, já que algumas delas ainda estão muito carentes.

Essa rede privada não tem como chegar às Câmaras Municipais, porque o custo seria exorbitante e inviável. Mas temos a Internet, através da qual será feita a ramificação para os municípios. É lógico que a implantação nos municípios será escalonada, porque não há como fazer em todos, de uma vez. Cada Câmara Municipal receberá um microcomputador, uma impressora, programas, treinamentos, antena parabólica e todos os recursos para a ligação com a Internet. Esse micro será de boa capacidade, podendo servir como um núcleo para a instalação de outros micros de menor capacidade, para se criar, a partir daí, uma rede nas Câmaras Municipais que queiram criar uma estrutura maior em termos de informática.

Falei sobre o programa do ponto de vista da estrutura. Teremos em Brasília uma sede para o Interlegis, que será a casa do parlamentar de todo o Brasil. Qualquer Vereador ou Deputado que chegar a Brasília encontrará um ambiente, uma estação de trabalho, e lá poderá dispor de assessoramento, poderá ligar, passar "e-mail", ter orientação sobre como transitar em Brasília e outras informações.

Quanto à concepção, quem são os participantes desse Programa? Temos Senadores, Deputados Federais e Estaduais, Vereadores, técnicos das Casas Legislativas - não só de atividades-fim, mas também de atividades-meio, de áreas administrativas e de recursos humanos - e a sociedade. Ela é parte da rede Interlegis.

A Interlegis dará cobertura e assessoramento a atividades na área de treinamento, tecnologia, recursos humanos, comunicação e informação, com a criação de um grande portal, um grande "site", contendo todas as informações sobre os parlamentares das Casas Legislativas de todo o País.

Gostaria de chamar a atenção para o aspecto de que esse Programa é feito por adesão. Não há nenhuma obrigatoriedade; cada parlamentar, cada Casa Legislativa deve se manifestar explicitamente. Hoje temos um grupo fazendo inscrições, para que passe a participar, sem nenhum custo, dessa grande rede.

Teremos mais detalhes com os colegas que falarão especificamente sobre cada subprograma.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Nesse instante, daremos início à fase de debates. A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas à expositora. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente. Para que possamos agilizar os debates, solicitamos aos participantes que desejarem fazer uso do microfone que se inscrevam previamente e que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, estando dispensada a formalidade das saudações pessoais.

O Sr. Presidente - Pergunta de Philipp Wege, da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, encaminhada à Dra. Regina Célia: "Há risco de o Poder Legislativo desaparecer futuramente, com a Internet, pela maneira obsoleta de atender às reivindicações da população, como é no presente momento, no caso da não-implantação de um programa como o citado?"

A Sra. Regina Célia Peres Borges - Philipp, eu não diria "desaparecer". A representação do povo é muito forte, mas, no que me cabe, a parte de tecnologia, vejo que, indiscutivelmente, ele tem essa oportunidade e possibilidade de se desenvolver, de se fortalecer, porque a representação vai se tornar quase direta. Hoje, o cidadão tem o canal direto para falar com o parlamentar, que também tem recursos para ouvir, auscultar uma gama imensa de eleitores, de cidadãos com essa possibilidade de racionalização do acesso ao grande volume de informação, podendo fazer uma representação mais sintonizada, influenciando melhor as expectativas e as necessidades da sociedade. Então, com certeza, com o uso da tecnologia, que hoje é uma realidade para nós - inclusive, no caso do Brasil, há uma forma pioneira, com recursos que já existem -, isso vai fortalecer, mas sobre "desaparecer", mesmo sem o uso, não acredito que seria o caso.

O Sr. Presidente - Há duas perguntas que são, mais ou menos, semelhantes. Vou ler as duas, Dra. Regina. Também parece que, naquele vídeo institucional, foi falado sobre isso, mas, de qualquer maneira, seria bom repetir, para reforçar. Seria a pergunta do João Zeferino Andrade Souza, da Câmara Municipal de Diamantina. Ele pergunta se a senhora saberia precisar em qual data os microcomputadores e as impressoras serão distribuídos às Câmaras. Há também a pergunta do Ricardo Costa, da Câmara Municipal de Nova Friburgo, Rio de Janeiro: "Qual o cronograma para a implantação do Programa nas Câmaras Municipais? Quais municípios serão contemplados primeiramente? São os que se inscreveram primeiramente ou há prioridade em termos de municípios com maior número de habitantes?"

A Sra. Regina Célia Peres Borges - João e Ricardo, esse financiamento foi vinculado a um rigoroso cronograma de execução. Então, a idéia é a seguinte: foi feita a previsão de se atingirem, nos três primeiros anos, 2.500 municípios. Por que, nesse primeiro momento, pensou-se em 2.500 municípios? Porque existem municípios muito pequenos onde não há comunicação, energia elétrica. Em alguns, não existe sequer a sede da Câmara Municipal. Então, analisaram-se aqueles que teriam, de pronto, capacidade para absorver essa tecnologia. Porém, esse número não é absoluto, porque é possível o remanejamento de metas para se ampliar o número de municípios, segundo sua capacidade para absorver a tecnologia.

Então, nos três primeiros anos, serão, em princípio, 2.500 municípios, podendo esse número crescer na medida das possibilidades dos municípios. Agora, no primeiro ano, são 600 municípios classificados pelo IBGE como municípios pólo, porque irradiam cultura, influenciam cada microrregião. Então, imaginou-se que, fazendo a implantação nos municípios pólo, esses ajudariam na irradiação para os demais municípios. A Assembléia Legislativa apóia a implantação no Estado, o município pólo apóia a implantação na microrregião. Então, foi essa a maneira de distribuir, abrindo a árvore, pensando isso como uma forma da racionalidade na implementação. Então, em termos de municípios, seria, nesse ano, atingir - já estamos em processo de licitação dos equipamentos - 600 municípios pólo. A partir do segundo ano, não está ainda bem definido qual é o critério, mas, com certeza, a ordem de inscrição será um fator bastante importante nessa distribuição dos micros. As Assembléias Legislativas, nesse primeiro ano, serão dotadas de todos esses recursos, a idéia é que a Mesa Diretora esteja inaugurando, em uma reunião plenária, no Senado Federal, no início do próximo ano, toda essa rede nacional, com todos esses equipamentos de videoconferência e já com 600 municípios instalados.

O Sr. Presidente - Dra. Regina Célia, estou procurando colocar juntas as perguntas semelhantes. Vou ler, então, quatro perguntas. De Leandro Aracate, da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro: "Qual o prazo máximo para a instalação e o funcionamento da Interlegis?". Acho que a senhora já respondeu a isso. Pergunta do Wellington G. Vitor, da Câmara Municipal de Capelinha: "Inicialmente, falou-se que os equipamentos seriam entregues às Câmaras no mês de julho. Essa proposta ainda está de pé?". Pergunta do Jackson M. M. Almeida, da Câmara Municipal de Guarulhos: "Dra. Regina Célia, há ônus financeiro para as Câmaras Municipais com a implantação da Interlegis?". Pergunta do Clemente Ferreira de Souza Neto, da Câmara Municipal de Pedra Azul: "Estando interligado à Internet, as Casas Legislativas estão expostas a invasores e a destruidores de bancos de dados. Como esse sistema seria protegido? Há possibilidade de falhas?"

A Sra. Regina Célia Peres Borges - Em relação à pergunta do Leandro, sobre a implantação, nós já colocamos a questão dos equipamentos, dos cronogramas. Há uma coisa que é muito importante colocarmos: equipamentos, programas, tecnologia é a parte mais fácil do Programa. A mais complicada e onerosa, por incrível que pareça, indiscutivelmente, é a mais fácil, porque o Programa tem um grande desafio, que é de todos nós, de cada um, a parte cultural, de conhecimento, treinamento, hábito de usar a informação, a tecnologia. Não há de se ter preocupação, porque a tecnologia assusta em um primeiro momento. A pessoa fala que isso é muito complicado, mas não é, é simples. O uso dos equipamentos, cada vez mais, é para conversação. Vamos estar preocupados com os cursos, seminários, encontros para desmitificar isso, mas essa busca de integração, comunicação, mudança de paradigmas será fundamental e é um trabalho de toda a comunidade que vai começar pelo primeiro ponto, que é o desejo de participar. Então, cada um de vocês que tiver contato com outros parlamentares, com outros municípios, outros técnicos legislativos conversem sobre Interlegis, levem essa notícia. A mídia pode nos ajudar muito nisso, contando o que é esse Programa, os seus benefícios, para que haja participação e o entendimento do que uma rede dessa natureza traz para o Legislativo e a sociedade. Esse é o maior desafio.

Quanto à questão do Wellington, se, em junho, vai ser implantado, eu digo que não. Infelizmente, estamos no processo licitatório, mas não teremos condições de estar com esses equipamentos disponíveis em junho. Nossa meta é para o final deste ano. Toda essa parte processual é custosa, ainda mais com financiamento externo, que é um procedimento muito peculiar.

Quanto à questão do ônus, em princípio, não há ônus; a Assembléia, a Câmara terá de disponibilizar espaço físico, recursos humanos para disponibilizar equipamentos; quando acabar a garantia, aí, sim, a manutenção dos equipamentos passará a ser por conta do Legislativo, como suprimento de papéis, disquetes, etc. O custo com equipamentos, com acesso à informação será por conta do Legislativo. Será muito incentivado o treinamento à distância, por micro, por videoconferência, com uso de disquete e todos os mecanismos. Também teremos custos presenciais, como esse tipo de treinamento que estamos fazendo hoje, mas tudo isso será sem ônus para a Casa Legislativa.

O colega de Pedra Azul fala sobre a questão da segurança. No Senado, temos uma preocupação muito grande com a questão da segurança, e já se desenvolveu muito "know-how" sobre isso. Hoje, ninguém pode falar que está imune a essas investidas, e temos sobrevivido a essas questões devido a um cuidado muito grande com a segurança de nossos dados, e esperamos trabalhar junto com as Câmaras dos Deputados e Assembléias dos Estados. Temos de estar sempre cuidando dessa proteção.

O Sr. Presidente - Temos uma pergunta do Sr. Fernando Elias dos Reis Costa, da Câmara Municipal de Lagoa Santa, minha terra natal, e muito obrigado pela presença de Lagoa Santa. A pergunta é a seguinte: "Essa egrégia Casa Legislativa tem conhecimento de que a Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, passou recentemente a taxar o acesso à sua página na Internet, regredindo no processo de democratização da informação?". Eu não posso falar em nome da Assembléia Legislativa porque estamos presidindo esta sessão, tenho conhecimento disso como parlamentar, mas não tenho a posição da Casa, não posso falar em nome da Casa, mas em nome deste Deputado; acho absurda essa medida. Vamos trazer esse assunto para ser debatido nesta Casa; realmente, temos de facilitar a informação, e isso que estamos vivendo hoje é um processo que visa facilitar, ao máximo, a informação; no vídeo institucional que vimos, há uma frase que marcou: diz que a falta de informação é a mais moderna forma de exclusão, e, por isso, temos de lutar para que seja evitado.

O Deputado Gilson Lopes - Dra. Regina, devido à dinâmica supersônica que vive o mundo da informática, vislumbramos que rotineiramente teremos de renovar os equipamentos. A quem caberá esse custo, uma vez que estamos em plena implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal?

A Sra. Regina Célia Peres Borges - Nesse primeiro momento, estamos fazendo com o financiamento, e o Programa terá um comitê gestor, do qual participarão as várias Casas Legislativas. Tenho a impressão de que o próprio BID, pelo carinho e pela crença que eles têm, pela importância desse Programa, que tem sido mostrado no mundo inteiro, tenho a convicção de que eles terão a boa vontade de desdobrar esse financiamento em outras etapas, vendo o sucesso desse Programa.

Existem outras maneiras de se conseguirem fundos e recursos para a gestão do Programa Interlegis; por exemplo, se tivermos todas as Casas Legislativas alimentando de informações esse grande portal, teremos um portal com informações de todos os municípios do País. Imaginem o que isso representa do ponto de vista do valor dessa informação. É lógico que a transparência, quanto mais puder ser gratuita, melhor, mas isso pode ser tratado e disponibilizado para entidades com algum custo que possa ser revertido; teremos de ver alguns aspectos que poderão ser disponibilizados, onde se poderão viabilizar recursos para a manutenção do próprio Programa. Ele está sendo implantado agora, mas é necessário pensar se cada Casa Legislativa passaria a ter algum tipo de participação. Existem muitas possibilidades a se pensar, como se desdobrar depois a sustentabilidade do Programa. O Espírito Santo vai sediar, no segundo semestre, o 5º ENIAL, que é o Encontro Nacional de Informática Aplicada ao Legislativo; quero cumprimentá-los por isso.

O Deputado Gilson Lopes - Agradecemos a resposta e estaremos lá, de braços abertos, aguardando todos os participantes dessa tão bela presença nacional, porque observa-se, Dra. Regina, que, quando se implementa um programa, os estudos terão de ser viabilizados para manutenção. O recuo que temos é que hoje as Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais estão passando por um processo de fiscalização do Ministério Público, e estão breçando todos os tipos de custos. Com a nova Lei da Responsabilidade Fiscal, ficamos recosos em virtude disso, mas, no encontro do ENIAL, com certeza, poderemos discutir melhor.

O Sr. Presidente - Dra. Regina, estamos com inúmeras perguntas, e gostaria de dizer que vou ler umas cinco de cada vez, pois estamos com problemas operacionais e teremos o "coffee break", no máximo até às 10h55min. Vou tentar ler algumas perguntas, e, se houver alguma repetida, a senhora poderá dizer que já respondeu a ela.

A Sra. Regina Célia Peres Borges - Se não for possível responder a todas as perguntas, o senhor pode passá-las para mim, e depois eu me comunico com as pessoas que as fizeram, por "e-mail" ou outra forma e procuro responder a todos.

O Sr. Presidente - Pergunta de Edna Irene, da Câmara Municipal de Raposos: "Gostaria de saber se haverá cursos básicos, através da Internet, de inglês e espanhol, para as Câmaras".

Pergunta de Fernanda Elias, da Câmara Municipal de Lagoa Santa: "Dra. Regina Célia, existem projetos tramitando no Senado que tornem obrigatória e efetiva a disponibilização de informação sobre a administração pública, em todos os seus níveis, possibilitando a fiscalização pelo cidadão, e que sejam coerentes, ao contrário da Lei nº 9.755?".

Pergunta da Câmara Municipal de Itapera, no Estado de São Paulo: "Existe a possibilidade da participação pública numa plenária virtual, quanto a projetos de lei de iniciativa popular; já existe meio legal para isso?".

Pergunta de Adailson Tutti, da Câmara Municipal de Tatuí: "Poderá o parlamentar acessar a Internet, por via da Câmara, de sua residência?".

Outra pergunta: "Quem pode e como inscrever as Câmaras Municipais?".

A Sra. Regina Célia Peres Borges - Quanto aos cursos básicos, é uma possibilidade, mas não é algo que está sendo desenvolvido nesse primeiro momento. A preocupação inicial está sendo com os cursos voltados para os processos de trabalho de uma Casa Legislativa, mas os cursos como inglês, português e outros, há possibilidade. Então, estão sendo criados comitês, dos quais participam vários Estados; o primeiro foi de tecnologia, e já houve uma reunião, haverá também treinamento para os demais segmentos do Programa Interlegis, e, então, se discutirão quais as necessidades, as demandas; se esses cursos forem uma demanda importante, deverão ser implementados.

Quanto às questões da obrigatoriedade da disponibilização de informações, da iniciativa popular, vai haver uma palestra de um colega nosso, o Hércio, e eu gostaria de passar essa parte para ele, porque tem estudado mais essas questões. Indiscutivelmente, a questão da obrigatoriedade da disponibilização da informação, cada vez mais, está sendo uma exigência da sociedade e do Legislativo em relação ao Executivo, pois, cada vez mais, o Executivo está disponibilizando matérias para o Legislativo. Esses dias, ouvi uma discussão, projetos de lei sendo iniciados, para que o SIAFI, que é o sistema que acompanha a execução orçamentária, seja disponibilizado para a sociedade. Então, eu não tenho, com precisão, quais são os projetos, em que pé estão, e podemos até verificar e passar para vocês. O Fernando, se tiver vontade de conhecer melhor isso, quando o Hércio vier, pedirei que entre em mais detalhes sobre isso.

Quanto à questão de se acessar da residência, é uma possibilidade. Hoje, os Senadores acessam as bases de dados e os sistemas do Senado de sua residência. À medida em que se implementarem os recursos nas outras Casas Legislativas, elas poderão, por via da Internet, também acessar.

Quem pode escrever à Câmara Municipal? O servidor pode preencher os dados, mas tem de haver o "de acordo" do Presidente da Câmara Municipal, para demonstrar o interesse institucional de se fazer essa adesão.

O Sr. Presidente - Temos mais três perguntas e há mais dez que encaminharemos para a senhora. Pergunta de Luiz Fernandes, da Assembléia Legislativa de Minas Gerais: "Dra. Regina Célia, sabendo que o maior desafio do Interlegis será a criação de uma comunidade virtual, como está sendo a participação das ONGs, associações, sindicatos, etc.? Como o PRODASEN está disseminando esse programa junto a essas entidades da sociedade civil?".

Outra pergunta: "O recurso inicial é somente para a preparação básica das Casas Legislativas? Como será feita a manutenção dos avanços tecnológicos? O que poderá ser feito para evitar que as informações fiquem defasadas?".

A última pergunta é de Gustavo, da Assembléia Legislativa de Minas Gerais: "Como o Programa INTERLEGIS prevê a atualização de equipamentos e programas que tornam-se obsoletos com uma velocidade impressionante?".

A Sra. Regina Célia Peres Borges - Quanto à questão do desafio, realmente, é verdade a criação da comunidade virtual. A grande meta é a sociedade civil participar do debate da estruturação dessa grande comunidade do Legislativo. Porém, ainda não demos muitos passos, como queremos dar, nessa direção.

A primeira fase do Programa foi voltada para o processo burocrático de viabilização do financiamento, mesmo porque, enquanto esse financiamento não fosse aprovado e assinado, não teríamos segurança de que ele seria implementado. Temos a estrutura no PRODASEN, voltada para a infra-estrutura tecnológica, a qual está cuidando de todas as aquisições de tecnologia. Temos também uma estrutura voltada para o desenvolvimento de "software", desenvolvimento e transferência de tecnologia, e uma estrutura para a formação da comunidade.

Para a formação da comunidade, pretendemos abrir a parte de comunicação, de informação, todo este conteúdo que deverá estar na base de dados; a parte de educação também é muito importante para o fomento dessa comunidade.

Tudo isso está em processo de gestação, mas ainda não conseguimos avançar muito. Volto a fazer um apelo no sentido de que este é um trabalho de todos nós, e temos de divulgá-lo. Haverá uma grande receptividade para todas as entidades que queiram participar, discutir, estar conosco nesses eventos e nessa implementação. Estamos a caminho, mas ainda não tão avançados nessa participação como gostaríamos. A mídia também terá papel importante, ajudando-nos nessa mobilização.

No que diz respeito à manutenção: como será a manutenção de "software", "hardware", da estrutura? Foi colocado anteriormente que há de se buscar o caminho para a manutenção do programa.

Quanto a informações, um dos pontos aqui abordados, não se pretende, centralmente, em Brasília, ter um processo de alimentação de uma grande base, que, obviamente, ficaria sempre defasado. Essa não é a forma legítima, autêntica de se fazer.

Na verdade, cada pequena unidade do processo legislativo, cada Assembléia, cada Câmara, cada parlamentar deverá ter sua página, deverá ser um agente que alimentará as bases de dados sobre sua atividade. O cidadão quer saber como o seu Vereador se colocou, o que ele pensa, o que está apresentando em termos de proposições, como é que ele atuou em relação ao orçamento. Assim como os Deputados Estaduais, Federais, Senadores, cada um tendo a sua página, o seu canal de comunicação com a sociedade. Cada Casa Legislativa, cada Câmara Municipal, cada Assembléia Legislativa, Senado, Câmara dos Deputados, todos terão seus "sites".

Hoje, é determinação da Mesa do Senado Federal que todas as ações geradas na Casa se tornem disponíveis para a sociedade. É a transparência total, não só pela presença de uma televisão, uma rádio, um jornal, uma agência de notícias, mas também por um grande portal, onde todas as matérias que tramitam no Senado, todos os discursos, toda biografia de parlamentar estará disponível. Na medida em que isso for acontecendo em cadeia, a atualização será em tempo real, automática. O Senador faz um discurso que ficará disponível na Internet. Uma matéria apresentada, um parecer, uma emenda ficarão disponíveis na Internet.

Essa atualização será feita em tempo real, ela será viva. Não será feita "a posteriori", num ponto qualquer, pois não funcionaria. É aquela história: aconteceu, virou notícia, está no ar.

Este, o desafio: que todos se informatizem, tenham a preocupação de dar transparência a seus atos. Assim, teremos uma base de dados plena, nacional, do processo legislativo, do

parlamento, do Poder Legislativo nacional.

Segundo Painel

O Sr. Presidente - Neste momento, damos início ao segundo Painel, com o tema "Abordagem Técnica das Áreas Componentes do Programa Interlegis".

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Otto Luiz Vilela do Nascimento, Chefe do Serviço de Infra-Estrutura e Tecnologia do Programa Interlegis; Paulo Fernandes de Souza Júnior, Chefe do Serviço de Desenvolvimento de Tecnologia e Produtos do Programa Interlegis; e Hércio Afonso de Almeida, Chefe da Assessoria Técnica do Programa Interlegis.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença em Plenário do Sr. Edson Sá, Prefeito Municipal de Alpercata.

Palavras do Sr. Otto Luiz Vilela do Nascimento

Sr. Presidente, Srs. Deputados, bom dia a todos. Estou representando a equipe do Programa de Infra-Estrutura Tecnológica do Interlegis. Farei uma breve apresentação sobre os seguintes tópicos: Rede Nacional Interlegis - RNI -; recursos previstos para as Casas Legislativas integrantes do programa; contrapartidas inerentes a essas Casas; ações em andamento na área de infra-estrutura e nossas metas.

O objetivo principal da área de infra-estrutura é equipar as Casas integrantes do programa, em suas instâncias federal, estadual e municipal, de recursos necessários à infra-estrutura de informática e comunicação para que possam se integrar em uma rede nacional.

A Rede Nacional Interlegis é constituída por uma rede de comunicação funcionalmente segura, gerenciável, buscando a qualidade dos serviços, seja através de recursos tecnológicos, seja através da implantação de cultura.

O modelo dessa rede subdivide-se em quatro sub-redes: sub-rede de dados, sub-rede de videoconferência, sub-rede de voz e sub-rede dos pontos de presença do Interlegis.

A sub-rede de dados tem uma topologia em estrela: o núcleo central do programa está em Brasília, possibilitando a parte de gerenciamento remoto e a implementação de uma política de segurança. O protocolo é padrão, TCPIP. Inicialmente, vamos trabalhar a 128K. Na medida em que implantarmos os nós e conhecermos melhor essa matriz de interesse de tráfego, poderemos ampliar essa velocidade.

Há os equipamentos inerentes ao UAM e LAM, no caso, as Assembléias, na Sala Multiuso; o serviço da rede de dados, inicialmente, correio eletrônico; os aplicativos a serem compartilhados pelas Casas, transferência de arquivos e Internet; e os serviços inerentes ao gerenciamento e à segurança da rede como um todo.

A sub-rede videoconferência tem uma topologia "fúmeigica", ou seja, os pontos interligando-se diretamente entre si, permitindo agrupamentos em um plenário virtual, reuniões partidárias, reuniões de temas especiais, de parlamentos especiais, enfim, possibilitando agrupamentos individualizados. O protocolo é o padrão, o H32-0 e o H331 ponto multiponto. Num terceiro momento, pretendemos entrar com um protocolo voltado para o padrão TCPIP, que é o H323. A velocidade 384 e 256, que é suficiente para termos uma qualidade de vídeo, ou seja, 30 frames por segundo. Os equipamentos inerentes à videoconferência-codex, multiplicadores e unidades centrais de multiprocessamento.

Os serviços são ligações ponto a ponto, multiponto, e as gerências de videoconferência, isso em termos de infra-estrutura. Obviamente, os produtos de videoconferência serão serviços, mas implementados por outra área dentro do programa.

Na sub-rede voz, teremos, em cada ponto das Assembléias e órgãos estaduais, pontos de voz. Num primeiro momento, como suporte a essa rede que está sendo implementada, a chamada voz de serviço. Já estudamos a possibilidade de implementarmos o serviço de voz, eliminando os custos de comunicação entre as Casas.

No protocolo padrão, a voz será analógica. Num primeiro momento, não faremos voz sobre IP; será por compressão. As velocidades serão de acordo com os padrões a serem adotados por cada fabricante que fornecerá os recursos para a voz, 8 ou 12 cada.

Entre os equipamentos, pretendemos disponibilizar em cada nó da sub-rede voz, um mini-PABX que possibilite, num primeiro momento, dependência dos PABXs existentes nas Casas, fornecendo quatro ramais estratégicos dentro da Casa. Num segundo momento, como vamos estudar a viabilidade do serviço de voz, haverá interconexão com os PABXs existentes, com o legado das Casas e também uma sub-rede de pontos de presença na rede Interlegis, assim denominados os pontos existentes nas Câmaras Municipais, que nos acessarão através da Internet, em (...), permitindo, em alguns casos, um acesso até entre as CPPs e as (...) de melhor qualidade e segurança. Esses casos terão que ser estudados um por um, principalmente em função dos provedores da Internet disponíveis na localidade.

O (...) será fornecido para que os pontos possam, através de uma única linha de escala, ter sua rede local acessando a Internet. Esse (...) é um equipamento conjunto de "hard" e "software" que vai permitir esse compartimento com uma única linha de escala. O (...) à Internet - o acesso, mascaramento de endereço, (...) HCP - talvez estudando um pouco um dos questionamentos acerca de segurança. A rede das Assembléias e órgãos federais é controlada por nós. Aí, sim, poderemos implementar, com os recursos tecnológicos, uma política de segurança ideal.

Já os pontos de presença na Interlegis dependerão de uma rede pública: a Internet. Por isso, teremos que trabalhar mais ainda no que diz respeito à cultura do que propriamente com os recursos tecnológicos, sobre os quais não temos controle. Para isso, pretendemos fornecer esses serviços - mascaramento, (...) e HCP, para tentar minimizar os problemas de segurança no ponto de presença na Interlegis.

Os recursos previstos para as Casas Legislativas: nas Assembléias Legislativas, são as salas de multiuso e as salas de videoconferência. Nos órgãos federais, apenas salas de videoconferência. Nas Câmaras Municipais, os pontos de presença na Interlegis, complementados com o treinamento associado a cada um desses recursos que serão colocados à disposição. As salas de multiuso, portanto, são constituídas por estações de trabalho - 15 a 20 -, dependendo do espaço destinado pela Casa. Servidores de rede: dois; uma impressora de rede; sistema de automação de escritório; sistema antivírus; modelagem de rede. Nesse caso, as (...) que serão montadas nas salas de multiuso serão modeladas pelo projeto, em toda a sua extensão tecnológica.

Acabamento estruturado e comunicação com a rede das Assembléias - salas de videoconferência: monitores de videoconferência, câmaras de vídeo profissionais, microfones, câmaras de documento, projetor e telão, sistemas de áudio, enfim, equipamentos profissionais de videoconferência.

Pontos de presença na Interlegis junto às Câmaras Municipais: receberão um servidor de rede através de um micro, com uma arquitetura similar, 256 mega de RAM, 10 giga de disco, equipamento suficiente para, em alguns casos, ser um complemento poderoso nas redes. Em outros casos, basta o "start" da própria informática nas Câmaras. Impressora com (...) de comunicação, sistema de (...) em seu escritório, sistema antivírus.

O treinamento associado cobrirá basicamente este conteúdo: rotinas, recebimento e aceite nas casas, equipamentos e configurações, sistema operacional, sistemas (...) em seu escritório, suporte e Internet. Num primeiro momento, esse é o conteúdo previsto para os treinamentos.

As contrapartidas das Casas com relação à infra-estrutura: as Assembléias Legislativas, nos termos de convênio devidamente assinado, regulamentarão, no estrito plano jurídico, essas relações de usos, recursos, a propriedade dos recursos, a manutenção após o período de garantia. Estamos licitando um período de garantia mínimo de dois anos, tempo suficiente para se estudar a manutenção.

Para ser mais rápido, vou passar à parte mais importante, que são as ações em andamento na nossa área. Estamos licitando o Edital nº 186/2000, da Rede, iniciando as visitas obrigatórias das licitantes participantes do certame às Assembléias, para conhecer a realidade das casas.

A previsão de assinatura do contrato é o início de setembro; a execução do plano de treinamento será no final de setembro; as instalações serão feitas no final de outubro, e o aceite final de toda a rede - é uma rede de muitos pontos - será no máximo em 2001. Ainda existirão aceites em dezembro deste ano, com alguns pontos da rede implantados.

A licitação de microservidores, no caso para constituírem as salas de multiuso e os pontos de presença Interlegis nas Câmaras, é o Edital nº 271. Já foi cumprida a primeira etapa, de pré-qualificação. A entrega das cartas-convites será feita no início de julho; a previsão de assinatura de contrato no início de setembro; a execução do plano de treinamento associado às Câmaras e às salas de multiuso das Assembléias ocorrerá no final de outubro deste ano; e as instalações, em novembro de 2000, sendo o aceite final em dezembro deste ano ainda.

Para concluir, quanto às metas, até dezembro de 2000, teremos instaladas 27 salas de multiuso nas Assembléias; a instalação de 31 salas de conferência nos órgãos federais das Assembléias; a rede nacional Interlegis devidamente implantada; 612 pontos de presença Interlegis nas Câmaras e municípios-pólos; 50 monitores capacitados, também multiplicadores; 1.000 usuários treinados.

Em dezembro de 2002, salas de multiuso operacionais; as salas de videoconferência operacionais, a rede nacional estabilizada, amadurecida; 2.500 pontos de presença de Interlegis implantados - é a meta do projeto: 6.500 municípios, 150 monitores capacitados e 13 usuários treinados.

Agradeço em nome de toda a equipe.

Palavras do Sr. Paulo Fernandes de Souza Júnior

Bom-dia, senhoras e senhores, vamos continuar com a abordagem técnica do projeto. A minha área é o subprograma de desenvolvimento de tecnologia e produtos. Nesses minutos, vamos tentar fazer uma apresentação rápida do subprograma, mostrando os objetivos, a estrutura do programa, os projetos em andamento e as metas a serem atingidas no final.

O objetivo principal do subprograma de desenvolvimento e produtos é o de organizar a comunidade para que se atinja um nível de compartilhamento de recursos de informática, recursos de desenvolvimento de sistemas, principalmente, visando a uma diminuição dos custos e ao acesso a esses recursos, já que a maioria das Casas hoje não tem esse acesso por absoluta falta de condições.

A estrutura do subprograma prevê três áreas principais de ação: a primeira seria a criação do centro de referência de tecnologia da informação; a segunda é o desenvolvimento e o empacotamento de produtos; e a terceira é o apoio às funções da comunidade Interlegis. Vou detalhar um pouco essas áreas.

No centro de referência, pretendemos construir uma base de conhecimentos sobre a tecnologia de informação no Legislativo, de forma a permitir o compartilhamento de experiências das Casas. A atuação desse centro de referência será incentivar a padronização, elaborando modelos e disseminando uso desses modelos, incentivando uma padronização que permita uma diminuição de custos.

Alguns exemplos de produtos que formaram esse centro de referência: recomendações sobre padrões tecnológicos, modelos de componentes, bibliotecas de componentes, que poderão ser utilizadas por toda a comunidade.

Alguns projetos em andamento nessa área: a formação do comitê de desenvolvimento, que já promoveu uma reunião há dois meses. Já há alguns encaminhamentos dados por esse grupo de trabalho que está formando o comitê.

A elaboração de um plano de desenvolvimento cooperativo: estamos iniciando esse projeto agora. É preciso organizar a força de trabalho das Casas, para que tenhamos a possibilidade de ter um desenvolvimento cooperativo.

Um projeto muito interessante, que deverá ser iniciado agora, é a padronização da legislação brasileira na Internet, usando tecnologias que permitam melhor indexação do nosso curso de legislação.

A segunda área é o desenvolvimento e o empacotamento de produtos, com o objetivo de permitir que as Casas tenham acesso a produtos da tecnologia de informação, desenvolvidos de uma forma cooperativa. Pretendemos atuar buscando soluções empregadas e desenvolvidas por membros da comunidade, preparando-as para uma utilização comum, definindo e implementando sistemas que possam ser empregados pelas Casas Legislativas. No caso de não encontrarmos soluções prontas, desenvolvidas por outras Casas, o Interlegis as definirá e implementará.

Projetos em andamento nessa área: temos o desenvolvimento de aplicativos para as áreas do processo legislativo e de gabinetes, como resultado da primeira reunião do comitê, em que essas duas áreas foram apontadas como prioritárias no processo de informatização. Temos, também, o empacotamento de um produto, gerado no PRODASEN, que é um gerenciador de bancos de dados textuais e um sistema de armazenamento de normas jurídicas.

No final do programa, pretendemos ter um sistema integrado de gestão legislativa, que permita a modernização e a padronização dos processos nas Casas. Esse sistema será constituído de alguns aplicativos. Já definimos as suas principais funções. Podemos listar algumas nas áreas de apoio aos gabinetes, de apoio ao processo legislativo, de apoio aos sistemas de informações, as quais serão divulgadas fora ou dentro da Casa, e na área de apoio administrativo, ou seja, apoio aos processos da área meio da Casa. Finalmente, na última área de atuação, isto é, na de apoio à comunidade, procuraremos desenvolver, junto com as outras áreas do programa, ferramentas para o apoio às funções de informação, de comunicação, de educação próprias do Programa Interlegis. Temos algumas ações nesse sentido, ou seja, o desenvolvimento e manutenção da infra-estrutura da página, implantação de ferramentas de comunicação e de treinamento à distância.

Os projetos em andamento referem-se a estas funções: a manutenção da página Interlegis, que oferece uma série de serviços à comunidade; ferramentas de comunicação já existentes e implantação de outras; e o suporte ao ambiente de treinamento à distância.

Quanto às metas, aos quantitativos que pretendemos atingir no primeiro ano do programa, temos dois sistemas desenvolvidos nas áreas do processo legislativo e de apoio parlamentar e a manutenção do portal Interlegis, do "web" do Interlegis. Esses sistemas foram desenvolvidos já padronizados para o uso comum, pela comunidade e foram implantados pelo menos em cinco Casas, funcionando como uma espécie de piloto. Implantaremos esses sistemas em cinco Casas, no primeiro ano, e acompanharemos os seus efeitos, a fim de repassarmos a experiência para outras Casas.

Essa é uma meta acordada com os órgãos de financiamento do programa: seis sistemas desenvolvidos, prosseguimento da manutenção do portal, implantação desses sistemas em 35 Casas, para que seja feito o acompanhamento mais próximo do resultado.

Concluindo, o meu "e-mail" está à disposição, a fim de que possamos conversar, tirar dúvidas, receber sugestões, contribuições, o que é a parte mais importante, é o que esperamos. Da mesma forma, o meu telefone está à disposição para contatos. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Hércio Afonso de Almeida

Senhoras e senhores, bom dia. Discorrerei sobre a comunidade virtual e a necessidade que temos de ter uma identidade dessa comunidade. Falarei também sobre a nossa necessidade de informação, assunto que já foi abordado pela Dra. Regina.

Eu pediria a anuência da Mesa para, ao final da reunião, responder à pergunta que me foi repassada pela Dra. Regina, feita pelo Sr. Walter dos Santos, assim como gostaria também de complementar as palavras da Dra. Regina, no que concerne à questão levantada pelo Deputado Gilson Lopes.

A comunidade Interlegis: o que somos? Quem somos? A Dra. Regina já abordou um pouco essa questão. Pretendo voltar ao assunto da identificação da comunidade. Gostaria também de identificar o que nós, comunidade, queremos e quais são os caminhos para que possamos alcançar os objetivos dessa comunidade. Pelas falas do Presidente da Mesa, do Governador, da Dra. Regina, nós que estamos aqui, hoje, já podemos visualizar o que vem a ser essa comunidade Interlegis: é a comunidade que agrega todo o Poder Legislativo, nos seus três níveis - Poder Legislativo Federal, Poder Legislativo Estadual e Poder Legislativo Municipal. Nesses três níveis, temos algo em comum. O que temos em comum na comunidade, hoje, é a origem. Nossa origem está nos atos legais que constituem a base mais importante da Federação - a Constituição Federal, as Constituições Estaduais e as leis orgânicas municipais, descritas na Constituição Federal.

A Constituição Federal trata da organização do Estado e estabelece que os Estados reger-se-ão pelas Constituições e por suas leis. Fala também dos municípios, e, dentro dos municípios, na lei orgânica, temos a identificação e o detalhamento da função legislativa, que vem da Constituição Federal, das Constituições Estaduais e nas leis orgânicas.

Por sua vez, as Casas Legislativas têm seu documento básico de trabalho, que dá a metodologia, a forma e identifica os processos pelos quais o processo legislativo é executado. Esses documentos, da Constituição Federal aos Regimentos Internos das Casas Legislativas, constituem os documentos básicos e identificam muito do que temos em comum - definir a forma, definir o processo, definir a metodologia e a função das Casas Legislativas, que estão bem definidas, como já disse antes, na Constituição Federal. Isso eu diria isoladamente em cada uma das Casas, mas, enquanto comunidade, vamos precisar nos identificar junto à sociedade. Para tanto, estamos trabalhando hoje na elaboração de um estatuto dessa comunidade e do que virá a ser o Regimento Interno da comunidade Interlegis. São dois documentos que provavelmente serão divulgados no próximo encontro nacional, que deverá ser realizado no final deste ano ou no início do ano que vem.

O que queremos? O que a comunidade quer? O que o programa estabelece? Permitir aos entes da Federação - e vou falar muito dos municípios - executar suas funções constitucionais, funções para as quais eles existem. Eu li o artigo da Constituição que define a competência dos municípios. Na competência dos municípios, evidentemente, a Casa Legislativa é uma casa que tem, eu diria, uma das maiores responsabilidades, senão a maior, destacando-se entre suas competências a da fiscalização.

Agora, tendo sido identificado, traçado um perfil da nossa identidade, gostaria de citar, por exemplo, a Lei Federal nº 9.452, de março de 1997, que determina que as Câmaras Municipais sejam notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos municípios. Ou seja, todos os órgãos da administração federal, sejam da administração direta, autarquias, fundações ou empresas públicas, têm a obrigação de, em dois dias úteis, informar às Câmaras Municipais a liberação de qualquer recurso para o município. Por sua vez, as Prefeituras também têm um prazo de dois dias úteis para informar da liberação os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede no município.

A essência da pergunta feita pelo Sr. Walter dos Santos tem a ver com a questão da participação popular. Essa lei tem a ver com a participação popular, no momento em que ela obriga a Prefeitura a informar a alguns entes das representações populares, aos partidos políticos, às organizações empresariais e aos sindicatos dos trabalhadores as verbas que lhe estão sendo repassadas pelo poder público federal. Não sei hoje, mas seguramente teremos uma noção mais real de quantas são as Câmaras Municipais que recebem hoje essa notificação.

Como a sociedade vê hoje o Poder Legislativo? Vou citar duas pesquisas publicadas no jornal "O Estado de S. Paulo", a primeira, no dia 14/5/2000. É uma matéria assinada pelo jornalista Bruno Pais Manso, uma pesquisa feita junto aos jovens, que revela que dois entre cada três jovens brasileiros com idade entre 16 e 24 anos mostram-se indiferentes quanto à maneira como é feita a escolha dos políticos que os governam.

Na pesquisa, 36% das pessoas com idade entre 16 e 24 anos acham que um regime democrático e um não democrático dão os mesmos resultados.

Os jovens brasileiros consideram o regime da democracia injusto, uma vez que há coisas por fazer para que haja democracia. Isso acontece na opinião de 93% dos brasileiros. Por sua vez, nove em cada dez acreditam que não existe igualdade perante a lei no sistema brasileiro.

A segunda pesquisa é similar à primeira e, em razão do tempo, vou saltá-la. Essa pesquisa foi publicada no dia 2/4/2000. Então, são duas pesquisas muito recentes. Queremos mudar isso, mas só podemos mudar apresentando resultados que permitam uma outra imagem do Poder Legislativo, uma outra imagem de suas atividades e funções por parte da comunidade, principalmente por parte dos jovens brasileiros. E como a comunidade Interlegis pode contribuir para isso? Com os recursos que estamos disponibilizando, que são equipamentos, processos de automação, informações - vamos ter outras informações, que tentarei abordar rapidamente - e treinamento. Essa tema será abordado pelo Dr. Alexandre.

Sobre a informação, temos hoje uma situação em que ela é disponibilizada em vários "sites" de diversas Casas Legislativas, como o Senado, a Câmara dos Deputados e Assembléias Legislativas. Hoje à tarde teremos a apresentação do sistema de informação da Assembléia de Minas Gerais e pretendemos, num futuro próximo, apresentar algo como um detalhamento sobre os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, traçando, a cada dispositivo, orientação para cada Casa Legislativa. Pretendemos elaborar alguns exemplos de legislação básica, principalmente de legislações municipais, tais como a legislação tributária e financeira, em cumprimento ao artigo da Constituição. A Lei de Responsabilidade Fiscal obriga, de certa forma, a que isso seja feito. Pretendemos ainda colocar disponível uma proposta de legislação de parcelamento e de uso do solo, código de obras e postura e, ainda, a legislação municipal em termos de proteção ambiental.

Terceiro Painel

O Sr. Presidente - Neste momento, vamos iniciar o terceiro painel, com o tema "Formação da Comunidade Virtual do Poder Legislativo".

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomarem assento à Mesa os Exmos. Srs. Alexandre Paiva Damasceno, Assistente do Diretor da Coordenação Especial do Programa Interlegis, e James Raymundo Menezes de Carvalho, Chefe de Serviço da Formação da Comunidade Virtual do Poder Legislativo.

Palavras do Sr. James Raymundo Menezes de Carvalho

Boa-tarde. O Hércio já falou sobre a importância dessa comunidade e sobre o que pretendemos. Falarei um pouco sobre comunidade. Esse termo virou moda. Há a comunidade de bairro, a de pesquisadores, a da escola de samba, ou seja, tudo é comunidade. O que é uma comunidade? Quais são os pontos necessários para que tenhamos uma comunidade? Finalmente, o que é uma comunidade virtual?

A comunidade pode ser definida de várias formas. Destacarei quatro delas. A primeira, que é mais conhecida, é o corpo social, ou seja, a sociedade em si. A segunda é um grupo de pessoas submetidas a uma mesma regra religiosa. Até aí, não há nenhuma novidade. A terceira é o local onde as pessoas habitam. A quarta é um agrupamento de indivíduos

alinhados em torno de um interesse comum. Essa é a melhor definição que se aplica à nossa comunidade. Todos os que formam uma comunidade têm o mesmo interesse ou a mesma origem. Em razão dessas definições, existem vários tipos de comunidades. Há as comunidades sociais, as científicas, as religiosas e as culturais. Quando lemos uma notícia no jornal, há sempre um problema relacionado a uma comunidade.

Abordaremos as comunidades organizacionais. Assim, poderemos nos encaixar nessa filosofia de comunidade. As organizações tradicionais que conhecemos e que ainda são a maioria trabalham de acordo com uma estrutura hierárquica muito forte, porque essa estrutura é utilizada como uma ferramenta de controle e, fundamentalmente, como uma ferramenta de comunicação. Quem serviu ao Exército já pôde ver que as ordens são passadas desde o Comandante maior até o Soldado. As organizações em que trabalhamos têm as definições de quem comanda, ou seja, as ordens passam do Gerente para o Diretor, até chegarem a nós. Essa era uma forma tradicional de se trabalhar com relação às organizações.

As organizações modernas, do futuro já estão trabalhando de acordo com uma tecnologia de comunicação. Cada vez mais, ela vem desenvolvendo-se de forma a permitir uma série de variáveis em termos estruturais e organizacionais. Essa tecnologia possui três grandes vertentes e três grandes situações, com as quais lidamos diariamente e não nos apercebemos.

A primeira é a condição de essa tecnologia ser assíncrona. Quantas vezes alguém já nos ligou e, como não queríamos atender, dissemos: "Diz que não estou, e ligo depois."? Fazemos isso diariamente. Às vezes, toca o celular, vemos o número de quem ligou e desligamos o telefone ou deixamos que a ligação caia na caixa de correio. Essa é a condição de sincronismo. A condição de a comunicação ser assíncrona é a independência de haver alguém do outro lado do telefone a quem será comunicado algo. Quando mando um "e-mail" para alguém, não sei se a pessoa está do outro lado, mas sei que receberá a comunicação em algum momento. A tecnologia de comunicação não está limitada a haver uma pessoa do outro lado para receber a comunicação. Ela permite a globalidade, ou seja, não dependo de, fisicamente, estar em um local para que possa haver a comunicação. Hoje, por exemplo, o seminário está sendo transmitido pela TV Assembleia para vários municípios do Estado. As pessoas não precisam estar aqui para assistir ao seminário. Se houvesse um fax, poderíamos fazer perguntas, que seriam respondidas. A globalização não limita a situação geográfica.

A "colaborativa" permite que os limites de agregação de valores sejam quebrados em qualquer ponto do mundo. Qualquer lugar do mundo hoje pode participar, pela Internet, de uma discussão, podendo trazer informações. Então, quebra-se a estrutura hierárquica tradicional, em que a pessoa tem de estar presente geograficamente e tem de estar do outro lado para que possa haver a comunicação. Com isso, a comunicação muda a estrutura organizacional. Não se está mais preocupado com a hierarquia.

Hoje você pode trabalhar em comunidade. O que vem a ser isso? É uma mudança em termos de forma de se lidar com as organizações. Deixa-se de ter a verticalidade, e há um achatamento das estruturas organizacionais. O maior exemplo que temos é a nossa própria comunidade. Não existe uma estrutura hierárquica, uma obrigatoriedade entre os diversos níveis de Poder Legislativo. Todas as Casas são independentes.

Ora, como poderíamos trabalhar juntando todas essas Casas de uma forma organizada, senão numa comunidade? É a única forma que temos. É baseada em tecnologia de comunicação. O Otto já falou sobre a rede que está sendo estendida. As Câmaras Municipais receberão equipamentos e terão condições de se ligar à Internet. As Assembleias Legislativas também estarão interligadas numa rede própria, trabalhando com videoconferências, etc., ou seja, essa estrutura de comunicação permite que efetivamente venhamos a ter uma comunidade. Quebra-se a estrutura hierárquica tradicional para se trabalhar de outra forma.

Como podemos formar essa comunidade? Existem seis práticas para formar as comunidades de valores que exercemos diariamente. No entanto, nunca procuramos listar e trabalhar isso de forma organizada na nossa cabeça. As primeiras três práticas são identidade, forte e distinto. O Hércio acabou de falar e fez a pergunta: "Quem somos? Temos alguma identidade?". Temos e fazemos parte de um mesmo corpo, o Poder Legislativo. Temos também identidade. Quando colocamos um símbolo na lapela, estamos tentando mostrar essa identidade. Em "marketing", isso é muito comum. Quem não sabe o que significa uma concha, que é a Shell? Quem não sabe o que significam aquelas três perninhas que parecem um "m"? Todas as comunidades têm que ter uma identidade.

Com relação às regras claras de inclusão, só participam da comunidade, em primeiro plano, parlamentares, Casas Legislativas e servidores dessas. Isso está muito bem definido. O outro ponto - como partilhar informações - foi apresentado pelo Paulo. Cada vez mais, procuramos dividir as informações, ou seja, tê-las de forma que todos possam acessá-las. Uma outra forma é a criação de reciprocidade séria. O que significa isso? Quer dizer que, se alguém me ajuda, necessariamente, não preciso pagar pela ajuda, mas posso ajudar outra pessoa dessa comunidade, a qual ajudará também a uma outra. Isso cria a série de ajudas, de apoios.

É o que se pretende quando se coloca um portal e a alternativa das Câmaras Municipais que colocaram em sua "home page", no nosso portal na Internet. À medida que essas informações forem crescendo e forem colocadas informações sobre essas Casas, isso ajudará a outras, que, por consequência, também serão ajudadas por outras. Trata-se de uma das formas que temos de trabalhar com a comunidade. Símbolos, tradições e histórias e incentivo à similaridade devem ser fomentados.

O que significa incentivar a similaridade? Por exemplo, todos aqui têm relação com Casas Legislativas. Então, em todas as Casas, o Plenário tem, mais ou menos, o mesmo formato. Maiores ou menores, guardadas as devidas proporções, as Casas têm a mesma estrutura. Trata-se de uma similaridade que temos que aproveitar. São seis práticas que utilizamos, mas nunca as organizamos na cabeça e no trabalho. A nossa comunidade já existe, mas é preciso que se lhe dê força para que trabalhe devidamente.

Com relação às comunidades virtuais - a própria Interlegis é uma comunidade do futuro -, temos duas definições para elas. A primeira: é um conjunto de pessoas que podem ou não se encontrar face a face e que trocam palavras e idéias através de rede. E é um conjunto de pessoas que aderem a certos contratos sociais e compartilham de certos interesses. Somos uma comunidade virtual? Somos, porque não precisamos nos encontrar face a face para estar aqui. Quantas pessoas fizeram inscrição por via da Internet? Muitas Câmaras Municipais viram a nossa "home page", receberam os convites e fizeram as inscrições. Não houve necessidade de a pessoa estar face a face para vir aqui. Lamentavelmente, apenas alguns mandaram pela Internet, mas não chegou a inscrição e tiveram que preencher agora. Não há necessidade de se estar face a face para se fazer parte dessa comunidade. É preciso haver adesão. Hoje, há um grande número de Casas Municipais que já aderiram ao projeto. Cerca de 75% dos municípios pólo de todo o País já aderiram ao projeto. Para quem ainda não aderiu, temos um formulário de adesão, com o local, para que se saiba as informações. Estamos à disposição.

Quais seriam as vantagens de uma comunidade virtual? Primeiro, incapacidade de formar preconceitos. Não se sabe quem está do outro lado do computador. Tudo que é baseado na tecnologia de comunicação se refere ao computador. Quem ainda não mandou uma mensagem pela Internet, dizendo que era alto, magro, louro e de olhos azuis? E a pessoa do outro lado acreditou e enviou um "e-mail" de volta, com uma resposta? Você começou a ler e viu que a autora se dizia ser a Adriane Galisteu. Na verdade, não era ela que estava respondendo ao seu "e-mail".

Trata-se também de um instrumento de aproximação. Estamos próximos, trazemos as pessoas para junto. Não temos mais a barreira geográfica. Diminui, ainda, a sobrecarga de informações, porque, hoje, com o portal Interlegis, há um conjunto de informações que, muitas vezes, as pessoas teriam que ficar horas e horas na Internet, para obter uma determinada informação. O portal Interlegis é uma forma de reduzir essa sobrecarga de informações. Essas são as vantagens da comunidade virtual.

Há também os seus inconvenientes. Primeiro, a falta de expressão, porque não se consegue olhar nos olhos da pessoa e ver a forma como está se conduzindo. Pela Internet, muitas vezes, uma pessoa extremamente arrogante ou forte na forma de se expressar pessoalmente coloca frases maravilhosas, e você não sabe quem está do outro lado. Trata-se das máscaras de conduta.

Há, ainda, a imprevisibilidade da resposta. Ao mesmo tempo em que o assincronismo é positivo, pode-se mandar comunicação a todos, pode ser um inconveniente, porque não se sabe se a pessoa recebeu ou se recebe, e, muitas vezes, fica quieta e não lhe dá resposta. Assim, a comunidade virtual tem alguns inconvenientes. Ela, basicamente, utiliza a comunicação por via de computador. De muitos para muitos. Do meu computador, posso enviar mensagem para todo o mundo que quiser. Posso fazer uma lista de 5 mil pessoas e mandar "e-mail" para todos e posso receber de 5 a 10 mil pessoas. Quando chegar em Brasília, com certeza, minha caixa postal deverá ter de 50 a 100 mensagens. Vocês, quando voltarem, quem tiver caixa postal, também terá um monte de mensagens. Trata-se de uma comunicação aberta, de muitos para muitos.

Por outro lado, na comunicação por mídia, há poucos para muitos. O Hércio deu um exemplo: o "Estado de São Paulo" fez um levantamento e viu que os jovens não se interessam ou não acreditam no Legislativo. Isso ocorre porque temos, em razão desse tipo de comunicação, a afirmação de que os meios de comunicação de massa e a manipulação da opinião pública por meio da propaganda levaram à acomodação e à deterioração da esfera pública. Entendemos por esfera pública, segundo Jürgen Habermas, filósofo alemão, que é a parte da vida social que vem à luz quando os cidadãos permutam pontos de vista sobre questões de importância para o bem comum. As duas pesquisas que o Hércio trouxe do "Estado de São Paulo" mostram muito bem que, aproximadamente, 36% acreditam no Legislativo, nas pessoas que estão conduzindo o País, os seus Estados, os seus municípios, e, aproximadamente, 70%, não.

Então, todos nós que fazemos parte dessa comunidade virtual do Poder Legislativo temos três questões básicas, sobre as quais devemos refletir. A primeira é a seguinte: será a comunicação por computador uma ferramenta potencial para se revitalizar a esfera pública, para se revitalizar essa discussão, essa forma de participação? A segunda: serão as comunidades virtuais, inclusive o Interlegis, um passo na direção do renascimento da esfera pública, dessa possibilidade de discussão, de participação de todos, já que o projeto não é limitado às Casas Legislativas, toda a sociedade pode dele participar? Será que o Interlegis caminha nessa direção? A terceira: as comunidades virtuais, em particular, o Interlegis, podem ajudar as pessoas a se reconectar e a recriar a sociedade civil, que é essencial à saúde da democracia? Estamos dando uma forma para que as pessoas se aproximem dos parlamentares, das Casas Legislativas, porque hoje, lamentavelmente, a grande maioria não tem como chegar a elas. De uma coisa temos certeza: quando as pessoas se reúnem para discutir questões de importância política, a esfera pública torna-se a base da democracia, e, quanto mais utilizarmos tecnologia, instrumentos de comunicação para que possamos aumentar o grau de discussão das questões políticas, com certeza, todos os servidores, todas as Casas Legislativas, todos os parlamentares estaremos contribuindo para reforçar essa base democrática. E isso é o Interlegis, é o que propomos, é o nosso papel, ou seja, vir a ser uma comunidade virtual do Poder Legislativo. Já o somos, mas cada vez mais reforçado.

O meu nome é James Raymundo Menezes de Carvalho, o meu "e-mail" é James@Interlegis.gov.br. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Alexandre Paiva Damasceno

Senhoras e senhores, boa-tarde. Coube a mim encerrar a apresentação técnica desta manhã, com a apresentação da educação no Interlegis, que acreditamos será um dos principais veículos de mobilização e desenvolvimento da comunidade virtual do Poder Legislativo.

Inicialmente, vamos fazer algumas considerações sobre os antecedentes da questão da educação voltada para o Poder Legislativo. Provavelmente, os senhores irão se identificar bastante com o que encontramos ao realizar esse levantamento. Os primeiros pontos verificados se vinculam, basicamente, à facilidade de encontrar pontos comuns de necessidades entre as diversas Casas Legislativas. Isso não é de surpreender, porque, se temos a mesma atividade-fim, trabalhamos na mesma linha, as nossas necessidades são muito semelhantes. Em compensação, encontramos uma realidade no mercado bastante inhóspita, ou seja, as Casas Legislativas têm as suas necessidades, que são muito similares, mas não conseguem encontrar, no mercado, respostas à altura. Primeiro, por uma questão de agenda. Dificilmente os cursos coincidem com a necessidade do servidor.

Segundo, a questão do conteúdo propriamente dito. Temos, ainda, dificuldade para coordenar aspectos como deslocamento de funcionários, desligamento das funções que vêm sendo desenvolvidas diariamente, culminando com o problema do alto custo dos treinamentos disponíveis. Basicamente eles se dividem em três troncos: os cursos com inscrição, os cursos com deslocamento e os cursos com material didático. Tudo isso torna a educação uma atividade ou uma função bastante completa a ser desenvolvida junto às Casas Legislativas.

Levando-se em conta que temos como público-alvo prioritário - digo prioritário porque também pretendemos levar essa educação à sociedade civil - os membros da comunidade Interlegis, basicamente os parlamentares e os servidores vinculados ao Poder Legislativo, tivemos que identificar uma forma mais adequada de desenvolver o programa de educação da nossa comunidade. Essa forma se cristalizou a partir da educação continuada, que é um processo, como o próprio nome sinaliza, sem fim, dá continuação ao processo educacional que já foi desenvolvido por cada pessoa.

Temos alguns pontos importantes a destacar nessa definição. Um deles é o fato de ser uma educação aberta e permanente. Sempre teremos novos conteúdos para aprender, alguns aspectos para desenvolver, alguns pontos que poderão ser abordados nos nossos cursos, nos nossos treinamentos, que deverão trazer ganhos significativos para os elementos que compõem a nossa comunidade.

A educação tem continuação no Interlegis, por conta de toda a infra-estrutura tecnológica que está sendo disponibilizada - e já tivemos apresentações sobre cada um desses itens - vai ser viabilizada por meio da educação a distância. Vamos ter uma rede privada ligando as Assembléias à Câmara Federal, ao Senado, ao Tribunal de Contas da União. Os municípios serão interligados por via da Internet. Vamos usar todos esses recursos para viabilizar a execução da educação a distância.

Ela por sua vez, tem, basicamente, essa facilidade de apresentar oportunidades descentralizadas e individualizadas. Então, temos, fisicamente distantes, professores e alunos, mas existe uma forte ligação entre esses elementos por conta da tecnologia que está sendo utilizada. Vamos falar um pouco mais sobre as vantagens que a educação a distância vai trazer.

As características básicas desse processo educacional novo são:

- Não se vincula à necessidade de escolarização, ou seja, as particularidades do corpo técnico de cada Câmara, assim como dos parlamentares, serão preservadas e atendidas, independentemente da escolaridade básica, da escolaridade de cada um; pode estar até associado, mas não há uma dependência direta do processo normal.

- Inexistência de separação por níveis ou faixas, seja faixa etária, seja de conhecimento, seja de amadurecimento, seja qualquer variável que no ensino regular faz com que as pessoas sejam separadas em turmas. Não enfrentaremos esse obstáculo, teremos condição de ter pessoas em situações diferenciadas, cursando matérias diferenciadas, em níveis diferenciados.

- Existe planejamento educacional e acompanhamento muito rigorosos. A idéia inicial que temos, quando se fala em educação a distância, é que o treinando fica muito abandonado lá na ponta, mas isso não é verdade. Desde a concepção do curso, desde a identificação dos treinamentos que serão repassados, existe um forte planejamento educacional permeando todas as etapas, até à conclusão, quando o treinando receberá o seu certificado.

- Utiliza vários meios de comunicação, entre eles a Internet, o correio, os telefones, ou seja, temos ferramentas suficientes para manter esse nível de comunicação de que precisamos.

- Exige material didático específico, e, aí, precisamos da compreensão de todas as Casas, o que mais na frente vou mostrar. São nossos parceiros no desenvolvimento desse programa, porque os treinamentos presenciais hoje existentes terão de ser adaptados, na medida em que o meio de comunicação que iremos utilizar exige uma adequação do conteúdo.

- Por fim, utilizamos e utilizaremos diversas mídias, como CD, material impresso e, eventualmente, fitas de vídeo, fitas cassetes, enfim, tudo que puder facilitar a vida de nosso treinando.

Esse arcabouço está sendo construído, a fim de que possamos trazer algumas vantagens para quem está na ponta, para quem está no município, seja Capital, seja interior, ou mesmo nos órgãos federais sediados em Brasília. Entre essas vantagens podemos destacar algumas:

- Permite uma formação direcionada para o trabalho, o que não encontramos muito no mercado. Usualmente encontramos cursos muito teóricos, que não têm uma aplicação muito prática. Isso podemos evitar.

- Facilita a transmissão de conhecimentos específicos. É um item fortemente associado ao primeiro.

- Amplia a oferta e a possibilidade de escolha, ou seja, os treinandos terão um leque de cursos a serem oferecidos e liberdade para escolher os que lhes são mais adequados e que mais próximos das suas necessidades estarão.

- Elimina a necessidade de deslocamentos. Esse é um dos principais problemas, principalmente quando tratamos de municípios muito distantes dos grandes centros. Deslocamento, às vezes, de 1.000km, 2.000km para fazer um curso é inviável, então, eliminaremos essa necessidade.

- Facilita a otimização do tempo disponível, porque, à medida que os treinandos recebem os materiais, poderão utilizá-los em casa, na Câmara, fora do horário de trabalho, no final

de semana. Poderão utilizar todas as suas janelas de tempo disponíveis para realizar os treinamentos que serão colocados à sua disposição.

- Permite um aprendizado individualizado. Isso quer dizer que teremos condição de respeitar o nível e o ritmo de cada aluno, então, não teremos aquela obrigatoriedade de, a cada dois ou três meses, realizar uma avaliação formal. Cada um aprenderá no seu ritmo. Alguns farão o curso em 20 horas, outros em 30 horas. Enfim, cada um poderá ter o seu próprio ritmo, ganhando assim, o conhecimento necessário para o desenvolvimento das atividades da Câmara.

- Oferece iguais oportunidades aos alunos. Esse também é um item muito importante. Como já comentei, quem está afastado dos grandes centros tem maior dificuldade. Vamos, com isso, eliminar essas diferenças. Todos terão igualdade de condições, estando no Sudeste, no Nordeste ou no Sul. Traremos maior democratização nessas oportunidades de treinamento.

- Por fim, reduz a necessidade de investimentos, conforme já dissemos, em relação a inscrições e outros. Disse que reduz a necessidade de investimentos, porque sempre há um investimento necessário, quer seja o tempo da pessoa, quer seja um horário de trabalho que vai ser consumido para esse treinamento. Sempre teremos algum tipo de investimento, mas isso certamente será transformado em benefício das instituições.

Pelo que podemos ver o desafio é muito grande.

E temos algumas definições que, certamente, a comunidade tomará em conjunto. Há questões como: o que ensinar? Quem irá aprender? Quem deverá ensinar? Quando deveremos ensinar cada coisa? Onde o treinando deverá ou poderá aprender? Como aprender? Como se desenvolverá o processo? São muitas questões a serem resolvidas, e estamos apenas começando a desenvolver a vertente de educação a distância, portanto precisaremos, mais do que nunca, da participação de todos os senhores na definição desses perfis, cursos, necessidades, tempos ideais e oportunidades a serem criadas, para que as pessoas tenham maior desenvolvimento profissional.

Dessa forma, precisamos contar com todos, e aí está a lista das entidades envolvidas no processo: a própria Interlegis, por meio de sua coordenação; o Instituto Legislativo Brasileiro, que é o órgão de desenvolvimento de pessoal do Senado Federal; as Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais; as escolas legislativas e escolas de Governo, que, em alguns Estados, estão associadas mais ou menos diretamente às Casas Legislativas ou ao Governo Estadual; as instituições de ensino superior e as diversas fundações existentes no País. No caso, também, encaixamos as instituições acessórias, que irão trabalhar, como algumas ONGs e outras entidades também voltadas para o processo educacional.

Inicialmente, estamos desenvolvendo um trabalho de preparação de alguns cursos básicos, para que, à época do recebimento dos equipamentos, por volta de outubro ou novembro, já haja um pequeno pacote de cursos, que viabilizem o desenvolvimento de algumas atividades. Esses troncos estão definidos da seguinte forma: primeiro, a comunidade Interlegis; segundo, a área legislativa; terceiro, a área administrativa; quarto, a área gerencial; quinto, a informática; e sexto, as atualizações de modo geral. Em princípio, essas seriam as nossas trilhas de conhecimento, que poderão, obviamente, ser ajustadas, a partir da instalação dos novos comitês, de que falaremos no encerramento.

As próximas etapas da educação a distância serão: definição e criação do ambiente de gerenciamento desse treinamento a distância, que já está sendo feito em sintonia com a área de Paulo Fernandes; desenvolvimento desse treinamento básico a que me referi; criação do Comitê Interlegis de Educação, sendo os esforços nesse sentido envidados a partir de agosto; levantamento das necessidades, e os senhores receberão questionários a serem preenchidos pelo maior número de pessoas das Câmaras, para termos um retorno das efetivas necessidades existentes nas Câmaras Municipais e Assembléias; a elaboração de um planejamento de médio e longo prazos, uma vez que a Interlegis tem um horizonte de três anos, podendo estender-se um pouco mais; a definição de parcerias para projetos na comunidade, item fundamental, já que não temos a pretensão de desenvolver um programa de educação dissociado da comunidade, por isso contamos com a participação de todos os órgãos relacionados acima; por fim, o desenvolvimento do componente que consistirá em todo o caminho a ser por nós trilhado durante os anos que virão, com um trabalho bastante árduo.

Esse foi o conteúdo principal da área da educação a distância. O tempo não nos permite um alongamento das questões, mas estamos à disposição para as perguntas, após o encerramento das apresentações, e também no Interlegis, sempre por meio dos "e-mails" ou dos telefones relacionados. Muito obrigado.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante, daremos início à fase de debates. A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou ser feitas oralmente. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que desejam fazer uso do microfone que se inscrevam previamente, identifiquem-se, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais.

Debates

O Sr. Presidente - A primeira pergunta é do Válter Hélio dos Santos, da Câmara Municipal de Itapera, São Paulo, e está encaminhada ao Sr. Hércio: "Pensando na democratização da informação, existe a possibilidade de participação pública em uma plenária virtual, quando se tratar de projeto de lei de iniciativa popular? Já existe meio legal para isso?".

O Sr. Hércio Afonso de Almeida - Essa pergunta já foi dirigida, inicialmente, à Dra. Virgínia. Ainda não existe legislação que regule essa participação, mas podemos verificar que esses instrumentos e avanço do processo de comunicação, implementados por algumas Casas Legislativas, como a Assembléia Legislativa de Minas, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, através de seu canal próprio de televisão, aumentam consideravelmente a participação do cidadão e a sua comunicação com o parlamentar.

Há pouco tempo, tive a oportunidade de presenciar um fato interessante. A Senadora Marina Silva estava fazendo um pronunciamento no Senado Federal, e, em um momento em que estava sendo apartada, uma pessoa, através de seu gabinete, conseguiu entrar em contato com ela, repassando-lhe informações bastante valiosas para o pronunciamento que estava fazendo no momento. Evidentemente, esse é um nível de participação.

Gostaria de recorrer à Lei de Responsabilidade Fiscal, de maio deste ano, para responder a essa questão da transparência. O art. 48 dessa lei diz o seguinte: "São instrumentos de transparência da gestão fiscal, valendo para os três níveis de Governo, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os planos, os orçamentos e as leis de diretrizes orçamentárias, as prestações de contas e o respectivo parecer prévio, o relatório resumido da execução orçamentária, o relatório de gestão fiscal e as versões simplificadas desses documentos. Parágrafo único: a transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e à realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração, discussão dos planos, Lei de Diretrizes Orçamentárias e orçamentos". A Lei de Diretrizes Orçamentárias, complementar à Constituição, já avançou bastante na questão da participação popular em legislações de suma importância, ou seja, naquelas que definem os gastos de cada um dos entes da Federação.

Vou utilizar esse mesmo artigo para complementar a resposta que a Dra. Regina deu ao Deputado Gilson Lopes, com relação aos gastos do projeto, em termos da manutenção do programa, ou seja, uma outra opção que temos. Esse art. 48, em seu "caput", diz que a divulgação será através de meios eletrônicos de acesso público. Ou seja, de alguma forma, a lei complementa, ou melhor, regulamenta, de maneira forte já que não é uma lei complementar, esse instrumento que o projeto Interlegis está transferindo e colocando à disposição das Casas Legislativas. Então, passa a ser praticamente uma obrigação legal a disponibilidade dessas informações ao acesso público.

Em sendo uma obrigação legal, evidentemente facilita muito - acredito - a aprovação das verbas correspondentes nos orçamentos plurianuais e nos orçamentos anuais de cada uma das Casas. Não estou aqui tentando tirar a palestra do jornalista Luís Nassif, que vai falar sobre a responsabilidade fiscal hoje, à tarde, apenas complementar essa informação.

O art. 9º trata da questão da realização da receita. Impõe cortes ausentes, tanto o Poder Legislativo, quanto o Executivo, em seus três níveis, se por acaso não cumprirem as metas e os valores correspondentes ao que a lei impõe. No entanto, o § 2º diz que não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais dos entes ou do ente, inclusive as destinadas ao pagamento de serviço. Então, se temos uma obrigação legal, que é tornar disponível a informação através dos meios citados no art. 48, os eletrônicos, esses recursos que estarão no orçamento anual não poderão ser cortados dentre os que, eventualmente, viriam a ser cortados, devido a um ente superar as despesas que lhe permite a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Sr. Presidente - Mais uma pergunta dirigida ao Dr. Paulo Fernandes de Souza Júnior: "Em relação ao uso de "softwares" pelas Casas Legislativas, existe a preocupação em relação a uma padronização, tanto no que se refere a bancos de dados quanto no que se refere a sistema operacional. Há uma tendência em adotar "softwares" de livre distribuição, exemplo: "links start office", diminuindo assim os custos com licença?".

O Sr. Paulo Fernandes de Souza Júnior - Podemos dizer que existe essa tendência no programa, devido a cortar realmente os custos de licença para as Casas Legislativas que devem ser equipadas e receber esses sistemas. Estão sendo feitos estudos para se usar, preferencialmente, quando for possível, "softwares" livres, de código aberto. Essa é uma tendência que existe.

O Sr. Presidente - Tendo em vista o adiantado da hora, vamos fazer aqui a última pergunta. A última pergunta é encaminhada ao Dr. James Raymundo Menezes de Carvalho, feita por Luiz Fernandes, desta Assembléia: "A comunidade virtual terá um estatuto e um regimento interno? Quem irá participar da elaboração desse estatuto? Como o cidadão comum poderá participar e defender seus pontos de vista nesse estatuto e regimento interno?".

O Sr. James Raymundo Menezes de Carvalho - O Hércio disse, em sua apresentação, que está sendo criado um regimento interno e um estatuto para essa comunidade, como também está sendo criado um regimento para a própria utilização do plenário virtual. Como essa coisa, o plenário virtual, vai ocorrer, uma vez que está tudo espalhado? Realmente haverá um estatuto, um regimento, uma estruturação do plenário nesse sentido.

O Interlegis prevê a criação de vários comitês. É uma das formas que temos para ampliarmos o leque dessa comunidade. Já existe, hoje, o Comitê de Tecnologia. Até agosto, como o Alexandre disse, o Comitê de Educação será desenvolvido e implementado. A área de infra-estrutura tecnológica está implementando o Comitê de Tecnologia. E vamos ter também, na área de informação à comunidade, um Comitê da Comunidade. Esse Comitê e a equipe da informação irão traçar, pelo menos é essa a nossa idéia, o desenho desse regimento da comunidade. Todos nós teremos condições de trazer para dentro desse Comitê, seja presencialmente, seja através de listas de discussão que estarão disponíveis, as sugestões de como a sociedade deve efetivamente participar. Hoje, a sociedade já tem condição de participar, na medida em que pode acionar o "site", na medida em que ela tem no "site" o endereço das Casas Legislativas que já aderiram ao projeto. Ali você pode mandar sugestões e questionamentos. Há também o endereço dos parlamentares que já fazem parte dessa comunidade.

Você pode mandar os seus "e-mails" e questionamentos aos seus parlamentares. Assim, você já tem alguma forma de participação da sociedade em nossa comunidade virtual. Além disso a própria sociedade pode participar - o seminário é preferencialmente voltado para as Casas Legislativas -, mas nada impede que a sociedade venha a participar.

O próprio Alexandre expôs outra forma - na parte de treinamento, por exemplo: a participação em parceria das universidades e das fundações. Todas essas são formas que estamos abrindo ou idealizando para trabalhar com o maior número possível de segmentos da sociedade e da comunidade.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos aos ilustres expositores, às autoridades, aos participantes e ao público em geral pela honrosa presença e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 93ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 3/7/2000

Presidência dos Deputados Fábio Avelar e Márcio Kangussu

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Luís Nassif - Palavras do Sr. Marcelo Migueletto de Andrade - Palavras da Sra. Maria de Fátima Anastasia - Esclarecimento sobre os debates - Debates - Palavras da Sra. Regina Célia Peres Borges - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Durval Ângelo - Gil Pereira - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Jorge Eduardo de Oliveira - Márcio Kangussu - Maria Olívia - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Márcio Kangussu, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Luís Nassif, jornalista, colunista e membro do Conselho Editorial da Folha de S. Paulo e comentarista econômico da Rádio e da TV Bandeirantes; Deputado Gilson Lopes, da Assembléia Legislativa do Espírito Santo; Regina Célia Peres Borges, Diretora Executiva do PRODASEN e Diretora Nacional do Programa Interlegis; Marcelo Migueletto de Andrade, responsável pela Área de Informática da ALEMG; e Maria de Fátima Anastasia, Professora Adjunta do Departamento de Ciências Políticas da UFMG e Doutora em Ciências Políticas pelo IUPERJ.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do I Seminário Regional Interlegis do Sudeste, que, nesta tarde, terá como temas: "Lei de Responsabilidade Fiscal e Suas Implicações para o Poder Legislativo Estadual e Municipal", "A Experiência de Informatização da Assembléia Legislativa de Minas Gerais e as Perspectivas para o Interlegis" e "Inovação Institucional e Democracia no Legislativo Mineiro".

Palavras do Sr. Luís Nassif

Agradeço muito o convite para comparecer a este evento. Como mineiro exilado, vim de mochila para me preparar para a guerra, mas cheguei aqui, e o clima está mais tranquilo. Acho o tema dos mais relevantes e queria falar um pouquinho sobre tecnologia e as maneiras de se controlar o setor público, que é um dos papéis fundamentais das Assembléias Legislativas. Aliás, sugiro para todo Deputado, técnico, todos os preocupados com políticas públicas a leitura do livro sobre o novo Presidente do México, Vicente Fox, que, para mim, é o melhor apanhado feito até agora sobre como se devem utilizar as modernas tecnologias para se modernizar o setor público.

O País passou, nos últimos anos, nas últimas décadas, por momentos diferentes, momentos complicados, do ponto de vista econômico, que acabaram arrebatando qualquer forma de controle sobre as contas públicas e o orçamento, que virou uma peça de ficção. No tempo da inflação alta, fazia-se um orçamento superestimado, e, depois, o corte era feito por via da inflação. Subestimava-se a inflação, e, à medida que ela ia aumentando, o controle do orçamento final se dava através de uma redução do valor real alocado para cada obra. Tínhamos, do ponto de vista das Assembléias, das casas legislativas, um papel ingrato. Havia uma grande luta para acrescentar verbas, tirar verbas, acrescentar projetos, tirar projetos, definir uma peça orçamentária que não passava de uma obra de ficção, porque o Executivo acabava manobrando as próprias projeções de inflação. Você não tinha um orçamento real efetivamente.

Tivemos, nas últimas décadas, períodos de desequilíbrios em várias direções, desequilíbrios pendulares. Tivemos um período em que governar era gastar. Gastava-se, e não havia nenhum controle orçamentário; criavam-se passivos monumentais, que eram jogados para frente, para as gestões seguintes. Do fim do Governo Sarney para cá, tivemos um movimento pendular diferente. Passou a haver uma ênfase muito grande no controle fiscal, da qual o principal representante é o Ministro Pedro Malan, que é o que há de mais despreparado, digamos, para uma análise real do que é o gasto público.

Lembro-me de uma participação minha, há tempos, mediando um debate entre o candidato Ciro Comes e Bresser Pereira, que era ministro na ocasião. Alguém perguntou o que faria o Ciro, se assumisse a Presidência, para combater a inflação. Ele disse: "Pararia na boca do caixa do Tesouro e não deixaria passar nada". Essa é uma visão que não é dele, é uma visão anterior, que vem desde a época do Collor e que ganhou muito espaço por conta de alguns economistas que tinham uma mentalidade basicamente fiscalista. Segundo essa visão, bastava você estabelecer o equilíbrio fiscal, ou seja, gastar aquilo que você arrecada, que automaticamente o País estava salvo. A busca desse equilíbrio fiscal com o controle na boca do caixa produziu alguns dos maiores desperdícios que este País já conheceu, ao longo das últimas décadas. Tínhamos na boca do caixa o Secretário do Tesouro, que era apresentado como paladino da moralidade e do equilíbrio fiscal, e todo um planejamento que era feito para a liberação de verbas. De repente, estourava uma conta da previdência, e havia uma verba que era para ser liberada para a obra A, B ou C. Então, o Secretário do Tesouro, com a sua caneta, interrompia a liberação de verbas. Qual o resultado final? Aquela obra ficava atrasada, e o atraso produzia multas. Às vezes, iam buscar dinheiro no mercado, em Bancos, a um custo extraordinariamente elevado. O resultado final para o País era um desperdício enorme, se a obra não ficasse paralisada. Às vezes, até se interrompia a obra, e, para retomá-la, o custo era muito maior. Então, do ponto de vista da racionalidade, era um desperdício monumental, apenas para que o Ministro da Fazenda e o Secretário do Tesouro pudessem sustentar, no final do mês, o seguinte: "Este mês, do ponto de vista de caixa, o Tesouro ficou equilibrado, porque não soltou um tostão a mais do que arrecadou". Então, esses exageros foram cometidos e ainda hoje temos muitos macroeconomistas que acham que basta termos um equilíbrio fiscal que está tudo resolvido.

A visão moderna não é essa, mas a de que, efetivamente, é preciso ter um orçamento equilibrado, não criar desequilíbrios, haver uma gestão que contemple o todo, e não apenas aquela parte de "com quanto chego ao final do mês". Esse livro sobre o Fox chama-se "Paixão por um Bom Governo". Ele empregou um instrumento de qualidade total. E, com relação à qualidade total, Minas está bem. Temos aqui dois dos principais institutos de gestão do País, a Fundação Dom Cabral e a Fundação de Desenvolvimento Gerencial. No livro do Fox fica claro que os instrumentos tecnológicos são importantes, quase essenciais para termos um bom controle de contas públicas, mas não podem vir sozinhos. Por exemplo, quando se compra um pacote, automaticamente se tem uma gestão moderna. O primeiro passo para termos uma gestão moderna é mudar o sistema de gestão. Em algumas Prefeituras de Minas que implantaram programas de qualidade não há nada informatizado, mas há um sistema de gestão, de levantamento de números, de metas e de objetivos claro, que a população acompanha.

A informatização é importante como uma complementação a uma mudança de gestão. Quando a informatização de muitas empresas começou, o volume de dados que gerava era algo monumental, havia dado de todos os tipos. Esse excesso de dados era a mesma coisa de não ter dado nenhum, porque eram tantos que não se conseguia estabelecer um acompanhamento objetivo sobre o que estava acontecendo. À medida que as empresas foram racionalizando seus sistemas de informação, ficou claro que era necessária uma racionalização dos dados, temos que descobrir e desenvolver aqueles indicadores que facilitem a leitura e o acompanhamento das questões públicas pela opinião pública, pela Assembléia, pelo Tribunal de Contas.

Depois que passou essa obsessão fiscalista, quando a única coisa que interessava era saber se no final do mês você teve "superávit" ou "déficit", estamos começando a entrar num processo em que temos de ter uma análise qualitativa do que está ocorrendo. Especialmente na Câmara Federal, sempre havia uma grande luta para incluir verbas no orçamento. O Deputado incluía verba no orçamento, ia para casa e achava que já tinha cumprido a sua obrigação com a sua região. Acontece que muitas obras eram interrompidas ou atrasadas e acabavam tendo um custo excessivo. E o resultado final acabava não correspondendo àquilo que a Assembléia havia definido.

A Lei de Responsabilidade é muito importante para que o orçamento passe a ser uma peça essencial. O orçamento não é mais uma ficção, tem que ficar claro o que se pretende, e ele tem de ser implementado. Não adianta apenas as boas intenções. Por exemplo, numa empresa entra uma diretoria que faz um plano estratégico e diz que a meta da empresa para aquele ano é a de estabelecer o crescimento de tanto e uma redução de custo de tanto. A partir do estabelecimento das metas gerais, tem-se todo um desdobramento em planos de ação para saber como aquela meta vai ser alcançada, e a criação de indicadores que nos permitam saber, a cada mês, se aquilo está dentro ou não do planejamento. Se não estiver, é possível fazer as correções de rumo.

No plano público, esse modelo também tem de funcionar dessa maneira. Você pode ter um indicador financeiro, ou seja, a Assembléia votou uma liberação de recurso, então, ele tem de ser liberado no prazo adequado, caso contrário, o orçamento fica um jogo de faz-de-conta.

Em um segundo nível de acompanhamento, quer-se saber se as obras ou os recursos estão sendo aplicados em obras cujos cronogramas também estão cumpridos. Em terceiro, quer-se saber se os objetivos finais daquela obra foram alcançados também. Passamos de um período em que o que interessava era a obra, a inauguração, para um período em que o que interessa é o resultado. Aí, a criação de indicadores de qualidade e de avaliação de resultados passa a ser fundamental. Hoje um dos melhores modelos de gestão que temos no País é o atual PPA, o "Avança Brasil", que é fruto da cabeça privilegiada de um grande funcionário público chamado José Silveira. Esse funcionário de carreira da PETROBRAS trouxe os elementos de planejamento estratégico da PETROBRAS e a criação de indicadores. O PPA passa a trabalhar o orçamento em termos de objetivos. Por exemplo, tenho um conjunto de verbas que vão para atores distintos, ligados, de alguma maneira, à questão de mortalidade infantil. Então, em vez de tratarmos cada projeto separadamente, integramos esses projetos a uma meta, ou seja, a de reduzir a mortalidade infantil em determinada região de tanto para tanto. A partir dessa meta, todas as verbas que são alocadas para projetos envolvidos, de alguma maneira, com ela, passam a ser integradas. Isso é para que se tenha uma visão geral daquele processo. Então, no acompanhamento de indicadores, verifica-se se as obras estão sendo tocadas de acordo com o ritmo. No PPA cada obra tem um gerente que faz uma atualização semanalmente e relata se ela está dentro ou fora do cronograma, se está atrasada ou adiantada. O segundo ponto é o objetivo final, ou seja, os indicadores de mortalidade infantil de determinada região. Esses indicadores estão reduzindo ou estão aumentando. Se estão reduzindo não adianta ter a obra mais bonita do mundo, pois o objetivo final não é a obra, é aquele indicador. O que vemos hoje, em relação a esse conjunto, a essa parafernalia tecnológica, é que com a tecnologia, desde que se tenha uma inteligência na ponta, a criação de indicadores que sejam facilmente compreendidos pelos Deputados, pelo Tribunal de Contas e, principalmente, pela opinião pública, é possível dar um grau de eficácia para o setor público sem paralelo.

Faço parte de um grupo em São Paulo, integrado pela UNIEMP, que é o Instituto de Universidade Empresa, e pelo Tribunal de Contas de São Paulo. Estamos preparando um modelo de informações dos municípios para efeito da nova Lei de Responsabilidade Fiscal. O Governo aprovou a lei, mas não definiu as informações que têm de ser disponibilizadas para você acompanhar se o município está indo bem ou não. Esse modelo vai ser relevante por várias razões. Primeiro, porque tem uma lei a ser cumprida. Segundo, é que com a Lei de Responsabilidade Fiscal o município que quiser investimento de órgãos internacionais deverá ter a chamada avaliação de risco. Hoje temos empresas de avaliação de risco no mercado que pegam, por exemplo, um grupo qualquer que quer fazer uma emissão de debêntures, levanta todos os números desse grupo e, a partir deles, obtém um conjunto de indicadores. Aí, ela diz se isso está classificado como uma área de menor ou de maior risco. Em função dessa classificação, os Bancos cobram menos juros, se a empresa for mais sólida, ou mais juros, se for menos sólida.

Esse modelo virá para o setor público e para os municípios também. A Lei de Responsabilidade Fiscal vai ser relevante não apenas para evitar punições ao Prefeito, para garantir uma estabilidade fiscal para o município, mas também para a atração de investimentos internacionais. Nesse trabalho que estamos montando no Tribunal de Contas de São Paulo, foi feito um estudo preliminar em que se verificou que todas as informações que os auditores recebem são defasadas. Essas informações são anuais. Elas estão disponibilizadas hoje na Internet. Isso foi colocado no ar ainda com uma linguagem um pouco técnica. Vamos ter de buscar uma linguagem que o cidadão comum possa entender e saber se sua Prefeitura está boa ou não. Quando essa primeira versão foi colocada no ar, a Prefeitura de Marília, que tinha bons indicadores, através de seu Prefeito, fez o maior carnaval para mostrar a qualidade dos seus indicadores.

Havia também a Prefeitura de Araçatuba, que, aliás, tem o Prefeito mais simpático que já conheci, que era uma mulher fatal, pois tinha 50% de "déficit" orçamentário. Não entendi como ela conseguiu esse "déficit" tão alto. À medida que as informações são disponíveis publicamente, você passa a dar um estímulo maior à busca desses objetivos. Estamos num momento em que, na maior cidade do País, o Prefeito quebrou a cidade e elegeu seu sucessor. Os eleitores e a imprensa só se deram conta de que a cidade estava quebrada seis meses após, quando as contas deixaram de ser pagas. À medida que você cria atualizadores, periodicidade de atualização desses dados, e o ponto principal cria índices, critérios de análise que possam ser comparáveis, você vai ter um monitoramento quadrimestral imposto aos municípios pela lei, e ainda vai ter a própria pressão da opinião pública para chegar ao tipo de municipalismo que se tem nos Estados Unidos. Lá, há um município x e outro município, perto ou longe, com características semelhantes. Com o tempo, você tem de permitir que o cidadão olhe o seu município e diga: "Puxa, mas com o que eu pago de imposto! Nosso orçamento é x. No entanto, nossas escolas municipais têm muito menos alunos do que a

outra cidade que tem um orçamento semelhante, mas que consegue maior eficácia para seus impostos".

Acho que a iniciativa de juntar as Assembléias é relevante, porque o ponto principal, quando se trabalha com Internet ou outra tecnologia, é criar os parâmetros. Tenho de ter parâmetros, para a avaliação de um município, os quais sejam nacionais, que permitam comparar um município de Minas com um do Paraná. Com o tempo, isso permite criar algo essencial nos projetos de modernização de empresas, que é o "(...) Marketing". O que é isso? São as melhores práticas. Você pode pegar um indicador qualquer de saúde ou de asfaltamento de ruas. Você cria os indicadores. Os melhores municípios vão oferecer a base para esses indicadores. Se sou Prefeito de um município, vou olhar, nos melhores indicadores de mercado, onde está minha cidade. A partir dessa comparação, ele pode fazer planos de ação, metas para atingir os objetivos propostos. E tudo isso passa, obviamente dentro dessa parafarnália de números que tem uma Prefeitura, por vários aspectos: em primeiro lugar, pela gestão informatizada. Qualquer média empresa no País hoje tem acesso a sistemas gerenciais completamente informatizados, de tal maneira que todo dinheiro que entra e sai é contabilizado. A partir desses dados, o segundo ponto é padronizar indicadores, é criar metodologias de padronização de indicadores. Estas não podem vir de cima para baixo, pois têm de ser discutidas, e o padrão tem de ser definido.

Na Internet, ocorre isso. Por exemplo, você tem 20 tipos de correio eletrônico e define um padrão único, pois cada qual usa dentro daquele padrão. Hoje temos os sistemas gerenciais, os chamados RPs. Você tem 500 tipos de RPs na praça, mas eles têm de definir um conjunto de indicadores padronizados. Por isso, acho que a Interlegis tem esse papel interessante, à medida que congrega várias Casas, vários Estados, vários personagens. Acho que um passo interessante seria formar um grupo de trabalho com outras áreas, com o Tribunal de Contas, por exemplo, definindo os indicadores que permitam facilmente saber quem está bem e quem está mal. Diria que a definição dos indicadores é tão importante quanto a mudança do sistema gerencial e quanto à questão da informatização. Temos dados recentes da Organização Mundial de Saúde e da ONU sobre a situação de saúde no Brasil. Um coloca o Brasil em 124º lugar, outro, em 71º e o último, em 56º. Então, qual é o indicador correto? Temos de estabelecer indicadores que sejam padrão. A experiência do programa brasileiro de qualidade e produtividade é fundamental. Foi criada uma fundação brasileira de qualidade e produtividade, que definiu os critérios para análise da situação de uma empresa. São critérios muito objetivos. Com base nesses critérios, é possível dar nota para o grau de qualidade e eficácia da gestão de cada empresa. Acho que algo semelhante vai ter de ser pactuado nesse nosso modelo. Somos um modelo federativo apesar de se dizer que é "a", "b" ou "c". Não adianta um Estado criar um critério "a", se outro cria um critério "b". Acho que o ponto básico para se caminhar na direção de algo que transforme os dados em números e informações é a criação de um padrão.

Esse padrão, à medida que as Assembléias estão interessadas em avançar nessa questão da informatização, da fiscalização, das normas do Plano de Responsabilidade Fiscal, passa a ser um ponto essencial. É importante que o analista da Assembléia de Minas tenha o mesmo padrão, o mesmo critério de análise do analista da Assembléia de São Paulo ou do auditor do Tribunal de Contas. Esses padrões vão permitir, de um lado, comparar objetivamente os municípios. É evidente que os municípios não podem ser comparáveis entre si. Você tem municípios que têm uma natureza mais turística, outros, uma natureza mais industrial. Grupos de municípios vão ter de ser criados para serem comparados. Mas esses critérios têm de ter linguagem única, senão vamos ter uma enxurrada de dados e análises gerados por esses sistemas informatizados, sem nenhuma condição de se compararem uns com os outros. Estamos prosseguindo numa etapa em que as Assembléias passam a ter um papel cada vez mais relevante. O Governo Federal, há alguns anos, criou o SIAF e outros sistemas informatizados, que permitiram aos Deputados ter acesso às contas. No começo havia muita resistência do Governo Federal: a imprensa vai ter acesso a esses dados e, como não os entende corretamente, fará escândalo à-toa. Por quê? Ninguém quer abrir informação, porque a informação é poder. Quando se abre informação, você se expõe.

À medida que o SIAF saiu, houve muitos problemas de jornalistas e Deputados que não entendiam direito os números e faziam um carnaval. Mas isso faz parte do jogo. Com o tempo, o SIAF permitiu também a identificação de desajustes e desequilíbrios. Ele ainda é muito fechado, mas já permite um tratamento responsável. Quando falamos em era de Internet - ele foi feito na era pré-Internet -, a criação desses indicadores é fundamental para que os dados sejam públicos.

Esse projeto do Tribunal de Contas de São Paulo fazia com que os dados a que os auditores tinham acesso fossem os mesmos disponibilizados na Internet, ou seja, os cidadãos teriam acesso aos mesmos dados do auditor. Quando se faz um sistema desse, acaba-se com a possibilidade dos arranjos políticos. Não haverá mais o Conselheiro X, que esconde as contas do município Y, etc. Esse jogo acaba, e tudo fica transparente. Quem vai aderir a esse jogo? Apenas as casas e os tribunais onde o sentimento de cidadania já ganhou tal maturidade que a burocracia, os políticos, os Deputados e Conselheiros sabem e reconhecem que os dados não pertencem a eles, mas ao público. É um caminho em que a tecnologia disponível, hoje, é a parte menos relevante. Os avanços nos bancos de dados e nos sistemas estão disponíveis também. A dificuldade maior está na implementação de novos processos gerenciais, principalmente na mudança de paradigmas. O eleitor e o cidadão precisam perceber que o Prefeito que disponibiliza os seus dados abertamente é mais confiável que aquele que joga com os dados escondidos.

É um longo caminho que temos pela frente. Os senhores estão na linha de frente. Um projeto como esse, que interliga as diversas Assembléias, vai conferir um grau de profissionalismo tamanho às Assembléias, transformando-as, efetivamente, em fator de fiscalização e implementação de políticas públicas. Sem informação, não há como. O que tinha, até agora, era um trabalho insano de se aprovarem emendas para cá e para lá, sem saber como se chegava na ponta; era uma peregrinação para saber em qual departamento a coisa estava empacada e emperrada. Agora, com a informatização e os novos sistemas, desde que haja um trabalho prévio, teremos uma gestão democrática. Estamos caminhando para a democracia, e as Assembléias terão um papel efetivo, porque teremos informação. A partir do momento que tivermos todo esse processo informatizado, acabará a gaveta do burocrata, daquele sujeito que esconde processos e os esquece por falta de estímulo e responsabilidade.

Será um momento único em que acontecerá um salto do federalismo brasileiro. À medida que as Assembléias e as Câmaras se interligarem, haverá um avanço inestimável no federalismo brasileiro. O federalismo é basicamente um modelo em que cada município precisa de sua autonomia, independência, obviamente seguindo regras gerais e federais, mas é um processo em que as experiências precisam ser interligadas. É preciso, com as experiências, formar pactos. Isso não é algo que se faz com lei ou decreto, mas com o exercício soberano da democracia, da autonomia municipal e da consciência de que essa troca de experiências é fundamental para que possamos caminhar em direção a um País melhor. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Marcelo Migueletto de Andrade

Falaremos, nesta palestra, sobre o processo de informatização da Assembléia de Minas, experiência de mais de uma década, que trouxe retorno positivo para a Casa, numa excelente razão de custo-benefício.

Com o advento da Interlegis - grande oportunidade para as Casas Legislativas começarem ou avançarem no seu processo de informatização -, a intenção é compartilhar nossa experiência, para que sirva de subsídio ou estímulo a outros trabalhos. Não que tenhamos a pretensão de apresentar um processo ou uma situação ideais. Estamos longe de poder fazer isso, muito longe até do estado em que chegou a PRODASEN, mas esperamos que nossas informações lhes sejam úteis.

Na introdução, apresentaremos números relativos ao trabalho da Assembléia na década de 90, um breve histórico do nosso processo de informatização, falaremos da situação atual, avaliaremos as dificuldades e os fatores de sucesso e, por fim, falaremos das perspectivas do Interlegis, do ponto de vista da Assembléia.

Tomemos o gráfico que indica a evolução do quadro de funcionários da Casa, de 1990 a 1999. Trata-se de números relativos ao quadro permanente de servidores da Secretaria da Assembléia. Saímos de um total de quase 1.600 funcionários, em 1990, para um patamar pouco acima de 1.200, em 1999. Essa redução não foi causada pelas demissões, mas pelas aposentadorias, que se intensificaram em função das reformas administrativas. De 1990 a 1999, a Casa perdeu o número exato de 399 servidores. Esse é o primeiro dado a observar.

Em segundo lugar, vêm os números relativos aos indicadores de trabalho legislativo da Assembléia em período semelhante, ou seja, na segunda metade da década. Em verde, estão os percentuais de variação desses números, que são todos positivos e alguns bastante significativos. O número de comissões aumentou em 61%, o volume de matérias apreciadas, em 76%, e o número de eventos realizados, em 287%, entendendo como eventos seminários, ciclos de debates e fóruns técnicos. Houve também, portanto, aumento significativo do volume de trabalho.

O terceiro gráfico mostra o índice de renovação parlamentar nas quatro últimas eleições estaduais. Em 1996, 70% do número de Deputados Estaduais mineiros foi renovado; em 1990, a porcentagem caiu para 58%; em 1994, para 43%; e, em 1998, para 30%. Para nós, essa é uma indicação clara da eficácia dos trabalhos da Casa no apoio ao parlamentar. E quais foram os facilitadores disso?

Primeiro, foi o investimento pesado em capacitação dos servidores da Assembléia. Em 1999, 2.287 alunos fizeram treinamentos nas mais diversas áreas e foram aprovados. A terceirização também veio ajudar a suprir algumas demandas para as quais não tínhamos pessoal, como foi o caso da TV Assembléia. Para a montagem da equipe, migrou parte de servidores de outras áreas da Casa, e parte foi terceirizada, até mesmo para trazer "know-how".

Criamos a Consultoria Cidadã, que visou aliviar o trabalho da Consultoria, abrindo a possibilidade de profissionais prestarem serviços dessa natureza à Assembléia. Empreendemos iniciativas isoladas na área de comunicação social e treinamentos de informática, o que, inicialmente, cabia à Assembléia e, depois, passou para o SENAC. Esse foi outro fator que ajudou a minimizar o efeito da redução do quadro de funcionários.

E, por fim, a informatização talvez tenha sido uma das peças principais de um grande processo de modernização administrativo vivido pela Assembléia após a Constituinte mineira.

Sintetizando, temos hoje cerca de 670 micros na Casa e 42 sistemas informatizados em introdução, e é justamente sobre a informatização que procuraremos passar mais informações a partir de agora.

Iniciaremos fazendo um breve histórico do nosso processo. Até 1987, não tínhamos equipe própria de informática, eram poucos equipamentos, pouco pessoal qualificado, éramos completamente dependentes e fazíamos uso de sistemas desenvolvidos externamente ou nos hospedávamos externamente. Em 1978, foi instalado o primeiro terminal de computador na Casa, que era do PRODASEN, ou seja, a primeira experiência de informática na Assembléia foi acessar uma base de dados do PRODASEN.

O início do processo de informatização da Assembléia deu-se entre 1988 e 1992. Foi um grande salto. A Constituição Federal devolveu uma série de prerrogativas ao Poder Legislativo brasileiro, nos níveis federal, estadual e municipal, o que obrigou a Assembléia a se aparelhar e a se preparar melhor para as novas atribuições que deveria assumir.

Foi então que se iniciou esse grande processo de modernização administrativa de que eu havia falado, no qual a informática é peça fundamental.

Foi a Constituinte mineira, que aconteceu um ano depois, em 1989, que catalisou esse processo inicial de informatização. Foi, então, adquirido o primeiro "mainframe" da Assembléia, e foi montada a primeira equipe interna para trabalhar com informática, também contando com pessoal da PRODEMGE, que é a companhia estadual de processamento de dados. Assim, começaram a ser desenvolvidos os primeiros sistemas próprios da Assembléia Legislativa, iniciando-se pelo que dava apoio à Constituinte mineira.

Um ano antes, em 1988, os gabinetes parlamentares receberam seu primeiro microcomputador, sua primeira impressora e seu primeiro sistema de banco de dados, desenvolvido inicialmente pela PRODEMGE e depois substituído por um sistema próprio. Em seguida, em 1991, aconteceu o concurso público para Analista de Sistema e Analista de Suporte, quando a equipe da área de informática se estruturou melhor e foi aumentada. Essa equipe, que se formou no início da década de 90, é a base da nossa área de informática até hoje.

Na seqüência desse incipiente processo de informatização, em 1992, a Assembléia lançou o projeto Assembléia "On Line". Ou seja, três anos antes de se falar em Internet no Brasil, pelo menos comercialmente, começamos a nos movimentar para levar informações para o interior do Estado - à época, instalando terminais do nosso "mainframe". Começamos em cidades-pólo, disponibilizando o acesso a um de nossos sistemas, por meio do qual as câmaras municipais acompanhariam o nosso trabalho mais de perto.

A etapa seguinte poderia ser dividida em dois períodos: de 1993 a 1995 e de 1996 a 1999. No primeiro período, deixamos de trabalhar exclusivamente com o "mainframe" e introduzimos o Unix, os supermicros, os bancos de dados, a rede de comunicação de dados, o correio eletrônico, em 1993, e a conexão à Internet, em 1995, inicialmente por meio da UFMG. No segundo período, já em 1996, a informatização dos gabinetes foi ampliada: o número de micros passou para dois. Ao longo desses anos, os terminais começaram a ser desativados, sendo substituídos por computadores ligados à rede que havia sido construída, processo que acabou culminando em 1999. Também os sistemas migraram de plataforma, indo do ambiente terminal Unix para o Windows, acompanhando a evolução tecnológica. O "site" na Internet tomou o lugar do Assembléia "On Line", que, ainda em 1995, já havia entrado em uma nova fase, em que o acesso não era mais por meio de terminais de "mainframe", mas por "rampack", o que elevou o número de usuários para cerca de 200. Mas, a partir de 1996 ou 1997, o "site" foi agregando informações, chegando ao ponto de ter tudo o que estava no Assembléia "On Line" e com uma facilidade de acesso e um leque de informações bem maiores. Hoje, o Assembléia "On Line" encontra-se virtualmente desativado, em função dessa concorrência. Em 1997, como já foi mencionado pelo Deputado Fábio Avelar, ocorreu aqui o II Encontro Nacional de Informática Aplicada ao Legislativo, ocasião em que o Interlegis foi anunciado para a comunidade. Bem, esse foi um breve histórico da nossa informatização na década de 90.

Passando para nossos projetos atuais, nossa rede de comunicação de dados está sendo ampliada: pela grande utilização, já estava ficando limitada. Os gabinetes estão recebendo seu terceiro computador. Somando-se a alguns micros que estão sendo comprados para a Secretaria, esse fato faz com que nosso número de equipamentos chegue a algo em torno de 800. Em termos de sistema, estamos partindo para uma integração maior. Ao longo de todos esses anos foram sendo desenvolvidos vários sistemas em tecnologias diferentes, o que é uma dificuldade que ainda vamos destacar; hoje, estamos procurando integrar melhor aqueles que foram feitos em épocas diferentes e em projetos isolados, fazendo e refazendo sistemas. Também estamos procurando interligá-los melhor à Internet, para que a alimentação do "site" seja mais automática e mais simples e ele possa reunir mais informação para o cidadão. Este ano será realizado concurso para vários cargos na Assembléia, inclusive para Analista de Sistema, para a repor o pessoal que saiu. Esse concurso está vindo em hora muito boa, quando já enfrentamos grande dificuldade em atender à demanda da Casa, pois nossa equipe também foi diminuída.

Hoje, a situação da informática na Assembléia Legislativa, em números, é a seguinte: temos cerca de 1.520 usuários cadastrados; desde 1995, 4.232 alunos aprovados em cursos de informática, parte deles ministrada pela própria Área de Informática, e parte pelo SENAC; 670 micros, chegando a 800, como já havíamos comentado; no CPD, há 13 computadores centrais, variando de simples micros com uso dedicado a computadores de maior porte, embora não tenhamos mais "mainframe"; 42 sistemas em produção; 5 em desenvolvimento; em média, 370 atendimentos por mês, incluindo-se a área parlamentar, a Secretaria da Assembléia e os equipamentos; e, no último mês, o "site" atingiu o número de 420 mil "hits", o que é um indicador do número de consultas ao "site" e, por nossas estatísticas, pode ser traduzido em algo em torno de 270 mil acessos à página. Esse número tem crescido bastante, o que era natural, pela própria popularização da Internet, mas deixa claro o grande poder que tem o "site" para levar informações ao cidadão e para trazer informações à Assembléia.

A Área de Informática, hoje, tem 54 servidores, além de 2 estagiários de meio horário, o que representa 1,5% do total de funcionários da Assembléia. O quadro da informática é todo formado por servidores do quadro permanente da Assembléia. A Área de Informática situa-se na Diretoria Administrativa e é dividida em 5 gerências técnicas.

A primeira é o Suporte, que trabalha como qualquer setor típico de suporte de qualquer empresa que possua informática, lidando com questões de segurança e gerenciamento de "softwares" centralizados. A equipe de Produção é responsável pela operação do CPD, gerência da rede e manutenção de equipamentos.

Passamos por uma experiência interessante com essa equipe de um ano para cá. Até essa época, toda a nossa manutenção de equipamentos era terceirizada. De julho de 1999 até agora ela tem sido feita por nós, nos equipamentos que estão fora da garantia, é lógico. Foi uma experiência muito interessante e envolveu reciclagem de pessoal. Boa parte dele havia deixado de desempenhar uma série de atividades ligadas diretamente ao gerenciamento do "mainframe" e aos equipamentos que foram desativados. Reaproveitamos essas pessoas, treinamo-as novamente e as colocamos para trabalhar na manutenção dos equipamentos. É claro que facilitou muito o trabalho dentro da própria equipe de produção, de pessoas com formação técnica anterior, que foram fundamentais para que os colegas pudessem participar disso também. Hoje essa mudança representa uma economia anual para a Assembléia de cerca de R\$100.000,00.

A terceira gerência é a de Desenvolvimento dos Sistemas. Como disse, temos 42 sistemas em produção. Desses, diria que 40 foram desenvolvidos pela própria área de informática da Assembléia.

Temos duas gerências de Apoio ao Usuário. Até 1994 não era dessa forma. De lá para cá, fizemos a separação e temos obtido um resultado interessante. Até 1994 a equipe que prestava apoio ao usuário era uma só. Desse período para cá, trabalhamos com uma equipe especializada em dar apoio ao parlamentar, aos gabinetes parlamentares, e há outra para o usuário da Secretaria. Isso nos permite fazer um acompanhamento mais próximo do gabinete do Deputado, um tratamento até mesmo pessoal, já que há diferenças entre a plataforma usada por um e por outro. Os produtos e a tecnologia são diferentes, e o enfoque é outro. Enquanto a Secretaria da Assembléia usa sistemas corporativos, integrados, cada um dos 77 gabinetes tem sua estrutura autônoma. Essa divisão tem se mostrado muito interessante.

Outra experiência que implantamos a partir de 1998 foi a dos agentes de informática. Vocês estão vendo a representação disso naquela caixinha verde, que está subordinada não administrativa, mas tecnicamente à Gerência de Apoio à Secretaria. Esses agentes de informática são servidores de todas as áreas da Secretaria da Assembléia que receberam treinamento nos moldes do que um técnico da nossa área recebe. E não apenas treinamento, mas acesso a sistemas e recursos da rede. Esse foi um fator interessante de descentralização e de maior agilidade do apoio ao usuário. É uma experiência que ainda estamos amadurecendo, mas que com certeza já nos tem trazido frutos interessantes.

Hoje são 27 agentes de informática, o que dá uma média de 2 por setor, dependendo do porte dele. Procuramos colocar 1 para cada andar, de modo que sempre houvesse no quadro de cada departamento da Secretaria da Assembléia alguém com um pouco mais de informação, experiência e acesso para resolver os problemas, e muitos deles são resolvidos logo em primeira instância. Quando não são, os próprios agentes se encarregam de trazê-los já mais trabalhados para nós. Isso tem sido fundamental também para agüentarmos esse aumento de serviço, apesar de um ligeiro decréscimo no nosso quadro de pessoal.

Essa pesquisa de satisfação com os serviços de informática na Assembléia foi feita no ano passado - creio que nos meses de abril ou maio, logo após a posse da atual legislatura - com os parlamentares: 53% o classificaram como muito bom; 33%, como bom; 12% se mostraram pouco satisfeitos; e 2% nada satisfeitos. São números que, sem falsa modéstia, consideramos bons, mas que de maneira alguma nos permitem acomodar.

Fazendo um balanço de todo esse processo de informatização, identificamos quatro benefícios principais. O primeiro é a produtividade, o que ficou muito claro em razão daqueles números apresentados. Hoje a Assembléia produz muito mais com menos pessoas. É lógico que a informática não é a única responsável por isso, mas sem dúvida é fundamental. Em segundo lugar, citariamos a cidadania. A informática, desde o "Assembléia On Line", no início da década passada até o atual site da Assembléia, tem sido um importante instrumento de aproximação da Casa com a sociedade e de democratização do acesso à informação. Ela permite que se atinja um público muito grande, o que talvez não fosse possível ou gastaríamos um esforço muito maior com outras alternativas.

Dentro dessa linha da cidadania, a integração foi aprimorada com o uso da informática. Volto a citar o caso do "Assembléia On Line" e do site, através dos quais as Câmaras Municipais e associações microrregionais passaram a obter informações e a ter um relacionamento muito melhor com a Assembléia.

Quanto à questão da independência, vejo claramente que o fato de a Assembléia possuir uma equipe de informática e ter um rumo próprio no setor é questão de independência do Poder. Há um exemplo, talvez não tão rico, mas muito fácil de entender, que é o da folha de pagamento. A da Assembléia é rodada na Casa, e sabemos que em outros locais ela fica amarrada ao Executivo. Não que isso, obrigatoriamente, seja um instrumento de controle, mas é uma garantia a mais existir uma área de informática própria que lhe permita caminhar com as próprias pernas. Ela não precisa fazer tudo, mas deve, pelo menos, indicar com segurança os rumos a serem tomados e saber trilhar um caminho tecnicamente interessante. São esses os quatro benefícios principais que observamos durante todo esse processo.

Falarei agora sobre os fatores de sucesso dessa experiência de informatização, que consideramos bem-sucedida. O primeiro é a sua inserção em um projeto de modernização, como já mencionei. Não adiantaria nada a Assembléia estar investindo em informática sem que toda a sua estrutura estivesse comprometida e cobrando um aprimoramento do seu funcionamento.

Quanto à condução profissional, quero dizer que informática é uma questão técnica. É claro que ela deve seguir todas as orientações políticas emanadas da informática, mas é uma questão técnica. Claro que deve seguir todas as orientações políticas emanadas da administração, dos parlamentares da Mesa Diretora, mas carece de decisões técnicas. Aqui, tivemos espaço para isso. Todo o projeto foi conduzido com respeito à opinião técnica.

A existência de equipe própria e permanente também foi fundamental. Não que consideremos isso primordial, mas é o ideal. Gostaríamos que fosse cada vez mais assim, fica mais fácil trabalhar, pois há condições de saber o que se está fazendo, de se buscar o rumo certo, de se avaliar o serviço contratado. Isso é fundamental.

Tivemos a felicidade de, pelo menos até aqui, e com o novo concurso cremos que continuaremos trilhando esse caminho, contar com uma equipe própria, o que, com certeza, representou economia para a Assembléia, e a prestação de serviços é de melhor qualidade.

A continuidade em informática também é fundamental. Assim como em qualquer outra área, temos projetos de médio e longo prazos. A informática tem uma agravante que exige investimentos, às vezes, de alto volume para compra de equipamento, "software" e para manutenção do que já se tem. Sem continuidade, em informática, fica difícil trabalhar. É muito dinheiro e tempo que podem ser perdidos. Tivemos a felicidade de ter condições de trabalho e projetos de médio e longo prazo também.

Não é segredo que qualquer empresa que vai trabalhar com informática precisa de dinheiro. Muitas vezes, o retorno não é em curto prazo. Mostramos que esse processo começou no início da década, transcorre até hoje, e os benefícios não serão sentidos no semestre seguinte, no bolso, ou na aproximação com a sociedade. É um retorno de médio e longo prazos. Tivemos administradores com visão para investir um pouco mais no início, sabendo que os frutos iam chegar em breve.

Esse conjunto de fatores só foi possível graças à visão e ao apoio político durante todo esse período. Parece óbvio. Acho que todos vocês consideram isso óbvio, mas é incrível ver como isso não é comum. Fiz questão de colocar isso aqui, porque sei que há parlamentares nesse público. Dirijo-me especialmente a eles, como técnico, fazendo um apelo para que pensem um pouco nisso, procurem criar nas suas Casas condições para que o trabalho de informatização possa transcorrer com profissionalismo, com competência, lógico que com cobrança, mas, com certeza, o resultado virá.

Muitas das dificuldades encontradas são comuns a qualquer empresa que trabalhe com informática. A própria evolução tecnológica, vocês viram, no histórico que apresentamos, começamos com "mainframer", passamos para Unix, micros. Há uma série de implicações que os senhores devem conhecer muito bem. É necessário fazer e refazer as coisas; treinar, reciclar as pessoas, comprar equipamentos, substituir, comprar "software", atualizar. A evolução tecnológica tem facilitado muito as coisas, hoje é muito mais fácil informatizar uma Casa Legislativa, uma empresa qualquer do que 10 ou 15 anos atrás, quando se tinha de comprar equipamentos muito mais caros. A evolução rápida do mercado tecnológico, como já foi citado hoje pela manhã, também é um grande dificultador.

Foi uma facilidade os recursos para investimentos terem sido alocados. Também enfrentamos dificuldades porque se me perguntarem se poderíamos ter feito mais se houvesse mais dinheiro, certamente, diria que sim. À medida que se vai informatizando, o recurso é necessário, não só para ampliar a informatização, mas para mantê-la.

Atingindo o número de 800 micros, estimamos que pelo menos 200 micros terão de ser comprados todo ano, apenas para manter seu estado atual, considerando-se que o ciclo de vida de um computador é de quatro anos. Ou seja, o micro que você põe para uma pessoa trabalhar é um filho que você põe no mundo. Há que se atualizar, comprar "software", treinar, atualizar software, expandir e por aí vai.

O importante é que comprando-se um micro hoje, haja dinheiro para atualizá-lo daí para frente. Por isso, o recurso é sempre importante. Não significa que comprando hoje esteja tudo resolvido.

Outra dificuldade foi o aumento violento de serviço. Não se pode comparar o trabalho feito hoje, em informática, com o que se fazia há alguns anos. Concomitantemente ao aumento de serviço, houve a diminuição da nossa equipe. Temos procurado corrigir alternativas já mostradas: agentes de informática, negociação para a realização de novo concurso e uma ou outra atividade terceirizada. O treinamento de informática que era feito pela área de informática hoje é feito pelo SENAC, com o nosso acompanhamento.

Começamos a nos informatizar há bastante tempo. Na época e até hoje, a referência é o PRODASEN. Porém, a experiência deles já não nos serve, devido ao patamar em que estão até hoje. Não tivemos oportunidade de buscar experiência em outras Casas. Hoje há o ENIAL e outras iniciativas de aproximação entre as Casas.

Gostaria de relacionar algumas vantagens para quem está começando um trabalho como esse. Hoje a tecnologia é muito mais barata. O custo para se montar uma estrutura mínima de informática é muito menor que há alguns anos. Vendo sistemas de outras Casas, confesso que tenho inveja ao ver pessoas começando do zero, com toda a liberdade de escolha de padrões tecnológicos, de produtos, e nós com todo um legado para administrar.

O mercado oferece mais opções. A cooperação entre as Casas está efetivamente acontecendo. No caso de informática, especificamente, com o Encontro Nacional de Informática Aplicado ao Legislativo. Gostaria de passar mais informações sobre o ENIAL deste ano. A pedido da Assembléia Legislativa do Espírito Santo, o ENIAL será realizado em Vitória, nos dias 29 de agosto a 1º de setembro. Está sendo organizado pela Assembléia Legislativa do Espírito Santo e pela Câmara Municipal de Vitória. O material sobre o ENIAL estará disponível na mesa de credenciamento. O Interlegis, sem dúvida, é um marco na informatização do Legislativo brasileiro.

Falarei sobre as principais perspectivas para o Interlegis, do ponto de vista da Assembléia, em termos de aparelhamento e de benefícios mais diretos. Enquanto no dia-a-dia os Deputados interagem mais com as Câmaras Municipais, com os outros Estados e com Brasília essa interação, pela distância geográfica, é mais difícil. Esperamos que essa interação aumente. Nos últimos cinco anos, a Assembléia realizou 65 eventos institucionais, ciclos de debates, fóruns e audiências públicas. Com o equipamento de videoconferência, esperamos que esses eventos possam contar com a participação de congressistas e Deputados de outros Estados. Isso proporcionará também a integração entre os parlamentares, através de reuniões partidárias e discussões políticas, e a capacitação dos servidores, como já foi dito pelo Alexandre, nos projetos de educação no Interlegis, usando recursos de ensino à distância, através de equipamentos de videoconferência.

Vemos também boa perspectiva de aproximação com as Câmaras Municipais. Com os equipamentos que têm, poderão nos acessar mais facilmente - refiro-me especificamente aos "sites" - e nos fornecer mais informações, através de meios informatizados que o Interlegis poderá ajudá-las a ter.

Será possível também a realização de eventos técnicos, na Assembléia, para as Câmaras Municipais do Estado debaterem sobre informatização, Interlegis e outros assuntos técnicos, sobre os quais a Assembléia e as Câmaras Municipais tenham contribuição a fazer.

O Interlegis é um bom pretexto para que a Assembléia Legislativa preste apoio técnico às Câmaras Municipais de Minas Gerais, dentro e fora do Interlegis. Vislumbramos a possibilidade de parceria com a Companhia de Processamento de Dados do Estado - PRODEMGE -, que tem centrais regionais em vários pontos de Minas Gerais e poderia apoiar as Câmaras Municipais nesse início de informatização.

Outra possibilidade interessante é a ampliação das atividades da Escola do Legislativo, fundada em 1992 pela Assembléia Legislativa. Ela realiza eventos na área de ensino, pesquisa e extensão, como cursos, palestras, voltadas não só ao público interno da Assembléia, parlamentares e servidores, mas também para o agente público municipal, para o público externo, para o cidadão. Há uma série de publicações técnicas como a "Revista do Legislativo", "Cadernos do Legislativo", "Manuais para Câmaras Municipais e Vereadores". De 1997 até hoje, houve 8.713 participantes nesses eventos, sem contar outros projetos mais abertos, como o "Cidadão Mirim", no qual estudantes conhecem o trabalho da Assembléia Legislativa; o que elevaria o número de participantes para 4 mil.

Todas as atividades da Escola do Legislativo, até um tempo atrás, requeriam a presença física das pessoas, o que é um dificultador. Esperamos poder estender esse trabalho.

Os cursos de capacitação para agentes públicos municipais serão fundamentais para o aprimoramento dos trabalhos nas Câmaras Municipais. A Assembléia vem realizando cursos e palestras para o agente público municipal, abordando temas como o Poder Legislativo municipal, administração pública, ética, cidadania, técnica legislativa, legislação eleitoral, arquivamento de documentos. A Assembléia Legislativa já tem vasta experiência e muito material pronto para a capacitação do agente público municipal. Essa tem sido uma das prioridades da Escola do Legislativo.

Esperamos que o uso da Internet e outros recursos de ensino à distância permitam que esse conhecimento possa ser levado a mais pessoas num prazo bem curto. Com certeza isso contribuirá com o trabalho das Câmaras Municipais.

Esse processo tem uma total relação com a Interlegis, e, como o Alexandre já disse, essa parceria será buscada. Esperamos que isso aconteça e estamos à disposição para tratar desse assunto, de forma que possamos juntar o material didático já preparado, a experiência prática que a Assembléia tem, com recursos e tecnologia que a Interlegis poderá nos trazer, para termos uma escola virtual que venha a ser uma grande referência de conhecimento legislativo, não só para as Câmaras Municipais, mas também para outras Casas também.

Então, era isso que eu gostaria de passar, nesse tempo que nos foi concedido. Estou à disposição para qualquer questionamento. Muito obrigado.

Palavras da Sra. Maria de Fátima Anastasia

Boa-tarde. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite que me foi feito para participar deste importante evento. Há alguns anos, venho estudando o Legislativo, especialmente a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, e tenho o maior prazer em poder dividir com vocês um pouco dessas reflexões que venho fazendo. Parece-me muito interessante a iniciativa de organização do Interlegis, exatamente porque há um consenso na ciência política contemporânea de que um dos recursos mais importantes para o exercício da cidadania democrática e, ao mesmo tempo, um dos mais igualmente distribuídos, na sociedade contemporânea, é a informação. Ela é um recurso estratégico que, efetivamente, prepara os indivíduos para participar e exercer a cidadania. No entanto, esse recurso é cada vez mais difícil. Por isso, essa iniciativa do Interlegis parece-me muito boa.

Existe um autor chamado Robert (...), cientista político americano, que fez uma afirmação interessante e um pouco óbvia de que a invenção da representação foi o que propiciou o exercício da democracia das sociedades contemporâneas. Vivemos em sociedades de grandes números, que são complexas e heterogêneas, atravessadas por diferentes clivagens. Essas sociedades muitas vezes são desiguais e, nelas, seria impensável o exercício da democracia exclusivamente através dos mecanismos de participação direta, como se fazia na "pólis" grega, há muito tempo.

Então, foi preciso inventar a representação. Hoje, ela constitui a solução do problema da democracia em nossas sociedades. Ao mesmo tempo, constitui também o seu limite, na medida em que as democracias que temos, como sabemos, são imperfeitas e insuficientes. Por quê? Imperfeitas, porque são um conjunto de distorções que atravessam os mecanismos de representação política que temos e que acabam muitas vezes violando a preferência dos eleitores. Quando os eleitores depositam seu voto nas urnas por mecanismos - do tipo legislação eleitoral e outros -, muitas vezes a sua vontade não é computada da devida maneira. E esses mecanismos são insuficientes porque, embora saibamos que as eleições são instrumentos necessários para a constituição de um Governo democrático, sabemos que elas são insuficientes para garantir o controle dos governantes pelos governados. É disso que tratamos, quando falamos em democracia. Falamos em um regime político em que seja possível ao cidadão controlar seus governantes e em um Governo que seja responsável perante todos.

Outro cientista político, Norbert (...), italiano, tem uma definição de democracia que me parece ser bastante útil, porque é muito simples e bastante curta. Ele diz que "a democracia é o exercício do poder público, em público". Pela primeira acepção do termo "público", obviamente, ele está se referindo ao poder que é exercido em nome do interesse público, buscando a realização do interesse público, um poder que não é apropriado por nenhum tipo de interesse privado. Como sabemos, a apropriação privada do poder público caracteriza a tirania. Na segunda acepção do termo "público", ele está se referindo exatamente ao poder que é exercido em público, e não secretamente, ou seja, aquele que pode ser publicamente controlado. Com essa definição, o autor nos remete às duas características, a dois atributos que consideramos os mais importantes da democracia: o atributo do poder que seja responsivo ao interesse público, que seja publicamente controlado e que possua instrumentos institucionalizados, capazes de garantir que os governantes prestem conta aos cidadãos.

Além das eleições, temos os mecanismos clássicos de prestação de contas, a separação dos três Poderes e os freios e contrapesos institucionais entre eles. Essa sofisticada rede institucional garante que o poder não seja concentrado em uma única mão, que um poder controle o outro e que os três prestem contas entre si.

No que diz respeito aos mecanismos que chamamos de responsabilização vertical, qual seja, a capacidade que o cidadão tem de exercer controle sobre seus governantes, tem havido poucas inovações. O que há de importante é o instrumento da eleição. Por meio da eleição, o cidadão pode exercer um tipo de controle retrospectivo sobre seus governantes. Considera-se que agiram da maneira esperada e quer recompensá-los, reelege-os, ou, se considera que não corresponderam ao esperado, não os reelege.

No entanto, como diz o cientista político Adams (...), as eleições são instrumentos limitados para a realização da responsabilização vertical. Por que limitados? Porque o eleitor tem o voto como único instrumento para, de tempos em tempos - de quatro em quatro, ou de cinco em cinco anos -, realizar muitas coisas. Antes de votar, tem que avaliar retrospectivamente o Governo que está findando e que Governo quer, ou seja, tem que escolher entre os programas que estão à sua disposição. Enfim, o eleitor vai se manifestar sobre muitas coisas diferentes. Vamos supor, por exemplo, que o cidadão prefira o programa de saúde de determinado candidato e o econômico de outro. Em quem vai votar, se não pode dividir seu voto?

Embora o voto seja um instrumento muito importante, longe de ser dispensável, fica para as democracias contemporâneas o desafio de se inovarem institucionalmente, ou seja, de criarem outros mecanismos que permitam que a democracia seja um regime que, do ponto de vista da relação entre governantes e governados, não seja operado exclusivamente em

momento eleitoral.

O grande desafio hoje posto para a ciência política contemporânea e sobre o qual os analistas políticos têm se debruçado obsessivamente é o de fazer a democracia funcionar também nos interstícios eleitorais e nas demais arenas que não a eleitoral. Como fazer isso? Como inovar institucionalmente? Como criar instrumentos que permitam o acoplamento de mecanismos de participação política institucionalizada aos mecanismos clássicos de representação?

Sempre que faço palestra sobre meu estudo a respeito das Assembléias, perguntam-me por que escolhi estudar exatamente as Assembléias. Respondo que não fiz isso apenas para a Assembléia do meu Estado, mas porque me chegaram várias informações de que a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais estava passando por um processo muito interessante de reforma e inovação institucional, que apontava para um conjunto de soluções que me pareciam bastante promissoras para o problema da simetria informacional entre governantes e governados e o da restrição da democracia ao exercício do voto que se faz de tempos em tempos.

Que mecanismos seriam esses? Vou me concentrar nos de interlocução da Assembléia de Minas com a sociedade civil organizada e com os setores organizados da sociedade, que vêm sendo implementados desde o final dos anos 80.

Por ocasião da Constituinte mineira, em 1989, foram feitas consultas à população de Minas Gerais, para subsidiar a elaboração da Constituição do Estado. A resposta foi muito positiva. A Assembléia, a partir de então, propôs um conjunto de eventos institucionalizados, que acabaram sendo postos em funcionamento e que foram normatizados no Regimento Interno de 1997, ora em vigor na Casa.

Que eventos são esses? São os seminários legislativos, cuja implementação se iniciou em 1991, com o seminário sobre educação; os ciclos de debates, a partir dos anos 90; os fóruns técnicos e as audiências públicas regionais e, posteriormente, municipais, feitas para a discussão do tema orçamentário. Vocês, certamente, estão familiarizados com os mecanismos do orçamento participativo, que é feito no âmbito de alguns municípios brasileiros, mas que são iniciativas implementadas pelo Poder Executivo. As audiências públicas regionais e municipais do Estado de Minas Gerais são uma iniciativa do Legislativo.

O interessante desses mecanismos é que permitem que a população venha à Assembléia e verbalize suas preferências quanto aos temas dos eventos. As questões, apresentadas sob diferentes percepções ideológicas e diferentes texturas, são sistematizadas em um documento final, que, encaminhado às comissões, serve de base para a legislação sobre o tema.

Isso é importante, em primeiro lugar, porque esses eventos, sendo institucionalizados, serão desenvolvidos por meio de regras e procedimentos fixos e bem conhecidos, o que permite que todos os participantes saibam efetivamente o que está em jogo e quais são suas regras. Em segundo lugar, parece-me bastante interessante o fato de que esses eventos institucionalizados permitem que cada legislador - no caso, cada Deputado -, além de ter os fluxos de informação tradicionais - os que já vem tendo, com seu eleitorado -, também passa a ter contato com cidadãos que não o procurariam em seu gabinete. Ou seja, passa a ver uma questão sob diferentes ângulos, na medida em que os grupos que participam desses seminários são diferenciados. Então, o Deputado amplia seu leque de contatos e, por consequência, a perspectiva por meio da qual vai legislar.

Além disso, é muito interessante que também os cidadãos tenham oportunidade de ter contato, não apenas com os legisladores, mas uns com os outros. Grupos organizados que, em outras circunstâncias, dificilmente estariam conversando - por falta de condições, de oportunidades ou, mesmo, de vontade - estarão no mesmo fórum de discussão, em que terão ocasião de explicitar o consenso possível de ser alcançado, além de deixar claro quais são as áreas de divergência e de dissidência. E tudo isso vai formar o processo legislativo. Assim, os cidadãos terão muito mais condições de verbalizar suas preferências, e o processo legislativo será enriquecido com esse mecanismo. Além disso, nos seminários legislativos, teremos a constituição de uma comissão de representação, por meio da qual esses grupos organizados vão indicar determinados membros que terão a responsabilidade de acompanhar a temática, acompanhar a feitura do documento final, ao longo de todo o processo legislativo, e ir informando os participantes do evento a respeito da tramitação de suas reivindicações. Assim, os cidadãos - pelo menos os que são mais interessados no tema e, por consequência participaram do evento - terão condição de acompanhar o processo legislativo e, algo que me parece muito interessante, de verificar se suas demandas estão sendo atendidas ou não e, se não, de terem informações sobre as razões, pois, às vezes, uma demanda pode não ser atendida não simplesmente por falta de interesse do Deputado ou do coletivo da Casa, mas por um conjunto de circunstâncias que envolvem o processo legislativo e que podem permitir, ou não, que determinadas demandas sejam efetivamente processadas.

Cito como exemplo dessas circunstâncias os constrangimentos orçamentários, ou constrangimentos de outra natureza. Mas o cidadão terá condição de saber se sua demanda está sendo discutida e atendida ou não e o porquê. Ou seja, saberá o contexto em que essa demanda está sendo discutida.

Outra questão muito interessante, para a qual eu gostaria de chamar atenção, é exatamente o caráter deliberativo que está sendo conferido a eventos desse tipo. Muitas vezes, pensamos que a democracia se refere a um sistema em que preferências dadas são agregadas por meio do processo político. Temos um conjunto de pessoas que se manifestam sobre determinados temas; contamos quem é a favor e quem é contra, e o processo termina aí. Mas, na verdade, o que é importante verificar - consenso que se tem formado cada vez mais fortemente na Ciência Política contemporânea - é que, além de ser um processo de agregação de preferências, a democracia tem de enfrentar o desafio de ser também um processo de formação e de transformação de preferências. Não se trata apenas de contar quem é a favor e quem é contra determinadas coisas; trata-se de criar um espaço institucionalizado onde os argumentos possam ser apresentados e debatidos e onde o processo de persuasão possa até levar as pessoas a mudar suas preferências em relação a um determinado tema ou outro, para que algum consenso possa ser alcançado. Parece-me que esses eventos institucionalizados constituem interessantes "loci" institucionais, onde se pode praticar o processo deliberativo.

No que diz respeito a essa experiência do Interlegis, que está sendo implementada agora, gostaria de chamar atenção para a seguinte questão: que tipo de contribuição uma experiência dessa pode dar, além, obviamente, das conexões e da rede que está se formando entre os diversos Legislativos? Isso representa um enriquecimento enorme, na medida em que os Legislativos se encontram em diferentes momentos de suas experiências, podendo uns se aproveitar do crescimento dos outros, e na medida em que as informações irão transitar mais livremente, assim como os debates. Entretanto, devemos pensar como uma experiência desse tipo pode contribuir para a natureza da relação entre os representantes e os representados, ou seja, entre os nossos representantes, que estão aqui no Poder Legislativo, e nós, cidadãos.

Essa experiência, realmente, pode nos oferecer um conjunto de soluções muito importantes. Em primeiro lugar, gostaria de chamar a atenção para um fato. Sempre que ia falar sobre a experiência da Assembléia Legislativa, e já o fiz diversas vezes, inclusive para assessores de outras Casas Legislativas e do próprio Congresso Nacional, que se mostram muito interessados, apresentava uma questão: como fazer uma experiência semelhante? Ou como trazer essa experiência para outras Casas? Esse local institucional, essa rede, esse portal, que está sendo criado, pode ser um instrumento para que experiências inovadoras, que contribuem efetivamente para o aprofundamento da democracia, possam ser compartilhadas. Por isso, essa é uma iniciativa muito meritória.

Em segundo lugar, o estreitamento das relações entre os cidadãos e seus representantes pode se dar através desse instrumento. Uma questão que está muito em voga é a possibilidade ou não de, por via de toda essa tecnologia, desejamos fazer algum tipo de democracia direta, dando ênfase aos mecanismos diretos de democracia. Hoje, temos a tecnologia que nos permitiria colocar cada cidadão à frente do computador, a fim de se manifestar a favor ou contra os temas de seu interesse. Entretanto, fica a seguinte questão: Será que, efetivamente, esse é o formato desejável? Será que, efetivamente, esse tipo de formato contribui para o aprimoramento da democracia? Particularmente, considero que não, porque, como já disse, a democracia é um regime, sobretudo, deliberativo, ou seja, é um sistema político em que temos que enfatizar o caráter deliberativo, e cada indivíduo sozinho, à frente do computador, não está participando de um processo de deliberação, e sim de um processo de agregação de preferências.

Isso não significa que a democracia não possa se aproveitar das inovações tecnológicas existentes. Pode aproveitar-se, e muito. De que formas? Em primeiro lugar, colocando à disposição dos cidadãos informações sobre as ações de seus representantes e governantes. Se dificilmente chegaríamos a um formato em que preponderasse a democracia direta, mesmo que isso fosse possível do ponto de vista técnico, graças ao ponto de vista político, é fato que essa tecnologia pode nos ser muito útil, para colaborar na diminuição da simetria informacional entre governantes e governados, colocando à disposição dos cidadãos instrumentos e informações através dos quais eles possam efetivamente saber o que estão fazendo seus governantes; por que estão fazendo determinadas coisas, e não outras; em que condições está sendo exercido o poder no Brasil; e por que as escolhas de nossos representantes estão se dando em uma direção, e não em outra.

Assim, aumenta-se a capacidade do cidadão de controlar publicamente seus representantes, o que é absolutamente importante para a democracia. Ademais, isso aumenta a capacidade de os cidadãos poderem vocalizar suas preferências perante os representantes e governantes, ou seja, ainda que esses instrumentos não devam ser utilizados como mecanismos de agregação, nada impede que eles sejam serem utilizados para que os cidadãos possam, com muito pouco custo operacional, fazer chegar a seus representantes suas demandas, preferências, subsidiando o processo legislativo e acompanhando os mecanismos de exercício do Poder.

É bastante interessante o fato de que essa dinâmica relacionada a esses eventos institucionais que vêm sendo praticados na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, desde a década de 90, possa ser, de alguma maneira, aproveitada, servindo de referência para outros Legislativos. Acredito, também, que haja outras experiências tão inovadoras quanto as nossas em outros Legislativos, e que essa rede irá democratizar essa informação.

Finalmente, gostaria de chamar a atenção para as relações entre os Poderes Executivo e Legislativo. Uma das atribuições mais importantes do Legislativo diz respeito à fiscalização do Executivo. O Poder Legislativo é constituído dos representantes, que não apenas vão legislar. Estamos delegando a eles soberania para legislar, mas, também, para contribuir nesse processo de fiscalização. Sabemos que entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo há uma simetria informacional muito grande e que essa atribuição de fiscalização e controle pode ser prejudicada pelo fato de que nem sempre as informações do que é feito no âmbito do Executivo chegam com a transparência e visibilidade necessária no campo do Poder Legislativo. Então, acredito que uma experiência como a da Interlegis pode favorecer muito a capacitação dos Poderes Legislativos em todos os níveis federal, estadual e municipal, para poder ter mais acesso à informação, ter mais acesso à competência técnica, a processos de discussão, que facilitarão o exercício de atribuição tão importante que o Legislativo tem. Muito obrigada.

Esclarecimento sobre os Debates

O Sr. Presidente (Deputado Márcio Kangussu) - Neste instante daremos início a fase dos debates. A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente. Para que possamos agilizar os debates, solicitamos aos participantes que desejarem fazer uso do microfone que se inscrevam previamente e se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensando as formalidades de saudações pessoais.

Debates

O Sr. Flávio Flora - Sou Flávio Flora, jornalista de informações públicas da Câmara de Divinópolis. Divinópolis tem uma experiência muito interessante, com relação a esse contato do poder público, em que a comunidade desde 1993, quando os Vereadores fugiram do regime ditatorial, abriram a tribuna para o cidadão se manifestar, e nós tínhamos lá a "Tribuna Livre", nome de um antigo jornal da cidade, na década de 50. Foi uma experiência incrível, que, na época, chocou bastante o Plenário da Câmara, porque abria a crítica frontal contra os membros do Legislativo. Com o passar do tempo e o advento da Constituição de 1988, uma nova experiência surgiu, experiência esta que vem de longe, de Porto Alegre, que era a abertura, mais ainda, dos parlamentares municipais à comunidade através de uma sessão especial comunitária que era realizada em cada bairro da cidade, uma vez por mês. Os Vereadores, em caráter deliberativo, resolviam os problemas da cidade, percorriam ruas esburacadas, onde os carros nem passavam direito e, enfim, viviam os problemas locais.

Nessa sessão comunitária, Divinópolis foi a primeira cidade em Minas Gerais a executar isso, e, orgulhosamente, podemos dizer que foi a segunda do Brasil, porque a Câmara de Porto Alegre não prosseguiu com essa experiência, porque, realmente, não conseguiu sensibilizar. Esse é o meu tema, e, em que pese à importância da Interlegis, institucionalmente, em que pese ao fato de a "Tribuna Livre" ter aberto espaço para o cidadão, a sessão comunitária e audiências públicas regionais, o poder público ainda não está conseguindo sensibilizar nossa comunidade. Observo que, em nossas sessões especiais comunitárias, quando há muita gente, podemos contar 15 a 20 pessoas. O número das pessoas que se interessam pela política é muito pequeno. Recentemente, numa escola de Direito, realizamos a favor da Assembléia, uma pesquisa sobre a criminalidade e a violência, e decepcionados com o desinteresse dos estudantes em participar, pois nem resposta, sim ou não, eles quiseram dar, e isso vem demonstrar que é um momento para a gente colocar a ponderação. O Interlegis, esses caminhos do poder público que a gente vem trilhando, temos que encontrar uma saída para isso aí. Nossas Casas vivem constantemente vazias, a não ser quando temos um assunto de grande importância, de grave interesse público, aí as pessoas vão tentar resolver aquilo. Gostaria que a senhora comentasse qual a saída para esse desinteresse das pessoas em relação às questões políticas. Obrigada.

A Sra. Maria de Fátima Anastasia - Eu também gostaria de saber. Realmente o tema é complicado. Você chamou a atenção para uma questão interessante: participação tem custo. A gente, às vezes, pergunta: por que as pessoas não participam? Não é interesse delas participar? Participação tem custo de tempo, de dinheiro, para deslocamento, etc., Você tem que optar por deixar de fazer alguma coisa para participar, e muitas vezes as pessoas não são capazes de perceber, com muita clareza, quais os benefícios da participação. Assim, uma coisa que poderia ser racional à primeira vista, que é a participação das pessoas, não é assim necessariamente. Ademais, a informação é uma recurso crucial para a participação. Se as pessoas têm pouca informação ou têm dificuldades de processar a informação que chega a elas, obviamente, isso significa um processo paralisado. Eles falam: Como vou participar? Com que recurso? Assim, isso é muito importante, e eu também não sei o que fazer para que as pessoas participem. O que tem que ser visto também é que não basta participar, tem que se ver a natureza da participação. As pessoas podem até participar mais, mas isso não quer dizer que sua participação seja democrática. Tem que ser vista a natureza da participação, da relação entre os cidadãos, com seus representantes. A natureza da relação dos cidadãos de um com o outro é uma coisa crucial se essa relação se dá no plano de uma troca de argumentos ou se está se dando dentro de um plano de verticalização, de subordinação.

Sinto muito, eu não sei te responder. O que sei te dizer é que chamo atenção para essa experiência da Assembléia, e não só essa, mas é interessante verificar que a Constituição Federal de 1988, ela também institucionalizou os conselhos temáticos, que podem ser paritários ou não, e também são experimentos de participação, que parece que têm dado resultados palpáveis. Para que as pessoas participem, tem que haver instituições disponíveis, instituições através das quais elas possam transformar suas demandas em políticas, políticas com resultados. Se as instituições não estão disponíveis, se as pessoas não têm conhecimento e não têm formação, dificilmente vão aceitar arcar com os custos da participação. Esse novo conjunto institucional, que temos chamado de instituições híbridas, instituições que congregam setores do poder público com setores da sociedade civil, como os conselhos temáticos, orçamentos participativos, seminários legislativos, fóruns técnicos etc., são experimentos que parecem ser promissores, porque as pessoas percebem que ali podem vocalizar as suas preferências, que ali serão ouvidas, que vai haver uma consequência, uma política que vai ser aprovada e implementada.

A democracia, como diz o Adam Chevosky, vocês me desculpem eu citar as pessoas assim, mas como não sou eu que digo, tenho que dar o devido crédito, mas democracia é sempre a expressão ou o resultado do jogo combinado de condições e instituições. Quer dizer que numa sociedade como a nossa, que é tão desigual, onde as condições são tão perversas para um conjunto significativo da população, como pensar num conjunto institucional, que permita, de uma certa maneira, agir sobre essas condições, diminuir essa desigualdade? O voto é um instrumento institucional dessa natureza, o voto de um tem o mesmo valor que o voto do outro, é uma maneira de se diminuir um pouco a diferença da sociedade, mas não é a única e não é suficiente. Então, na medida em que vamos inovando institucionalmente, criando outras instituições que permitam essa participação continuada da população, eu acredito que as pessoas vão aprendendo, pois democracia se aprende fazendo, não tem outra maneira. Obrigada.

Palavras da Sra. Regina Célia Peres Borges

Em meu nome e em nome de todos os servidores do PRODASEN; da Mesa Diretora do Senado Federal, em nome do Senador Ronaldo, que nos deixou há pouco, e do Senador Antônio Carlos Magalhães, que são os patronos e implementadores desse programa, quero agradecer a todos os presentes. Realmente, é muito gratificante quando a gente sente, como acaba de dizer a Dra. Fátima: a questão é o exercício, é a prática, que leva à verdadeira consolidação do processo democrático. O momento em que a gente está na prancheta, elaborando um programa, fazendo estudos acadêmicos a respeito de caminhos, é bem diferente desse momento em que chegamos aqui, junto a todos os participantes. Eu, há pouco, estava olhando a lista de todos os municípios participantes e vendo, efetivamente, a mobilização. É muito gratificante a hora em que as coisas começam a acontecer. Começam a acontecer os desafios e a sinalização dos caminhos.

Tenho um carinho particular por esse encontro regional, porque sou mineira, nasci em Pouso Alegre, morei alguns anos em Divinópolis e estou há 40 anos em Brasília, mas minhas raízes estão em Minas Gerais, e é muito bom estar aqui com vocês, pensando sobre o que considero ser da maior importância para o Brasil. Agradeço a todos os anfitriões, queremos agradecer especialmente ao pessoal da Informática, à equipe do Migueleto, do Cerimonial, à equipe da Ana Maria, da Comunicação Social, do Lúcio e a todos os parlamentares, todos os palestrantes e todos aqui presentes. Esperamos que, cada vez mais, essa proposta, essa cruzada, de integração, de mobilização, de todos os estamentos do Legislativo, o nacional, o estadual e o municipal, realmente aconteça. O sucesso dessa proposta depende muito da mobilização, depende muito da vontade de cada um de vocês, de todos os cidadãos. Todos poderão ajudar muito no sucesso desse projeto, na medida em que o divulgarem e ajudarem a implementá-lo. Muito obrigada a todos.

Palavras do Sr. Presidente

Exma. Sra. Dra. Regina Célia, Diretora Executiva da PRODASEN, da Diretoria Nacional do Programa Interlegis; Dr. Marcelo Migueleto de Andrade, responsável pela área de Informática da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Dra. Fátima Anastasia, Professora Adjunta do Departamento de Ciências Políticas da UFMG e doutora em Ciências Políticas pela UERJ; Srs. Vereadores; Srs. Prefeitos; agentes políticos; senhoras e senhores participantes do I Seminário Interlegis, ao promovermos o encerramento do I Seminário Regional Interlegis, tivemos constatações auspiciosas: primeiro, que o endosso da Assembléia Legislativa do Estado de Minas ao Projeto Interlegis foi iniciativa das mais acertadas. Além disso, confirma-se a importância da informática no aprimoramento do trabalho do Legislativo e, mais ainda, seu papel como instrumento de integração do Poder em seus vários níveis: desde o Congresso Nacional, passando pelo Tribunal de Contas da União, pelas Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais.

Podemos dizer que estamos no caminho correto para integrar as entidades ao programa. Prova disso é o interesse despertado por este evento, que foi prestigiado por representantes de centenas de municípios de vários Estados da Federação.

Por outro lado, o tema aqui discutido, enfatizando as vantagens do Interlegis, em termos de fornecimento, equipamentos, sistemas e programas de treinamento, foi oportuno e atual.

Estamos, portanto, caminhando a passos largos para consolidar a comunidade virtual do Poder Legislativo brasileiro por meio da Interlegis. É assim que encaramos o evento e o estamos encerrando. Seu êxito é notório. Para tal, contribuíram o interesse dos participantes e a alta qualificação dos expositores. A todos, o muito obrigado da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos aos ilustres expositores, às demais autoridades e aos participantes, bem como ao público em geral, pela honrosa presença, e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 4, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária, também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada no dia 4.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 94ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 6/7/2000

Presidência dos Deputados Anderson Aduato e Sargento Rodrigues

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Gen. Alberto Mendez Cardoso - Palavras da Deputada Federal Zulaiê Cobra - Palavras do Cel. José Vicente da Silva Filho - Palavras do Sr. Wladimir Sérgio Reale - Palavras do Sr. Victor Hugo Moreira de Resende - Palavras do Maj. Domingos Sávio de Mendonça - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aduato - Durval Ângelo - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Pinto Coelho - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Bilac Pinto - Cabo Morais - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Mauro Lobo - Miguel Martini - Nivaldo Andrade - Olinto Godinho - Paulo Piau - Rêmolo Aloise - Ronaldo Canabrava - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduato) - Às 9h1min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Sargento Rodrigues, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Gen. Alberto Mendez Cardoso, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Deputada Federal Zulaiê Cobra, do PSDB do Estado de São Paulo, membro da Comissão de Justiça e Redação e relatora da Reforma do Poder Judiciário; Cel. José Vicente da Silva Filho, Pesquisador de Segurança Pública do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial; Wladimir Sérgio Reale, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Rio de Janeiro; Victor Hugo Moreira de Resende, Presidente da Associação dos Delegados de Carreira da Polícia Civil de Minas Gerais; e Maj. Domingos Sávio de Mendonça, Presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, em Plenário, do Sr. Célio de Castro, Prefeito Municipal de Belo Horizonte.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização da Teleconferência Segurança Pública: o Papel do Estado e da Sociedade Civil, com o tema "A Ação Policial no Estado Democrático" e os seguintes subtemas: "O Papel do Ministério Público e do Judiciário na Segurança Pública"; "Unificação, Integração e Desmilitarização das Nossas Polícias"; "A Formação do Policial Cidadão"; "O Orçamento Público e os Recursos Destinados à Segurança".

Palavras do Sr. Presidente

Queremos agradecer a presença, a participação e a colaboração das 92 entidades de apoio, das várias entidades de classe que, com a Assembléia Legislativa, nos possibilitaram os estudos, as propostas formuladas e este encontro de hoje, que está acontecendo em todo o Estado de Minas Gerais. A todos vocês, muito obrigado.

Senhores convidados, autoridades presentes, nossos ilustres debatedores, senhoras e senhores: estamos realizando este encontro e esta teleconferência, que é fruto da constatação que nós, na condição de cidadãos, fazemos todos os dias, e nos preocupamos com aquilo que vemos. Constatamos, em nossos bairros e em nossas cidades, que o crescimento da violência e da criminalidade é grande.

Nesta Assembléia, detectamos, nos últimos meses, por meio dos estudos que desenvolvemos, das pesquisas que estimulamos e de outras de que tomamos conhecimento, que este é um tema que preocupa efetivamente a sociedade de hoje.

Mas há outros, a respeito dos quais a chamada sociedade civil organizada não pode fazer muito. Mas especificamente quanto à questão da violência e do aumento da criminalidade, não temos dúvida de que a sociedade pode fazer, e muito.

Em razão de todos os estudos que temos, talvez pudéssemos fazer uma profunda avaliação das questões históricas e das questões macroeconômicas que levaram ao aumento da

criminalidade. Mas gostaríamos que, neste debate, pudessemos avançar efetivamente naquilo que podemos. E hoje, com esta teleconferência, com este debate que acontece também em um grande número de cidades do interior do Estado, o nosso objetivo é mostrar que algumas coisas podem efetivamente ser feitas para melhorar a segurança e diminuir a criminalidade.

Estamos muito seguros das nossas propostas. Quando estivemos em Brasília, levando as nossas propostas ao Gen. Cardoso e ao Ministro da Justiça, tivemos oportunidade de dizer a eles que as propostas de Minas eram a contribuição de um Estado federado ao Governo Central, que estava preparando o Plano Nacional de Combate à Insegurança Pública.

Em resumo, as nossas propostas se baseiam num tripé. A primeira é a unificação das ações das polícias, pois acreditamos que é chegado o momento. As nossas polícias, sozinhas, pelo corporativismo que existe - natural em toda organização, mas extremamente acentuado nas nossas polícias -, não conseguirão fazer a unificação das ações. É fundamental que haja determinação política, para que possamos fazer com que haja essa unificação. Ela é extremamente possível, cercada de razoabilidade e, se for concretizada, melhorará o desempenho das duas polícias.

Outro ponto fundamental é a participação popular. Constatamos que, sem a participação efetiva de toda a sociedade e dos municípios, não conseguiremos fazer com que haja os avanços que desejamos.

Em terceiro lugar, é fundamental que existam também os recursos, o financiamento. Nas nossas propostas e nos estudos que realizamos para chegar a elas, constatamos que todos os três aspectos são igualmente necessários. Podemos ter muitos recursos, mas, se não tivermos a participação popular, não vamos avançar. Se tivermos a participação popular e os recursos, mas não fizermos essa unificação de ações nas polícias, também não atingiremos os objetivos que queremos.

As nossas propostas estão bem fundamentadas no material distribuído aos senhores. Queremos hoje, a partir desta teleconferência, fechar essas propostas e fazer com que Minas possa, imediatamente após o Governo Federal se posicionar, discutir essa questão, levar a Brasília essa contribuição de um Estado federado e tentar fazer aquilo que queremos que as polícias façam, ou seja, que se integrem.

É fundamental que haja uma integração também de ações entre o Governo Federal e os Governos Estaduais. Vamos tentar caminhar nesse sentido, para que cada um tenha sua parcela de responsabilidade, dê sua quota de participação neste momento tão importante. Precisamos fazer com que a falta de segurança, que tanto nos tem incomodado, desça a níveis aceitáveis. Muito obrigado.

Palavras do Gen. Alberto Mendez Cardoso

Muito obrigado, Deputado Anderson Aduato, Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais; minha cara amiga Deputada Zulaiê Cobra; por meio do Sr. Presidente e da Deputada, saúdo todos os companheiros da Mesa, as senhoras e os senhores presentes em nosso Plenário. Agradeço muitíssimo a oportunidade de estar aqui para debater um assunto tão atual e importante. Agradeço a hospitalidade mineira, não apenas do Poder Legislativo, mas também dos outros dois Poderes. Desde logo, apresento meus respeitos ao Governador do Estado, Dr. Itamar Franco.

O problema da segurança pública no Brasil hoje tem ligação íntima com o problema da violência. Essas reuniões vão contar com a participação de especialistas nesses dois temas, que irão tratar deles pragmaticamente, tenho a certeza, uma vez que pragmático tem que ser o combate à violência. Pragmáticas também têm que ser as medidas específicas de segurança pública. É por isso, por não ser um especialista e não ter estado nas ruas combatendo a criminalidade e por não ter formação policial, que peço permissão às senhoras e aos senhores para procurar marcar um quadro, que julgo mais amplo, dessa problemática toda. Se não estivermos atentos a ele, todas as medidas tomadas - seja aquelas voltadas para o campo específico da ação policial de segurança pública, seja as voltadas para a área da assistência social ou de temas sociais vinculados à segurança pública - serão inócuas e apenas paliativas. Seria como tamponar uma ferida que precisa ser curada.

Refiro-me a um processo cujo ápice creio que estamos atingindo hoje, no mundo ocidental. É um processo de secularização, que vem acontecendo há longo tempo. Nesse processo, estamos perdendo os verdadeiros valores da vida humana: os valores morais, que condicionam os comportamentos éticos. Com isso, estamos cedendo espaço para os valores materiais, com uma crescente valorização do materialismo e do consumismo. Talvez esteja aí a base dos problemas familiares e dos que a sociedade vem enfrentando, principalmente a base do problema da violência. Resumidamente, o problema poderia ter, mais ou menos, o seguinte mecanismo: supervalorização dos aspectos materiais da vida; supervalorização do consumismo; criação de expectativas de consumo transmitidas asoberbadamente e de forma imediata pelos meios de comunicação, tão instantâneos; criação de expectativas que, muitas vezes, não podem ser atendidas, por causa das dificuldades próprias do poder aquisitivo das famílias, principalmente com relação aos jovens. Nessa frustração de expectativas, existe a busca do caminho "aparentemente" mais fácil, para atender a essa expectativa de consumo, que seria o crime, ou seja, obter recursos para atender às expectativas de consumo por meio do crime.

No início desse processo, começa também um processo de desvalorização da vida humana pela própria perda dos valores humanos. Quando a pessoa passa a ser obstáculo a essa conquista de recursos facilmente obtidos pelo crime, "facilmente" o homicídio vem com a maior naturalidade, quase como decorrência desse processo. Aí vem a desagregação da família e da própria sociedade. Se não estivermos atentos a isso - diria que isso é filosofar, mas é filosofar para ajudar as medidas pragmáticas -, talvez não ataquemos a verdadeira raiz do problema. Para a solução, temos de pensar basicamente em alguns objetivos, ou seja, na recuperação desses valores. Esses objetivos estariam essencialmente na família, na escola e nas religiões. A recuperação dos valores espirituais da vida deve acontecer segundo esses objetivos.

Há uma estatística recente e interessante a ser apresentada. Há uma pergunta feita aos jovens. É a seguinte: você poderia nos dizer qual a importância de cada uma das fontes de informação abaixo? Qual a importância de saber o que acontece no mundo, na vida e o que deve ser feito, de maneira geral, pelo jovem e pelo cidadão? Aí, vêm alguns itens: amigos, 55%, muito importante; professores, 67%; família, 77%; e televisão, 75%. Talvez aí estejam os instrumentos básicos para a recuperação dos valores: a família, os meios de comunicação, a escola e os amigos, as pessoas com quem se tem uma relação face a face. Temos aqui filosofia pura, mas precisa ser abordada.

Uma pergunta que poderia surgir e já foi destacada pelo Presidente da Mesa é a seguinte: como a sociedade pode se envolver para se proteger? Amanhã, vamos ter o movimento Basta, Quero Paz. Ele deve ser muito bem-vindo, estimulado pelas autoridades. Não deve ser apenas estimulado e motivado pelas organizações não governamentais e pela sociedade, mas também por todas as autoridades constituídas, porque a forma mais legítima de participação da sociedade na solução do problema da violência é ela se manifestar em massa, para mostrar a todos nós, autoridades de qualquer nível e de qualquer um dos Poderes, as suas preocupações básicas. É uma forma de pressão legítima. Isso deve ser analisado e entendido por todas as autoridades. Dessas manifestações, deve haver consequências.

A sociedade já vem, há algum tempo, meio que clamando contra a violência e exigindo ações efetivas de segurança pública. O Governo Federal elaborou um plano - e, como tudo que é feito pelo ser humano não é perfeito, é passível de ser aperfeiçoado - que já começa a ser implantado pelo Ministério da Justiça, que vem sendo adaptado em sua composição para poder focar, com ênfase muito grande, segurança pública. Ele fará as vezes de um órgão central de um sistema nacional de segurança pública, de apoio aos Governadores no que se refere a esse tema. Isso não deixa de ser resultado não só da assunção das responsabilidades federais, como também um reconhecimento dessa manifestação da sociedade, pelo clamor que vem apresentando por meio de manifestações como a de amanhã e dos meios de comunicação social.

Esse plano fala, por exemplo, de integração das ações de polícia, que é um dos temas a ser discutido aqui. É o reconhecimento da necessidade de as polícias, seja a Polícia Civil, seja a Militar, seja a Federal, seja a Rodoviária Federal, enfim, os órgãos do Estado, as unidades federadas terem de atuar de forma articulada.

Surge, então, a discussão sobre a unificação, ou seja, transformar as polícias estaduais em uma só, ou passar por uma fase de integração operacional das polícias? A opção do Governo Federal é por uma fase de integração operacional das polícias. Essa integração deve começar, como já acontece em alguns Estados, pela própria formação dos policiais militares e civis num instituto, numa escola de segurança pública, onde a base da doutrina de segurança pública seja ministrada. Essa integração passa - temos visto isso nos Estados - por centros integrados de operações, onde estão as Polícias Militar e Civil, o Corpo de Bombeiros, o DETRAN, enfim, uma representação ponderável e bastante válida do que está na rua operando.

Essa integração deve ocorrer nas zonas de policiamento ou outros nomes que recebam regionalmente, nos Estados, em que, realmente, cada polícia execute a tarefa para a qual foi idealizada, o policiamento ostensivo, preventivo, feito pela Polícia Militar; a ação de investigação, feita pela Polícia Civil; mas sempre integrados o policiamento preventivo com a

Polícia Civil, que fará as investigações, muitas vezes decorrentes desse policiamento.

Há medidas legais nesse plano. Há muito tempo as polícias clamam por apoio às suas ações de investigação. Já existe um projeto de lei que prevê a infiltração nas organizações criminosas, com a aprovação e a autorização judiciária; a escuta ambiental em locais de provável reunião de pessoas do crime, de organizações criminosas, sempre com autorização policial; a atualização do Código e do Processo Penal. Há medidas previstas para a construção de penitenciárias, visando, basicamente, a esvaziar as carceragens das delegacias. Tudo isso tem o objetivo de dar às polícias maior eficácia e otimização do emprego dos recursos.

Há algumas leis, já sancionadas pelo Presidente da República, ao longo do tempo, que ajudam nesse processo todo e nesse sistema de segurança pública, que vem se integrando, de uma maneira geral. Por exemplo, até março de 1998, a "lavagem" de dinheiro não era crime tipificado no Brasil. Com a lei da "lavagem" de dinheiro, esse crime foi tipificado. Não só a lei foi sancionada, mas também foram criados organismos que, com apenas dois anos de existência (um deles é o Conselho de Controle da Atividade Financeira - COAF -, e há outros, como a Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigações - COPEI -, na Receita Federal; como o Departamento de Combate aos Ilícitos Cambiais e Financeiros, no Banco Central), formam um tripé que já começa a apresentar resultados na detecção de indícios de "lavagem" de dinheiro.

E todos sabem que a "lavagem" de dinheiro é o oxigênio que alimenta o crime, notadamente o crime organizado - do médio para cima -, que tem de ser atacado.

Também na área do narcotráfico, por exemplo, há uma lei, recentemente sancionada, que trata da tutela cautelar de bens apreendidos de narcotraficantes, o que permite o praqueamento ou o leilão imediato desses bens. Antigamente, levava-se de cinco a seis anos para que se pudesse leiloar esses bens, esperando-se a condenação do suspeito, e, quando leiloados, os bens, comparando-os a automóveis, já eram como ferros-velhos. Hoje, o leilão é imediato; há uma cautela entregue ao suspeito, que lhe permite, se inocentado, resgatar aquele valor. Mas o bem é imediatamente leiloado e colocado no Fundo Nacional Antidrogas, que vai alimentar as ações preventivas e repressivas.

Muitíssimo há para se dizer sobre esse tema, mas nosso tempo, de 15 minutos, esgota-se neste momento, e, para concluir, gostaríamos apenas de frisar que não se deve esperar resultados imediatos de um plano que visa apoiar os Estados no ápice de um processo de deterioração da segurança pública, o que já vem de alguns anos. Não há milagres nessa área. Haverá um outro processo: o de otimização das ações de segurança pública. Mas já fica a idéia básica de que, pela primeira, o Governo Federal se engaja no apoio aos Estados. Os aperfeiçoamentos do plano certamente surgirão - e surgirão de reuniões como esta, de seminários, fóruns, congressos e pressões da sociedade.

Para encerrar, friso a importância de que, pragmaticamente, ataquemos as conseqüências da violência na área da segurança pública, mas sem nos esquecer de que é necessário e fundamental que ataquemos também as verdadeiras causas da violência, que estão no campo do resgate de valores, o que pode ser feito pela família, pela escola e pelas religiões. Muito obrigado.

Palavras da Deputada Federal Zulaiê Cobra

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Anderson Aduato; Gen. Alberto Mendez Cardoso, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Cel. José Vicente da Silva Filho, Pesquisador de Segurança Pública do Instituto de Economia Mundial; Dr. Wladimir Sérgio Reale, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Rio de Janeiro; Dr. Victor Hugo Moreira de Resende, Presidente da Associação dos Delegados de Carreira da Polícia Civil de Minas Gerais; Maj. Domingos Sávio de Mendonça, Presidente da Associação dos Oficiais da Polícia e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; Srs. Deputados, Prefeito, autoridades, senhores e senhoras; cabe-me fazer aquilo que cabe a um Deputado Federal: legislar. Aliás, tenho muita sorte, pois tenho legislado pela primeira vez na Câmara dos Deputados sobre questões para cuja discussão essa Câmara ainda não havia sido chamada, mesmo porque, até então, projetos de lei e emendas à Constituição sobre situações que acontecem hoje, no Brasil, estavam parados naquela Casa.

Assumi a relatoria da reforma de segurança pública em 1997, quando tivemos, no Brasil todo, greves de policiais civis e militares e algumas situações de violência produzidas por essas greves. A Câmara dos Deputados, pela primeira vez, constituiu uma Comissão Especial de Segurança Pública, da qual fui relatora, e, de 1997 para cá, a Câmara está atenta a essa reforma.

Depois da reforma, apresentei uma proposta de emenda à Constituição em uma comissão especial, na Câmara dos Deputados. O Gen. Cardoso já foi chamado a dar sua contribuição e também o Ministro José Gregori. Queremos que o Governo Federal tome parte na discussão feita no Legislativo Federal. O Plano Nacional de Segurança Pública é emergencial, mas é preciso que façamos leis, que o Executivo preste atenção também no Legislativo Federal.

Discutimos a matéria desde 1997, e fiz com que constassem na minha proposta de emenda à Constituição todos os projetos de lei que tínhamos na Câmara até 1997. Eram 97, entre projetos de lei e emendas à Constituição.

Quero registrar a presença da Deputada Federal Maria Elvira, que é uma colega muito especial na Câmara. Temos travado uma luta muito grande para que tenhamos objetividade na reforma das polícias.

A segurança pública, a meu ver, tem de levar em consideração a questão das polícias. Não podemos ter uma Polícia Civil e uma Militar, que são as estaduais, e uma Federal, absolutamente abandonadas pela Constituição.

Fiz agora a reforma do Poder Judiciário, que foi um episódio inédito, pois o Legislativo Federal nunca teve a oportunidade de fazer a reforma do Poder Judiciário, embora lá tenhamos várias propostas que tramitaram ao longo dos últimos 20 anos, sobre esse assunto. Tivemos a CPI do Judiciário no Senado Federal. Daí, a Câmara dos Deputados teve a capacidade de fazer uma agenda positiva, que foi a reforma do Judiciário, a qual, talvez ainda um pouco tímida, mexeu com a estrutura desse Poder. Essa reforma termina na Câmara e já foi enviada ao Senado Federal.

Queremos que, em 2000, 2001 ou 2002, possamos fazer uma reforma das polícias que se baseie em que a polícia tem de estar no mesmo patamar da justiça. Não podemos ter uma lei orgânica para o Ministério Público, outra para os Juizes, e não ter uma lei orgânica para as polícias.

Minha proposta de emenda à Constituição tramita hoje numa comissão especial, com um coronel da Polícia Militar, Deputado Alberto Fraga, como relator e um Delegado de Polícia Federal como Presidente da comissão, com a vários Deputados, fazendo com que possamos mudar o art. 144 da Constituição e acrescentar a expressão "dos servidores da segurança pública".

Falo em unificação, não só em integração, que é pouco. É claro que é bom que façamos já a integração. Mas quero fazer lei para o futuro do País, dos nossos filhos e netos, até porque não teremos tempo de viver esse futuro. Temos de ter coragem de fazer essa unificação. Sinto, por parte do Governo Federal, um pouco de timidez, até porque existe uma certa resistência à unificação.

Com todo respeito às Polícias Militar, Civil e Federal, é claro que a unificação parte só das Polícias Civil e Militar. Temos de ter uma lei orgânica, na Constituição, para os policiais, como têm os Juizes e Promotores. Temos de ter respeito ao policial, e suas atividades devem estar definidas na Constituição, como estão hoje as dos Juizes e Promotores. Não podemos ter a polícia num patamar menor.

Se estamos discutindo causas e conseqüências da criminalidade e da delinquência, estamos mexendo com o agente que vai para a rua, a polícia armada, uniformizada, ostensiva, de rua, que é hoje chamada de Polícia Militar e que vai continuar a ter esse papel ostensivo, armado, uniformizado, de rua. E a hoje chamada Polícia Civil, que é a investigativa, a polícia judiciária, que fornece ao Poder Judiciário todas as informações, todas as investigações, é uma polícia que merece respeito também. As duas devem ser respeitadas na Constituição.

E esse respeito vamos dar com a nossa reforma. Vamos unificar, obviamente com um prazo de transição. Não queremos prejudicar ninguém, ninguém quer prejudicar Coronel,

Major, Capitão, nenhum oficial da Polícia Militar. Vamos ter um período de transição.

O nosso Ministro Alberto Cardoso já falou aqui que essa unificação precisa começar nos bancos escolares. Não pode haver uma formação policial diferente da outra. A formação de um policial militar é feita nos quartéis, e todos a desconhecem. Já fiz várias tentativas para que alguns Secretários de Segurança Pública entrassem num quartel sem avisar, para dar a famosa incerta. Mas isso é difícil, porque quartel é somente ambiente de militares. Portanto, não podemos ter uma polícia com uma formação que desconhecemos. Falo isso com muito respeito à Polícia Militar. Temos uma Polícia Civil cuja formação nada tem a ver com a do policial militar. Portanto, precisamos de uma academia única de formação inicial; precisamos de um início comum para as duas polícias, para depois, sim, haver duas ramificações diferenciadas: o policial armado e uniformizado, de rua, e o policial investigativo, o bacharel, que vai fazer a polícia judiciária. Mas a formação dos dois policiais precisa ser somente uma.

Também o comando das polícias precisa ser apenas um. É preciso acabar com isso de comando da Polícia Militar e comando da Polícia Civil, que deixam o Secretário da Segurança Pública no meio delas, comandando, muitas vezes, absolutamente nada.

Essa é uma atitude política, que pode representar os anseios dos policiais. Sou uma defensora deles. O Cel. José Vicente, quando depôs na Comissão de Segurança Pública, teve, pela primeira vez, uma constatação desse meu ideal. Eles têm medo de mim. O Cel. Josias Quintal, Secretário da Segurança Pública do Rio de Janeiro, quando foi à nossa Comissão, disse-me: "Dizem que a senhora fala mal das polícias, que não gosta delas". Se eu não gostasse de polícia, não estaria na Comissão de Segurança Pública. Estou lá para dar ao policial o gabarito, o salário e as condições de trabalho que merece. Aliás, conseguimos uma saída para este relatório final que vai ser apresentado agora, em agosto: é a previdência dos policiais.

Apesar de sua formação ser civil, a Polícia Militar, embora uniformizada, armada e de rua, tem de ser civil, porque a segurança pública é civil em todo o mundo, não é uma guerra, mesmo com um índice de criminalidade e delinquência que aumenta dia-a-dia. O policial precisa ser interativo, comunitário, precisa conhecer a comunidade, precisa andar. Sou contra viaturas, por isso não gosto de carreatas. Quem anda em carro não vê o povo. É preciso andar a pé, caminhar em seu bairro e local de trabalho para conhecer o ambiente e segurança pública. É segurança que o povo quer, e o policial precisa estar preparado para isso.

Não culpo os policiais pelos seus erros. Culpo a nós, do Governo, do Legislativo, porque somos nós que fazemos as leis. Cabe ao Executivo executá-las. Os policiais estão despreparados e preocupam-se com a própria vida, porque correm risco de vida diariamente. O Governador Mário Covas, de São Paulo, deu um benefício de seguro de vida para o policial: de R\$50.000,00 passou para R\$100.000,00. Mas apenas para o policial morto em serviço. E o policial morre, é morto fora do serviço, quando está fazendo bico, principalmente o policial militar. Infelizmente, há essa desgraça do bico, porque ele não ganha bem. E ele tem aquilo que nós, trabalhadores comuns, não temos: três dias descansando. Precisamos acabar com isso. Um policial armado, ostensivo e de rua é igual a um que faz a investigação. Aliás, os dois fazem uma interação completa e total. Há a amizade e o gosto pelo objetivo da segurança pública. Hoje, não. Um policial armado, uniformizado, causa espécie no outro. É uma ciumeira danada.

O outro também não gosta, porque não pode ter a pose do policial militar, com aquela farda bonita; mesmo assim, usa um blusão que avisa: "Polícia Civil".

A Polícia Militar, em meu Estado, já não se chama Militar. Nenhuma viatura tem a palavra "militar", só "Polícia". O povo tem que saber que as duas são uma e que ambas estão a seu serviço. (- Palmas.)

Mais: o Corpo de Bombeiros é defesa civil. Temos que tirá-lo definitivamente da segurança pública. Uma coisa nada tem a ver com a outra. Corpo de Bombeiros é segurança no sentido de defesa civil, que é o salvamento. O preparo dado ao Bombeiro é completamente diferente do que é dado ao profissional da segurança pública. Bombeiro nada tem a ver com segurança pública. Corre na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo um projeto a respeito disso.

Em dezembro de 1999, fui visitar o Comandante da Polícia Militar do Governo - Comandante dos Bombeiros também é Polícia Militar -, e, uma semana depois, ele foi tirado do cargo. O Cel. José Vicente sabe disso. O Comandante da Polícia Militar do meu Estado não gostou. Para que esta Deputada foi ali fazer com que aquele policial militar viesse a querer coisa melhor?

Quero ter contato é com a tropa, e não com os oficiais. Fizemos visitas a vários Estados brasileiros, quando fui relatora da segurança pública, e, aonde quer que eu fosse - Rio de Janeiro, Alagoas, Maranhão -, estavam o Governador do Estado e os oficiais. Eu perguntava: "Onde estão os Cabos, os Soldados, os Sargentos?". Respondiam: "Aqui eles não podem entrar". Ali só entrava oficial.

Lembro-me de que o Governador Marcelo Alencar, do Rio de Janeiro, levou até um susto: "Mas por que a senhora quer Cabo, Soldado e Sargento? Estão aqui os oficiais". Ora, precisamos conversar com todos eles, oficiais e tropa.

Precisamos fazer uma reforma com coragem. Daí, agrada-me estar nesta Mesa, ao lado de um Ministro que convive com o Presidente da República, homem da segurança institucional do Governo Federal. É bom que ele saiba que a unificação tem que começar agora, num projeto que seja aprovado e sancionado, permita a transição, já que os direitos adquiridos devem ser respeitados.

Fizemos outras reformas e sabemos que essa tarefa não é fácil. Nem a administrativa, nem a da previdência, nem a reforma política que vem vindo, nenhuma reforma é fácil. Isso sem dizer como foi difícil fazer a reforma da estrutura do Poder Judiciário. É difícil, porque ninguém quer reformar nada. O lema é "deixa como está para ver como é que fica".

Hoje, temos um plano nacional de segurança pública, porque o povo não agüenta mais a situação. Segurança pública hoje é o primeiro item na pauta de qualquer político. Todos os candidatos a prefeituras estão preocupados com a segurança pública, e o povo não resiste. A insegurança pública tornou-se algo que ninguém mais suporta, constituindo a preocupação maior de todos, mais até que o desemprego.

Na Câmara dos Deputados, temos algo que podemos fazer para o bem do povo brasileiro, mas precisamos ter coragem. Sei que os policiais querem e a Polícia Federal também, porque ela não tem lei orgânica própria. A Polícia Militar nunca pensou em lei orgânica, até porque não pode ter sonho.

A hierarquia e a disciplina, que os militares consideram tão importante, existem em qualquer instituição democrática. O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais tem hierarquia e disciplina. Todos nós temos. Hierarquia e disciplina não têm que ser aquilo que existe nos quartéis e, muitas vezes, massacra o coitado do Cabo, do Soldado e do Sargento com prisões só porque não obedeceram ao regimento disciplinar da polícia. E, quando saem para a rua - porque quem vai para a rua não são os oficiais; no máximo, um Tenente - e vão enfrentar a criminalidade, não estão preparados. Os que estão preparados são os oficiais, que ficam nos quartéis. Temos que enfrentar essa distinção.

O Cel. José Vicente falou uma coisa muito boa na Comissão. Eu nem dormi mais. Ele, que é aposentado - são chiques, falam que são da reserva, mas, no fim, é a mesma coisa -, disse que quem vai para o policiamento de rua não é visto, e quem não é visto não sobe na vida, não galga carreira.

Aquele que faz o policiamento no dia-a-dia não se encontra nos quartéis, para fazer carreira. Não me importo com isso, porque sou um soldado do policiamento. Também não vou a palácio, também não sou vista, também posso não subir na carreira, mas o que precisamos fazer é acabar definitivamente com a hierarquia que existe na polícia. Precisamos falar das duas polícias. E essa hierarquia interna acaba com a hierarquia que deve existir do povo para com a polícia. O povo tem de respeitar a polícia, e a polícia deve respeitar o povo. Essa interação entre povo e polícia precisa existir, embora ainda não haja. Hoje, com a modificação dessa interação em vários Estados brasileiros, a polícia se tornou mais comunitária, mais interativa, mais cidadã, já vemos o povo olhar o policial com bons olhos, o que não acontecia antes.

Não adianta falar em equipamentos, não adianta falar em dinheiro para uma polícia que não trabalha na formação do policial. Temos, na proposta, um plano, o Fundo Nacional de Segurança Pública, que foi admitido no plano nacional de segurança. É dinheiro, muito dinheiro, para a segurança pública, mas não só para equipamentos, armas e viaturas, porque, no Estado de São Paulo, o Governador Mário Covas gastou R\$180.000.000,00 em quatro anos, com viaturas, coletes à prova de balas, armas, e não adiantou, porque o homem não está preparado para tudo isso. Temos que preparar o homem, pois é sua formação que está em jogo. Temos que dar-lhe estrutura psicológica e moral para ser um bom policial.

Ser policial não é fácil. O policial tem que ter condições especialíssimas. Defendo a Polícia Federal, a Militar e a Civil, com condições especialíssimas na Constituição, para dar inveja a Promotor e a Juiz. Hoje o Promotor e o Juiz encontram-se num patamar muito mais alto do que o policial. Quero, num futuro não muito distante, que os policiais tenham a mesma condição, estejam no mesmo patamar de respeito e de dignidade que hoje tem a nossa justiça e o nosso Ministério Público. Ai, sim, o povo saberá que o policial encontra-se encarregado da sua segurança. Essa é a reforma que fazemos na Câmara Federal. Espero que ela seja aprovada pelo Plenário da Câmara Federal até o final do ano 2000, para que possamos fazer uma mudança na Constituição, talvez para 2010, 2012. Os nossos netos terão policiais preparados, bem equipados, inteligentes, bem informados, para colaborar com tudo aquilo que significa hoje a luta das causas da criminalidade e delinquência. Muito obrigada.

Palavras do Cel. José Vicente da Silva Filho

Exmo. Sr. Deputado Anderson Adauto, Presidente desta Casa; meu prezado Gen. Cardoso, digno Ministro da Segurança Institucional; Exma. Sra. Deputada Zulaê Cobra, a mais ativa parlamentar do Congresso no aperfeiçoamento da justiça e das polícias; meus prezados companheiros de polícia, aqui, da Mesa; Srs. Deputados; Srs. Prefeitos; prezadíssimo povo de Minas Gerais; este é um Estado surpreendente. Sabemos que os países muito pobres têm baixíssima violência, assim como os muito ricos. Os lugares de muito contraste, onde vemos a pobreza ao lado da riqueza, são os mais violentos. E é por isso que os Estados Unidos, entre os países desenvolvidos, é o mais violento que se conhece.

Os Estados menos violentos do País são Piauí e Maranhão, que são os mais pobres. E, logo em seguida, está Minas Gerais, que não se pode dizer que seja um Estado pobre. Aqui existem os contrastes. Os sociólogos precisam começar a estudar isso. A nossa universidade estuda pouquíssimo o problema da violência, como se não fosse uma questão importante na sociedade. Mas tenho que admitir, e o Brasil tem que se curvar à realidade, que há o fator conservador, de certa forma esse apego familiar dos mineiros é um dos mais poderosos fatores de controle da violência que existe no Estado.

A questão da prevenção da violência não pode ser considerada apenas como uma questão de polícia. Quando chamamos a atenção do filho do vizinho, que está fazendo malcriadez na rua, estamos fazendo prevenção de desvio de comportamento. Quando damos aquele saudável tapinha no traseiro de uma criança que está fazendo traquinagem, estamos fazendo a prevenção, estamos mostrando que ela tem que se pautar por algumas regrinhas. À medida que a população perde essa capacidade de controlar, de orientar seus jovens, principalmente, ela começa a pedir que o Estado faça isso. Os pais começam a pedir ao Diretor da escola que discipline o seu filho, vão pedir à polícia que dê um castigo ao seu filho. Isso acontece quando eles começam a reconhecer que não têm mais capacidade de fazê-lo. Minas Gerais não pode perder essa capacidade notável de orientar bem os seus jovens.

Mas existe um fator contra o qual todos nós lutamos, que é o da impunidade das nossas leis. Hoje, está ficando cada vez mais fácil (e os jovens percebem isso quando começam a fazer sua escolha profissional) entrar para o crime. O risco é muito baixo. Você pode fazer uma carreira mais rápida para comprar a camisa da moda, a bicicleta, se entrar para o crime. Sabe o que acontece com quem entra para o crime? Praticamente nada. E, se a pessoa for menor de idade, acontece absolutamente nada. A Polícia Militar está cansada de prender infratores, jovens criminosos que repetem e repetem crimes pelas ruas, e não podem ser detidos para uma recuperação adequada.

Os delinquentes têm uma série de vazamentos de possibilidade da legislação para poder escapar para as ruas novamente. A PM prendeu mais de 15 mil pessoas com armas raspadas em São Paulo; armas envolvidas com crime. Essas pessoas pagaram R\$60,00 de fiança e voltaram para a rua. Existe uma situação difícil para as polícias trabalharem nesse ambiente. Estou imaginando daqui a 20 anos. Amanhã será o Dia da Paz. Então, coloquem as suas roupas brancas para imaginarmos que daqui a 20 anos teremos perspectivas melhores. É preciso que a população se mobilize e espere que a polícia, sozinha, melhore o seu desempenho, aperfeiçoe a sua organização. É preciso uma pressão para que as instituições melhorem o seu desempenho, o seu trabalho para com a população. O trabalho policial precisaria, daqui para frente, se pautar por uma modernidade, como ocorre em qualquer lugar do mundo. Precisamos de uma polícia só.

Nas pequenas cidades de até 10 mil, 15 mil habitantes, pode haver 10 polícias. Isso não é problema. É problema quando chega às grandes cidades, Contagem, Ouro Preto ou Belo Horizonte. Ai, precisamos de uma polícia moderna, o que não se faz com duas. Aparentemente, são duas partes, mas é uma ilusão. Precisamos, portanto, estabelecer - se for o caso, na Constituição -, com uma transição de quatro a cinco anos, uma só polícia; não é Polícia Militar, nem polícia judiciária.

A polícia não trabalha para a justiça. É evidente que o subproduto do seu trabalho pára na justiça. Ela trabalha para reduzir e controlar crimes, pura e simplesmente. Precisamos de parar com a idéia de polícia com adjetivos.

Enquanto não se promove essa unificação, vamos fazer a integração, fazer com que as polícias trabalhem de forma articulada. Para isso é necessário um grande empreendimento para que esse encontro das partes se faça. Mas o próprio Governo Federal acabou de encaminhar uma lei orgânica das Polícias Cíveis, dando a elas um contorno extremamente corporativista, que já "atiçou" as Polícias Militares de todo o País e já envenenou a possibilidade de integração.

As Polícias Militares já reagiram com um projeto de lei orgânica, através de reunião dos Comandantes-Gerais, que não costumam ouvir suas bases, diga-se de passagem, e vai-se deflagrar uma guerra institucional no País.

Temos dificuldades, porque existe uma lei federal para as Polícias Cíveis, não se menciona a existência das Polícias Militares. Recentemente, o Governador de São Paulo editou um decreto reorganizando as duas polícias. Em vez de fazer só um decreto, facilitando a integração, fez dois. Num decreto, não se menciona a existência da outra polícia.

Em Minas Gerais, as áreas de atuação da Polícia Militar e da Polícia Civil não têm nada que ver uma com a outra. Não se pode compartilhar diagnóstico de problemas, soluções de problemas. As escalas de serviço, os salários são completamente diferentes. Na Polícia Civil, em Minas Gerais, até recentemente, não sei se continua assim, um policial trabalha um dia e folga cinco dias. Não há no mundo um sistema de trabalho como esse.

Existe, portanto, um longo processo de afinação. Precisamos de uma só legislação para a polícia estadual, ainda que tenhamos duas polícias, que os cargos de trabalho sejam similares; que os salários sejam os mesmos para que se possa desenvolver essa integração. O processo é tão complicado, que os Deputados precisam estabelecer como deve ser esse planejamento, para que elas se articulem, ou não teremos condições para a produção dos resultados de que precisamos.

Estive nos Estados Unidos, na época da reeleição do atual Presidente desse País. Frequentemente, as pessoas perguntavam-me o que eu achava dos candidatos. Eu dizia que nos Estados tanto faz um Presidente ou outro, porque a sociedade é poderosa para pressionar por soluções. Ela busca a solução de seus problemas. O povo sozinho é muito fraco para enfrentar uma grande estrutura como a da Polícia Militar. Graças a Deus, a polícia de Minas Gerais é a melhor, a mais profissional e preparada para atender aos cidadãos.

A sociedade civil, através das suas entidades, precisa organizar-se. Se for o Presidente da associação dos amigos do bairro da periferia de Belo Horizonte, será bem atendido; se for da Associação Comercial, será bem atendido.

Portanto, essas entidades civis são importantíssimas, como os pequenos fóruns de debate. Não é só aqui na Assembléia que se debate essa questão. A segurança tem de fazer parte da pauta dessa discussão. Nas Câmaras Municipais de todas as cidades do interior, os cidadãos já não podem deixar que esse assunto seja discutido apenas por um pequeno grupo de especialistas, como eu. Não sou o único entendido nisso.

A população precisa reafirmar, já que tem esse privilégio no Estado de Minas Gerais, o seu poder de controlar e orientar o comportamento da juventude. É preciso ampliar isso nas grandes cidades, para não deixar os jovens que vemos nas ruas ameaçarem não só a sociedade, mas o próprio futuro deles. Uma sociedade que não tem planos, projetos e programas para os seus jovens abandonados não está preocupada com o seu futuro.

É muito importante que a polícia se abra. Se ela não o fizer, que a população faça com que ela se abra para discutir com a comunidade quais são os caminhos para melhorar a prevenção, reduzir e controlar a criminalidade. Conhecemos outras realidades, como é o caso do Estado mais rico e poderoso do Brasil, São Paulo, um dos mais violentos do País. É uma vergonha São Paulo e Rio de Janeiro, tão ricos, cheios de cultura, com as melhores universidades, estarem padecendo dessa violência. Isso significa que apenas dinheiro não resolve essa questão, mas sim a força da comunidade.

Minas, de certa forma, está dando o exemplo disso. E alguns Estados estão dando o exemplo de integração das polícias, com toda dificuldade existente, como é o caso do Ceará, da

Bahia e do Pará. São Estados em que as soluções estão aparecendo. São Estados que vencem essa condição que nos trazem muita dificuldade hoje, porque a desmilitarização não é o problema. Espero que possamos, nas questões que venham a ser formuladas, esclarecer alguns desses pontos que sejam de interesse da população. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Wladimir Sérgio Reale

Exmo. Deputado Anderson Adauto, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Exmo. Gen. Alberto Mendez Cardoso, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Exma. Deputada Federal Zulaiê Cobra, Presidente das Comissões de Constituição de Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados, relatora da reforma do Poder Judiciário, meus companheiros da segurança pública, permitam-me, inicialmente, ler uma mensagem histórica: "A estatística criminal no Rio de Janeiro aterroriza. Todos os dias são portas arrombadas, assaltos em pleno dia, roubos, assassinatos. Nunca se viu tão grande falta de segurança pessoal, de justiça e de moralidade pública. Os cidadãos precisam andar armados para se defenderem, já que a polícia não os defende". Parece atual, mas trata-se do trecho de uma carta do poeta parnasiano Raimundo Correia para seu amigo Assis Brasil, datada de abril de 1900.

Cem anos depois, estamos discutindo exatamente a mesma coisa. Trago, para iniciar, as palavras sábias do nosso eminente Presidente da Assembléia Legislativa, quando destaca que a atuação dos governantes e dos cidadãos, no estado democrático de direito, deve pautar-se pelo respeito às normas legais, principalmente quando inscritas no texto constitucional.

É aí que reside a questão atual, independentemente da Proposta de Emenda à Constituição nº 613, apresentada pela nossa combativa e nobre Deputada Zulaiê Cobra.

Essa proposta pretende a reformulação do sistema constitucional brasileiro no âmbito da segurança pública, como ocorreu com a Proposta de Emenda à Constituição nº 46/91, de iniciativa do Deputado paulista, hoje ex-Deputado, Hélio Bicudo, e o Congresso Nacional discutiu esse tema durante quatro anos. Ao final, a Comissão Especial acabou rejeitando aquela proposta. Essa proposta, de certa forma, guarda alguma similitude com o que discutimos hoje dentro de um outro ambiente. Sucede que a nossa idéia é que efetivamente precisa haver uma reformulação na segurança pública.

Antes de mais nada, pediria à nossa Deputada Zulaiê Cobra que analisasse algo que consideramos fundamental nessas áreas típicas do Estado: educação, saúde e segurança pública. Desde 1988, no art. 212 da Constituição Federal, temos vinculação de receitas para a educação. E a educação vem melhorando de 1988 para cá. Temos, agora, proposta de emenda à Constituição relativa à saúde, que está sendo discutida, com todas as letras, no Senado Federal. Na semana passada, foi aprovada uma matéria para vincular receitas para essa área. Por que não pensar também, então, em algo para a segurança pública? Quando falamos em vinculação de receitas, o que queremos é que exista maior homogeneidade, maior estabilidade nessa área. É por isso que a sociedade clama.

Não basta um fundo, simplesmente, nobre Deputada Zulaiê Cobra. Enquanto não tivermos uma vinculação expressa, com um percentual específico - os economistas e, por que não dizer, alguns governantes também, têm horror a isso e não aceitam -, haverá sempre essa instabilidade, esses altos e baixos. Um governo considera que a segurança pública é prioridade, outro não; e o governante atual é quem decide. Isso acontece também na esfera do Governo Federal. O que observamos, de 1988 para cá, é que a segurança pública ainda não se revelou prioridade efetiva. Revelou-se, sim, preocupação nacional, preocupação de todo cidadão. Mas, como se fosse composta de altos e baixos, ora ela sai do cenário, ora entra nele. Então, sugerimos, mais uma vez, à nobre Deputada que examine a possibilidade de criar essa vinculação específica, como aconteceu com a educação e com a saúde. É a única forma de dar algo - estamos batendo bem nessa questão - dando uma maior estabilidade, em caráter permanente, independentemente dos diversos governos que forem eleitos ou reeleitos.

Outra questão que me parece ter sido extremamente bem colocada pelo Gen. Cardoso foi sua abordagem aos temas escola, família e religião. Acho que a raiz da violência atual, tal qual acontecia há 100 anos, com outra roupagem, está na droga. É a droga da droga. Fala-se, e os jornais noticiam isso, que precisamos prender o Sr. Fernandinho Beiramar, o Joãozinho das Couves, o Manuelzinho, o Pedrinho...

Sempre teremos grandes traficantes, porque o consumo está aumentando de forma exacerbada. E ele está em todas as famílias, em todos os níveis, em todos os estratos sociais e dentro da nossa família. Enquanto cada cidadão brasileiro, cada membro da sociedade não se conscientizar, essa questão da droga, que é o veículo motor da exacerbção da violência, não diminuirá.

E digo mais: há uma crítica muito grande aos mecanismos de segurança pública.

Com todos os problemas e defeitos, a execução penal existe, as cadeias estão absolutamente lotadas, o que é um produto do trabalho da polícia, seja ostensiva, seja judiciária. Se me permite, meu caro Cel. José Vicente, entendemos que o sistema é bom. Há necessidade de adaptações, mas a polícia judiciária, dentro do modelo brasileiro, é efetivamente a polícia investigativa, não deve ser ostensiva. Leremos os nossos dez mandamentos. O certo é que, no sistema nacional brasileiro, mesmo havendo uma integração ou unificação, o papel da polícia investigativa é o papel da polícia judiciária. E diga-se mais: se resolvermos o problema da segurança pública, mas não resolvermos ao mesmo tempo a questão do sistema da administração da justiça criminal como um todo, nada vai funcionar adequadamente. Não adianta uma segurança pública maravilhosa, se o Ministério Público não funcionar. Não adianta o Ministério Público funcionar bem, se o Poder Judiciário não dá conta de seu serviço. Não adianta o Poder Judiciário funcionar bem, se não temos o sistema penitenciário funcionando adequadamente. É um sistema que começa na prevenção, prossegue na investigação e segue na acusação, no julgamento e, por último, no sistema penitenciário ainda com caráter punitivo. Isso é um sistema.

Aproveitando esse tempo exíguo que cada expositor teve, me permitiria uma rápida leitura daquilo que chamo de alguns mandamentos da segurança pública dentro do atual cenário constitucional. (- Lê:)

"Quem previne não deve investigar - art. 144, § 5º"; "Quem investiga não deve acusar - art. 144, § 4º"; "Quem acusa não deve investigar nem julgar - art. 129, inciso I, em relação ao Ministério Público"; "Quem julga não deve investigar nem acusar". Essas idéias de instrução certamente não cabem aqui para a pátria. Além da participação do advogado e da Defensoria nesse acompanhamento, se não houver, minha nobre Deputada Zulaiê Cobra, possibilidade de vinculação de recursos, não teremos uma situação nacional mais homogênea. Se não houver isso, teremos sempre essa eterna discussão.

Esse lembrete trazido ao auditório lembra-nos o ocorrido há 100 anos, mas continua atual, apenas com outra roupagem. Essa memória foi publicada no "Jornal de Brasília", em passado recentíssimo, em 2/6/95, na coluna chamada "Memória". Então, é necessário que se olhe para a frente, mas não se esquecendo do retrovisor para orientar quem vem atrás.

É uma honra muito grande estar no terreno mineiro, trocando idéias com todos os companheiros desta Mesa. Em resumo, essas são as nossas observações sobre o problema de segurança pública. Ele pode funcionar de forma integrada. A lei orgânica da Polícia Civil enviada ao Congresso Nacional é muito boa, mas precisamos da lei orgânica da Polícia Militar e da Polícia Federal. Elas não se excluem. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Victor Hugo Moreira de Resende

Exmº Deputado Sargento Rodrigues, que preside neste momento os trabalhos da Mesa; Exmº Gen. Alberto Mendez Cardoso, DD. Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Exmª Deputada Zulaiê Cobra, DD. Deputada Federal e membro da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados, além de relatora da reforma do Poder Judiciário; Exmº Cel. José Vicente da Silva Filho; Exmº Sr. Wladimir Sérgio Reale, eminente Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Rio de Janeiro e nosso prezado amigo; Exmo. Sr. Major Domingos Sávio de Mendonça, Presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, saúdo a todos os Deputados presentes na figura da Exma. Deputada Elaine Matozinhos, Delegada-Geral de Polícia, aos meus companheiros da Polícia Civil e a todos os presentes.

Pedimos vênha para iniciar a nossa participação lendo o prefácio da nossa Carta Magna de 1988, que, infelizmente, constou apenas na primeira edição, sendo suprimido das demais. (- Lê:)

"O homem é o problema da sociedade brasileira: sem salário, analfabeto, sem saúde, sem casa, portanto sem cidadania. A Constituição luta contra os bolsões de miséria que envergonham o País. Diferente das sete Constituições anteriores, começa com o homem. Graficamente testemunha a primazia do homem, que foi escrita para o homem. Que o

homem é seu fim e sua esperança. É a Constituição cidadã. Cidadão é o que ganha, come, sabe, mora, pode se curar. A Constituição nasce do parto de profunda crise que abala as instituições e convulsiona a sociedade. Por isso, mobiliza, entre outras, novas forças para o exercício do governo e a administração dos impasses. O governo será praticado pelo Executivo e o Legislativo. Eis a inovação da Constituição de 1988: divide competências para vencer dificuldades: contra ingovernabilidade concentrada em um, possibilita a governabilidade de muitos. É a Constituição - coragem. Andou, imaginou, inovou, ousou, ouviu, viu, destroçou tabus, tomou partido dos que só se salvam pela lei. A Constituição durará com a democracia e só com a democracia sobrevivem para o povo a dignidade, a liberdade e a justiça".

Esse prefácio é da lavra do nosso Presidente da Constituinte, o saudoso Ulisses Guimarães. Hoje, após mais de uma década de a Constituição ter sido elaborada, os problemas de ordem geral se avolumaram, os problemas de segurança pública estão aí presentes.

O Brasil contemporâneo passa por uma grave crise social e moral. Na atualidade, consoante esclarece jurista pátrio, "a bondade dos homens não se tira da razão de serem bons, mas da razão de não serem maus; o nome da virtude não vem da virtude presente, mas do vício ausente; o merecimento das coisas não se toma pelo que são, nem pela forma que têm, mas pelo que não são e pela forma contrária que não têm".

Rompeu-se a camada de verniz que recebia os instintos egoístas e violentos, e estes predominam na orientação da conduta humana.

Desintegra-se cada vez mais o espírito de cooperação, de ordem e paz. A fê religiosa foi banida dos corações. Não há escolha dos meios para obtenção dos êxitos. As sanções religiosas e morais fizeram-se espantalhos ridículos. Mais que nunca o mundo passou a ser aquinhoado com os audazes, os brutais, os imprudentes.

E como não poderia deixar de ser, a criminalidade tornou-se um meio de luta pela vida como qualquer outro. Conseqüentemente, o que se vê hoje é uma onda sempre crescente e assustadora de crimes, daí a luta da polícia contra a criminalidade ter-se transformado num verdadeiro "suplício de Sísifo".

Sísifo, segundo Homero, na "Ilíada", era o mais sábio e prudente dos mortais e, por isso, foi condenado a empurrar até o cume de uma grande montanha um rochedo que sempre voltava ao sopé, por força do próprio peso.

O trabalho policial, apesar da luta que move contra os inimigos da sociedade, não tem encontrado meios eficientes para colocar remoras definitivas ao sempre crescente índice criminal.

Premidos pela opinião pública e pela forte pressão da mídia, as autoridades movimentam-se para solucionar o problema e invariavelmente imaginam encontrar na reestruturação do aparelho policial o remédio eficaz para curar a síndrome de insegurança de que são acometidos, hoje, os brasileiros. É evidente que a reestruturação é imprescindível, mas não podemos olvidar que, por si só, jamais debelará a grave questão da violência do País. Com a reestruturação do aparelho policial hão de vir também profundas reformas no Poder Judiciário, no Ministério Público e, principalmente, no complexo penitenciário, que nem de longe cumpre sua primordial finalidade de reeducar o apenado. Ao reverso, avilta-o, violenta-o e o dilacera, afastando-o dos mínimos sinais da presença de Deus, e o instrui, dia a dia, na mais perversa e eficiente universidade do crime.

A violência atual é reflexo do descaso dos nossos dirigentes públicos com as questões sociais relevantes, ou seja, educação, trabalho, moradia e saúde. Pagamos, hoje, o preço da negligência e da incompetência das políticas sociais do passado. A incúria social contemporânea deve ser combatida prioritariamente.

A sociedade civil, por sua vez, não suporta mais conviver com tanta criminalidade e insegurança nem com a ineficiência da justiça e das polícias. Da mesma forma, já não suporta também a hipocrisia com que o problema sempre foi tratado.

Simultaneamente, um grande número de políticos limita-se a apontar os erros e as mazelas das instituições policiais, quando não as usam para fins eleitoreiros, contribuindo, como sempre fizeram nos bastidores de seus gabinetes, para a manutenção do enfraquecimento dessas instituições.

Em razão dessas manifestações políticas, os legítimos representantes da sociedade ficam inibidos e não apresentam projetos sérios, destinados à reformulação do sistema de segurança pública; em contrapartida, projetos corporativistas ou fantasiosos não faltam, como a proposta de novo modelo de polícia apresentada pelos Ouvidores de Polícia no Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia do Brasil.

Podemos afirmar que, de todos os projetos de emenda à Constituição a respeito de segurança pública que tramitam na Comissão Especial de Segurança Pública, a Proposta de Emenda à Constituição nº 613, da Deputada Zulaiê Cobra, aqui presente, é inofensivamente a melhor. Entretanto, ações corporativistas podem propiciar mudanças lesivas à segurança pública.

A problemática da segurança pública, notadamente no que respeita à questão das polícias, deve ser discutida com desprendimento. A gravidade do momento não comporta corporativismo egoísta e mesquinho. É imprescindível que haja interesse e ousadia do Governo Federal para realizar mudanças efetivas no sistema policial, criando-se uma nova polícia, única e civil.

Somos pela criação de uma nova polícia, e não pela unificação das atuais, por entendermos que tal idéia agrada apenas aos ouvidos dos que não buscam modificações profundas, pois qualquer projeto nesse sentido não se pode afastar do realismo técnico que já falta à atual segurança pública.

Unificar duas polícias falidas é, na melhor das hipóteses, agigantar uma estrutura viciada e impraticável, mantendo-se os mesmos problemas atuais e ampliando-os, sem nada resolver.

Em razão do exíguo tempo, terminamos aqui. Por ocasião do debate, se tivermos oportunidade, faremos mais esclarecimentos.

Palavras do Major Domingos Sávio de Mendonça

Exmo. Sr. Gen. Alberto Cardoso, caro Deputado Sargento Rodrigues, senhoras e senhores, o tempo é exíguo, mas teremos de tratar de algumas questões que estão aprofundadas no documento "Violência e Criminalidade, Análise e Proposta", que será distribuído a todos. Pediríamos especial atenção às colocações que aí estão.

Com relação às causas da violência que nos assola, é importante que não nos afastemos delas, porque, se não as resolvermos, dificilmente as atuações, só nos efeitos, terão alguma eficácia.

O que causa a violência? Estamos diante de uma situação precária, vivemos o desemprego, sistemas públicos falidos, e não é só a segurança que está dificuldade. Também a educação, a saúde e a justiça estão com dificuldades. Por que isso ocorre? Os senhores pensam que será possível afastar a violência sem resolver as questões sociais? O desemprego que assola nosso País cria mão-de-obra fértil para o crime organizado. É muito fácil "ideologizar" o discurso e as propostas. Isso é velho.

Nós, da Polícia Militar, devido ao movimento de 1964, no qual a polícia foi utilizada - nem estava na polícia, pois entrei em 1981 -, estamos sendo vítimas desse combate que volta sempre com as mesmas teses e com rostos diferentes, mas tudo partindo do mesmo grupo. Lei no País não é solução para as coisas. Para ser solução, precisa ter eficácia social.

Como exemplo: criaram, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, propondo a proteção integral à criança e ao adolescente. Isso há 10 anos. Como está a situação de nossas crianças e nossos adolescentes? Pouco mudou, se não piorou. Se lei resolvesse, não teríamos mais esse problema. O trânsito caótico foi resolvido com a expedição do Código de Trânsito Brasileiro? Vemos as estatísticas, todo final de semana prolongado, dizendo que as mortes continuam. Quando se falou aqui, e aqui estamos discutindo idéias, e não

atacando pessoas, que os quartéis só servem para militares, que civil não consegue entrar em quartel, seria bom que a Deputada Zulaiê Cobra visitasse o Centro de Formação e Treinamento de Praças e a Academia de Polícia de Minas Gerais. Ela está convidada; se for barrada, irei junto com ela. Pode ir sozinha, como a senhora quiser. Nosso quadro de professores é formado, na sua maioria, por civis, são Procuradores, e Dr. Patrus Ananias, ex-Prefeito de Belo Horizonte, é o professor de Direitos Humanos nessas academias.

Nossa instituição precisa de reformas. Toda instituição, por mais útil e eficiente que tenha sido, precisará, um dia, de reforma. Entendemos que as Polícias Militares precisam ser reformuladas. Temos propostas para isso. Precisamos mudar nosso estatuto, reduzindo os níveis hierárquicos para adequar nossa instituição, os cargos e carreiras a uma política de segurança pública. Precisamos introduzir uma carreira única para regularizar nossa situação, com o curso superior de segurança pública para o soldado, que é quem atende a população. Precisamos de uma política salarial que valorize nosso homem, uma política habitacional para o profissional da segurança pública: Agente Penitenciário, policiais civis e militares.

Faço uma sugestão ao Governo Federal: que abra uma linha de crédito especial, pela Caixa Econômica Federal, para financiar moradia para os policiais, se querem realmente valorizá-los. É preciso que parem com demagogia.

Não adianta falar para os senhores que se hoje se aprovar a proposta de unificação e desmilitarização das polícias, tudo será resolvido. Não será, como o Estatuto da Criança e do Adolescente não resolveu. É claro que o tema precisa ser discutido, e não vamos fugir a ele.

O Governo central quer estabelecer a mesma política de segurança para Amazonas, Minas Gerais e São Paulo? Não estamos diante de uma Federação? É com o único objetivo de questões ideológicas que querem desmilitarizar e acabar com a Polícia Militar. No final desse debate, talvez cheguemos à conclusão de que precisamos desmilitarizar e acabar com a Polícia Militar. Mas essas são situações simplistas.

Vou fazer, agora, a leitura do § 7º do art. 144 da Carta Magna: "A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades". Essa Constituição é de 1988. Ela já completou 12 anos. Onde está essa lei? Vamos mudar a Constituição, antes de fazermos uma lei para delimitar o que é competência da Polícia Militar. Esta não deve ficar investigando, mas deve ficar integrada à Polícia Civil. Se é competência da Polícia Civil, por que não o fizeram? Simplesmente porque não querem que o sistema funcione.

As pessoas vêm aqui e jogam os praças contra os oficiais, dizendo que os oficiais não permitem que conversem com os seus praças. Isso não é verdade em Minas Gerais. Tanto é que, em todos os eventos em que se discutem temas relacionados à segurança pública, quem nos representa é o Cabo Valadares, Presidente do Centro Social de Cabos e Soldados, e o Sargento Luiz Gonzaga, Presidente da ASPA. Temos o Cabo Moraes e o Sargento Rodrigues nesta Casa. Então, meus amigos, não nos deixemos levar pelo canto da sereia.

Quem arrebitou a segurança pública em Minas Gerais, levando este Estado a uma greve, em que morreu um companheiro nosso, foi o Governo do PSDB, do qual a Deputada faz parte. Essas questões precisam ficar claras. Não vamos permitir que venham a Minas Gerais pessoas de fora, que não conhecem a nossa realidade, para enxovalhar as instituições. Isso não vamos permitir e vamos combater veementemente. Queremos, sim, discutir as polícias.

Nesse documento, temos uma situação que queremos trazer para os senhores: a certeza da impunidade é o combustível que alimenta a violência. Não fui eu quem disse isso, mas o Marquês César Bonessana, em seu livro sobre delitos e penas.

Em 27/4/2000, o Soldado PM Adelson Geraldo do Nascimento, quando se encontrava no interior do coletivo da Empresa Santa Edwiges, linha 411, de folga e em trajas civis - vejam o valor do nosso soldado -, interferiu em um roubo a mão armada, em que dois indivíduos, um portando arma de fogo, renderam o motorista e o cobrador. O militar, aproveitando-se de um descuido, sacou sua arma particular, anunciou ser policial e determinou aos meliantes que se rendessem, momento em que um deles virou a arma na direção do PM, que, incontinenti, efetuou um disparo, atingindo o infrator na altura do ombro direito. O segundo autor, aproveitando-se da confusão, conseguiu evadir levando o produto do roubo. O militar socorreu o ferido e levou-o até a Unidade de Atendimento Imediato - UAI -do Jardim Teresópolis, de onde foi encaminhado para o Hospital Regional de Betim, permanecendo internado. Foi apreendida, com ele, uma réplica de arma de fogo. O mencionado meliante não foi autuado em flagrante. Além desse episódio, ele já foi preso outras vezes: em 3/12/99, havia praticado roubo a coletivo; em 5/3, outro roubo a coletivo; em 16/4, assalto a mão armada em supermercado. Em um ano, esses foram os delitos identificados como praticados por ele. E ainda estava solto. Vejam a impunidade.

Falam que oficial não vai para a rua. Tenho, em meu currículo, quatro anos trabalhando no quarto e no primeiro turno de patrulhamento motorizado ROTAM, em Belo Horizonte. Vou para a rua comandar a 128 Companhia do Bairro Vera Cruz, numa reformulação que a PM está fazendo.

Meus senhores, gostaríamos de dizer que não somos contra as mudanças. Queremos que elas sejam discutidas, mas sem cunho ideológico. Como o nosso nobre companheiro falou, as propostas da Deputada Zulaiê Cobra são as mesmas de Hélio Bicudo, em épocas diferentes. Mas ela não procurou regulamentar esse § 7º, para ver se a coisa funcionava. Integrar é necessário, sim. Unificar pode ser necessário? Pode, mas não com objetivos ligados a recalques da época do regime de exceção. Isso pode destruir as polícias e se transformar num problema pior. Se a polícia já está em frangalhos, pode piorar ainda mais. Muito obrigado.

A Deputada Federal Zulaiê Cobra - Sr. Presidente, peço a palavra, porque fui ofendida. Não vim aqui para isso. Quando o Major fala, mostra bem o despreparo da Polícia Militar para uma mudança, seja a integração ou a unificação. Ele vem aqui, cumprimenta o Presidente da Assembléia, o General, e não cumprimenta os demais membros da Mesa. Isso já é uma ofensa. Não viemos aqui - membros da Polícia Civil e uma Deputada Federal, que tem um objetivo seriíssimo, que é a reforma da segurança pública - ofender ou discutir com gente despreparada. Quero registrar isso nesta teleconferência, porque o que buscamos é o objetivo único da união das duas polícias. Portanto, uma polícia não pode falar mal de outra polícia, e muito menos de uma pessoa que está se dedicando à reforma do Poder Judiciário e da segurança pública.

Conheço tudo a respeito de Polícia Civil, Militar e Federal. Que fique bem claro que o discurso feito na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais sobre ideologia política reconhece o despreparo de muitos oficiais para a reforma.

Sou do PSDB, tenho muito orgulho de estar nesta Casa a convite de seu Presidente e do Deputado João Leite, que é do meu partido. Cumprimentei a Deputada Maria Elvira quando entrou aqui e cumprimentei todos os Deputados Estaduais e Federais de todos os partidos. A ideologia por que lutamos não é de um partido só.

O Major não me conhece e não sabe que fiz a reforma do Judiciário contra a vontade do PSDB federal, porque tenho um nome a zelar e de maior valor que qualquer ideologia política. Estamos aqui para nos unir em torno de um só objetivo. Assim sendo, não posso aceitar ofensas de um Major da Polícia Militar, muito menos, de Minas Gerais, onde estou como convidada.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente (Deputado Sargento Rodrigues) - A Presidência vai conceder a palavra aos Deputados e aos participantes que desejarem formular perguntas aos expositores. Para tanto, informa que as perguntas poderão ser formuladas por escrito ou oralmente. Os telespectadores poderão formular suas perguntas pelos telefones: 0800-31-08-88 e 290-7633, ou por fax, cujos números são: 290-7948 e 290-7613, com o código de área 031.

Será concedido o tempo de 10 minutos para a participação ao vivo de representantes de municípios, que se encontram nas salas de teleconferência, cedidas pela TELEMAR, nas cidades de Pouso Alegre, Governador Valadares, Divinópolis, Conselheiro Lafaiete, Montes Claros e Varginha.

A Presidência solicita aos Deputados e aos participantes que fizerem uso do microfone que sejam objetivos e sucintos, sendo dispensada a formalidade das saudações pessoais. A cada Deputado ou participante será concedido o tempo de 3 minutos para a intervenção, e aos expositores será concedido o mesmo tempo para a resposta.

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduato) - A primeira inscrita, Neila Batista, do gabinete do Deputado Rogério Correia, faz pergunta dirigida à Deputada Zulaiê Cobra: "Que medidas são tomadas, na reforma do Judiciário, contra a violência institucional, a impunidade, os privilégios e as desigualdades?"

A Deputada Federal Zulaiê Cobra - Fizemos uma reforma da estrutura do Poder Judiciário. Procuramos, nessa estrutura do Poder Judiciário, atender à população, ao povo brasileiro. Daí porque não fizemos nada com um partido em separado, e sim com todos os partidos, tendo sido gratificante para mim fazer um relatório, que foi aprovado por todos os partidos no Plenário da Câmara Federal. Portanto, essa reforma do Judiciário passou também por uma situação em que há uma violência por parte do Judiciário contra a população. Temos visto - a CPI não nos deixa mentir - que a violência não está ligada apenas à questão da Polícia ou do próprio Legislativo, mas passa, e muito, pelo Poder Judiciário.

Deixei bem claro, na nossa relatoria, que os privilégios e as desigualdades, verificados em atos praticados por Juízes, Desembargadores, Ministros dos Tribunais Superiores e do Supremo Tribunal Federal, não podem subsistir. Sinto-me muitíssimo bem por não ter tido nenhum receio de pressão de Juiz, Promotor, Desembargador ou Ministros. Estou satisfeita com essa reforma, embora ainda tenha sido pequena; meu relatório foi modificado na votação em 2º turno. Mas conseguimos o primeiro passo para termos um Judiciário mais acessível ao povo, um pouco mais compenetrado das suas funções de povo, porque o povo paga, - não é só a polícia, não - também Juízes e Promotores. A impressão que temos é a de que os Juízes se encontram em outra função que não a de atender o povo. A antipatia, o abuso de poder por parte de Juízes, Desembargadores e Ministros é uma coisa horrível neste País. Portanto, aqui não se fala mal de um Poder, fala-se mal de todos os poderes quando não estão preparados para atingir o patamar da igualdade para todos. Obrigada.

O Deputado Sargento Rodrigues - Farei duas perguntas, sendo a primeira para o Gen. Alberto Cardoso: Por que parte do efetivo das forças armadas ainda não se encontra nas fronteiras, combatendo o tráfico de drogas e de armas, já que temos consciência plena de que a repercussão do tráfico de drogas dos grandes centros urbanos e em todos os Estados representa um aumento significativo de, aproximadamente, 50% dos crimes.

E uma pergunta à Deputada Zulaiê Cobra: Como participante da reforma do Judiciário, por que permitiu o tribunal de exceção, a permanência da Justiça Militar, já que entendemos tratar-se de um tribunal de exceção, que em nada contribui para a eficiência da nossa justiça?

O Gen. Alberto Mendez Cardoso - As Forças Armadas estão nas fronteiras do Brasil há alguns séculos, garantindo a presença do Estado brasileiro em rincões onde grande parte dele sequer pensou, alguma vez, em visitar. Quanto à questão específica do combate, na fronteira, ao tráfico e ao contrabando, devo dizer que essa não é missão das Forças Armadas.

O Presidente, desde fevereiro de 1996, baixou uma diretriz dizendo que as Forças Armadas têm de estar em condições de apoiar a Polícia Federal em logística, em informações e, de maneira geral, em serviço de inteligência, também ficando em condições de, em caso de necessidade, de emprego da massa, como tropa regular, participar de operações juntamente com a Polícia Federal.

O Exército Brasileiro já transferiu, das fronteiras do Rio Grande do Sul para a Amazônia, uma brigada de infantaria inteira, com três batalhões de infantaria, que, hoje, são batalhões de infantaria de selva. E, também, transferiu do Rio de Janeiro uma brigada de infantaria com os mesmos três batalhões. A transferência de tropas para a fronteira requer recurso orçamentário e, nas prioridades de orçamento da reunião, o Exército teve que fazer restrições a essa transferência; toda ela planejada. O Plano Nacional de Segurança Pública prevê a intensificação das tropas do Exército, das Forças Armadas, de maneira geral, na fronteira, e isso já está sendo feito com recursos destinados a essa intensificação, que será na base de reforço dos efetivos, posto que, transferência de unidades inteiras caem nessa dificuldade financeira.

Em síntese, alastram-se as Forças Armadas, ajudando a Polícia Federal, que tem o seu efetivo reduzido e que será incrementado também por esse Plano Nacional de Segurança Pública nas fronteiras para o combate ao narcotráfico e ao contrabando.

A Deputada Federal Zulaiê Cobra - Infelizmente, no meu relatório, queríamos a extinção dos Tribunais de Justiça Militares, que só existem em três Estados: São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Temos, em outros Estados do Brasil, a Justiça Militar apenas em 1ª instância. Mas, nesses três Estados, temos também a 2ª instância. Eu quis criar varas especializadas da Justiça Militar; levar a Justiça Militar - porque ela existe e merece respeito, até a possibilidade de uma reforma - à justiça comum e também as câmaras especializadas. Essa idéia não foi aceita e voltou-se à questão dos Tribunais de Justiça Militares mantidos como estão hoje. Isso já foi uma vitória, porque havia Deputados que queriam ampliar para outros Estados esses tribunais. Portanto, a vitória coube àqueles que queriam manter apenas esses três Estados com a Justiça Militar e que, na justiça de 1ª instância, tirássemos a possibilidade de juízes não togados. Hoje, há possibilidade de juízes togados e os outros, que são juízes militares. Então, houve uma pequena modificação, um pequeno progresso, porque teremos apenas juízes togados na Justiça Militar de primeira 1ª e de 2ª instância.

O Sr. Presidente - Pergunta do Deputado Estadual Doutor Viana ao Gen. Alberto Cardoso: "Quais são os critérios e as prioridades definidas pelo Governo Federal para repasse aos Estados dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública? Estados como Minas e Rio Grande do Sul, que são de Oposição, receberão o mesmo tratamento dado a São Paulo, Espírito Santo, Bahia ou Ceará, por exemplo?"

O Gen. Alberto Mendez Cardoso - Nobre Deputado, permita-me iniciar a resposta dando uma opinião pessoal. Numa federação não existem Estados de oposição. Logicamente, existem partidos que não estão em apoio a determinado Governo, central ou não. Mas não há Estados de oposição. Portanto, o Governo da União não pode ter critérios que prejudiquem os Estados. Esse Governo, no Plano de Segurança Pública Nacional, não fará distinção de apoio aos Estados. Quem irá executar o plano será o Ministério da Justiça, que tem como critério básico a existência de projetos a serem apresentados pelos Estados, a serem analisados em conjunto, como já foi feito com os Estados de Goiás e do Distrito Federal, para a liberação de recursos, em apoio a essas medidas previstas no projeto.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, convidados, antes de mais nada quero agradecer a presença de todos ao debate. Quero dizer que o representante da PMMG está ausente porque foi proibido de participar deste debate pelo Governador Itamar Franco, o que é lamentável.

Concordo com as colocações da brilhante Deputada Zulaiê Cobra, que expressou o pensamento de uma parcela significativa desta Assembléia Legislativa e da Comissão de Direitos Humanos deste Poder. Gostaria de lhe perguntar sobre o controle da atividade policial. Nesta Assembléia, fui autor do projeto que criou a Ouvidoria de Polícia. Isso já é lei; já está funcionando em Minas Gerais e foi a segunda Ouvidoria de Polícia instalada no Brasil.

Sabemos que a violência está ligada à questão do Judiciário. V. Exa. fez um brilhante trabalho na redação do parecer e do relatório final da Reforma do Judiciário Federal. Tenho uma proposta de emenda à Constituição, primeira a tramitar no Brasil, desde a legislatura passada, de unificação dos tribunais de Alçada e de Justiça, a qual foi apresentada três vezes. Estamos insistentes. Já obtivemos vitória no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro e, parcialmente, em São Paulo. Gostaria de uma informação sobre essa questão. Quero aproveitar a oportunidade para agradecer a presença do Governo Federal neste debate que é muito importante.

Gen. Cardoso, ontem estive em Buritis, onde está localizada a Fazenda Agropecuária Córrego da Ponte, a convite do Ministério Público. Ouvimos lideranças dos sindicatos, dos trabalhadores sem terra, temos documento, inclusive a notificação da juíza, que passarei às mãos de V. Exa., mas isso não é objeto do debate.

O Senador Antônio Carlos Magalhães está defendendo o uso das Forças Armadas para ações de combate à criminalidade no meio urbano. Ficamos surpresos e indignados com a presença das forças do exército. A informação que tivemos é de que V. Exa. havia se comunicado com o Governador Itamar Franco; dessa vez nem esse comunicado houve. Esse é um procedimento constitucional ou usual? O uso das Forças Armadas, como propõe o Presidente do Senado é solução?

A Deputada Federal Zulaiê Cobra - Primeiramente, quero lastimar a ausência da Polícia Militar nesta Mesa, a pedido de um Governador. Gosto muito do Governador Itamar Franco, mas lamento a decisão de proibição. Com relação ao controle externo, fizemos um intercâmbio entre a justiça e a polícia. Daí porque eu posso fazer isso muitíssimo bem hoje.

A justiça não tem controle externo, e colocamos um controle externo para a justiça. O Ministério Público e os juízes de todas suas carreiras terão um controle externo nacional. O controle diz respeito à parte administrativa, à parte financeira e a atos funcionais do Ministério Público e da magistratura. Eles têm lei orgânica que prevê esses atos funcionais, e a parte administrativa e a parte financeira dos tribunais estão absolutamente sem transparência. Esse é o controle externo, Deputado.

O controle externo da polícia, vamos fazê-lo também. Não queremos a palavra controle externo que está hoje no art. 129 da Constituição, o qual é do Ministério Público. Ele fiscaliza

as polícias, mas só. Ele não tem o controle externo que fizemos, muito mais amplo para a magistratura e para o Ministério Público.

Portanto, na minha proposta, a polícia terá um controle externo igual ao controle externo da magistratura e do Ministério Público, parte administrativa, parte financeira e atos funcionais.

São Paulo também tem Ouvidoria, e não está dando certo porque ela funciona bem para a Polícia Civil, mas não funciona para a Polícia Militar. Fora o fato de que a questão política leva e às vezes fica lá. Tivemos a presença da CPI do Narcotráfico em São Paulo, que fez valer com que vários policiais, que têm várias representações, não fossem processados judicialmente por situações mais graves. Copiamos as Ouvidorias de Polícia e as colocamos no Judiciário.

Hoje o Judiciário tem uma Corregedoria que não funciona.

A Corregedoria das Polícias também não funciona por causa do espírito de corpo. Essa é a verdade. E aí colocamos as Ouvidorias também no Judiciário, o que será feito pelos Estados. Os Governos vão criar Ouvidorias também para Juiz e Promotor. É aquela portinha para dizer "Ouvidoria da Justiça", "Ouvidoria do Ministério Público".

E digo ao senhor que ganhamos a unificação: Alçada e Justiça num só tribunal, com o mesmo sentido, com o mesmo valor, para acabar definitivamente neste País com aquela história de que só uns são Desembargadores e os outros são Juizes de 2ª instância. E Juiz com o nome de "pingüim" - nunca vi isso na minha vida -, é o Juiz que está no de Alçada e substitui no de Justiça. Portanto, todos serão Desembargadores, para o bem do povo, que economizará muito. Muito obrigada.

O Gen. Alberto Mendez Cardoso - Quando o Presidente do Congresso defende a participação das Forças Armadas no combate ao crime, está demonstrando muito apreço e confiança nelas, querendo dizer que conta com elas para, em situações de necessidade, serem empregadas, como prevê o próprio texto constitucional. A Constituição, no art. 142, estabelece que as Forças Armadas têm a missão básica de defesa da Pátria e também a missão de restauração e manutenção da ordem pública. No entanto, colocarmos as Forças Armadas no combate cotidiano ao crime requereria que elas passassem a ser preparadas para isso. Elas são organizadas, treinadas, equipadas, têm sua doutrina para a missão básica de defesa da Pátria. E a Pátria não está em guerra, aliás, porque tem Forças Armadas dissuasórias. A modificação para o policiamento exigiria novo equipamento, nova doutrina e mudanças nos currículos de formação de Oficiais, Sargentos e Soldados.

O serviço militar obrigatório, por exemplo, teria de ter outra filosofia. No entanto, repito, há uma diretriz do Presidente da República que prevê o emprego das Forças Armadas nessas situações. Há uma lei complementar que trata desse assunto, mas nas situações em que os Estados perderam a sua capacidade de resolver problemas de segurança pública e também o controle da ordem pública.

A primeira parte da pergunta do Deputado Durval fala do recente emprego de um batalhão de infantaria do Exército na defesa da fazenda do Sr. Presidente. O Exército não entrou em Minas Gerais, ele está em Minas, como em todos os Estados da Federação. Ele está no Brasil, é o Exército brasileiro. Brasileiros somos todos nós, brasileiros, responsáveis, equilibrados, ponderados. Sabemos perfeitamente qual é a destinação de uma ou outra força. Não houve a entrada, portanto. O Exército, como instituição nacional permanente, está aqui.

A questão da fazenda é a seguinte: a fazenda é encarada - e isso é dispositivo legal - como um dos domicílios do Presidente da República. Essa fazenda, portanto, como um dos domicílios do Presidente, simboliza a autoridade do Presidente da República. E essa autoridade não pode correr o risco de ser desmoralizada por invasões desse domicílio, sem que haja uma resistência a essa invasão, não pode haver uma invasão permitida. Isso não pode ocorrer.

E por que o princípio da autoridade não pode ser desmoralizado? Por que ele faz parte do processo democrático. O princípio da autoridade está no verdadeiro início do processo democrático, que é o momento da eleição, quando o povo delega sua autoridade. Portanto, quem tem a delegação da autoridade, como tem o Presidente da República, tem o dever de manter essa sua autoridade incólume, não sendo ela desmoralizada. Daí termos a necessidade de garantir esse símbolo de autoridade por intermédio do emprego das Forças Armadas.

É a terceira ocasião em que isso ocorre. Na primeira ocasião, considerou-se que havia, digamos, uma jurisprudência de contatos pessoais feitos com o Governador, sempre contatos muito amistosos.

E a premência do tempo nessa ocasião fez com que empregássemos essa companhia de infantaria ali. Desde já, quero dizer e repetir o que já disse no início: o apreço que tenho para com o Sr. Governador; apreço e respeito.

O Deputado Geraldo Rezende - Sr. Presidente, nossa pergunta é dirigida ao Gen. Alberto Cardoso. Sr. General, o senhor falou muito em pragmatismo, mas divagou muito em sua fala. O problema da segurança pública, General, é emergencialíssimo. Temos de combater a violência, que é a consequência. Mas, na raiz do problema da violência, em nossa opinião, encontram-se o analfabetismo, o desemprego, a injustiça, a corrupção, a falta de moradias, a fome, a miséria e a falta de oportunidades. Precisamos de justiça para todos, sem corrupção nessa área - aí existe muita corrupção também -, de uma polícia séria, bem-formada e sem privilégios, sem Justiça Militar - para que precisamos de uma Justiça Militar? -, sem corrupção na polícia - que existe muita também -, com aparelhos de cumprimento de pena dignos, para não marginalizar ainda mais quem ofendeu a sociedade. Muitas vezes, a pessoa ofendeu a sociedade, mas não é um marginal. No Brasil, não temos corregedorias, não temos aparelhos de cumprimento de pena que corrijam. Existem os que agravam o problema, que formam, que dão diploma, que dão pós-graduação em banditagem. Onde, no Brasil, existe alguma instituição que corrija o cidadão? Isso não existe.

Diante disso, minha pergunta, Sr. General, é a seguinte: quais são, efetivamente, os projetos existentes hoje por parte do Presidente da República, nessa linha, para resolver esse problema, que é aflitivo para a sociedade brasileira? Quais são os projetos?

O Gen. Alberto Mendez Cardoso - Sr. Deputado, sobre a primeira parte do seu pronunciamento, à exceção do que foi dito sobre a Justiça Militar, assino embaixo. Se me entregassem um documento com essas idéias, eu assinaria embaixo, com exceção do que diz respeito à Justiça Militar. Acho que essa é a justiça mais ágil que existe no Brasil atualmente. Se existem distorções, elas de que ser corrigidas, mas a agilidade dessa justiça permite a rapidez da punição.

Sobre os projetos, eles se encontram no Plano. São cerca de 124 medidas, divididas em 13 compromissos. O Plano está aí. No entanto, existem algumas medidas imediatas. Vou deixar uma cópia para V. Exa. também. São cerca de 33 medidas imediatas que foram retiradas daquelas 124 e que visam a atender emergências. O Governo Federal reconhece que existe uma emergência acompanhada de uma urgência que tem de ser enfrentada. É por isso que ele elaborou esse plano, que está sendo implementado por meio do Ministério da Justiça. Como disse anteriormente, como toda obra humana, ele tem imperfeições que devem ser discutidas, como estamos fazendo. Daqui certamente sairão sugestões para o seu aperfeiçoamento. Mas a própria criação do Fundo Nacional de Segurança Pública é uma medida imediata. É pouco dinheiro? Pode ser, porque o problema é muito grande. Mas, nos três próximos anos, há uma previsão de R\$3.000.000.000,00 para a segurança pública de maneira geral. Esse plano recebe agora R\$330.000.000,00. A cada um dos dois anos que se seguem, R\$500.000.000,00. É um plano voltado para o reequipamento das polícias basicamente. É um plano para investimento, não para custeio. Vemos aqui a construção de penitenciárias. Pela primeira vez, fala-se em construir uma penitenciária federal, para os crimes federais.

O Sr. Presidente - Solicito ao General que entregue à assessoria da Presidência o documento, a qual irá tirar cópia para todos os Deputados e entidades que estão participando deste evento.

A Deputada Federal Zulaiê Cobra - Sr. Presidente, não sou General, mas também gostaria de apresentar o meu voto da relatoria junto à Comissão de Segurança Pública, para ser distribuído também às pessoas que se interessarem. É claro que, em primeiro lugar, está o Plano Nacional de Segurança Nacional, com todo o respeito, mas a Deputada está aqui para colaborar, porque o povo sabe nos dar muitas sugestões. Muito obrigada.

O Gen. Alberto Mendez Cardoso - A Sra. Deputada não é General, mas é Marechal-de-Campo.

O Sr. Presidente - A Presidência determina à assessoria que providencie as cópias e as entregue aos Deputados e às entidades que aqui estão conosco. O Sr. Mateus Barcelos,

Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Betim, representando o Conselho de Defesa Social de Betim, fará a apresentação da proposta ao vivo. Esta conferência está sendo transmitida para Betim.

O Sr. Mateus Barcelos - Estamos trazendo aqui as propostas do Conselho de Defesa Social de Betim, que as vem discutindo há mais de um ano. Esse Conselho é integrado por toda a sociedade, pela OAB, pela CDL de Betim, pelo Poder Judiciário, pela Promotoria Pública, cujos membros estão, neste momento, reunidos na sede da CDL de Betim. Nossas propostas são muito amplas. Elas contemplam não só a parte de Betim, mas medidas que serão tomadas em âmbito nacional, estadual e municipal. Esse Conselho tomou a iniciativa de trazer aqui, hoje, essa proposta, por via do gabinete do Deputado Ivair Nogueira. Gostaria de dizer que essas propostas são muito amplas, mas não poderíamos deixar de discutir todos os tópicos que envolvem a segurança pública. Passamos a esta Casa essa primeira proposta.

O Sr. Presidente - Temos cinco perguntas dirigidas ao Cel. José Vicente da Silva Filho. Entendemos que poderiam ser feitas em bloco. Excepcionalmente, o Cel. José Vicente poderá contar com até 5 minutos para sua resposta. A primeira é do 3º-Sargento José Luiz Barbosa, da Associação dos Praças, Policiais e Bombeiros Militares. É a seguinte: "Sabemos que estudos e pesquisas são realizadas sobre a cultura e estrutura da Polícia Militar de São Paulo, que não é diferente da de outros Estados, excetuando-se as peculiaridades regionais. Que conclusões e propostas poderão ser efetivamente implementadas para inovar e transformar essa cultura e estrutura organizacional?"

A segunda é de Castilho Juarez Dias Barbosa, da Prefeitura Municipal de Caetanópolis: "A prevenção contra a violência não deveria fazer parte do currículo escolar? Creio que evitaríamos desvios de conduta. Qual a opinião do Coronel?"

A terceira, de Mirtes Daniana Ângelo, do Grupo Garra - Mulheres do Taquaril: "O que será feito pela segurança para acabar com o medo de sair nas ruas de Belo Horizonte e com as mortes que vêm acontecendo ultimamente?"

A quarta, de Silvana A. da Silva, da Associação Comunitária do Bairro São Pedro: "O que o senhor quis dizer quando disse que onde há pessoas pobres não existe violência?"

A última pergunta é de Maria Inácia de Carvalho, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e membro do Núcleo de Ação pela Cidadania: "Como autora do programa Estagiário Cidadão, da Prefeitura de Belo Horizonte, reconheço como uma das importantes formas de diminuir o índice de violência o investimento nas políticas públicas preventivas, voltadas para os jovens. Quais projetos o senhor apontaria como os principais a serem desenvolvidos com jovens no Brasil?"

O Deputado Ivair Nogueira - Sr. Presidente, só gostaria de complementar a fala do Mateus, nosso representante de Betim, Presidente da CDL local; agradecer às autoridades de Betim que participam do Conselho de Defesa Social, os Juizes, Promotores, etc. e dizer que essas sugestões farão parte da discussão que continuará nesta Casa.

Como relator de uma das mais importantes CPIs já realizadas nesta Casa, a CPI do Sistema Penitenciário, tive a oportunidade, juntamente com outros Deputados, de fazer algumas declarações importantes. Uma delas é que acho que a Polícia Civil, hoje, está na contramão da lei ao vir tomar conta de preso. Naquela época, há dois anos, sugerimos que os presos deveriam ser comandados pela Secretaria da Justiça, e não pela Polícia Civil. A Polícia Civil tem o seu papel de investigação, o seu papel judiciário, e, muitas vezes, alguns casos não são apurados devido à escassez de funcionários do pequeno quadro de pessoal, justamente nessa posição que a polícia tem, pois não é dever seu tomar conta de presos.

Sou favorável à unificação dos comandos das Polícias Civil e Militar e gostaria de fazer uma pergunta dirigida à Deputada Zulaiê Cobra: A desmilitarização das polícias é fato indissociável da unificação? Uma polícia estadual, como se propõe, teria, portanto, uma natureza não militar? Como seriam as condições de hierarquia e disciplina nesse novo modelo?

O Cel. José Vicente da Silva Filho - Com relação à primeira questão, sobre como mudar a cultura da PM, ou seja, esse conjunto de hábitos que existem na Polícia Militar, gostaria de dizer que as organizações públicas do Brasil, de maneira geral, são extremamente burocratizadas, o que dificulta o seu desempenho. As Polícias Militares têm um problema muito sério, que é a predominância da cultura militar. Quase a totalidade dos Comandantes da PM não vêm de quadros de experiência de policiamento, passaram a vida na burocracia ou em serviços especializados. Isso também é muito comum na Polícia Civil. A mudança que precisa ocorrer nessas organizações é que elas têm de se voltar para a realização do seu trabalho de policiamento, pois estão muito distanciadas disso. Hoje, o policiamento requer muito mais competência gerencial do que a organização militar propriamente dita.

Com relação à pergunta de Caetanópolis, sobre a prevenção fazer parte do currículo escolar, pode até fazer, mas a questão da prevenção da violência deve ser uma preocupação de todos os professores, de todos os pais, de toda a sociedade. Não se pode colocar isso apenas como matéria escolar, como acontece com outras matérias. Essa deve ser uma preocupação global, e não apenas de uma matéria curricular.

O Grupo Mulheres do Taquaril formula a questão: como calar o medo de sair às ruas e acabar com as mortes? Precisamos colocar isso em níveis que a sociedade possa tolerar. Como está na segunda página da Bíblia, Caim matou Abel, e não foi por falta de policiamento ou de algo desse tipo. Esse é um mal que está no ser humano, que precisa controlar seus impulsos por meio da ação social, por meio de uma ética de convivência.

Mas a sociedade precisa se envolver cada vez mais nessa prevenção social e ampliar sua capacidade de socorrer o mais pobre. O país mais solidário do mundo hoje, não à toa, é também o mais rico. Metade da população economicamente ativa dos Estados Unidos dedica, de graça, algum tempo ou alguma obra para seus irmãos, o que representa mais de US\$300.000.000.000,00 de ajuda prestada aos que mais necessitam. Isso, lá. Já a nossa taxa de solidariedade é muito baixa; abandonamos muito os que precisam de nós. Quem tem um pouco para dar - tempo, dinheiro ou mesmo inteligência - deve dar. Esse privilégio da vida precisa ser repartido. Esse é um aspecto extremamente importante, porque, se não houver eficiência na solidariedade, a sociedade vai pagar muito caro por isso.

Quando disse que onde há pobres a violência é menor, não quis dizer que não haja violência. Até digo isso porque a classe média alta imagina que um muro a separa dos pobres e que a polícia são as colunas desse muro - chama a polícia para protegê-la dos pobres. Quando falamos que o desemprego acarreta violência, estamos imaginando que o pobre desempregado vira bandido, e isso é um grande preconceito. Há muitos jovens de classe média alta se envolvendo em desordens e crimes. O que ocorre é que os pobres, se abandonados, terão grande estímulo para participar do crime. O conjunto de frustrações e as maiores oportunidades para o crime realmente facilitarão muito o ingresso de jovens na criminalidade, como acontece cada vez mais - a população de São Paulo cresceu 8% nos últimos cinco anos, enquanto os assaltos cresceram 130% no mesmo período, porque se ofereceu a oportunidade para o ingresso desses jovens na criminalidade.

Para concluir, a sociedade parece não conhecer o fato de que o jovem precisa de muito pouco para participar do empreendimento da melhoria da sociedade - não precisa tanto de escolas de informática, ainda que sejam muito úteis. Muitas vezes, precisa mais de uma mão no ombro, que pode ser o Projeto Axé, na Bahia, ou o projeto da Xerox, no morro da Mangueira, no Rio de Janeiro. Enfim, qualquer coisa que se faça para o jovem, que lhe dê a mínima perspectiva de futuro pelo caminho da honestidade e da ética, ele aceita com facilidade incrível, só que nós, a sociedade, estamos negando a ele essa oportunidade.

O Sr. Presidente - A Presidência deseja informar aos participantes que se encontram no Plenário da Assembléia Legislativa que, neste momento, vamos abrir a participação para o interior, pois temos prazo definido com a EMBRATEL. Portanto, será concedido o prazo de 10 minutos para a participação, ao vivo, de representantes de municípios que se encontram nas salas de teleconferências nas cidades anteriormente citadas. Neste momento, entramos em contato com Pouso Alegre.

O repórter André Werlang - Em Pouso Alegre, diversos segmentos da sociedade participam da discussão sobre segurança pública, por meio da teleconferência. Aqui estão representados o Poder Judiciário, a OAB, o Ministério Público, a Prefeitura Municipal, a Polícia Civil, associações de moradores, a Faculdade de Direito do Sul de Minas, a Pastoral Carcerária e a Associação Comercial. Para ampliar a discussão sobre a violência, problema cada vez mais freqüente também nas cidades do interior, foi convidado um detento, que contribuiu com sugestões e com uma visão diferente sobre a segurança pública.

Ele destacou a questão da reabilitação de ex-presidiários e sua reintegração ao mercado de trabalho e à sociedade, o que, muitas vezes, é dificultado, fazendo com que essas pessoas voltem à delinqüência. O coordenador desta sala de debate é o Deputado Chico Rafael.

O Deputado Chico Rafael - Sr. Presidente, quero, na sua pessoa, cumprimentar os demais integrantes dessa Mesa. Não há aqui nenhuma discriminação ou desrespeito à Deputada

Zulaiê Cobra, apenas faço assim dada a exigüidade do tempo. Queria ressaltar que a comunidade de Pouso Alegre está presente hoje, nesta conferência, participando, sugerindo e apresentando sugestões na tentativa de minimizar as graves conseqüências que a violência tem causado à nossa comunidade.

Pouso Alegre, por sua pujança econômica, pela forma como vem se desenvolvendo, não é diferente. A maior preocupação de toda nossa população é em relação à violência.

O Governo Federal apresentou, há poucos dias, o Plano Nacional de Combate à Violência. Discutindo com a comunidade, chegamos à conclusão de que não adianta investirmos apenas dinheiro no combate à violência. Temos a impressão de que vamos debelar o flagelo da violência apenas com o reequipamento da polícia ou com um novo programa de combate à violência. Entende a comunidade de Pouso Alegre que precisamos combater as causas.

Sob esse aspecto, não conseguimos ver nada nesse Plano Nacional de Combate à Violência do Presidente Fernando Henrique. Por isso, fazendo parte dessa Mesa o Ministro da República, gostaríamos que o senhor levasse ao Presidente Fernando Henrique a informação e o clamor da população de Pouso Alegre. Acreditamos que só conseguiremos combater a violência olhando o aspecto social do nosso povo, gerando emprego e condições dignas de vida.

Não acreditamos que todos os que participam da violência, que cometem crime, nascem predestinados a ser criminosos. O homem é produto do seu meio. Entendemos que combater a violência é também dar condições dignas de vida ao nosso povo, o que, infelizmente, não vem ocorrendo ao longo dos anos.

No debate, entendemos que a unificação das polícias é um caminho para reduzirmos o nível de violência em nossa comunidade. Por sugestões do Ministério Público e dos Juizes presentes a esta conferência, chegamos à conclusão - e fica a discussão para a Mesa - que uma das fórmulas que poderiam acelerar o julgamento dos processos criminais seria a ampliação da competência do juizado especial, criado pela Lei nº 9.099, para os crimes de até dois anos de pena. Hoje, o juizado especial tem competência para julgar os crimes apenados com até um ano.

Gostaríamos que a Mesa e, particularmente, a Deputada Zulaiê, que trabalha nessa questão, levasse à sua Comissão e aos parlamentares que a compõem a sugestão de ampliação da competência dos juzizados especiais para processar e julgar crimes apenados com até dois anos.

Com relação ao inquérito policial, ouvimos de várias pessoas envolvidas nessa questão que ele acaba se tornando uma peça obsoleta uma vez que, após ser formalizado junto às delegacias, o Ministério Público, muitas vezes, é obrigado a refazer todas as investigações, repetindo trabalhos que já foram feitos nas delegacias. Queremos que seja debatida a questão do inquérito policial, objetivando dar maior celeridade ao julgamento dos processos.

Também ouvimos um detento que está cumprindo pena na cadeia pública de Pouso Alegre. Indagamos dele por que muitas vezes aqueles que cumprem pena retornam à criminalidade. Ele nos disse que é voz única junto aos detentos que, todas as vezes que cumprem parte da pena e saem, não conseguem retornar ao mercado de trabalho em razão da discriminação que existe contra os ex-presidiários.

Por isso, queremos que a Mesa debata sugestões de se criarem programas de readaptação e recolocação dos ex-presidiários, para que eles possam se sentir parte da vida útil da sociedade.

Também temos sugestões para criarmos as secretarias municipais da segurança pública, transferindo parte dessa responsabilidade para a comunidade local. Podemos detectar, junto aos participantes dessa reunião, que, muitas vezes, o município não se sente estimulado a participar de discussões sobre segurança porque entende que essa competência é do Estado. A partir do momento em que conseguirmos trazer essa discussão para os municípios, conseguiremos maior participação da sociedade.

Por fim, há a questão da responsabilidade criminal dos menores de 18 anos. Os participantes dessa conferência aqui, em Pouso Alegre, entendem que é necessário reduzir a idade dos menores para efeito de responsabilidade criminal e para início de um trabalho. Temos aqui uma instituição que se chama PROMENOR. Ela não está conseguindo menores acima de 16 anos para suprir seus quadros. E essa entidade presta serviços a diversos órgãos deste município. Queríamos que essa idade para o início dos trabalhos fosse reduzida para 14 anos.

Essa é a participação de Pouso Alegre neste debate. Sr. Presidente, era o que tínhamos que dizer.

A Deputada Federal Zulaiê Cobra - Quero responder, Sr. Presidente, com relação ao que foi dito pelo Deputado em Pouso Alegre, com relação aos juzizados especiais.

Em alguns Estados, estão sendo instituídos juzizados especiais Criminais. A presença de advogados não é prevista nesses juzizados. Portanto, os pobres, que representam 99% da população carcerária, ainda vão ser julgados, sem advogado, por juzizados especiais em delitos que condenam em até 2 anos de reclusão. Quer dizer, novamente uma injustiça que se faz contra os pobres neste País. Sei que os juzizados especiais agilizam muito a justiça. Mas, com relação ao aspecto criminal, tenho ainda muito receio.

O Cel. José Vicente, que é muito bom no que fala, tornou a dizer que os homens que ficam nos quartéis não vão para o policiamento, portanto não têm noção do que seja isso. Complemento o termo "noção" com a palavra "científica", e isso não vale para um ou dois quartéis, mas para todos os quartéis brasileiros.

O inquérito policial não vai bem, porque a polícia também não está bem. Precisamos melhorar as condições de investigação da polícia. Ninguém fala da polícia técnica, ninguém fala da perícia feita pela polícia, porque não há dinheiro para fazer perícia neste Brasil.

Temos de modificar a segurança pública como um todo. Não dá para ficar apenas na investigação, sem que haja uma perícia eficiente. Hoje, crimes não são desvendados, porque a perícia criminal é falha: os peritos criminais não têm a formação necessária e falta dinheiro para subsidiá-los. O dinheiro vai para a segurança pública de maneira generalizada, e não para os setores adequados.

Por falar em dinheiro, falou-se aqui, hoje, de guardas municipais, de polícia municipalizada. O governo federal dos Estados Unidos manda US\$3.000.000.000,00 só para Nova Iorque. Gostaria que nosso Governo Federal mandasse bilhões de reais para os Estados que precisam, principalmente, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Por que não manda mais?

Temos aqui o General, que é Ministro da confiança do Presidente da República, a quem dizer: vamos aumentar os recursos da segurança pública para os Estados. Se Nova Iorque, que é o cartão de visita dos Estados Unidos, recebe US\$3.000.000.000,00 por ano, por que não aumentar também nossa cota?

A guarda municipal, que ninguém citou, é algo moderno, necessário, que também estamos criando na reforma. E mais: o Coronel da reserva, Josias Quintal, que hoje é Secretário da Segurança Pública do Governo do Rio de Janeiro, disse que, quando tentou colocar guarda municipal em Campos, sua terra, os policiais militares o impediram.

Portanto, sem briga e sem discussão, temos aí a possibilidade de melhorar a situação de todos os policiais brasileiros, em prol de um único objetivo: a segurança pública.

O Sr. Wladimir Sérgio Reale - O inquérito policial nada mais é que um procedimento administrativo investigatório. É algo que se processa na fase da apuração, com vistas a subsidiar uma eventual ação penal, para que o Judiciário possa julgar.

Não se inventou ainda, neste País, nada que pudesse substituir o inquérito policial. Pode apenas ser remodelado. Tanto o inquérito é uma peça importante, que o Ministério Público usa o inquérito civil, e o Supremo Tribunal Federal já decidiu que não cabe ao membro do Ministério Público realizar diretamente tais investigações, mas requisitá-las à autoridade policial competente, conforme a Constituição - Recurso Extraordinário nº 205473/9.

As críticas feitas ao inquérito policial são, com razão, combatidas com o argumento do excesso de trabalho. A peça em si é um instrumento administrativo investigatório extremamente importante para a apuração das infrações penais. Portanto, neste país continental, ainda não se fez coisa melhor.

A Deputada Elaine Matozinhos - Há 21 anos à frente da polícia operacional, como Delegada de Polícia, sei que atacamos conseqüências. As causas estão fora das mãos dos profissionais de segurança pública.

Esta Casa tem trabalhado muito pela segurança, por meio de seu Presidente e da "bancada da segurança", codinome carinhoso que demos aos três Deputados que vieram da segurança pública.

Corre na Casa, uma proposta de emenda à constituição de minha autoria, que trata da inamovibilidade dos Delegados de Polícia. A CPI Carcerária de Minas constatou quão vulnerável fica a situação dos Delegados, quando começam a lidar com o crime organizado.

A Deputada Zulaiê Cobra disse muito bem que a polícia tem em relação à magistratura e o Ministério Público, ficado em posição de inferioridade. Sabemos que a força que o Ministério Público tem hoje se deve à inamovibilidade.

Gostaria que V. Exa. nos informasse se a inamovibilidade da autoridade policial já foi pauta de discussão.

A Deputada Federal Zulaiê Cobra - A Deputada fez uma colocação precisa. Não entendi até hoje por que a Polícia faz vista grossa a essa reforma. Quero que os policiais federais, hoje chamados civis investigadores, a Polícia Militar, que é ostensiva, armada, uniformizada e de rua, todos tenham as mesmas prerrogativas que têm o Juiz e o Promotor: inamovibilidade e irredutibilidade de salários.

O Dr. Wladimir Reale, ao falar do inquérito policial, defendeu a seriedade do policial civil. O problema é que há muita intromissão política no inquérito. Não podemos ficar ao sabor da fragilidade da polícia. Falo de fragilidade em todos os sentidos, falo da fragilidade da Polícia Federal também. Mataram, há pouco tempo, um Delegado da Polícia Federal de alto porte. A coisa não é fácil neste país. Nenhuma polícia está garantida na Constituição.

Falo sobre a polícia do Brasil, e estou discorrendo sobre um fator, não sobre causas, já que aqui, hoje, inverteram um pouco a situação. Há 33 anos, milito na área criminal, mas encontro-me falando apenas sobre a polícia, razão pela qual aqui estou. Estou me dedicando exclusivamente à reforma da segurança pública, como o fiz, nos últimos dois anos com relação à reforma do Poder Judiciário. Portanto, concordo com a senhora: a polícia tem que ter inamovibilidade, irredutibilidade de salários. Em relação à vitaliciedade, ainda estamos analisando, por se tratar de questão que não nos agrada muito. Mas a polícia tem que ter os mesmos valores e a dignidade que tem o Poder Judiciário.

O Sr. Presidente - Neste momento, passamos a transmitir de Governador Valadares.

O repórter César Luz - Aqui em Governador Valadares temos a presença de várias entidades representantes da sociedade civil, dos poderes públicos, discutindo várias questões que implicam a segurança pública do Brasil. O Deputado José Henrique, que está conduzindo os debates, apresentará algumas das questões que foram levantadas no Plenário de Governador Valadares.

O Deputado José Henrique - Sr. Presidente, senhores membros da Mesa que participam deste debate, estamos, em Governador Valadares, discutindo com a comunidade e representantes de instituições da região Leste de Minas Gerais. Entre as propostas e preocupações que observamos por parte do público aqui presente, ressalta-se a questão da educação e da participação da comunidade no tocante à segurança pública. Entendemos que esse debate é importante para a apresentação de propostas em nível federal e estadual. Deveremos apresentar propostas para médio e longo prazo, mas necessitamos de uma resposta mais imediata para o problema angustiante da violência e da criminalidade.

Apresentarei uma primeira pergunta, fruto de um consenso, à Dra. Zulaiê Cobra: entendemos que o município seria o maior interessado em discutir e apresentar proposta para o combate à criminalidade. Qual o modelo para as guardas municipais, considerando-se as limitações constitucionais? Como municipalizar a questão da segurança pública, destinando ao município a resolução de pequenos delitos e infrações?

Temos também uma segunda pergunta, dirigida ao Gen. Alberto Cardoso: "Encontramo-nos em Governador Valadares, uma das grandes cidades do Leste mineiro, região que tem graves problemas de segurança pública por ser corredor de tráfico de drogas e entroncamento rodoviário e ferroviário. Como tratar a questão, do ponto de vista regional? Como o Governo Federal pode ajudar, encaminhando soluções concretas para os problemas regionais? Como regionalizar a questão da segurança pública? Estas são preocupações de toda a região, que faz divisa com os Estados da Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro, encontrando-se desprotegida e sem fiscalização.

Trazemos um comentário, de todos os presentes, relativo à forma de obtenção de maiores recursos financeiros para a segurança pública, mais estrutura para o trabalho dos agentes policiais e independência logística. Sabemos que a Assembléia Legislativa, através das CPIs, das audiências públicas, da Comissão de Recursos Humanos, da Comissão de Justiça, tem apresentado propostas para resolver o problema da criminalidade, através de mais segurança pública no País. Muito obrigado.

A Deputada Federal Zulaiê Cobra - Com relação à colocação das guardas municipais, já há uma proposta de emenda à Constituição, que não é de minha autoria, mas sim de um grande jurista paulista, Antônio da Silva, que também apresentou uma proposta de emenda à Constituição, que foi aceita por nós quando da primeira Comissão Especial de Segurança Pública. Portanto, os municípios poderão fazer convênios para que possamos ter as guardas municipais montadas. Isso é importantíssimo para o Brasil. Temos vários municípios no Estado de São Paulo, que é o meu Estado, que não têm policial militar, porque a tropa da Polícia Militar de São Paulo, que tem 80 mil homens, ainda é pequena para atender a todos os municípios. Muitos deles reclamam que têm apenas dois policiais militares ou apenas cinco. Não podemos por ciúmes, deixar de criar as guardas municipais, porque elas são uma realidade. Em Nova Iorque, a polícia é municipal. Portanto, temos exemplos de outros países.

E com relação à questão do preso, quero falar que o Estado não tem interesse no preso, porque o ex-presidiário, o egresso de uma casa de detenção não pode fazer concurso público. É regra fundamental. Se nem o Estado quer o preso, a sociedade também não quer. Particpei de um programa, durante oito anos, que tinha a maior audiência de São Paulo, que era o Programa do Paulo Lopes. Quando se falava em preso, o povo que ouvia o rádio falava que preso era bobagem, que devia ser morto. Então, a sociedade se esquece de que o preso que matou, que estuprou, fica preso por cinco, dez ou quinze anos e depois volta. A pena tem dois objetivos: um é punir e o outro é recuperar. Mas a política das penitenciárias ainda é fraca, porque os Governos não estão preparados. Eles não sabem ainda o que é segurança pública. Falam em saúde, falam em educação, falam em várias coisas, mas, hoje, o tema é segurança pública. Com todo respeito à saúde, à educação, à formação, o que estamos discutindo é a conseqüência, que é a segurança para todos nós.

O Gen. Alberto Mendez Cardoso - Sobre o município na segurança pública, o municipalismo brasileiro dá ao município uma vocação de prevenção. Nessa idéia, o Governo Federal está, por exemplo, municipalizando a prevenção ao uso de droga. E a droga, sabemos, perpassa a quase totalidade dos crimes que envolvem essas preocupações de segurança pública. No dia 26 passado, 5.507 Prefeitos receberam a comunicação da Secretaria Nacional Antidrogas orientando como organizar seus conselhos municipais para diminuir a demanda de droga no município. Diminuindo a demanda, diminui-se a tendência ao crime.

Ainda nessa área de prevenção, o Plano Nacional de Segurança Pública prevê mais de 90 mil bolsas de ensino à distância para multiplicação daquelas pessoas que realmente transmitem as idéias preventivas.

Quanto a Governador Valadares ser um corredor do tráfico de drogas, o plano prevê a atuação conjunta da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, com o apoio eventual das Forças Armadas, em ações nesses entrocamentos e nesses eixos onde há maior incidência do crime.

Quanto às guardas municipais, dentro daquela vocação dos municípios brasileiros, elas são estimuladas na sua criação e voltadas, não para repressão, mas para as atividades de proteção ao patrimônio e nas atividades de controle do trânsito.

O Sr. Presidente - Agora, entramos em contato com Varginha.

A repórter Isabel Souza - Aqui em Varginha temos a presença de várias entidades representantes da sociedade civil, dos poderes públicos: segurança pública de Varginha, Maçonaria, Câmara Municipal, Junta Comercial, Prefeitura de Varginha, Secretaria de Assistência Social, Ministério do Trabalho, Conselho Tutelar, Polícia Federal e Corpo de Bombeiros.

No mês passado, os Vereadores se reuniram com representantes da comunidade para discutir propostas que possam melhorar a segurança pública na cidade. Entre os assuntos discutidos estão a requalificação dos policiais para resgatar a credibilidade da polícia e também a participação dos municípios na segurança pública, com a criação das guardas municipais.

Ao meu lado está o Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, do PMDM, coordenador dos debates na cidade, que exporá os assuntos discutidos pelos representantes presentes.

O Deputado Jorge Eduardo de Oliveira - Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, estamos em Varginha discutindo o problema da segurança pública.

Houve boa participação, e foram selecionadas as seguintes perguntas: do Sr. Carlos Henrique, representante do Conselho Tutelar de Varginha, dirigida ao Cel. José Vicente da Silva Filho: "Causa-nos preocupação, quando constatamos que vários municípios apresentaram propostas relativas à alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente. O Estatuto é o ideal ou deve ser reformulado para diminuir a delinquência e a impunidade?".

As próximas perguntas são dirigidas à Deputada Zulaiê Cobra. Pergunta do Sr. Fábio Cardoso Lousada, da Associação de Segurança Pública de Varginha: "Como podemos falar em segurança pública a um cidadão que passa fome e mora debaixo das pontes. Não seria mais prudente cuidar inicialmente da mobilização popular para resolver esse problema que aflige até o bandido?".

Pergunta feita pelos representantes da maçonaria mineira de Varginha: "Qual a competência do município em relação à segurança pública, formação de guarda municipal, por exemplo, função até então do Estado? Além disso, sabendo que os municípios são responsáveis pela complementação financeira nas questões de segurança pública, o que tem feito o Estado para adequar a necessidade de recursos à nova lei de responsabilidade fiscal?".

O Sr. Presidente - Neste momento, transmitimos do Município de Divinópolis.

A repórter (Vânia Turce) - Em Divinópolis, a repercussão do Movimento pela Segurança e Vida foi muito grande. Nesta manhã os principais segmentos da sociedade atenderam ao convite da Assembléia Legislativa. Estão presentes políticos da região, Juizes, Promotores, advogados, Delegados, representantes da maçonaria mineira, associações comunitárias, imprensa, professores universitários, comerciantes, enfim, todos os que têm interesse na segurança pública em nosso Estado.

O coordenador deste debate em Divinópolis é o Deputado Marcelo Gonçalves, do PDT. Por que V. Exa. acha que tantas pessoas se engajaram nesse movimento?

O Deputado Marcelo Gonçalves - Hoje é fundamental a segurança, por isso toda a região Centro-Oeste está presente em Divinópolis.

A primeira pergunta é dirigida ao Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Anderson Adatao: "Por que a Defensoria Pública, que faz parte do tripé Judiciário do Ministério Público, ficou fora do plano?".

Temos três perguntas dirigidas à Deputada Zulaiê Cobra: "Em que aspectos o Plano de Segurança Pública se preocupou com a questão da criança e do adolescente infrator? Na Colômbia, a tentativa de unificação das polícias não deu certo. A senhora não acredita que esse mesmo fator poderá ocorrer no Brasil? Visando a conter a violência, pensa-se na unificação das polícias. O que é pensado em termos de repressão ao criminoso, já que o Judiciário apenas aplica a lei feita pelo Legislativo e acaba ficando diante do povo como culpado pela impunidade?".

Outra questão já foi até respondida, mas, como estão presentes aqui representantes da maçonaria mineira de 23 municípios, da 11ª região, gostaríamos de registrá-la: "Por que não incentivar a criação das guardas municipais?".

Também queria fazer uma pergunta pessoal ao Gen. Alberto, já que Divinópolis é uma das grandes cidades da região Centro-Oeste e é sabidamente um grande corredor do tráfico de drogas. Foi instalada uma delegacia federal em Uberlândia, já existe uma em Uberaba, e a distância aproximada entre as duas cidades é de 100km. E em Divinópolis, que abrange uma grande região, onde sabidamente temos um corredor de drogas, não houve essa instalação. Qual o critério para a instalação de delegacia da Polícia Federal? Eram essas as perguntas, Sr. Presidente.

O Cel. José Vicente da Silva Filho - Foi feita uma pergunta sobre alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente. Acho que deve ser feita uma revisão à luz da realidade das grandes cidades. Temos menores, crianças e principalmente adolescentes a partir de 15 anos cometendo crimes violentíssimos e de forma recorrente. No meu entendimento - e acho que isso deve ser discutido pela sociedade -, esses jovens têm de ser tratados diferentemente do que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente. Devem ter um tratamento como criminosos que são, em processos com amplo apoio de psicólogos e advogados e com a reclusão em locais adequados. Mas não se deve achar que o Estatuto da Criança e do Adolescente é uma peça na qual cabe alteração.

Estou vendo que está havendo um consenso favorável às guardas municipais, e temos dezenas delas no Estado de São Paulo. Concluí uma pesquisa esta semana mostrando que as cidades mais violentas de São Paulo são justamente as que têm guardas municipais. Uma guarda municipal com dez homens custa quase R\$150.000,00 por ano. Esse dinheiro pode ser mais bem-investido em prevenção social e até na ajuda à polícia.

Não é fácil, como se pode imaginar, fazer um trabalho de polícia. Não é apenas colocando uniforme e fazendo um treinamento que se poderá substituir um policial militar, que tem uma estrutura tradicional, uma cultura de supervisão e treinamento. E observamos isso claramente em todas as cidades do Estado. Não se pode comparar, ainda que se deva voltar ao policiamento do Estado, com o interesse muito maior pelos municípios, o qual se tem hoje.

A Deputada Federal Zulaiê Cobra - Completando a questão de Varginha, queria me referir ao ponto sobre a segurança pública e o cidadão. Estamos, mais ou menos, invertendo os papéis. A guarda municipal é importante, sim. Ela tem um objetivo, que não é a repressão. A repressão é objetivo do Estado, por meio da segurança pública e da Polícia Militar. Mas tomar conta de prédios, ver o trânsito, tomar conta de presídio, isso pode ser feito! A Polícia Militar não pode tomar conta de presídio, ela não pode tomar conta de preso. Nem a Polícia Civil pode tomar conta de preso. Preso é responsabilidade da justiça.

Falava-se em Divinópolis da Defensoria Pública, e fizemos uma reforma para dar autonomia financeira e administrativa à Defensoria Pública. O Plano Nacional de Segurança Pública não fala em Defensoria Pública. Aliás, o Plano é do Governo Federal, do Executivo.

Estamos assentados nesta mesa juntamente com o Executivo e o Legislativo Federal. Não interferimos nesse Plano. Não fomos convidados a participar de sua elaboração. É preciso dizer isso. Portanto, a questão da Defensoria Pública faz parte da reforma do Poder Judiciário. É claro que ela é essencial para a população, que se vê às voltas com a polícia.

Quanto à Guarda Municipal, os senhores acabaram de ver, de novo, esta situação difícil que é obter a aceitação dessa Guarda por parte da Polícia Militar. A Guarda Municipal está presente hoje em vários municípios. Não sei se é verdade que esses municípios tenham se tornado mais violentos. Essa foi uma observação feita por um Coronel da Polícia Militar, hoje pesquisador da segurança pública. A Guarda Municipal vem preencher uma lacuna, e o Estado, realmente, está falhando aí. O município está preenchendo essa lacuna. Aliás, sou mais município que Estado. Nós vivemos é no município. É o município que cresce e que precisa ter força própria. Portanto, vamos criar, sim, as Guardas Municipais para

determinados objetivos, sem prejuízo da polícia ostensiva, repressiva ou da ronda das Polícias Militar ou Civil.

O Gen. Alberto Mendes Cardoso - Sobre a Defensoria Pública, a Medida nº 89 do Plano Nacional de Segurança Pública prevê a sua participação nos centros integrados de cidadania. Ela estimula a presença da Defensoria Pública nesses centros. Eles terão representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e das polícias, além de outros serviços públicos voltados para as demandas básicas do cidadão.

Quanto aos postos da Polícia Federal, o Plano prevê a criação de 21 Delegacias de Polícia Federal pelo Brasil todo. Fico devendo ao representante de Divinópolis a resposta sobre se essa cidade está incluída, uma vez que esse Plano é do Ministério da Justiça, e não o tenho aqui. Mas a resposta será encaminhada a ele.

Com relação ao Plano, muitas pessoas foram ouvidas. Quanto àquelas que não foram chamadas especificamente, ou seja, formalmente para assentar e conversar sobre o assunto, já tínhamos conhecimento profundo de suas idéias. Estivemos conversando muitíssimas vezes com a nossa querida Deputada sobre segurança pública e sobre o Poder Judiciário. As suas idéias estiveram bastante enraizadas em minha mente durante a elaboração das propostas apresentadas. Muitas delas estão no Plano, inclusive a Medida nº 89, que fala em Defensoria Pública. Muito obrigado.

A Deputada Federal Zulaiê Cobra - Um aparte. Só tomamos conhecimento do Plano, Sr. Ministro, junto com a imprensa. O que sentimos no Legislativo Federal foi que esse plano não foi passado às mãos dos Deputados Federais, principalmente daqueles que estiveram com o senhor e com outros Ministros ligados a essa área. Não tivemos acesso ao Plano. A Comissão Especial de Segurança Pública requereu o Plano antes de sua divulgação, mas não o recebemos. Daí porque fazemos esta crítica, que não é tão violenta assim, mas que precisa ser registrada.

O Gen. Alberto Mendes Cardoso - A Deputada tem toda a razão quanto a essa segunda parte.

O Sr. Presidente - Agora, falamos com Conselheiro Lafaiete.

O repórter Carlos Menezes - Aqui, em Conselheiro Lafaiete, estão participando desta videoconferência as seguintes autoridades e lideranças comunitárias: o Juiz Diretor do Foro, Dr. José Aluísio; o Promotor de Justiça, Carlúcio Dias; o Presidente da 2ª Subseção da OAB, Nilo Néri; o Delegado Regional de Segurança Pública, Pedro Loureiro; o Presidente da Federação das Associações de Moradores de Lafaiete, Geraldo Lopes; o Presidente do Lions Clube Alvorada, Luiz Maurílio; o Presidente do Lions Clube Lafaiete - Centro, Antônio Ferreira; o Secretário Executivo da AMALPA, Argemiro Mendes Júnior - Lafaiete é sede da AMALPA, que reúne 25 municípios, com cerca de 500 mil habitantes -; o Presidente da Loja Maçônica Fraternidade Lafaietense, Gilson Azevedo; o Presidente da Loja Maçônica Estrela de Queluz, Edson Damasceno; a Assessora da 8ª Superintendência Regional de Ensino, Maria Dinah Curi; o Presidente do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, José Antão; e o Presidente do Sindicato do Comércio Varejista, Bento de Oliveira. A coordenação é do Deputado José Milton, do PL.

O Deputado José Milton - Sr. Presidente, Deputado Anderson Aduato, na pessoa de quem cumprimento os demais Deputados e Deputadas que participam deste evento; demais integrantes da Mesa, convidados, palestrantes, queremos cumprimentar todas as cidades que participam deste grande evento, bem como os membros da sociedade de Conselheiro Lafaiete, que estão preocupados com esse importante tema. Queremos dizer que Conselheiro Lafaiete, por estar às margens da BR-040, entre Belo Horizonte e Rio de Janeiro, tem hoje um índice de criminalidade em ascensão. Temos diversos problemas, ações criminosas de peso e dificuldades em relação à questão da segurança. O povo mineiro, que seguramente participou de todas as mobilizações nacionais, hoje dá exemplo e sai à frente nesta questão da segurança, através deste movimento pela segurança e pela vida e através deste evento realizado pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

O povo mineiro, que tem uma índole ordeira e pacífica, quer, deseja e precisa trabalhar e viver em paz. Estamos aqui mobilizados por este movimento em favor da segurança, da paz do nosso Estado e do nosso País.

Gostaria de perguntar ao Gen. Alberto Mendes Cardoso se ele acha importante a participação do Exército brasileiro em operações de combate à criminalidade nas grandes cidades de todo o território nacional.

Passo a palavra ao Dr. José Aloísio Neves da Silva, Juiz da Comarca de Conselheiro Lafaiete, que também é porta-voz das sugestões resultantes do nosso debate.

O Sr. José Aloísio Neves da Silva - Deputado, Minas Gerais dá um exemplo maior, ou seja, o de interiorizar a discussão sobre o tema, pois, afinal, hoje, não só as grandes cidades, mas também o interior vive sob a égide da insegurança pública. Portanto, o debate é absolutamente necessário.

A comunidade de Conselheiro Lafaiete quer ainda destacar que lamenta muito a ausência no Plenário, para a discussão do tema, da Secretaria da Segurança Pública, da Secretaria da Justiça e da Polícia Militar. Na nossa opinião, elas deveriam estar ostensivamente presentes.

Conselheiro Lafaiete entendeu, após uma pequena discussão, ser favorável à unificação das Polícias Civil e Militar, ou seja, à criação de uma nova polícia desmilitarizada e com garantia de inamovibilidade. Entendeu também ser necessária a criação da escola superior de segurança pública, onde os membros da nova polícia fariam seus cursos de forma atualizada, melhorando sensivelmente, com isso, a segurança pública.

Entendeu ainda ser necessária a independência financeira, com vinculação de receitas para a nova polícia, para que esta pudesse ter uma melhor atuação.

A comunidade de Conselheiro Lafaiete entende ainda, através dos representantes da TELEMAR, que um tema, aliás já falado há muito tempo pelo próprio Judiciário, é a atualização do Código de Processo Penal e do Código Penal. Sem dúvida nenhuma, não há condições de executar o que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ainda há a necessidade do crescimento dos juizados especiais criminais, com competência até o limite de crime passível de penas alternativas, isto é, até as penas de quatro anos. Se o interesse é evitar a prisão desses infratores, necessário se torna que se faça um julgamento rápido, para que eles, na medida do possível, sejam reintegrados à comunidade, com acompanhamento de um responsável pela condicional. Dessa forma, eles seriam encaminhados mais rapidamente à ressocialização. No juizado especial criminal, é necessária e é obrigatória a presença do advogado, em todos os níveis de julgamento, para questões criminais. Isso é disposição constitucional, que impõe o contraditório e a ampla defesa.

Essas são as posições adotadas pela comunidade de Conselheiro Lafaiete.

Gostaria de fazer uma pergunta ao Gen. Alberto Cardoso. Já que o nosso entendimento é o da criação de uma nova polícia, desmilitarizada, como um órgão autônomo, administrativa e financeiramente, qual é, na sua opinião, a possibilidade de se vincularem receitas constitucionais, a exemplo do que foi feito na educação, para que a nova polícia tenha uma atuação à altura da necessidade do povo brasileiro e possa se administrar de forma absolutamente independente? Essa é a posição de Conselheiro Lafaiete.

O Sr. Presidente - Vamos à cidade de Montes Claros. Quem está coordenando os debates naquele município é o Deputado Carlos Pimenta.

O repórter Marco Aurélio Franco - Aqui, em Montes Claros, participam da videoconferência representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Polícia Civil, da Secretaria de Ação Social, representando a Prefeitura de Montes Claros, os maçons da Loja Maçônica da 8ª Região, da Loja Maçônica Grande Oriente de Minas Gerais, o Poder Judiciário, o Juiz Cantídio Dias de Freitas, o Presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública da cidade e representantes de associações de moradores do município. Quem coordena os trabalhos aqui, no Norte de Minas, é o Deputado Carlos Pimenta, do PSDB. Também se encontra presente o Deputado Gil Pereira, 2º Secretário da Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

Neste momento, o Deputado Carlos Pimenta fará algumas sugestões e depois algumas perguntas aos membros da Mesa, no Plenário da Assembléia.

O Deputado Carlos Pimenta - Inicialmente, cumprimentamos o Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Anderson Aduato, e, em seu nome, a todos os participantes deste amplo debate, tão importante para o País e, especialmente, para Minas Gerais. Quero, ainda, cumprimentar as pessoas que aqui estão, representantes da Secretaria da Segurança Pública, do Poder Judiciário, da Câmara Municipal de Montes Claros, da sociedade e, de maneira especial, o Deputado Gil Pereira, que participa conosco da coordenação dos trabalhos e do debate em Montes Claros.

Seria desnecessário falar da importância dessa iniciativa da Assembléia de Minas, que culminou na apresentação de propostas importantes, sérias, ao Congresso Nacional. Entregamos aos Presidentes da Câmara Federal e do Senado nossas propostas, para serem discutidas e servirem de subsídio aos Deputados na elaboração de suas leis, unificando-as em todo o País.

Discutimos amplamente com as pessoas presentes algumas questões, que gostaríamos de deixar como sugestões para a Assembléia, no que se refere ao documento que está sendo elaborado.

A primeira sugestão é que se destinem as verbas provenientes das taxas de segurança pública aos municípios, para que sejam aplicadas na segurança local. O Dr. Lincoln disse que somente em um mês Montes Claros encaminhou a Belo Horizonte mais de R\$150.000,00 de taxas. Em contrapartida, a Polícia Civil passa, muitas vezes, necessidades, esperando pequenos recursos para, por exemplo, consertar um veículo, para melhorar o policiamento.

A segunda sugestão é que se construa a sede da Polícia Civil, a 8ª Delegacia Regional de Montes Claros. Hoje, a Polícia Civil de Montes Claros está situada em um prédio alugado, completamente sem condições para dar segurança à cidade e à região. Além disso, a construção de um centro de reeducação de menores infratores, que é o grande anseio do povo de Montes Claros, para que possamos dar seqüência ao tratamento dessas crianças infratoras. Estabelecer uma lei orgânica nacional para a Polícia Civil. Acho importante uma legislação única para a Polícia Civil, em todos os Estados brasileiros.

Outra sugestão é a de dar competência aos Delegados de Polícia para promover a busca e a apreensão, o que significa o fortalecimento do policial civil. Permitir que a Polícia Civil utilize veículos, armas e bens apreendidos de criminosos, principalmente dos ligados ao narcotráfico.

A última sugestão, muito importante, é a elaboração de políticas públicas para a fixação do trabalhador no campo, evitando-se o êxodo rural e o inchaço dos grandes centros.

Do representante da Câmara Municipal de Montes Claros vem a sugestão de uma legislação para dar condição a que o menor tenha acesso ao trabalho, evitando-se a perseguição àquele que quer trabalhar, mas que, sem condições para isso, acaba indo para a criminalidade.

Temos duas perguntas ao Gen. Alberto Mendez: "O Plano Federal de Segurança Pública foi elaborado sem a participação dos Estados, e isso poderá comprometer sua eficácia. Não houve tempo para uma discussão mais ampla desse plano?"; "Quais são os mecanismos para desenvolver os organismos de inteligência e tecnologia para o enfrentamento da violência e da criminalidade? Estão sendo previstos recursos para isso?".

E há também duas perguntas à Deputada Zulaiê Cobra, a quem cumprimentamos por sua brilhante participação neste importante debate: "Por que não instituir um comando único, preservando apenas a autonomia operacional das Polícias Civil e Militar? Por que a demora em modificar o Estatuto da Criança e do Adolescente?".

São essas as perguntas e a participação do povo norte-mineiro, do povo montes-clarenses neste importante debate que hoje se trava em nosso Estado.

O Gen. Alberto Mendez Cardoso - Respondendo primeiro a Montes Claros, o Plano foi elaborado com a participação dos Estados, sim. Foram ouvidas inúmeras pessoas nas áreas dos Estados, além de técnicos especialistas: vários Secretários de Segurança Pública, Comandantes de Polícia Militar e Chefes de Polícia Civil. Realmente, os Estados foram ouvidos. Além disso, o Plano não pretende ser padrão para todo o Brasil; cria referências, e serão as peculiaridades regionais que ditarão sua aplicação.

Quanto aos recursos para mecanismos de inteligência, como mencionou o Deputado, o Plano cria um subsistema de inteligência de segurança pública, que fará parte do Sistema Brasileiro de Inteligência, o qual está em plena implantação. Na ABIM, que também é subordinada ao nosso gabinete, estamos preparando esse subsistema, e, quando estiver pronto, vamos entregá-lo ao Ministério da Justiça, que é o órgão central do Sistema Nacional de Segurança Pública.

Respondendo rapidamente a Conselheiro Lafaiete, quanto ao emprego do Exército em operações de combate ao crime, já mencionamos a diretriz do Presidente da República, de apoio à Polícia Federal, e já mencionamos a intensificação da presença do Exército nas fronteiras, prevista no Plano. Cito o exemplo recente do emprego maciço das Forças Armadas na região do ex-polígono da maconha, no sertão de Pernambuco, onde, durante dois meses, tivemos cerca de 2 mil pessoas, entre Forças Armadas, as polícias e outros organismos federais, para recriar o sentimento de segurança pública naquela área. Agora estamos na fase de prevenção.

Quanto à vinculação de receitas orçamentárias para a segurança pública, como conceito, sou amplamente favorável. Mas quanto a sua exequibilidade, logicamente há discussões a serem feitas, como recentemente aconteceu na área de saúde, com as autoridades e os dirigentes da área econômica.

A Deputada Federal Zulaiê Cobra - Respondendo inicialmente a Conselheiro Lafaiete, quero cumprimentar a todos, porque me deram uma boa idéia, a Escola Superior de Segurança Pública, coisa em que ainda não havia pensado para a reforma.

A vinculação de receita é algo muito bom, mas que os Governos não querem e não gostam. Estamos com a vinculação no Ministério da Saúde, e não está nada fácil.

Sobre as penas alternativas, quero parabenizar, mais uma vez, Conselheiro Lafaiete, que fala que os juizados especiais só podem funcionar com a presença do Defensor Público, do advogado. A OAB nacional não conseguiu fazer com que tivéssemos essa vitória nos juizados especiais. Não conseguimos colocar a obrigatoriedade da presença do advogado nos Juizados Especiais, o que, aliás, é constitucional.

Com relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, hoje, aqui, invertemos os papéis. Fico muito contente, pois o Coronel da Polícia Militar fala da juventude, da criança e do adolescente, e eu, que sou uma mulher vinculada a direitos humanos, à luta pela juventude, pela mulher, pois sou feminista de carteirinha, só falo de polícia. A verdade é que esse estatuto não foi modificado ainda. Respondo a Montes Claros dizendo que, realmente, o Estatuto precisa de reparos. Temos uma polícia na rua que não sabe o que faz com o menor que está na rua, que é de rua, não quer ir para lado nenhum, e se o policial forçar, é processado.

Com relação ao dinheiro para os municípios, pergunta Montes Claros, sou totalmente favorável. Acho que tínhamos de fortalecer os municípios. As polícias tinham de ter muito mais dinheiro, que é retido, como falou o representante de Montes Claros, dizendo que o dinheiro não chega. O município tem de ter dinheiro. Isso é muito importante. E a lei orgânica, perguntava o Deputado, a unificação, é para as duas.

Não entendia uma coisa, Sr. Presidente, agora entendi. Em Minas Gerais é diferente, a Polícia Militar não pertence à Secretaria da Segurança Pública, mas é vinculada ao Governo. Daí a proibição, que acho um absurdo.

Estamos querendo fazer com que a polícia seja autônoma, que tenha "modus" próprio, atividades próprias, carreira própria; portanto, não podemos ter mais que uma lei orgânica para todas as polícias: federal, militar e civil.

O Sr. Presidente - Em Poços de Caldas estão reunidos representantes da cidade acompanhando a teleconferência, na Câmara Municipal, juntamente com o Deputado Sebastião Navarro Vieira. Eles enviaram várias propostas como: formação de conselhos municipais de segurança pública, unificação das forças policiais e reestruturação do sistema penitenciário nacional. Essas propostas serão incorporadas ao documento final da teleconferência. Enviam também uma pergunta à Deputada Zulaiê Cobra: "A proposta de reestruturação das polícias é fundamental, mas a origem é o berço, a unidade familiar, a formação da personalidade. Não seria mais eficaz criar meios de estruturação da família? Não seria melhor prevenir do que remediar?".

A comunidade de Caxambu, reunida sob a coordenação da Deputada Maria Olívia, encaminha a seguinte questão também à Deputada Zulaiê Cobra: "O que se deveria fazer, de modo objetivo, para agilizar a unificação das Polícias Civil e Militar, já que vemos nisso um passo fundamental para aplicação de uma política de segurança pública eficaz, capaz de responder aos anseios de uma população penalizada pelos altos índices de criminalidade?". Com a palavra, a Deputada.

A Deputada Federal Zulaiê Cobra - Estamos preocupados com a questão da segurança pública, que é família, sim. Mas estou preocupada também com a família do policial. Estamos falando aqui em formação de jovens, em preparação da juventude, da criança, mas estamos falando também da formação do homem e da mulher policiais. Uma coisa não é diferente da outra. O Plano Nacional de Segurança Pública é uma coisa boa, necessária, urgentíssima. A reforma das polícias é urgentíssima e necessária, e também é necessário, por demais, prepararmos a juventude para a criminalidade e a delinquência que estão aí.

Quero parabenizar, mais uma vez, Caxambu. Minhas origens são de Baependi, meu Nogueira Cobra é mineiro. Portanto, quem falar mal de Cobra, aqui, está falando mal do Estado de Minas Gerais. Sou Cobra com muito orgulho, porque a minha origem é também mineira.

A unificação é uma coisa que todos queremos. Não para acabar com polícia alguma, mas para melhorar todas as polícias.

A Deputada Federal Maria Elvira - Sr. Presidente, senhores membros da Mesa, ao cumprimentá-los pelo Movimento Segurança e Vida, queria registrar um especial cumprimento à Deputada Zulaiê Cobra, que tem feito um magnífico trabalho, de rara independência, na Câmara dos Deputados. Já tive oportunidade de acompanhá-la em votações contra o Governo, nas quais ela tinha uma posição diferente da do Governo ao relatar a reforma judiciária.

Queria fazer duas reflexões, Sr. Presidente, senhores membros da Mesa. A primeira é relativa à violência. Há uma tendência das pessoas de dizer que violência é coisa de pobre. Lembro D. Hélder Câmara, quando disse que fome e miséria são más conselheiras. Então, como os pobres estão mais expostos à fome e à miséria, é natural que os delitos aconteçam mais com eles. Mas temos sempre que refletir que a causa de tudo é a fome e a miséria em nosso País.

Queria ainda registrar o meu apoio integral à unificação das polícias e à guarda municipal. Concordo com a Deputada, quando diz que talvez ela não esteja preparada para atuar em algumas cidades. Em Nova Iorque, a violência diminuiu muito depois da criação da guarda e da adoção de outras providências.

Faço agora a minha principal reflexão: ninguém falou aqui sobre a relação entre a urbanização das cidades e a violência, sobre urbanismo e violência. Essa é uma grande responsabilidade do município. As áreas degradadas das cidades são verdadeiros celeiros de violência. Cito, como exemplo, Belo Horizonte. A área que compreende a Estação Ferroviária até a Pedreira Prado Lopes, passando por debaixo do viaduto, é uma região densa, onde acontece um grande número de homicídios. Então, há uma relação direta da violência com as áreas degradadas e adensadas. Por isso é que, em algumas cidades, prédios de 10 ou 12 andares foram desmanchados, prédios que se situam uns ao lado dos outros. Quer dizer, aquela situação física facilita a violência por causa do adensamento.

Gostaria que, Sr. Presidente, no relatório deste encontro constasse a preocupação que devem ter os municípios com as questões urbanísticas das grandes cidades, porque a violência está diretamente ligada a elas. Muito obrigada.

A Sra. Maria Caiafa - Boa-tarde a todos. Além de ouvir o Major, gostaria de ouvir também a opinião da Deputada Federal Zulaiê.

Quero fazer uma observação. Toda mudança estrutural séria, que tenha por objetivo a viabilização de uma polícia cidadã, voltada para a segurança pública, que deveria ser a finalidade principal das polícias, e não a mera repressão às comunidades, está subordinada a uma visão ideológica, a uma visão de sociedade de poder e, portanto, de materialização dessas visões em políticas públicas ou em omissão delas. A figura do representante maior do poder em cada instância da Federação, seja do Presidente da República, seja dos Governadores de Estado ou Prefeitos, é da maior importância na elaboração das políticas públicas, porque são figuras escolhidas pelo voto popular, portanto com representatividade da comunidade.

A mudança do Presidente FHC e de toda a ideologia que representa o seu Governo, que é neoliberal, excludente, cruel, gerador de violência, facilitaria as mudanças necessárias nas polícias. Não seriam mudanças preconcebidas, mas nascidas de um debate franco, sincero e democrático da sociedade organizada, de setores políticos progressistas e das polícias.

Sintetizaria minha pergunta, dizendo o seguinte: é possível uma mudança do modelo das polícias, sem a mudança do Governo central, instalado no Brasil?

O Major Domingos Sávio de Mendonça - Durante as perguntas, foram feitas várias referências à minha pessoa. Disseram que sou a favor da guarda municipal e fui acusado de haver ofendido a Deputada Zulaiê Cobra, porque não a cumprimentei. Não foi essa nossa intenção. O que fiz foi cumprimentar o Ministro, as autoridades federais e o Deputado Sargento Rodrigues, que aqui estava, como representante do Legislativo. Nós, os mineiros, somos educados, e não temos interesse de ofender quem quer que seja. Respeitamos a opinião da nobre Deputada. Podemos divergir em idéias, mas jamais iríamos atacá-la como pessoa. Se foi assim o entendido, afirmamos que houve equívoco na interpretação e julgamos oportuno esclarecer.

À Sra. Maria Caiafa tenho a dizer que, contrariando Tancredo Neves, que não iria pagar a dívida externa com a fome do povo brasileiro, o Governo que aí está vem arrebitando com a segurança pública, com a saúde e com a educação à custa do agravamento da miséria do povo. (- Palmas.) Portanto, a primeira providência que entendemos necessária é a troca do Governo central.

A sociedade deve ter a polícia que julgar melhor. Se entender que a polícia deve ser desmilitarizada e única, temos que nos quedar à sua vontade. E atente para um fato: a Polícia Militar é também usuária do sistema de segurança. Eu, por exemplo, tenho 11 irmãos que não são policiais, e minha família não é da polícia. Queremos um sistema de segurança que funcione. Quanto à Guarda Municipal, os militares não fazem objeção.

Finalizando, cabe dizer que, em fevereiro, fomos convidados pelo Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara, para debater o tema da violência no Congresso Nacional, na ocasião em que ocorreu aquele fato no "shopping" de São Paulo.

Temos que resolver definitivamente a questão da segurança. Esperamos debater novas idéias com a Deputada Zulaiê Cobra, porque, embora nossas opiniões não convirjam, podemos nos respeitar.

A Deputada Federal Zulaiê Cobra - O respeito faz parte da discussão. O discurso da Maria Caiafa foi bem até um determinado momento. Concordo plenamente com ela em vários pontos, mas discordo que tenhamos de mudar o Governo, até porque o Presidente Fernando Henrique Cardoso foi eleito legitimamente pelo povo brasileiro. Precisamos aprender que, sendo situação ou não, temos que respeitar aquele que o povo elegeu, seja em âmbito federal, estadual ou municipal.

Aqui, estamos todos alinhados num só momento: uma reforma digna, não só das polícias, mas também da sociedade brasileira, para melhorarmos nosso desempenho como cidadãos com relação à segurança pública.

Concordo com o que a senhora disse sobre as políticas públicas e os interesses políticos. Venho de um Estado cujo Governador, Mário Covas, é o maior estilo de político deste País e

nem por isso está resolvendo o problema da segurança pública. Apesar de todo o empenho desse Governador, que é do meu partido e que, independentemente disso, é um político que admiro, estamos ainda buscando soluções.

Respeito o Major, que, agora, demonstrou ter respeito, apesar de nossas divergências. Não estamos aqui para falar mal de ninguém. Críticas, fazemos, sim. Eu mesma critico sempre. Costumo dizer que sou do PSDB do C, ou seja, PSDB do contra. Afinal, não podemos aceitar nada que venha de cima para baixo, sem discussão.

Portanto, seu discurso é correto, neste momento, nesta discussão, em que queremos unir todo o Brasil, hoje, em Minas. Aliás, Minas está de parabéns. Estou morrendo de inveja e, apesar de minha ascendência mineira, estou torcendo para que o Estado de São Paulo faça o que fez o Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, a fim de que possamos ter interior e Capital, todos unidos num só mutirão de segurança pública.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, gostaria de cumprimentá-lo por todo este movimento e pelo mérito de alcançar todo o Estado de Minas Gerais. Saúdo a todos da Mesa; minha companheira de partido, Deputada Zulaiê Cobra; o Gen. Alberto Cardoso; o Cel. José Vicente, por quem tenho grande admiração; representantes da Associação de Delegados e da Polícia Militar.

Minha pergunta é dirigida ao Gen. Alberto Cardoso. Não tive a oportunidade de acompanhar todo o debate, já que presidia a Comissão de Direitos Humanos, que tratava justamente de um pedido do Governo do Estado de mais dois anos para a transferência dos presos que hoje se encontram em Minas Gerais, sob a custódia da Polícia Civil, para a Secretaria da Justiça. Trata-se de lei oriunda de CPI da Assembléia Legislativa, a qual dava o prazo de dois anos para a transferência de todos os presos. Aproximadamente, 10 mil presos encontram-se sob a custódia da Polícia Civil. O Governo do Estado solicita mais dois anos para proceder a essa transferência. É um grande desafio para os Estados, porque estamos falando em um grande movimento em prol da segurança. O Governo Federal lançou um plano para essa área, mas como termos a nossa Polícia Civil se ela se encontra obrigada a guardar presos? O que o Governo Federal pensa, em relação aos Estados, para uma contribuição efetiva, a fim de que tenhamos nossa Polícia Civil novamente liberada para o seu trabalho de investigação e de apoio ao trabalho ostensivo da Polícia Militar?

Consideramos importante a reforma do processo penal, que consta no programa, assim como a criação de mais 8.500 vagas, embora tenhamos um déficit muito maior que isso, mas, efetivamente, o que o Governo Federal pensa em relação à questão, que é problema para Minas Gerais, assim como para os demais Estados?

O Gen. Alberto Mendes Cardoso - Deputado, V.Exa., em sua introdução, disse que se encontrava trabalhando na Comissão de Direitos Humanos. O Governo Fernando Henrique, que não é odioso, não é mau como disse a senhora, fez questão de, ao formatar o Ministério da Justiça para ser o órgão central do Sistema Nacional de Segurança Pública, deixar ali a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, aliás, Secretaria de Estado de Direitos Humanos, que estará trabalhando segurança pública e direitos humanos no mesmo nível de implantação do Plano Nacional de Segurança Pública. A Sra. Deputada Zulaiê Cobra, com muita pertinência, falou das belezas da democracia, do respeito à vontade do povo, e a troca de governo se dá, logicamente, nas eleições. Essa é a grande beleza da nossa democracia.

Quanto ao sistema penitenciário, o Plano prevê uma reformulação da Lei de Execuções Penais, possivelmente criando-se um código penitenciário que dê ao Estado brasileiro e aos Estados federados a capacidade de cumprir o seu dever ético de preparação do apenado para reinserção na sociedade. Prevê também a construção de penitenciárias nos Estados, visando, nesses três anos, solucionar esse déficit de vagas nas penitenciárias, que são 46 mil, atualmente, no Brasil. Mas, num primeiro momento, é preciso atender à necessidade premente de esvaziar as carceragens nas delegacias.

Quanto à idéia de a Polícia Civil ou a Militar ou a Secretaria da Justiça fazerem a administração dos presídios, isso é da competência dos Estados. A Federação brasileira dá autonomia aos Estados para decidirem como administrar as suas penitenciárias.

O Sr. Presidente - Divinópolis reclamou que uma das suas perguntas não foi respondida: "Se a unificação das polícias na Colômbia não deu certo, daria certo no Brasil?". Essa pergunta foi direcionada à Deputada Zulaiê Cobra.

Há também uma pergunta de José dos Reis, da cidade de Janaúba: "Concordo com a unificação das polícias, mas não seria mais necessária a reforma do Judiciário? Por que não se modificam as leis que permitem que presos sejam libertados logo após a prisão?".

A Deputada Federal Zulaiê Cobra - Temos várias colocações. Divinópolis que me desculpe, mas esqueci da Colômbia. Por que foram buscar logo a Colômbia? Podiam buscar qualquer outro país em que a polícia fosse civil. Pode-se até ter uma polícia com práticas militarizadas, porque é ostensiva, armada, uniformizada, mas existem países que têm apenas três patentes, como Tenente, Capitão, etc. Aqui, temos 12 patentes. É muita patente para pouco homem. Mas não respondi porque achei que a pressa era tanta e não estou preocupada com a Colômbia, estou preocupada com aquilo que é o melhor para o povo brasileiro. Temos que ter policiais preparados para a segurança pública. A formação é civil, porque segurança pública é civil, com todo o respeito à Polícia Militar, porque está na Constituição que ela é uma força auxiliar do Exército. Isso não existe mais. Nem o Exército quer, nem a Polícia Militar quer. Isso está na Constituição de 1988, que foi feita pela revolução, na época.

A outra pergunta é: Não seria mais importante a reforma do Judiciário? Sempre recorro, nessa discussão, a estas duas premissas: Por que não discutir a lei? A lei está aí e, por pior que seja, é melhor do que nada. A interpretação da lei é que é complicada. Temos que ter uma reforma do Judiciário, sim, e já a tivemos. Agora estamos enfrentando a questão da segurança pública. Se o Judiciário fez pressão muito grande na Câmara dos Deputados e vai continuar fazendo também no Senado, é o corporativismo. Ninguém quer perder a vitaliciedade por ato funcional. Hoje, só se perde a vitaliciedade por uma questão de processo judicial. O Juiz não quer perder a sua função por arbitrariedade, por negligência, por preguiça. Não estou falando do Juiz que comete o crime, do Juiz que vende sentença, estou falando do Juiz que possa cometer esse ato institucional indevido. Agora, se é difícil reformar o Judiciário, também é difícil reformar a polícia. Estamos conseguindo as duas coisas. Mas uma coisa não desdiz a outra. Reforma-se a justiça, reforma-se a polícia. Temos que atacar todas as causas. Tivemos na Mesa hoje vários segmentos da sociedade que precisam ser reformados. Tenho um exemplo. A Denise Frossar, do Rio de Janeiro, estava numa sala fazendo audiência com 12 banqueiros do jogo do bicho processados por vários Juizes. Ela tomou sentido nessa audiência, sentou-se à mesa e bateu numa máquina de escrever - ela mesma, porque nem escrivaninha tinha -, fazendo com que todos fossem para a cadeia, cumprindo a lei. A lei estava lá para ser cumprida, mas não tinha nenhum Juiz com peito para prender banqueiros do jogo do bicho do Rio de Janeiro.

Portanto, a impunidade não é causa da impunidade. Nem só a justiça, nem só a polícia. Aliás, falam muito mal de policiais, do Legislativo e do Executivo. E não estou ouvindo ainda as pessoas falarem mal da justiça. É impressionante como o povo não fala mal da justiça, é impressionante como o povo não chegou ainda ao patamar de saber que há injustiça também por causa de justiça malfeita e mal-aplicada.

Para resumir: precisamos mudar tudo, inclusive nós mesmos. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Pergunta do 3º-Sargento José Luiz Barbosa, da Associação dos Praças, Oficiais e Bombeiros, ao Gen. Cardoso: "Os problemas, as ações, as estratégias e as medidas para a implementação desse Plano de Segurança Pública do Governo Federal foram debatidos com quais segmentos da sociedade? Os órgãos estaduais, as Secretarias de Segurança Pública tiveram alguma participação, uma vez que uma das medidas diz respeito especificamente à mudança nesses órgãos?".

O Gen. Alberto Mendez Cardoso - Participamos de muitas reuniões, seminários, fóruns, e as opiniões discutidas foram anotadas por todo o Brasil. Tivemos conversas formais com cerca de 70 especialistas no assunto, pessoas vindas das mais diversas regiões do Brasil.

Pelas conversas com pessoas do Legislativo e do Judiciário, aquelas idéias foram incorporadas por nós e discutidas na proposta do Plano. O Plano vinha sendo elaborado desde fevereiro do ano passado. Houve reuniões sistemáticas. Pela manhã, nas comissões, com convidados; durante a tarde, reuniões informais com especialistas de diversas partes do Brasil. Um deles está sentado a minha direita.

O Deputado Luiz Tadeu Leite - Queremos cumprimentar as autoridades da Mesa, na pessoa do Presidente Anderson Adauto, pela corajosa iniciativa de debater, talvez pioneiramente no Brasil, envolvendo o interior do Estado, esse assunto - segurança-, que se tornou artigo de primeira necessidade, assim como o arroz e o feijão, em nosso País.

Como Deputado majoritário de Montes Claros, quero complementar o que lá foi dito, solicitando ao Gen. Alberto Cardoso providências para impedir o fechamento do 55º Batalhão do Exército Brasileiro em Montes Claros, que é o segundo entroncamento rodoviário do País. Montes Claros não pode, o Norte de Minas não pode perder o Exército Brasileiro naquela cidade.

Gostaria de comentar dois temas pertinentes ao assunto em foco. A questão da violência não pode ser dissociada da questão das drogas, especialmente em relação, General, ao fechamento das fronteiras. Temos de evitar e combater as causas da violência, a entrada de armas e drogas em nosso País, principalmente nas fronteiras secas do Brasil, que estão às escâncaras. Entra-se e se sai do Brasil na hora em que se quer, com o armamento que quiser, com as drogas que desejar.

Precisamos fechar as fronteiras do Brasil, sob pena de não adiantar nada qualquer outra providência, da maneira como as drogas entram no Brasil. Minas Gerais é um exemplo típico. Minas não produz drogas, toda droga em Minas Gerais vem do exterior e, principalmente, pelas fronteiras secas.

O senhor disse que não há discriminação contra Estados, porque não há Estados da Oposição. Quero dizer a V. Exa. que Minas, em relação aos recursos aplicados pelo Governo Federal na implantação de penitenciárias, ficou em nono lugar. Infelizmente, São Paulo é a prioridade nacional, depois vem o resto do Brasil, e Minas Gerais está lá embaixo, quando, na verdade, é o segundo Estado do País.

Precisamos pedir a V. Exa. para manter as prioridades de Minas, em que pese a discussões menores. E, finalmente, pedir à Deputada Zulaiê para nos ajudar a evitar, no Congresso Nacional, que grasse esse equívoco da redução da maioridade penal como solução dos problemas da violência em nosso Brasil. Colocar menores de 16, 15 - e se falou hoje, para minha surpresa -, 14 anos nas penitenciárias e nas masmorras, nas condições que hoje existem no Brasil, é infelicitar a nossa juventude, que queremos seja o futuro do nosso Brasil. Muito obrigado.

O Gen. Alberto Mendez Cardoso - Não houve propriamente pergunta, mas solicitações. Levei diante os seus pedidos, Deputado, ainda que não estejam diretamente na minha área. Não tenho idéia do planejamento do Ministério da Defesa a respeito de modificações no 55º BI de Montes Claros, mas levarei esse seu pleito. Porém, não posso afirmar se será atendido.

Quanto à discriminação nos Estados, eu me referia ao Plano Nacional de Segurança Pública, no qual estou trabalhando. Não tenho nenhuma influência em outras áreas e não posso sequer concordar ou discordar do senhor por não saber como isso vem sendo feito. Mas posso falar, porque acompanho de perto, da disposição do Presidente da República em ser Presidente do Brasil, e não desse ou daquele Estado.

A Deputada Federal Zulaiê Cobra - Com relação aos presídios, o Deputado não fique enciumado, porque São Paulo construiu 14 com dinheiro do próprio Estado e 7 com dinheiro do Governo Federal. Portanto, não houve tanta discriminação, pois São Paulo é, de todos os Estados brasileiros, o de maior violência, maior criminalidade e maior número de presos. Temos 83 mil presos, e Minas deve ter por volta de 25 mil. Logo, temos uma diferença muito grande, mas o senhor pode ter certeza de que não há discriminação, há dificuldades mesmo. É muito difícil tirar dinheiro do Governo Federal.

Quanto à outra questão, estou plenamente de acordo com o senhor. Sou totalmente contra a redução da maioridade. É um absurdo. Há Deputados Federais pleiteando 14 anos, sim; alguns estão falando em 10 anos. Daqui a pouco já sairão direto para a cadeia. Concordo com o senhor.

O Sr. Tony Play - Boa-tarde, Sr. Presidente, membros da Mesa, senhoras e senhores! Sou candidato a Prefeito de Belo Horizonte pelo PRP. Meu nome é Antônio Francisco de Oliveira Filho, sou advogado e tenho o apelido de Tony Play. Tenho uma pergunta simples para o General: qual o motivo maior pelo qual a polícia, em geral, não é unificada?

O Gen. Alberto Mendez Cardoso - Sr. Tony, posso responder em razão de estudos que sempre tive de fazer como militar, em termos daquilo que a Deputada mencionou como reserva do Exército, por exemplo, a PM como reserva do Exército. Temos a necessidade, raciocinando sobre defesa nacional, da ação das Forças Armadas de defenderem o País. E volto a dizer que é ilusão achar que, pelo fato de um país determinado estar em paz, ele possa abrir mão de suas forças armadas, preparadas inicialmente para serem dissuasórias, juntamente com todo o país, sua economia, sua política, e, em último caso, falhando a dissuasão, serem combatentes.

Há, na doutrina de defesa de um território, a necessidade de termos uma atividade que é chamada de defesa territorial. Tempos atrás, foi imaginado que as polícias poderiam fazer a defesa territorial, que basicamente é a segurança de pontos-chaves, pontos sensíveis dentro do território. Quando se criou a idéia de Polícia Militar reserva do Exército, raciocinava-se assim: é uma polícia que, em tempos de paz, será só polícia, trabalhará na segurança pública e, em tempo de guerra, atuará na defesa territorial.

A distorção, temos de reconhecer isso, ocorreu porque foi dada uma prioridade muito forte à formação militar da PM para fins de servir de reserva do Exército. E havia uma ênfase que deveria ter sido prevalente, mas não foi; foi mais baixa, naquilo que repercutiu na preparação da Polícia Militar para ser preventiva e ostensiva na segurança pública. É uma distorção que vem sendo corrigida desde o momento em que o Exército deixou de ser o fiscal das Polícias Militares. Tenho a certeza de que essa distorção será corrigida com essa integração entre as polícias, tendo sempre como alvo, mais adiante, a sua unificação.

O Sr. Presidente - A próxima pergunta é dirigida ao Cel. José Vicente, pelo Sr. Délio Agostinho Azevedo: "O coronel afirmou que os índices de violência em regiões pobres são pequenos. A pobreza, em si, não seria uma forma de violência? Por que o Brasil não copia modelos já consagrados em outros países no combate à violência?"

A outra pergunta é do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Contagem, feita pelo Sr. Maurício Rangel: "Os policiais militares de Minas Gerais trabalham como sentinelas nas penitenciárias. Em Contagem, por exemplo, há 112 homens na penitenciária de segurança máxima, e somente 26 para policiarem uma região de aproximadamente 70 mil habitantes. O que fazer diante dessa situação?"

O Cel. José Vicente da Silva Filho - Nós já comentamos a questão da pobreza e da violência. A pobreza torna-se muito mais violenta quando se encontra junto às grandes cidades, onde os contrastes são maiores. Evidentemente, o processo de redução da pobreza será também de prevenção à violência. Quanto à questão de o Brasil copiar outros países para controlar a violência, acho que devemos observar, em qualquer ramo de atividade, o que há em outros lugares com sucesso. Como foi mencionado aqui, a Polícia de Nova Iorque é municipal. Mas ela é municipal desde que foi criada no século passado. O Presidente Roosevelt, por volta de 1914, foi Chefe da Polícia de Nova Iorque. Essa polícia é municipal, mas é o municipalismo americano típico. Ali, praticamente até a justiça é municipalizada.

Então, acho que podemos copiar a eficiência gerencial, a unificação da polícia dos Estados Unidos ou da Europa ou de qualquer país civilizado, onde a polícia for eficiente. Para encerrar essa questão que é muito oportuna, quero dizer que temos desvios de policiais, os mais absurdos, em todos os Estados do País. Temos, apenas no Tribunal de Justiça de Alagoas, em Maceió, 300 policiais militares, ou seja, 5% de seu efetivo, não se sabe fazendo o quê. O papel do policial militar não é o de sentinela. Está errado o policial militar trabalhar como sentinela. Só pode ser sentinela o policial que, pela idade, não tiver mais condições para ficar nas ruas, ou o que estiver afastado por algum motivo funcional. Fora disso, não se justifica. Não se justifica, por exemplo, ter um policial militar aqui, na Assembléia, que pode ter o seu próprio corpo de segurança, nem esses policiais estarem nas penitenciárias, onde, aí, sim, poderíamos ter o guarda municipal ou até - dependendo de alguns ajustes na legislação - o pessoal que estiver prestando serviço militar, desenvolvendo esse tipo de trabalho com a supervisão de policiais militares ou de supervisores da justiça.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, demais membros deste seletor auditório, meus senhores, minhas senhoras, na tarde de ontem, em Plenário, afirmamos que Minas Gerais sai na frente e dá um exemplo para o resgate da dignidade do povo mineiro. Ouço, com muito prazer, pessoas dos quatro cantos de Minas Gerais buscando a ordem, a paz, a prosperidade, o trabalho. Neste momento tão importante para Minas e para o Brasil, vejo que faz parte do Plano Nacional de Segurança Pública um mutirão para o cumprimento efetivo dos mandados de prisão.

Precisamos, sim, colocar na cadeia o criminoso, mas faço, neste instante, uma reflexão com a Deputada Zulaiê Cobra. Considero um dever do Estado colocar o criminoso na cadeia, mas também considero dever do Estado resgatá-lo, tirá-lo da cadeia. Temos visto, pela imprensa, que há uma quantidade enorme de presos que já cumpriram pena. Até hoje, o Estado não cumpre efetivamente o seu papel. Entendo, sim, a violência do Estado contra o preso, contra sua dignidade, contra seu direito de liberdade.

Quero buscar junto a V. Exa. uma resposta para esta reflexão: por que o Estado, junto à OAB, junto ao Judiciário, junto à Defensoria Pública, não pode resgatar o preso, integrá-lo na sociedade? Esse, sim, é o dever do Estado. Ele não pode somente colocar o preso na cadeia. Ele também tem de resgatá-lo, socializá-lo, dar-lhe o direito à liberdade.

Com o devido respeito, faço essa reflexão, que é dirigida a V. Exa., que tem dirigido tão bem essa parte de direitos humanos na Câmara dos Deputados.

Essa é a nossa colocação. Gostaria de saber qual o sentimento de V. Exa. neste momento.

A Deputada Federal Zulaiê Cobra - Quero dizer o seguinte: na reforma do Poder Judiciário, fizemos com tivéssemos esse assunto já discutido. Quando falei, de forma forte, a respeito de Juizes, Promotores, dizia a respeito disso também. Na OAB de São Paulo, há muito tempo, fiz um mutirão em defesa dos presos da Casa de Detenção de São Paulo. E o senhor não sabe, mas, durante 90 dias, eu, de espontânea vontade, junto com 72 advogados, tiramos 1.000 presos da Casa de Detenção de São Paulo. E o senhor ainda não sabe, mas quem ficou contra nós foi a OAB. Por quê? Porque fiz um relatório, que foi publicado pelo "Estado de São Paulo"; nele fiz críticas severas à política penitenciária. Na época, era Governador o Sr. Franco Montoro, do meu partido, PMDB. Portanto, meu senhor, nossa luta está acima de partidos. A OAB viu que o relatório era muito violento e fez com que não tivéssemos o mérito que tivemos na oportunidade.

Concordo plenamente com V. Exa., pois a pena tem duas finalidades: punir e recuperar. Já falei sobre isso hoje. Não sei se a senhora estava presente, mas temos de lutar, sim, para que o preso cumpra a pena com dignidade. Em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, alguns Juizes revoltaram-se contra as condições de cumprimento de pena. Cumprir pena, sim, mas não fazer com que o prisioneiro tenha degradada sua condição de pessoa.

Portanto, estou com o senhor e não abro. Quero, sim, que a pena tenha as duas finalidades, ou seja, punir e recuperar, senão o preso vai ser solto, e vamos sofrer as conseqüências. Quem sofre sempre é a sociedade. Preso não é questão de segurança pública. O Cel. José Vicente acabou de dizer isso. Ainda bem que a Presidência da República ouviu um Coronel do porte do Cel. José Vicente da Silva. O Gen. Alberto Mendez Cardoso acabou de dizer que o tem ouvido há algum tempo. Ele sabe do que estamos falando, ou seja, preso é responsabilidade da justiça. Agentes penitenciários não precisam ser policiais militares. Temos de ter, sim, em todas as instituições democráticas, a nossa guarda, que pode ser a guarda municipal ou os agentes penitenciários, mesmo com uma polícia armada, ostensiva, uniformizada, de ronda e preventiva.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita a compreensão dos participantes e dos Deputados, bem como dos telespectadores que nos prestigiam, pois o volume de perguntas é muito grande, e não será possível responder a elas. Esclarecemos a todos que as sugestões encaminhadas à Mesa serão incluídas no documento consolidado desta teleconferência, que subsidiará as discussões do seminário legislativo a ser realizado por esta Casa no mês de setembro.

Antes de encerrar, vamos passar a palavra a cada um dos participantes, para que façam as suas considerações finais.

O Maj. Domingos Sávio de Mendonça - Cumprimos esta Casa por esta iniciativa e pela oportunidade de uma entidade de classe da Polícia Militar poder trazer as suas considerações.

Gostariamos de fazer dois registros finais. Dizia à Deputada Zulaiê Cobra que, para melhorar as condições carcerárias do nosso País, bastam medidas simples, ou seja, acabar com o instituto da prisão especial. Quando isso acabar e o Senador Luiz Estevão tiver de cumprir um dia de cadeia, eles vão melhorar as penitenciárias. Enquanto as elites tiverem oportunidade de cumprir pena em outros locais, separadas de outros criminosos, continuaremos a viver essa situação, até porque essas elites têm mais preparação do que os pobres, que estão na penitenciária, muitas vezes, devido a questões sociais.

A segunda consideração, que deixarei para o Gen. Alberto Cardoso, diz respeito à violência nas estradas. A Polícia Rodoviária Federal está comprando ambulâncias para resgatar feridos. Gostariamos que, em vez de se comprar ambulância, se investisse mais na prevenção. Muito obrigado.

O Sr. Victor Hugo Moreira de Resende - Gostaria, mais uma vez, de parabenizar a Presidência pela iniciativa desta conferência. Quero agradecer, em nome da Associação dos Delegados, a oportunidade de aqui estar. Muito obrigado.

O Sr. Waldimir Reale - Eminentíssimo Presidente desta Casa, Deputado Anderson Aduato, os nossos sinceros cumprimentos pela iniciativa deste evento, com repercussão não só no Estado de Minas Gerais, mas também em todo o Brasil.

Volto ao preâmbulo da apresentação do trabalho, em que se diz que a Constituição tem de ser cumprida. A partir dessa premissa do livrinho, e ele deve ser cumprido, a sociedade brasileira terá, naturalmente, uma vida melhor. Muito obrigado.

O Cel. José Vicente da Silva Filho - A forma de aperfeiçoarmos a segurança é exatamente esta: discutindo o que está errado e buscando os caminhos corretos: por exemplo, uma polícia que gaste menos e dê mais resultados que complementem o trabalho de prevenção que a sociedade e as prefeituras vêm desenvolvendo, como devem fazer, para melhorar nossas condições de vida. É importante ressaltar que o trabalho da polícia é para melhorar a qualidade de vida da sociedade e não, simplesmente, prender pessoas, e esse é um empreendimento de todos nós.

A Deputada Federal Zulaiê Cobra - No cartaz da teleconferência, há a foto de uma mulher; nesta Mesa, há uma mulher - a palavra "violência", infelizmente, é feminina. Mas, na Mesa, que se compôs de homens gabaritados, uma mulher se fez presente. Portanto, a Assembléia Legislativa recebe agora os meus cumprimentos e agradecimentos por minha participação, até porque o Deputado João Leite, do PSDB, fez questão que aqui estivesse. Quase não vim, porque hoje toma posse o novo Secretário da Justiça do Governo Mário Covas, e a ninguém será justificada a minha ausência. Mas minha ausência ali foi recompensada pela alegria de aqui estar, participando desta beleza de teleconferência, com a participação de todos os municípios do interior de Minas Gerais e de todas as entidades civis, juntos com a Assembléia Legislativa.

O Gen. Alberto Mendez Cardoso - Reitero os meus agradecimentos pelo convite, que muito me honrou; falo de minha alegria de ter participado e aprendido muito com a Mesa e com a platéia; cumprimento-os pela iniciativa e deixo a mensagem final de que a segurança pública é dever do Estado e instrumento dos direitos humanos.

O Sr. Presidente - Antes de encerrar definitivamente esta etapa, a Presidência faz agradecimento especial às 92 entidades que, junto com a Assembléia Legislativa, construíram esse movimento pela segurança e vida. Esta é apenas uma etapa de nosso trabalho, que terá continuidade na parte da tarde. Mas quero dizer a todos os participantes e aos ilustres convidados que o mais importante é a determinação da Assembléia Legislativa em continuar a discutir e a trabalhar para reduzir os índices de violência e de criminalidade em nosso Estado. Temos consciência de nossa cota de responsabilidade, que começa com este trabalho, porque achamos que é fundamental que quem está sofrendo na pele e na carne possa dizer às autoridades o que é preciso para melhorar. Ouvimos as Polícias Civil e Militar; estamos ouvindo, agora, a sociedade; e, no segundo semestre, esperamos concluir essa etapa do trabalho e colocar a responsabilidade, a partir daí, nas mãos do Executivo, porque a ele cabe fazer as mudanças que a sociedade espera que faça nas polícias, para o bem dos mineiros. Muito obrigado a todos.

Antes do encerramento formal, a Presidência gostaria de deixar registrada uma comunicação que nos chegou agora, da Secretaria da Segurança Pública do Pará, informando a participação de um grupo de policiais militares, civis, bombeiros na teleconferência, no auditório da Imprensa Oficial de Belém. Parabenizam pelo evento e informam que, há dois anos, funciona o Instituto de Ensino de Segurança do Pará, com a função de fazer a integração operacional das polícias, bombeiros e DETRAN por meio do Centro Integrado de Operações - CIOP. Estão integrados também em zona de policiamento na Região Metropolitana de Belém, onde atuam na mesma área, há um ano e meio

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a presença dos convidados e das autoridades e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

Presidência dos Deputados Anderson Aداuto, Durval Ângelo, Elaine Matozinhos e Sargento Rodrigues

Sumário: Composição da Mesa - Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Sr. Antônio Augusto Junho Anastasia - Palavras do Sr. Franklin Hígino Caldeira - Palavras da Sra. Jaqueline Muniz - Palavras do Sr. Hédio Silva Júnior - Palavras do Sr. Paulo Antônio de Carvalho - Palavras do Sr. Misael Avelino dos Santos - Esclarecimentos sobre os debates - Debates.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente (Durval Ângelo) - A Presidência convida a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Antônio Augusto Junho Anastasia, Secretário Executivo do Ministério da Justiça; Franklin Hígino Caldeira, Promotor da 11ª Promotoria Criminal da Capital, representando o Ministério Público; Jaqueline Muniz, pesquisadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro e membro do Grupo de Estudos Estratégicos COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Hédio Silva Júnior, advogado criminalista e professor da Academia de Polícia de São Paulo; Paulo Antônio de Carvalho, Juiz de Direito da Comarca de Itaúna e representante da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados; e Misael Avelino dos Santos, Presidente da Fundação Educativa Cultural Comunitária de Belo Horizonte - Rádio Favela.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente (Anderson Aداuto) - Destina-se a interrupção dos trabalhos ordinários à realização da Teleconferência Segurança Pública: O Papel do Estado e da Sociedade Civil, com o tema "Formas de Envolvimento da Sociedade" e os seguintes subtemas: "O Sistema Penitenciário e as Penas Alternativas"; "A Ação Policial e Social no Cárcere, nas Escolas e nas Favelas"; "A Participação da Comunidade nos Programas de Segurança"; "O Papel dos Municípios na Política de Segurança".

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência agradece mais uma vez a participação de todos os senhores e senhoras que vieram participar deste importante momento, em que a Assembléia Legislativa procura discutir esse assunto que hoje começa a incomodar a todos os brasileiros e em especial a nós, mineiros. Gostaríamos de agradecer de forma especial aos nossos ilustres debatedores.

Gostaria de apresentar o primeiro debatedor, Sr. Antônio Augusto Junho Anastasia, um técnico de primeira grandeza de Minas Gerais, que hoje se encontra no Governo Federal levando o seu trabalho e a sua competência para estar à disposição de todos os brasileiros. Gostaríamos de agradecer a sua presença entre nós e dizer da importância que vemos na presença de todos os debatedores, mas olhamos a sua presença entre nós por causa de ter sido o Ministério da Justiça o órgão encarregado pelo Governo Federal de gerir o Programa Nacional de Segurança Pública. Na condição de Secretário desse Ministério, lugar de mineiro e ocupado por um técnico reconhecido por todos nós, que já conhecemos o seu trabalho, queremos dizer da imensa satisfação em tê-lo conosco nesta tarde e neste debate.

Palavras do Sr. Antônio Augusto Junho Anastasia

Caros companheiros de debate, gostaria de agradecer a gentileza das palavras do Presidente, Deputado Anderson Aداuto, e cumprimentar de maneira muito enfática a Assembléia Legislativa pela realização deste evento.

Tem razão, Sr. Presidente, quando aludiu a um clima de insegurança que grassa hoje não só em Minas Gerais, mas também em todos os rincões da Nação. É chegada a hora de se dar um "basta"; tanto é assim, que, amanhã, já há um grande movimento de diversas entidades sociais de todo o Brasil de adesão a favor da paz. É, então, imprescindível que esse movimento se faça não só por meio dos poderes públicos dos três níveis, fundamentalmente do Legislativo, que representa na sua essência o povo, mas também da sociedade civil organizada. É por isso que esse movimento, capitaneado pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais, tende a gerar frutos e dar exemplo, porque congrega, é claro, em sua jurisdição, a jurisdição mineira, um exemplo pioneiro de harmonia entre as propostas hauridas, advindas do meio da sociedade civil organizada, para serem conhecidas e trabalhadas pelas autoridades responsáveis pela condução dos negócios públicos, nesse particular, a segurança pública.

Então, mais uma vez, queria cumprimentar a iniciativa à medida que a Assembléia de Minas vem acompanhando esse tema há mais tempo e, agora, vem coroar esse processo com a realização dessa teleconferência. Sei que, no segundo semestre, o processo será concluído por meio de grande evento, de tal modo que as conclusões e sugestões trazidas a lume pela sociedade civil possam ser consolidadas e oferecidas às autoridades competentes.

No que concerne, então, à questão da segurança pública, poderia afirmar que estamos em terreno muito complexo. É desnecessário e seria até ingênuo se dissesse que temos respostas objetivas, tranquilas e cristalinas para resolver esta chaga social que é a questão da violência no Brasil, a qual, lamentavelmente, não está presente apenas no Brasil, mas na maior parte das nações do mundo, por razões sociais, econômicas ou culturais. Cada nação tem a sua peculiaridade, e também, no caso brasileiro, cada Estado da Federação apresenta determinada especificidade.

Dentro desse panorama e desse quadro, basicamente, como todos sabemos, num Estado Federal como o brasileiro, pela nossa norma constitucional, desde a Constituição de 1891, a segurança pública foi atribuída aos Estados federados. Então, cabe às unidades da Federação a responsabilidade pela segurança pública. Entretanto, ainda nesse regime, determinadas atividades sempre foram de competência da União, que também tem determinada parte na responsabilidade.

A escalada dos índices de violência, quer urbana, quer rural - a violência deixou de ser característica das regiões metropolitanas para estar presente em qualquer pequena cidade, incluindo o tráfico de drogas -, tornou o tema verdadeira comção nacional, com toda a razão e com toda a justiça. O resultado disso foi que o Presidente da República determinou que o Ministério da Justiça, juntamente com outros órgãos do Governo Federal, elaborasse um conjunto de ações destinadas a apoiar e a estimular os Estados, para a criação de uma teia, um arcabouço de ação para a diminuição desses índices de violência.

Nasceu, então, a idéia, no final do ano passado, de se elaborar um plano nacional de segurança pública, já do conhecimento e disponível a todos através dos meios eletrônicos. Esse plano foi elaborado com a participação do Ministério da Justiça, do Ministério da Assistência e do Ministério da Defesa. Diversos outros órgãos participaram da sua elaboração, mas sempre tendo em mente que a questão da segurança passa, de maneira imprescindível, por estreita e ativa participação dos Estados federados. E no momento em que ele vai para os Estados federados, é igualmente inafastável que tenhamos a participação efetiva da sociedade e, é claro, dos municípios, que, apesar de não terem, pela Constituição, competência específica em matéria de segurança pública, salvo a guarda municipal, destinada a seus bens, de acordo com o ditame constitucional, o município sofre também as conseqüências da escalada da violência e, é claro, pretende mudar esse quadro.

Dentro dessa moldura, elaborou-se o Plano Nacional de Segurança Pública, cuja execução se está iniciando. Ontem mesmo V. Exas. devem ter tido notícia de que, pela primeira vez, em vigorosa ação conjunta, a própria Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal empreenderam ação em 145 pontos das estradas federais, chamada Operação Pente Fino, ou Operação Abafa, no linguajar policial, para vistoriar automóveis na busca de flagrante de tráfico de drogas, porte ilegal de armas, conduta irregular e eventuais mandados de prisão a serem cumpridos. Foi feita uma grande operação que, se tornar rotineira, porque há um sentimento que grassa no seio da sociedade brasileira, que conhecemos como sensação de insegurança. O cidadão brasileiro necessita do sentimento de segurança, há a necessidade de estar comprovado que temos policiais estaduais, federais, civis e militares efetivamente atuando em prol da manutenção da segurança e da ordem pública.

Citei esse exemplo da ação conjunta para dizer que o Plano Nacional já está em execução e que se desdobra em três grandes pilares. O primeiro trata das ações de responsabilidade exclusiva do próprio Governo Federal, no que se refere ao aparelhamento e ao incremento de suas polícias, quer a Federal, quer a Rodoviária Federal. E, igualmente, pela primeira vez na história republicana brasileira, por intermédio da construção de penitenciárias federais. Na próxima segunda-feira assinaremos um convênio com o Estado do Acre, que, juntamente com o Distrito Federal, serão os dois primeiros Estados que receberão recursos específicos para uma penitenciária federal. Imaginem V. Exas. que já temos mais de 100 anos de República, e, até hoje, jamais foi construída uma penitenciária destinada aos presos condenados pela Justiça Federal, o que mostra que, durante tanto tempo, houve descaso com essa questão.

Então, a primeira parte do Plano se destina a aparelhar as polícias, conseguir a cooperação das Forças Armadas para o apoio logístico, especialmente nas regiões das fronteiras, inclusive as marítimas. Já há consenso no âmbito do Governo, apesar de várias opiniões doutrinárias e sociológicas discordantes, de que o papel das Forças Armadas deve ser o apoio logístico, não com a missão constitucional de policiamento, que é, primordialmente, dos Estados, por intermédio da polícia ostensiva, que deve agir de modo integrado, civil e militar, de maneira secundária, e, dependendo da circunstância ou da sua responsabilidade, das Polícias Federais. Nessas forças-tarefas de policiamento ostensivo poderá haver o apoio logístico das Forças Armadas por intermédio do Ministério da Defesa, incluindo a Marinha nos portos, a Aeronáutica nos aeroportos e o Exército na nossa fronteira seca com países limítrofes, especialmente aqueles para os quais há tráfico de drogas e retirada de roubo de carga, o que é uma realidade em alguns Estados da Federação.

A segunda parte do Plano está concebida para a parte de cooperação com os Estados federados. Foi constituído o Fundo Nacional de Segurança Pública, gerido pelo Ministério da Justiça, foram alocados recursos nesse exercício por crédito extraordinário já previsto para os próximos anos, e vamos apoiar projetos estaduais para o reaparelhamento das polícias estaduais, para treinamento e qualificação dessas polícias, para aparelhamento na área da polícia técnica e científica e até mesmo para a construção de unidades policiais, quando for o caso. O conselho gestor do Fundo, nomeado anteaquem, reunir-se-á na próxima semana com o propósito de estabelecer os critérios de aprovação desses projetos, exigindo dois tipos de contrapartida: aquela que é legal, de natureza remuneratória, determinada pelas normas orçamentárias da União, e uma contrapartida moral, técnica, na qual os Estados se comprometerão, de acordo com seus respectivos Planos Estaduais de Segurança Pública, a alcançar determinadas metas. Entre elas, destaca-se, com grande ênfase de nossa parte, as ações integradas entre a Polícia Civil e a Militar. Entretanto, no campo da atuação em conjunto com os Estados, o Plano não se resume a questões de ordem repressiva.

Por outro lado, há um destaque, um empenho e recursos já alocados para as questões de natureza preventiva de ordem social, que ficam a cargo da Secretaria da Assistência Social do Governo Federal. Várias ações já foram empreendidas, como um projeto piloto, no entorno de Brasília, que, todos sabem, está se transformando, tristemente, em uma das regiões mais dramáticas em termos de indicadores de homicídios. Essa região abrange cerca de 20 cidades, localizadas entre o Estado de Goiás e o Distrito Federal, incluindo dois ou três municípios mineiros, com indicadores menos graves. A região de Goiás, especialmente, está tendo um problema da mais alta gravidade para a ordem pública. Lá, em forma de projeto piloto, já estão instaladas e em funcionamento algumas ações que estão relacionadas no Plano Nacional de Segurança Pública, de natureza social, especialmente voltadas para a juventude, como é o caso do Agente Jovem de Desenvolvimento Social e dos Núcleos de Apoio às Famílias, geridos pela Secretaria da Assistência Social. Há uma ênfase muito grande, na área dos Estados, para a construção de vagas em penitenciárias estaduais.

Forma-se, assim, um ciclo vicioso. Diversos Secretários da Segurança Pública que têm procurado o Ministério da Justiça estão dizendo que estão tendo dificuldades em suas operações de natureza policial, inclusive no cumprimento de mandados de prisão, que, em alguns Estados, chegam a 100 mil, porque já não têm onde colocar essas pessoas condenadas pela justiça. Então, as cadeias, os presídios e as penitenciárias ficam superlotados, não se podendo prender mais ninguém. Estabelece-se, com isso, um ciclo vicioso de difícil superação.

Houve uma determinação do Governo Federal de haver um descongestionamento - que já ocorreu - no âmbito do orçamento federal e de repassarmos tudo que for possível, de acordo com a capacidade de dispêndio dos Estados federados, para a abertura de novas vagas nos presídios. Isso aliviará a situação das delegacias, e, por consequência, teremos não apenas o cumprimento da lei penal, ou seja, o preso condenado ficará na penitenciária e na delegacia, mas também, de modo especial, conseguiremos cumprir ordens de prisão. Assim, aprimoraremos a sensação de segurança por meio de indicadores mais precisos e da redução desses índices de violência das grandes cidades, que são consideradas as regiões mais atacadas.

Poderiam aderir a esse rol do entorno de Brasília as Regiões Metropolitanas do Rio, de São Paulo, de Recife e de Vitória, que são consideradas as mais violentas em razão dos seus indicadores de homicídios por grupo de 100 mil habitantes. Sob esse ponto de vista, felizmente, para os que habitam a Capital de Minas Gerais, Belo Horizonte está entre as cidades mais seguras. Isso não significa que os seus índices são os ideais, mas, nesse "ranking", esta cidade tem uma situação mais confortável que outras, bem mais violentas, como a nossa vizinha e pequena cidade de Vitória, que ostenta o título de ser a mais violenta do Brasil.

A terceira parte do Plano Nacional de Segurança Pública cuida de medidas de natureza legislativa. Há sempre questões doutrinárias mais polêmicas, porque, de acordo com uma visão sociológica e jurídica da mudança do ordenamento jurídico-penal, existem diversas correntes e tendências acadêmicas, não apenas no âmbito da magistratura e do Ministério Público, ambos bem representados nesta Mesa, mas também no âmbito da academia e da sociedade civil. A função do Poder Executivo e do Congresso Nacional, no caso, o Poder Legislativo, é a de conseguir um ponto de equilíbrio entre as diversas e distintas correntes, de tal modo que tenhamos condições de estabelecer uma proposta de aprimoramento do ordenamento jurídico que tenha o respaldo do Congresso.

Um exemplo típico de uma dificuldade que tivemos recentemente é relativa à questão do porte de armas. O Governo encaminhou uma mensagem, no ano passado, afastando o comércio de armas para os civis, de um modo geral. E isso é objeto de uma polêmica muito grande: alguns são a favor, outros são contra. Há quase que digladiadores dos dois lados.

Em razão da necessidade imperiosa de se reduzir a venda e o comércio clandestino de armas, determinou-se a suspensão do registro provisório até o final do ano, para mensurar se essa medida tem ou não efeito do ponto de vista do aumento do número das armas. Dizem os especialistas em armamentos - não sou especialista nesse assunto - que é grande o risco de que o civil armado sem treinamento torne-se vítima da própria arma, como existem dezenas de casos.

Todos esses aspectos influenciam no terceiro segmento, que são os projetos de lei: por exemplo, o projeto de lei que cuida da infiltração policial, da escuta ambiental, da eventual reforma do Código Penal, por si só, carrega uma matéria controversa.

Esses são os três pilares fundamentais do Plano. Digamos que há um quarto que cuida da reformulação do Ministério da Justiça, que recebeu do Presidente da República a incumbência de ser o órgão líder para a implementação do Plano Nacional de Segurança Pública. Para tanto, estamos "reformatando" a Secretaria Nacional de Segurança Pública, que está sendo vigorosamente tonificada, de tal modo que tenhamos condições, em harmonia com os demais órgãos do Executivo e em colaboração com os demais poderes da sociedade, de operar o Plano, cujas ações preliminares - a elas, já fiz menção - estão em pleno andamento.

Em linhas bastante gerais, dentro do tempo de 10 minutos que me foi determinado, gostaria de dizer que esse é o quadro geral da situação do Plano Nacional de Segurança Pública. Antes de encerrar, quero reiterar que o Plano, com as suas 124 metas e ações, só terá êxito se tivermos, em seu implemento, uma situação muito harmônica entre o Poder Executivo Federal e os Estados e a colaboração da sociedade civil. A violência em nossas cidades ocorre em diversos graus e matizes. E tem de ser combatida por todos, desde emissoras de televisão a comportamento de família. Nesse universo, existem dezenas de ações e hábitos culturais que precisam ser revertidos, para permitir que as autoridades constituídas, em harmonia com a sociedade, tenham condições de depurar de órgãos policiais os elementos que estejam em desacordo com essas necessidades e, ao mesmo tempo, de prestigiar a ação policial correta e adequada, de tal modo que a pessoa que não esteja bem-intencionada passe a não se aventurar no campo do crime, não somente por causa dos exemplos, mas também porque sabe que haverá uma recriminação social e repressiva bastante enfática. É esse o sentimento que temos no Ministério da Justiça. Sentimos necessidade desse grande mutirão nacional.

O evento convocado pela sociedade civil para amanhã, em todo o Brasil, dia 7, Dia da Paz, será fundamental para demonstrar a adesão da sociedade a esse movimento. O Governo, por si próprio, exclusivamente sozinho, não conseguirá reverter os indicadores de violência. É claro que a sua responsabilidade é maior, é claro que o Governo é o condutor do processo de harmonia com os Estados federados, mas necessita do respaldo da sociedade. Nada mais satisfatório que perceber nessa platéia as entidades diversas que pretendem colaborar com sugestões.

Quero, ainda, registrar que o Plano está sempre em funcionamento. Ele foi proposto, acabado e colocado na Internet. Até 11 de agosto, recebe sugestões. É como uma sintonia fina, vai se aprimorando, está em constante aperfeiçoamento. Não consideramos que é uma obra-prima acabada e definitiva. Ele vai se aprimorando, inclusive na execução. Para tanto, as sugestões são mais que bem-vindas. Obrigado.

A Sra. Presidente (Deputada Elaine Matozinhos) - Com a palavra, o Sr. Franklin Higino Caldeira, Promotor da Décima Primeira Promotoria Criminal da Capital, representando o Ministério Público.

Palavras do Sr. Franklin Higino Caldeira

Exma. Sra. Deputada Elaine Matozinhos, demais autoridades, o discurso da Justiça Penal, atualmente, é o do endurecimento do sistema penal. Prova disso foi a adoção, a partir de 25/7/90, da chamada Lei Hedionda, ou, melhor dizendo, da lei que definia os crimes hediondos, dando tratamento, também, a delitos equiparados a crimes hediondos. Foi um grave

erro do legislador, porque uma transformação operada por essa lei retirou, por completo, a esperança do homem encarcerado: foi exatamente a vedação, em lei ordinária, da progressão do regime prisional. Não satisfeito, o legislador, em 1994, editou a Lei nº 8.930, que transformou o homicídio qualificado, qualquer que seja, em crime hediondo, com as mesmas vedações da lei ordinária e da própria Constituição Federal, que, em seu art. 5º, inciso XLIII, traz algumas conseqüências para esse infrator.

Agora, ouvindo o Prof. Anastasia, recordei-me da Lei nº 9.437, em vigor desde abril de 1997, que passou a considerar infrator aquele que esteja portando ilegalmente uma arma, desde que possua condenação anterior por crime contra o patrimônio ou a pessoa, passou a ser considerado perigoso, diferentemente daquele que não foi condenado ainda por infração dessa natureza. Penso, no rol dos crimes contra o patrimônio ou a pessoa, no crime contra a honra, no crime de injúria, que está no título dos crimes contra a pessoa. Alguém já condenado por crime contra a honra, por ter ofendido a dignidade ou o decoro de outrem, sendo condenado por essa infração e portando ilegalmente arma, passa a ser um infrator perigoso, diferentemente daquele que não delinuiu. O que não delinuiu tem pena de detenção de um a dois anos. O que já delinuiu e foi condenado, por exemplo, por crime de injúria, pena de dois a quatro anos e reclusão, com graves conseqüências. Nesse momento inicial, preocupa-me a vontade de modificar a legislação penal e penitenciária. Pessoalmente, acredito que a nossa legislação penal é suficiente, que a lei penitenciária, datada de 1984 - Lei Penitenciária Federal nº 7.210 - é suficiente. Temos, no Estado de Minas Gerais, a Lei Estadual nº 11.404, que também consegue atingir a finalidade desejada pela sociedade. Apenas não conseguimos traduzir, na prática, esse direito legislado, essa vontade do legislador. Não basta o discurso da crise social nem o da modificação da legislação penal. Precisamos de eventos como este, em que a sociedade possa se manifestar e é chamada a reagir, sendo, ao mesmo tempo, convocada a atuar na questão penitenciária. Acredito que somente com a derrubada do muro das prisões, permitindo o ingresso da comunidade na prisão, tratando bem próximo o homem encarcerado, é que poderemos reverter esse quadro. Nesse sentido, temos que utilizar experiências bem-sucedidas, como a de Itaúna, onde atuei, por mais de cinco anos, como Promotor, e o Dr. Paulo Antônio de Carvalho terá a oportunidade de apresentar, novamente, a APAC de Itaúna.

Temos essa experiência, a única no Estado, quiçá no País, apresentada pela CPI Carcerária como a única ilha nesse deserto que é a execução penal no nosso País.

Além das experiências próximas, precisamos aplicar os instrumentos que temos. Recentemente, veio a Lei nº 9.714, que foi chamada pela mídia de Lei de Penas Alternativas. Na verdade, há uma impropriedade. É a lei que alterou o Código Penal, dando melhor tratamento às penas restritivas. Trata-se de uma questão didática apenas. Essa lei ampliou o rol das medidas alternativas à pena de prisão. E, para minha tristeza, sua aplicação é inócua, tanto no interior quanto na Capital. Na Capital, nesse curto período em que estou trabalhando perante uma Promotoria Criminal, sem nenhuma crítica aos operadores, Juizes e Promotores, pude perceber que essa lei serviu para entregar cestas básicas às entidades carentes. Acho nobre também essa função, e as entidades precisam delas, mas temos que reverter as conseqüências dessa lei para o próprio sistema penitenciário.

Lanço uma proposta e uma provocação: podemos utilizar uma medida restritiva chamada pena de prestação pecuniária; podemos transformar esse instrumento em mecanismo para abastecer entidades que estejam a oferecer vagas para os condenados, condenados em regime aberto ou, mesmo, condenados a penas restritivas de direito. Basta vontade. Temos, em Belo Horizonte, 12 Varas Criminais. Todos os dias, inúmeros condenados recebem suas sentenças, e o Juiz faz a substituição, aplicando cestas básicas. Vamos imaginar que o Juiz passe a aplicar prestação pecuniária. Pode condenar alguém a pagar de 1 a 360 salários mínimos, abastecendo as entidades.

Pude, em Itaúna, conviver com a miséria da APAC, miséria de ausência de recursos. E fico imaginando a APAC existindo, apesar do Estado, sem recursos públicos, e podendo o Juiz Criminal destinar recursos das suas sentenças para essa entidade. É a libertação do sistema penal. Não é difícil aplicar isso, mesmo em Belo Horizonte.

Citei o regime aberto, mas, infelizmente, esse regime, que significa o cumprimento da pena, por exemplo, na casa do albergado, com todo o respeito a essa casa, esse ambiente serviria para o cumprimento da pena em regime aberto, porque não há grades nas janelas, não há policiamento interno. Esse é o verdadeiro regime aberto. Um imóvel cedido pela Prefeitura, quem sabe, tendo a comunidade como participante do cumprimento dessa pena, acompanhando aquele condenado do regime aberto sem a incursão das Polícias Civil e Militar. O regime aberto é o mais próximo da sociedade, é quase da sociedade, é o regime mais próximo da liberdade. Nele impera a autodisciplina: o próprio condenado deve cuidar de si, sem fiscalização direta do Estado.

A verdade tem que ser dita. O nosso regime aberto foi transformado em duas coisas. No cumprimento de pena em delegacia de polícia. Um absurdo, porque o condenado em regime aberto, que jamais poderia estar numa delegacia de polícia ou numa cadeia pública, passa a cumprir a pena nesses lugares, junto com condenados de regime fechado e dividindo espaço com preso provisório. Infelizmente, em alguns casos, até mesmo, com devedor de pensão alimentícia, aquele que não delinuiu. Em outra situação, a prisão aberta é transformada em arremedo de penitência, como acontece em Belo Horizonte. Novamente, nenhuma crítica à figura do magistrado, mas a prisão aberta foi transformada em cumprimento de pena em prisão domiciliar, contra a lei. Temos uma aplicação restrita a essa espécie de prisão. Por causa da carência da casa do albergado, a prisão domiciliar foi estendida para todos os condenados de regime aberto.

Logo, a pena criminal se transforma em arremedo de penitência. Gostaria de desenvolver o tema penas restritivas, mas coloco-me à disposição para responder a quaisquer perguntas sobre ele.

Também darei meu testemunho sobre o trabalho da APAC em Itaúna. Conheço bem a violência de Belo Horizonte, porque sou natural desta cidade, aqui resido há muito tempo e porque quase todos os meus familiares já foram vítimas de roubo armado, inclusive meus genitores. Mas, mesmo assim, acredito na existência de um trabalho nos moldes "apaquianos". Não posso acreditar em um estabelecimento "apaquiano", como aquele hoje aplicado em Itaúna, com presos nos três regimes - o fechado, o aberto e o semi-aberto -, pois esse trabalho não nasceu assim naquela cidade, foi gradativo; entretanto, se houver vontade dos órgãos de execução penal e do Estado, poderemos, em breve, implementar em Belo Horizonte o regime aberto, havendo para o condenado não só a pena privativa de regime aberto, mas também a pena restritiva de limitação de fim de semana, ou seja, aquele que é recolhido aos sábados e domingos, exatamente na Casa do Albergado. Com isso, teríamos espaço.

Finalizo colocando a seguinte questão para as entidades presentes: Qual seria o limite para a participação da comunidade na execução penal, no sistema penitenciário? E respondo: não há limites para essa participação. Não foi à toa que o legislador estadual, na Lei nº 11.404, estabeleceu que o Estado e a comunidade são co-responsáveis nas tarefas de execução, sendo que co-responsabilidade é responsabilidade igual. Muitos podem pensar que a responsabilidade primeira é do Estado, que tem o dever de garantir a vida e a segurança das pessoas; entretanto, o Estado não sofre com a delinquência, mas sim a comunidade. Muito obrigado.

Palavras da Sra. Jaqueline Muniz

Primeiramente, gostaria de cumprimentar a Exma. Sra. Deputada Elaine Matozinhos, estendendo meus cumprimentos aos componentes da Mesa e aos ouvintes da sessão. Antes de tratar do tema para o qual fui convidada - O Papel dos Municípios na Política Pública de Segurança -, gostaria de enfatizar meu otimismo em relação a esse evento. Com essa interação entre as comunidades, as demais agências civis, o poder público local, o Poder Legislativo e as agências de segurança pública, poderemos, de fato, de forma inédita, construir no Brasil uma política pública de segurança, e não apenas uma política de segurança pública.

Tradicionalmente, os problemas relacionados à segurança pública no Brasil têm sido enquadrados ora como uma questão de soberania nacional e segurança interna, ora como um assunto de competência exclusiva das polícias. Em ambos os enfoques, privilegiam-se e reivindicam-se, unicamente, os recursos e as intervenções provenientes das esferas federal e estadual, uma vez que são essas as instâncias responsáveis pelas forças armadas, pelas polícias, pelo sistema criminal, etc. Note-se que esse tipo de mentalidade restritiva encontra-se de tal modo enraizada entre nós que frequentemente subestimamos a importância estratégica do poder municipal na produção democrática de segurança pública. Ainda hoje é comum ouvir que a Prefeitura pouco pode fazer, porque não controla as polícias, ou que a Constituição de 1988 reserva aos Estados a responsabilidade exclusiva de prover segurança aos cidadãos. Em verdade, essas considerações reforçam uma perspectiva ultrapassada, que se mostra incapaz de atender aos desafios colocados pelo provimento de uma ordem pública democrática e contemporânea. De fato, o desconhecimento sobre o papel decisivo dos municípios nas políticas públicas de segurança no Brasil tem comprometido, de forma substantiva, os esforços de se construir e enraizar políticas e programas tecnicamente adequados e conseqüentes no âmbito da segurança pública.

Idéias criativas e experiências bem sucedidas, como os projetos de polícia comunitária, têm enfrentado inúmeros obstáculos para a sua institucionalização. E, sem exagero, pode-se dizer que boa parte dessas dificuldades está relacionada ao distanciamento e, até mesmo, à indiferença do poder local. As polícias que possuem papel executivo e direto na gestão da segurança pública são as agências públicas que mais se ressentem da ausência de ação articulada com as Prefeituras. Conforme demonstram diversos estudos nacionais e internacionais, a ausência ou a fragilidade de interações regulares entre a administração municipal e as polícias é um dos principais fatores que contribuem para limitar a eficácia, a eficiência e a efetividade destas últimas.

Não é demais salientar que as intervenções policiais preventivas, dissuasivas e repressivas implementadas de forma exclusiva e, por conseguinte, dissociadas das políticas urbanas desenhadas pelos municípios têm ajudado a produzir toda a sorte de desperdícios no emprego diuturno dos escassos recursos policiais. Afinal, por mais e melhor que as polícias estaduais possam fazer, sozinhas são, por definição, incapazes de responder às demandas por segurança experimentadas nos centros urbanos. Tal limitação resulta da evidência de

que nem todas as questões de segurança pública são problemas propriamente policiais. Ao contrário, a oferta de segurança pública democrática que atenda aos imperativos de um mercado da cidadania em crescente expansão ultrapassa a esfera de ação exclusiva das organizações policiais, requerendo a incorporação de outros fatores fundamentais quanto aos meios de força coadjuvada.

Cabe mencionar que parte expressiva dos problemas que alimentam a sensação generalizada de insegurança e propiciam o agravamento do temor coletivo reporta-se a fatos difusos, que não necessariamente podem ser enquadrados como atos criminosos propriamente ditos. Mas se não forem devidamente trabalhados por outras agências além das polícias, podem estimular a ocorrência de práticas delituosas futuras e o recurso individual à violência como forma de resolução de problemas. Refiro-me, sobretudo, aos conflitos, desordens, incivildades e litígios experimentados nos espaços públicos, que desembocam, quase que exclusivamente, nos balcões das delegacias e no atendimento emergencial realizado pelas PMs. Os policiais civis e militares de várias polícias brasileiras, orientados pelos seus conhecimentos práticos, sabem disso. Expressões cotidianas tais como "a polícia não é poste de luz", "a polícia não é cerca", "o policial é um faz-tudo" ou "sempre acaba sobrando só para a polícia", usualmente empregadas pelos profissionais da ponta da linha, indicam uma crítica às mentalidades e convicções do passado, que merecem ser discutidas e desmitificadas, em nome de uma perspectiva que, efetivamente, considere as formas pelos quais os problemas da insegurança são vividos pelos cidadãos. Ora, se os cidadãos vivem nas cidades, ou melhor, em algum bairro ou em alguma comunidade, então as questões associadas à insegurança só podem ser também experimentadas e resolvidas no âmbito das localidades. Por conta dessa constatação irrefutável, parece não fazer nenhum sentido buscar mascarar ou reduzir a responsabilidade do poder local na co-gestão da segurança pública, utilizando-se como recurso retórico o apego formal ao desenho político-administrativo vigente. Não se trata de defender a municipalização das polícias estaduais, mas de procurar superar entraves oriundos de convicções e doutrinas inadequadas à realidade contemporânea da segurança pública.

Creio que hoje estamos vivendo um momento rico no que diz respeito à superação de visões arcaicas e amadoras do enfrentamento da crise da segurança pública. Intervenções desconexas, isoladas, espetaculares e superficiais, ainda que bem intencionadas, revelaram-se fracassadas e onerosas. Com o tempo, demonstraram sua incapacidade de produzir respostas consistentes e estáveis, já não foram mais além do que tentar apagar incêndios ou enxugar gelo. Se isso se impõe como aguda evidência, é preciso caminhar rumo a uma visão sistêmica, integrada e aberta da problemática da segurança pública, que esteja realmente em sintonia com a natureza, diversidade e intensidade dos problemas de segurança vividos nas ruas. Uma concepção mais realista e sensata da segurança pública reconhece a necessidade de se ultrapassar o campo de atuação exclusiva das forças policiais e de outros órgãos do sistema criminal, por meio da incorporação, na gestão da segurança pública, das comunidades e de outras agências públicas e civis prestadoras de serviços essenciais à população. Uma vez que o provimento eficaz de segurança pública depende sobremaneira de variáveis extrapoliciais, tais como o ambiente comunitário, os equipamentos coletivos, a infra-estrutura social e urbana, os serviços de utilidade pública, etc., não se pode prescindir de se estabelecerem instâncias efetivas de cooperação e participação sobretudo com a administração municipal.

Se, por um lado, as agências policiais pertencem aos governos estaduais, por outro, uma parte expressiva dos instrumentos úteis e indispensáveis ao provimento de ordem pública está sob o controle do município. A título de ilustração, cabe mencionar, entre outros, a manutenção e ampliação dos equipamentos coletivos, o ordenamento e a fiscalização da ocupação do solo urbano, a coleta regular de lixo, a iluminação e a manutenção dos espaços públicos, o controle e a fiscalização do trânsito, as obras de saneamento básico, a fiscalização dos transportes coletivos, a melhoria da malha urbana, a expedição de alvarás e a fiscalização dos espaços coletivos de lazer, etc.

Particularmente no campo da prevenção primária - ainda muito pouco explorado no Brasil -, os municípios possuem um papel decisivo. Há muito para se fazer. Suas políticas urbanas e sociais constituem a infra-estrutura da segurança pública, as quais, por sua vez, operam como medidas auxiliares e complementares às ações de polícia. Como se pode perceber, os municípios possuem um vasto campo de atuação que não se restringe à criação das guardas municipais, ainda que sejam importantes e guardem consigo vocação comunitária.

Ainda que pareça repetitivo, vale insistir que fatos urbanos corriqueiros, como a falta de iluminação, a acumulação de lixo, o caos no trânsito, a má conservação dos espaços de lazer e demais locais de uso comum, têm uma significativa relação com o varejo do crime e seu adensamento em certas regiões da cidade. Assaltos, furtos, conflitos e distúrbios que ocorrem nos espaços coletivos não são simples produtos da crescente audácia dos bandidos, ou da falta de policiamento nas ruas ou de doutrinas e métodos policiais arcaicos. São, também, e principalmente, o resultado do abandono do poder público e da sua incipiente interlocução com a sociedade civil, sobretudo no que se refere à administração dos bens urbanos.

A esta altura, parece evidente que a administração municipal emerge como um nexo essencial na orquestração das comunidades, com as atividades governamentais estaduais e federais voltadas para a gestão democrática da ordem pública. É, pois, o município que possui a responsabilidade mais direta pela qualidade de vida da população em seus aspectos mais básicos. É, portanto, a Prefeitura que detém as ferramentas e os órgãos de serviços públicos mais próximos do cotidiano das pessoas. Se isso procede, parece inadiável que o poder local se inscreva como um parceiro na tarefa de construção de uma administração estratégica da ordem pública. Muito obrigada.

Palavras do Sr. Hélio Silva Júnior

É uma honra poder, de alguma forma, colaborar com este evento. Dada a exiguidade de tempo, poderíamos destacar dois aspectos que podem ser relevantes neste debate, especialmente no debate sobre a participação da sociedade civil na elaboração e na gestão de políticas públicas.

Embora não pretenda importuná-los com estatísticas, gostaria de chamar a atenção para o fato de que, nos últimos anos, têm sido realizados estudos muito abrangentes e completos que indicam o aumento significativo da taxa de encarceramento. Nos últimos cinco anos, em São Paulo, foram construídas duas dezenas de penitenciárias. Quando começaram a ser construídas, imaginava-se que os distritos policiais seriam, finalmente, esvaziados. As penitenciárias foram construídas, estão funcionando a pleno vapor, e os distritos policiais continuam rigorosamente abarrotados. Então, chamo a atenção para o fato de que não há uma relação direta entre taxa de encarceramento e diminuição da criminalidade. Embora seja essa uma posição antipática, porque pode permitir a interpretação de que o interlocutor está defendendo o não-encarceramento, a rigor, não há nenhum dado de experiência, nenhuma estatística que comprove que, aumentando-se o nível de encarceramento, diminui-se concretamente os índices de criminalidade. E sobre isso, penso que poderíamos levar em conta a construção de um criminalista contemporâneo, muito perspicaz nos seus estudos, que é o Prof. Eugênio R. Zafaroni, que faz uma interessante distinção entre o direito penal e o sistema penal. Ele diz: "Direito penal são aquelas leis que o povo, por meio de seus parlamentares, faz aprovar no parlamento". Entretanto, essa é uma dimensão do direito penal. A outra é o sistema penal. E não existe, necessariamente, uma relação de dependência ou de subordinação entre o sistema penal e o direito penal, porque o sistema penal conta com uma carga de subjetividade como qualquer ação humana. O sistema penal é o exercício do legislador, mas também é intervenção dos operadores do direito; ele traz a carga de subjetividade do Delegado de Polícia, do Promotor de Justiça, do Delegado, do advogado, do Juiz e da sociedade. Portanto, não há distinção possível de uma intervenção organizada da sociedade civil que não a tome como um sujeito ativo do sistema penal. E mais: o direito penal, como estrutura de controle social, reflete valores sociais. É muito difícil que algum de nós aqui tenha tirado uma xerox e em seguida tenha feito o depósito dos direitos autorais. Não conheço um Delegado de Polícia que não tenha assinado um termo de declarações apesar de não ter estado no depoimento. Não conheço um Juiz, especialmente o Juiz de Execução Penal, que já não tenha atestado a sua presença numa audiência em que, na verdade, ele não participou. Isso para não falar da bigamia, do adultério e outros crimes que vamos cometendo no cotidiano. Portanto, o sistema penal, ao contrário do direito penal, não só seleciona as condutas que são incrimináveis, mas também seleciona as pessoas que são incrimináveis. Não tenho visto nos últimos dias nenhuma grande manchete, seja no rádio, seja na mídia eletrônica, cujo título fosse o seguinte: "Finalmente, um Senador da República, um banqueiro acusado de corrupção e um ex-Presidente de um Tribunal de Justiça estão presos!". Ou seja, quando pensamos no sistema penal ele é formado por valores engendrados socialmente, mas reflete muito uma certa cultura que a mídia constrói cotidianamente. O sistema penal seleciona, e a mídia também, os fatos delituosos que, a juízo da mídia, seriam interessantes.

Então, nem vou falar sobre os programas dos roedores e a banalização da violência, a banalização da vida, o fato de que as pessoas são tratadas - leciono Direito Constitucional e muitas vezes tenho dificuldades de falar disso com meus alunos: como é que temos uma Constituição absolutamente revolucionária e inovadora em termos da defesa intransigente dos direitos fundamentais, mas as pessoas são cotidianamente expostas, têm a sua honorabilidade exposta e há alguns dias um Juiz proferiu uma sentença em Brasília, com base no clamor social. Mas clamor social existe também com relação à Escola de Base, em São Paulo, quando quatro educadores foram acusados de terem abusado sexualmente de crianças.

Então, existe uma construção de valores que vão informando esse funcionamento do sistema penal, que é reveladora, primeiro, da estrutura de poder, mas também de uma profunda deseducação política, com a qual entendemos aqueles espaços de conflito, aquelas searas de conflito social e, especialmente, quais os instrumentos que entendemos que o Estado deva utilizar para resolver os problemas sociais.

Nesse sentido, há, digamos, uma esquisita aliança entre os segmentos mais retrógrados do direito penal e os setores mais progressistas da sociedade.

Se é verdade que criticamos a mídia pelo papel torpe e deletério que desempenha na banalização da violência, na desqualificação da justiça, na desqualificação da intervenção dos operadores do Direito, na desqualificação, a rigor, do estado democrático de direito, nós, muitas vezes militantes dos movimentos sociais de ponta, de vanguarda, também entendemos que a única resposta que o Estado pode dar para determinados problemas sociais passa pelo Direito Penal. Acharmos que dano ao meio ambiente tem que ser resolvido,

exclusivamente, pelo Direito Penal. Acharmos que assédio sexual tem que ser resolvido, exclusivamente, pelo Direito Penal. Acharmos que discriminação racial também tem que ser resolvida, exclusivamente, pelo Direito Penal. Ou seja, pedindo vênias pelo termo talvez inadequado, há uma volúpia penal que, na verdade, apresenta para o Estado uma demanda que ele não dá conta, porque não tem dado conta de resolver. Não apenas porque é um círculo vicioso no sentido de que o aumento do encarceramento não diminui os índices de criminalidade, mas também e fundamentalmente porque o encarceramento - está provado pela história e por qualquer discurso que possa ser feito - não é método de resolução de conflitos sociais. Temos uma sociedade que educa para a violência, temos um sistema de ensino profundamente apartado de qualquer esforço que se faz no sentido do combate à violência, temos uma mídia absolutamente reprodutora dos valores mais torpes, mais ligados ao entulho do que foi a ideologia da ditadura militar. Mas achamos, ainda hoje, mesmo alguns que amávamos tanto a revolução, que o Estado solucionará um problema como esse encarcerando as pessoas. A sociedade civil precisa colocar em questão o encarceramento como método de conflito. Não vou falar do custo social de presos, não vou falar do fato de que o índice de reincidência no Brasil é em média de 45% e em algumas regiões alcança 80%, não vou dizer que o Executivo não tem cumprido sua parte para criar os sistemas de fiscalização das penas alternativas à pena privativa de liberdade para que o Juiz possa se sentir mais seguro para aplicar uma pena alternativa. O que pretendo colocar em discussão é que precisamos questionar o que reivindicamos como método de resolução de conflito social. Ai, a meu juízo, podemos aparelhar a polícia, construir centenas de penitenciárias, equipar o sistema de segurança pública com os melhores quadros, viaturas, metralhadoras, etc., que essa ciranda não será interrompida.

Precisamos atuar para mudar os valores do sistema penal e, ao mesmo tempo, para que o sistema de ensino e a mídia trabalhem por uma educação para a paz e não pela banalização da violência.

Quero finalizar agradecendo à Deputada Elaine Matozinhos e a todos os companheiros das organizações da sociedade civil, que hoje se soma a esse esforço. Esta, a meu juízo, não é questão simples, mas acho que sem essa reflexão não conseguiremos apontar caminhos eficazes para sua superação. Muito obrigado. (- Palmas.)

Palavras do Sr. Paulo Antônio de Carvalho

Exma. Sra. Deputada Elaine Matozinhos, a quem tenho a honra de saudar; demais componentes da Mesa e demais ilustres autoridades presentes; a violência realmente existe - e somos testemunhas disso -, mas quando houver pessoas preocupadas com a discussão desta questão e com a busca de soluções, certamente o problema será resolvido.

Parabenizo a Assembléia Legislativa por esta iniciativa, que consegue colocar aqui praticamente todas as entidades representativas da sociedade civil na discussão desta questão e na busca de soluções.

Vou procurar abordar a questão que está mais próxima da nossa atividade, como operador do Direito Penal da Comarca de Itaúna, como Juiz Criminal e Juiz das Execuções Penais. De início, concordo plenamente com as colocações do Dr. Franklin Higino Caldeira Filho, Promotor de Justiça, com quem tive a honra de trabalhar, por quase 5 anos, nessa Comarca, e com as colocações do Dr. Hélio Silva Júnior, Criminalista da Comarca de São Paulo, cujas ponderações e soluções endosso plenamente, visando objetivamente à busca de solução para o problema da criminalidade e da violência. Concordo também com o Dr. Franklin, quando disse que a solução para essa questão não está na modificação do sistema penal.

O Direito Penal não é panácea e não resolve problemas sociais. As causas dessa violência devem ser buscadas e atacadas. Não adianta tratar apenas os efeitos, porque não chegaremos a lugar algum. Acreditamos, ainda, que o Direito Penal e a Lei de Execução Penal de que dispomos é plenamente suficiente para o tratamento da questão. Essa legislação não está sendo mal aplicada nem mal executada. Conforme reconheceram juristas reunidos em Brasília, há menos de dois anos, uma das conclusões de um seminário sobre execução penal é que o sistema penitenciário brasileiro não cumpre a sua finalidade reeducativa, constituindo, pelo contrário, fator de realimentação da violência e da criminalidade. Todos sabemos disso. Vemos, diariamente, pela imprensa, rebeliões, motins, que entram nas nossas casas pela televisão, geralmente no horário do jantar.

Por que o sistema penitenciário realimenta a violência e a criminalidade, se a legislação é boa? Porque não há política para executar bem a Lei de Execução Penal. Por exemplo, no interior, temos condenados que deveriam estar em estabelecimentos adequados, mas permanecem em cadeias públicas, amontoados em celas, como é de conhecimento público. Muitas vezes, têm tomando conta deles apenas um Carcereiro, para 60 ou 80 presos.

É possível ressocializar 80 pessoas que já chegaram a essa situação porque não tiveram uma primeira educação eficaz, através de um Carcereiro totalmente despreparado para isso? Então, a nossa proposição é de apenas uma vontade política e de uma reformulação do que está aí. Acreditamos que a maioria dos condenados poderia cumprir a pena junto ao seu núcleo familiar e social. Nas próprias cadeias das comarcas, que poderiam ser reequipadas e preparadas para essa finalidade com muito menos recursos do que os exigidos para a construção de penitenciárias. Com essa solução, evita-se o rompimento desse vínculo social e familiar e convoca-se a sociedade para participar desse processo de ressocialização.

Os senhores poderiam perguntar se isso é possível. É possível em qualquer comarca. Sempre que conversamos, perguntamos se, em Belo Horizonte, isso também é possível. É claro que sim. Mas é lógico que não se deve construir, em Belo Horizonte, uma penitenciária para 10 mil condenados. Tem que haver presídios menores, setoriais e próximos ao núcleo social e familiar, que pode trabalhar com esse preso no processo de reeducação.

E as penitenciárias? Essas continuariam, porque, para a criminalidade violenta, exige-se uma terapêutica mais eficaz e mais adequada. Então, as penitenciárias já existentes seriam suficientes, hoje, no Estado, pelo menos, para acolher os condenados da criminalidade violenta. Os presídios, no interior, por sua vez, poderiam ser preparados para a execução das penas nas próprias comarcas, com a colaboração da comunidade.

Os senhores perguntam se é legal a participação da comunidade na execução das penas. É legal, sim. Diz o art. 4º da Lei de Execução Penal que o Estado deverá recorrer à participação da comunidade na execução da pena. Prestem atenção ao verbo: deverá. Está no imperativo. O que os senhores conhecem de participação da comunidade na execução da pena, a não ser visitas pastorais? Isso é muito pouco. Precisa-se de muito mais.

Em Itaúna, temos uma experiência efetiva de participação da comunidade. Esse modelo foi importado de São José dos Campos, da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados. A própria comunidade construiu um presídio, o Centro de Reintegração Social, com capacidade para 100 condenados, que são chamados de recuperandos pelo método da APAC. Lá, não há Polícia Civil nem Militar. Podem perguntar: é legal? É legal.

Há uma lei estadual que proíbe o policial civil ou militar de atuar em presídio, porque tais policiais atuam na investigação e na prisão, o que deixa seqüelas na relação entre eles e o preso. Então, é inadmissível que o policial que fez a prisão ou o inquirido, indiciou, continue depois, na fase de execução, tomando conta do condenado. É lógico que não se chega a bom termo mantendo-se esse estado de coisas, quer dizer, o policial civil e militar deve ser utilizado na ação preventiva, e não na execução da pena.

Em Itaúna, temos uma associação civil com membros da comunidade, dos mais diversos setores, que gere o presídio junto com os próprios recuperandos. Se estivessem numa cadeia, estariam todos ociosos, no máximo fazendo algum artesanato. Lá todos têm atividades: por exemplo, os recuperandos trabalham na confecção da própria alimentação, no restaurante. Também plantam horta, legumes. E, no próprio regime fechado, há uma secretaria em que trabalham três, quatro ou cinco condenados, acompanhando eles mesmos as pastas individuais. Os próprios recuperandos acompanham seu processo de execução, estudam a legislação da execução penal, fazem os pedidos. É lógico que os pedidos não são encaminhados dessa forma. Antes, passam pela diretoria de voluntários, que vai examiná-los.

Vou encerrar. Meu tempo já está findo, mas, posteriormente, coloco-me à disposição para responder a outras questões. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Misael Avelino dos Santos

Quero agradecer à Dra. Elaine, mais conhecida no morro como Dra. Comfort, e às demais mulheres que estão aqui. Peço desculpas às pessoas pelas palavras que utilizei, porque não falo português. Moro num lugar fora do Brasil, que é o morro, onde se fala "favelês", que é o português errado, não falo como os senhores.

O que está sendo discutido é a segurança, e estou aqui desde a parte da manhã. Quero dizer que a segurança que precisamos ter - principalmente as pessoas que moram em vilas e favelas de Belo Horizonte, mais de 880 mil pessoas, pois existem 182 favelas aqui, o que equivale a 1/3 da população - começa pela diminuição da concentração de renda. O pessoal

do morro vive numa cadeia, uma prisão sem muros. Por que se discute segurança? As pessoas estão discutindo uma segurança e uma polícia para proteger bens e o dinheiro de quem tem poder aquisitivo. Discute-se o salário dos policiais, a unificação das polícias, mas, até agora, não se discutiu a igualdade de direitos para todos os seres humanos, independentemente do asfalto ou do morro. Existe um "apartheid" muito grande, e a guerra civil já começou, porque, às pessoas que moram no morro, é negada a educação de qualidade.

As pessoas acham que a polícia tem que proteger. Direto e reto, assistimos a um desfile militar, que não é o da Avenida Afonso Pena, nem o de Brasília, mas o que a polícia emprega nas comunidades. A violência gerada hoje, na nossa cidade, é de responsabilidade de um regime - vou usar a palavra utilizada há muitos anos pelo Deputado envolvido na corrupção do sindicato - arcaico. A Polícia Militar, principalmente, tem seu Comando igual ao do tempo do império, que tem duzentos e vinte e tantos anos. Eles não respeitam, levam o mau exemplo. A juventude que hoje mora nas vilas e favelas de Belo Horizonte espelha-se naquilo que está mais perto. Essa violência é gerada não só pela Polícia Militar, mas também pela ausência do Estado nas vilas e favelas, porque não existem faculdades municipais, existe uma faculdade federal na cidade de Belo Horizonte e várias privadas, sendo que a primeira é ocupada por quem tem dinheiro e poder aquisitivo para fazer um bom curso pré-vestibular. Ninguém discute essa violência, porque não tem coragem, porque ninguém quer dividir lucros e direitos. Todos os senhores discutem a proteção dos bens próprios, mas os cidadãos que movem esta cidade, que moram lá, em cima, e têm a mão-de-obra mais barata do mundo, a mais escrava, continuam tendo o direito de não ter segurança, porque a segurança de que precisamos é a de ter direitos iguais.

Hoje, esta Assembléia está fazendo um papel legal. Os favelados avançaram. O Deputado Anderson Aduato, a Dra. Elaine e várias pessoas convidaram-me para estar aqui, para discutir essa "parada". Não vim aqui para chamar a polícia para ninguém do morro, pois essa não é a minha prática. Nasci e fui criado no morro, tenho 40 anos. Não tenho o corpo marcado por bala, mas já tive amigos que viram o cérebro de um outro ser devorado por cachorro. Levanto de manhã e vejo um corpo. Há ruas no meu bairro pelas quais não posso passar, porque possuem segurança privada dos "caras". Cada um constrói uma prisão de 10m de altura, com fuzil de repetição nas mãos, com um favelado para tomar conta. A família deles fica ao léu, no meio da violência. Discutem-se aqui salários exorbitantes; a polícia possui não sei quantos Coronéis; o Estado tem 10 mil policiais e oitocentos e tantos municípios, mas nunca foi discutido o direito daquelas pessoas que elegem e fazem o Poder Legislativo existir. Eles esquecem que aquelas pessoas não querem ter o direito apenas de ir à escola de boa qualidade. Não adianta mostrar para os americanos que, com uma população de 100 mil pessoas, o índice de violência é baixo. Quem caiu foi meu vizinho, ou seja, foi gente minha. O aparato é grande.

Onde moro, que é a maior favela de Belo Horizonte, não há fábrica de armas nem fábrica de cocaína, mas existe isso tudo. A segurança que querem mostrar para o povo é um helicóptero que sobrevoa a favela um dia e um acampamento com vários soldados por três dias. "Angu de um dia só não engorda cachorro". Queremos ter direito à presença do policial ser humano, porque não existe, na favela, a segurança que estão discutindo para proteger patrimônio. Moro na favela há 40 anos e, em "levar geral", tenho doutorado. Tudo que os senhores já cursaram em academias, cursei levando "baculejo" de polícia. Nunca tive problema nenhum.

Somente um soldado, em 40 anos, reconheceu-me como cidadão. Nunca me esquecerei desse dia. Tiro o chapéu para esse policial. Estava com meu cabelo baixo, cortado como policial. Talvez, por isso, ele me parou e deu-me boa-noite. "O senhor é policial?" Respondi que não. "Então, farei uma busca para a sua segurança e para a minha." Ele só fez isso. Normalmente, todos apanham, com a autorização do Poder Legislativo, porque quem exerce o comando da polícia tem um ensinamento arcaico, de duzentos e tantos anos.

No dia em que cheguei aqui, um rapaz ofendeu mais de 800 mil pessoas. Ele falou que, para dar segurança para aos motoristas de táxi, a polícia teria de estar mais aparelhada, porque os adolescentes seriam os futuros ladrões de motoristas de táxi. Isso é uma violência. Defendo a favela, porque é a minha terra natal. Não nasci em Belo Horizonte, nem em São Paulo, nem no Brasil. Nasci no morro. As pessoas têm de entender que o ser humano precisa de segurança, para que não fique essa guerra entre asfalto e morro. Quem não tem poder aquisitivo são os mais massacrados. Passam pelo social e pelo dever do Estado as carências do morro. O Estado não pode confundir: assistência social não significa assistencialismo, ou seja, dar cesta básica e escola de má qualidade, para que as pessoas do morro não possam ter a mesma oportunidade dos senhores. Era isso o que tinha a dizer.

Esclarecimentos sobre os Debates

A Sra. Presidente - Vamos conceder a palavra aos Deputados e aos participantes que desejarem formular perguntas aos ilustres expositores. As perguntas poderão ser feitas por escrito ou oralmente. Os telespectadores poderão formular suas perguntas pelos telefones 0800-310888 e 290-7633, ou por fax, cujos números são 290-7948 e 290-7613. O código de área é 31.

Será concedido o tempo de 10 minutos para a participação ao vivo de representantes de municípios que se encontram nas salas de teleconferência cedidas pela TELEMAR, nas cidades de Pouso Alegre, Governador Valadares, Divinópolis, Conselheiro Lafaiete, Montes Claros e Varginha.

A Presidência solicita aos participantes que fizerem uso do microfone que sejam objetivos, sucintos, estando dispensada a formalidade das saudações pessoais. A cada Deputado ou participante, será concedido tempo de 3 minutos para a intervenção. Aos expositores, será concedido o mesmo tempo para resposta. Solicitamos a todos que se atenham ao tempo determinado, para que o maior número possível de pessoas possa participar dos debates.

Debates

A Sra. Presidente - Vamos ouvir as propostas do Município de Conselheiro Lafaiete.

O repórter (Sr. Carlos Menezes) - Conselheiro Lafaiete gostaria de lembrar as principais sugestões apresentadas na parte da manhã, sobre segurança pública: mudanças no Código Penal e de processo penal; crescimento dos Juizados Especiais Criminais, com ampliação de competência; criação do responsável pela condicional, para cuidar de penas alternativas; unificação das polícias; criação de uma nova polícia desmilitarizada, com a garantia de inamovibilidade; independência financeira para essa nova polícia; criação da Escola Superior de Segurança Pública. Vamos ouvir o coordenador dos debates na cidade, Deputado José Milton.

O Deputado José Milton - Cumprimento a Deputada Elaine Matozinhos pela direção dos trabalhos na parte da tarde, os Deputados e Deputadas e os demais participantes em todo o Estado.

Queremos falar do envolvimento da comunidade desta cidade no combate ao crime. O trabalho pela segurança é um tema interessante e importante. Em Conselheiro Lafaiete, podemos garantir que todas as entidades estão envolvidas nesse processo. Estão participando o Juiz Diretor do Fórum, Dr. José Luiz, o Promotor de Justiça, o Presidente da OAB, o Delegado Regional da Polícia Civil, a 8ª DRE, a SRE, o Conselho Tutelar, a Pastoral da Criança, a AMALPA, a Federação das Associações, o Lions, o Rotary, a Loja Maçônica, o Sindicato do Comércio, enfim, todas as entidades que representam a sociedade lafaietense. Entendemos que a participação da comunidade é fator decisivo para a melhoria da segurança no nosso Estado.

Queremos apresentar algumas sugestões, feito de consenso: penitenciárias com menos presos para melhor funcionamento, fim da ociosidade nos estabelecimentos penais, afastamento da polícia dos estabelecimentos penais, extensão do sistema APAC aos estabelecimentos de internação de menores infratores. Com o apoio da Associação Cristã de Moços, estamos, numa iniciativa do nosso Juiz, criando a APAC de Conselheiro Lafaiete, a fim de desenvolver trabalho idêntico ao que vem sendo realizado, de forma maravilhosa, na cidade de Itaúna. Continuando: a ampliação do sistema APAC, com o apoio dos Estados e dos municípios a todas as comarcas onde existirem unidades prisionais, fim do cumprimento de quaisquer penas em cadeias públicas, assistência permanente jurídica, religiosa e de saúde em qualquer estabelecimento de reeducação penal, pagamento ao preso pelo trabalho prestado e de taxa de hospedagem quando estiver recolhido, aumento da competência do colegiado de pais em relação à segurança das escolas de seus filhos. Essas são nossas sugestões.

Finalizando nossa participação, passamos a palavra a um dos nossos coordenadores, Dr. José Aluizio, para que faça suas considerações finais.

O Sr. José Aluizio - Minas Gerais não tem estabelecimento penal apropriado para cuidar de menores infratores doentes físicos ou mentais. Trata-se de grande problema porque não podemos colocá-los em qualquer lugar, para sua recuperação. Propomos, no mínimo, que se dê condições de tratamento ambulatorial para menores infratores, que sofram de qualquer modalidade de doença mental. Por essa razão, estamos entendendo que o sistema APAC para os maiores, que cometeram crimes, é tão bom, que deve ser estendido, em todo o Estado, aos menores infratores que se encontram internos. Deve ser feito um estudo, em cada comarca, para aproveitarmos um sistema que está dando tão certo na cidade de Itaúna, sob a direção do Dr. Paulo Antônio de Carvalho, Juiz criativo e dedicado à causa pública.

A Sra. Presidente (Deputada Elaine Matozinhos) - Após as importantíssimas considerações de Conselheiro Lafaiete, vamos ouvir as propostas do Município de Pouso Alegre.

O repórter (Sr. André Werlang) - A teleconferência está promovendo grande mobilização em Pouso Alegre, no Sul de Minas. Representantes de entidades, de associações, do poder público e de órgãos de segurança, inclusive de cidades vizinhas, participam, desde o início da manhã, dos debates e continuam, na sala da TELEMAR, acompanhando, com atenção, as discussões sobre violência e segurança pública promovidas pela Assembléia Legislativa. Os participantes têm apresentado sugestões, questionado as colocações de conferencistas e contribuído, de forma democrática, para a redução da violência, hoje uma realidade nos grandes centros e nas cidades do interior. Vamos ouvir o coordenador dos debates na cidade, Deputado Chico Rafael.

O Deputado Chico Rafael - Sra. Presidente, componentes da Mesa e demais participantes desse evento, discutindo e conversando com os nossos amigos, Delegados, Juizes e Promotores, entidades representativas do segmento civil em Pouso Alegre, temos algumas colocações e indagações a fazer.

Perguntamos ao Sr. Antônio Augusto: ouvimos atentamente as suas sugestões a respeito do Plano Nacional de Combate à Violência e podemos notar que existem mecanismos extremamente positivos. Mas qual é a origem de toda a violência que vivemos no País, hoje? Será que existe somente por ausência de estrutura no combate à violência ou porque não temos uma sociedade justa, com um justo equilíbrio na distribuição da riqueza? Não estamos vendo o que está acontecendo em morros e favelas, como foi colocado pelo nosso amigo Misael Avelino. Esse Plano tem como objetivo apenas reprimir a violência ou tem também mecanismos para se evitar a violência, trabalhando na causa, que todos sabemos que é a ausência de geração de trabalho e renda. Existe algum mecanismo nesse Plano que gere trabalho e renda, principalmente para os segmentos mais sofridos da nossa sociedade?

Um segundo ponto: estamos vendo que foi proposta pelo Governo Federal uma reestruturação do Código Penal e do processo penal. E, pelo que podemos constatar, foi apresentada a solução dos "sursis". Será que não estaríamos agravando as penas, aumentando a punição em detrimento de um trabalho de recuperação de nossos condenados, de nossos acusados, e até mesmo um retrocesso no que diz respeito à aplicação das penas alternativas?.

Pergunta dirigida ao Dr. Paulo Antônio de Carvalho: "Como as associações comunitárias podem participar da execução penal e da ressocialização dos condenados?".

Pergunta para a Dra. Jaqueline Muniz: "Existe uma lei em nosso Estado, aprovada no ano passado, um projeto de lei de nossa autoria, que tem como objetivo tornar obrigatório o ensino sobre dependência química, sobre o uso de tóxicos nas escolas públicas e privadas de Minas Gerais, com o objetivo de preparar os nossos jovens para enfrentar o flagelo das drogas, com o entendimento de que é mais barato investirmos na prevenção do uso da droga do que no combate ou no tratamento de pessoas drogadas. Qual é a sua posição e como vê a possibilidade de se estender determinada disciplina nas nossas escolas para o ensino aos nossos jovens, com o objetivo de prepará-los para enfrentar o mundo das drogas?".

Eram essas as considerações e os questionamentos que tínhamos. Esperamos que a comunidade de Pouso Alegre tenha dado a sua parcela de colaboração para o sucesso desse evento.

O Sr. Antônio Augusto Junho Anastasia - Muito obrigado, Deputado Chico Rafael. Vou apropriar-me de uma frase do Ministro da Justiça, José Gregório. Indaga: "Por que Caim matou Abel?". E indagamos, por que a violência? A resposta é muito difícil. Por que o Brasil tem esse quadro de violência e a Índia, que tem um quadro social muito pior do que o nosso, tem uma situação de tranquilidade. Os Estados Unidos são uma nação rica, tem dados de violência tão graves quanto os nossos. É uma plêiade de informações, de circunstâncias de natureza cultural, social, econômica que levam a uma situação de violência, indubitavelmente agravadas pela droga, que, de maneira indiscutível, é um componente muito grave no aumento da violência. Mas, responder com precisão, de maneira objetiva, à queima-roupa, ao porquê da violência no Brasil seria muito difícil uma só pessoa, um só Governo, uma só coletividade conseguirem, até em comparação com outras nações e com outras circunstâncias.

Por que os índices de violência, no Brasil, há 30 anos, não eram tão ruins se os índices sociais eram piores que os de hoje? É difícil responder a isso. O dado objetivo é que, de fato, existe, portanto, tem de ser combatida. Como? E aí temos a indagação do Deputado de Pouso Alegre. Não bastam medidas repressivas, que cumprem ao Ministério da Justiça e às polícias e são exigidas pela sociedade, pois salta aos olhos que isso não soluciona o problema. É imprescindível a adoção - e o plano contempla esse aspecto - de medidas preventivas de natureza social. Também é claro que o desenvolvimento econômico contribuiu de modo decisivo para a mudança desse quadro.

O Sr. Paulo Antônio de Carvalho - Agradeço a intervenção da comunidade de Pouso Alegre. Com relação às possíveis formas de viabilização da participação da comunidade, diria que a nossa execução de pena é um faz-de-conta, expressão do Dr. Franklin, pois nada funciona, principalmente no que diz respeito à pena de regime aberto, ao "sursis", ao livramento condicional e às penas restritivas de direito, já que, na execução dessas penas, é fundamental a participação da sociedade. Aliás, no encontro em Brasília sobre execução penal o qual mencionei, chegaram à seguinte conclusão: "É imprescindível o envolvimento da comunidade, pois a ela interessa e dela depende a reintegração social do condenado". Portanto, a comunidade pode participar, inicialmente suprimindo as áreas que não estão funcionando. Pode se aproximar do Judiciário, através de associação civil e do conselho comunitário, e começar a fiscalizar o livramento, o "sursis", e a implementar as penas restritivas de direito, a prestação de serviço à comunidade, a limitação de fim de semana, etc. Em Itaúna, tudo isso funciona, porque a comunidade participa. Quando aplica pena de prestação pecuniária, o Juiz não deve se envolver, arrecadando o dinheiro e arranjando gente para comprar cestas para as entidades filantrópicas. Imponho a compra de material para determinada instituição, e o próprio condenado compra, leva, com a nota fiscal, e recolhe o recibo, pois, assim, verá a finalidade de seus atos. Nesse ponto, a comunidade pode se aproximar do Judiciário e implementar a execução nesse tipo de penas, em que o processo é mal-executado, normalmente, em todas as comarcas.

A Sra. Jaqueline Muniz - Prezado Deputado, parabéns sua iniciativa. Esses projetos da área de prevenção são extremamente importantes, justificando sua relação custo-benefício sua criação. As pesquisas desenvolvidas nessa área, particularmente na de contenção do uso e do abuso de drogas, dentro das escolas, ou em parceria com as organizações policiais, seja nos Estados Unidos, seja no Canadá, seja na Inglaterra, assim como vários projetos tópicos das PMS brasileiras, deram certo. A forma de avaliação desse programas não será quantitativa, mas qualitativa.

Finalizando, diria que a desinformação e o desconhecimento são as fontes privilegiadas da conduta violenta e do temor - o medo é péssimo conselheiro. Daí a importância de um trabalho de conscientização, através do qual poderemos constituir uma cultura cívica sólida, uma cultura cidadã.

Essas estratégias são substantivas, baratas, de melhor qualidade e produzem agentes multiplicadores, criando oportunidades de redes de controle social difuso bem mais eficazes que os mecanismos aparentemente repressivos, cuja ação é imediata, entretanto cara. Muito obrigada.

O Sr. Franklin Higino Caldeira - Gostaria de fazer breve relato acerca da suspensão condicional da pena, ou "sursis".

É um instituto que se originou na Bélgica, em 1888, sendo aplicado na França em 1891. Como não havia Internet, somente chegou ao Brasil em 1924. Em determinadas situações, como uma condenação pequena, e observados certos requisitos, o Juiz suspende os efeitos da condenação por determinado período, isto é, o período de prova, em que o condenado, chamado de surtirário, não é levado ao cárcere, não inicia o cumprimento da pena, que fica suspensa. É um excepcional mecanismo de combate à criminalidade, à reincidência. No entanto, no projeto de reforma do Código Penal, está prevista a extinção desse instituto. Com a Lei nº 9.714, que é a Lei de Penas Alternativas, esse instituto foi arranhado, porque há uma incidência cumulativa dessa lei com o "sursis". Contudo, esse mecanismo de suspensão da condenação pode e deve permanecer em nossa legislação. Será um grande erro a extinção do benefício surtirário, porque nunca o empregamos na prática. A suspensão condicional da pena é uma farsa, porque não existe, não é fiscalizada. O condenado recebe a medida, tem de comparecer mensalmente ao fórum para assinar um livro, o que, basicamente, é a única condição observada. Certa vez, um condenado disse-me que havia sido beneficiado por "sursis" e que o Juiz havia determinado que apresentasse duas fotografias, numa determinada data, em que seria realizada a audiência de advertência. Perguntou-me: para que as fotografias? Ora, sequer foi informado do alcance do benefício. Portanto, temos de aplicar o benefício, e não buscar a sua extinção.

O Sr. Presidente (Deputado Sargento Rodrigues) - Antes de passarmos para Montes Claros, faremos a leitura das perguntas que nos foram encaminhadas por participantes do Plenário.

Pergunta formulada pelo Sargento José Luiz Barbosa, da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais, dirigida ao Dr. Anastasia: "Apresenta-se o Plano Nacional de Segurança Pública como resposta válida à questão da escalada da violência e criminalidade. Percebemos, no entanto, que algumas medidas são provenientes de fatores circunstanciais com vistas à contenção, a exemplo do Compromisso nº 10 (redução da violência rural), mas não há previsão de uma medida concreta, como a reforma agrária. Por quê?".

Pergunta também dirigida ao Dr. Anastasia, formulada pelo Sr. Joelson Bassetti, da Ordem dos Cavaleiros da Inconfidência Mineira: "Por que, quando se fala em segurança e violência, os assuntos sempre são voltados para polícia, penitenciária, etc, e não para as causas, que são a desestruturação familiar, a falta de infra-estrutura básica, como condições dignas de trabalho, educação e assistência social?"

O Sr. Antônio Augusto Junho Anastasia - Sobre a violência rural, participei, ontem, de reunião com os Secretários de Segurança de Goiás e do Distrito Federal, que comentavam sobre o aumento exagerado do índice de violência rural, como os assaltos às propriedades rurais, zonas rurais, comunidades rurais. Esse dado está causando preocupações, porque, até então, existia situação de maior tranquilidade. Evidentemente, não significa que isso tenha algo a ver com a violência decorrente de reivindicações relacionadas à reforma agrária. São coisas totalmente distintas. Existem, porém, violências advindas dos conflitos agrários. Tanto que a Polícia Federal construiu um núcleo tão-somente para discutir esse assunto. Também a emenda de reforma do Judiciário está pretendendo federalizar os crimes que tenham conotação forte, especialmente na área agrária, como foi o caso do Eldorado de Carajás, porque, então, a Justiça Federal poderá avocar a matéria e julgá-la, talvez, com um pouco mais de isenção. Então, não há um dado imediato entre uma coisa e outra; ambas são violências na área rural e devem ser disciplinadas.

Quanto ao projeto de reforma agrária, continua em andamento. É um dado objetivo, ainda que para alguns não tenha a aceleração desejável, mas existem, igualmente, elementos objetivos que demonstram de modo cabal que o número de propriedades de famílias assentadas é bastante expressivo nos últimos anos.

Quanto à segunda indagação, que se refere à questão social, já disse e reitero que há, igualmente, por parte do Governo Federal e dos estaduais, a preocupação com a questão social e a da família. Dei exatamente esse exemplo, que é a criação dos núcleos de atendimento à família. Amanhã, à tarde, juntamente com a Secretária da Justiça, Dra. Ângela Pace, vamos assinar o primeiro convênio para a criação de núcleos de atendimento à família, para pessoas que estão cumprindo pena na penitenciária de Contagem, a fim de oferecer apoio às famílias dos presos. Vamos, também, levar a essas comunidades o Programa do Agente Jovem de Desenvolvimento Social. É claro que o Governo Federal não tem condições de fazê-lo sozinho, mas com os Estados federados e a sociedade civil.

Gostaria de citar um exemplo, oferecido pelo magistrado de Itaúna, de que é imprescindível a participação dessas organizações não só no acompanhamento dos presos como também no cumprimento e na fiscalização das penas alternativas. Toda reforma do sistema penitenciário necessariamente passará por um fortalecimento do sistema de penas alternativas, em que o Governo Federal está investindo, inclusive preparando agora um levantamento estatístico da sua aplicação pelos magistrados e pela sua fiscalização, quer pelo poder estadual, quer por organizações não governamentais.

O Vereador Betinho Duarte - Boa tarde a todos. Parabéns à Assembléia Legislativa e a todas as entidades que estão participando deste encontro. Estamos falando da violência e fazendo propostas para a sociedade. Tenho uma preocupação e, por isso, gostaria de apresentar cinco propostas. Minha preocupação se refere à violência e à pornografia que estão entrando nos nossos lares, sem que nós, pais, saibamos disso.

A televisão brasileira - e o Anastasia sabe disso - é uma das mais violentas do mundo. Não estou falando de programas para adultos, estou falando de programas infantis. Tenho uma pesquisa da ONU que diz que a televisão brasileira exibe 20 crimes por hora em desenhos animados. Não estou falando dos programas do Ratinho, do Leão, da Girafa, da Hebe Camargo, da "Suave Veneno", das novelas. Estou falando de desenhos animados. Em uma semana, Sargento, 1.432 crimes nas seis emissoras abertas. Na TV a cabo, pior ainda. Existe um desenho animado chamado "South Park"; vejamos o que diz sobre ele uma resenha publicada numa revista infantil:

"Um elefante faz amor com um porco. Após uma aula de genética, os escrotinhos de South Park tentam cruzar um elefante com um porco.

A mãe de Cartman é uma vagabunda suja. Cartman quer saber quem é seu pai verdadeiro; no entanto, só descobre o que toda a cidade já sabia: sua mãe é uma tremenda vadia.

O amante de frangos. O oficial Barbrady é obrigado a descobrir que é um maniaco que anda violentando sexualmente as galinhas de South Park."

Há uma novela que começou agora, em que as filhas estão gozando os pais porque eles trabalham 8 horas, ganham salário mínimo, e as suas filhas são prostitutas e ganham - por dia ou por programa - R\$2.500,00.

Assim, gostaria de fazer cinco propostas para a consideração dos presentes:

- aplicar-se a Portaria nº 07/73, de 1990, que exige a classificação etária nos programas de televisão. Não é possível termos uma portaria e não aplicá-la;
- aprovação de um código de ética para a televisão brasileira;
- proibição de todos os "games" violentos. Temos "games" cujo objetivo é atropelar velhinhos, crianças, negros, judeus. Completo assassinato;
- regulamentação da Internet. Não é possível que continue, na Internet, a pedofilia. Puxamos imagens de meninas de 7 a 10 anos fazendo sexo com cavalo e cachorro. Além da pedofilia temos drogas, exploração sexual de deficientes e pornografia.
- reforço na proibição de exibição de material pornográfico, violento, nas bancas de jornais.

Essas preocupações são com relação à nossa família, à sociedade e nossas crianças, que são indefesas e estão à mercê dessa violência e dessa pornografia.

O Sr. Antônio Augusto Junho Anastasia - Cumprimento o Vereador Betinho Duarte. Já acompanho a sua luta com relação a essas questões há algum tempo. Esteve em Brasília em diversas ocasiões. No que se refere a esses "games" violentos, obtive uma decisão judicial aqui, em Belo Horizonte, lamentavelmente cassada no Tribunal Superior, em Brasília, e naquele período, pelo menos, a Polícia Federal fez uma apreensão em todo o Brasil de diversos desses "games" que agora estão novamente autorizados por ordem judicial. O Ministério da Justiça, através do então Secretário de Direitos Humanos, hoje Ministro da Justiça, Dr. José Gregório, tem tido todo o empenho de trabalhar nessa linha. Há uma dificuldade, que é a questão da auto-regulamentação das emissoras. É um dos nós górdios que temos, em matéria de controle das emissoras de canais abertos, basicamente.

Mas já está redigida nova portaria sucedendo esta que está com o Ministro da Justiça e que deve ser editada nos próximos dias, robustecendo um pouco, atualizando a anterior e impondo a classificação.

Mas sabemos que isso não basta. É imprescindível que a família controle o que é adequado para suas crianças. Mas, de fato, é abordado pelo Vereador um dos temas nucleares da violência no Brasil, que é o estímulo que o jovem tem ao assistir esses programas e até jogando, como citou no exemplo, como sabemos, de carteiro assassino, etc.

Aquele caso famoso em São Paulo, do assassinato no cinema, foi tirado de um "game" - é exatamente o mesmo. Isso demonstra, por si só, que deve ser proibido. Temos que chegar a essa fase. Agora, sabemos que essa proibição leva a uma segunda discussão de auto-regulamentação - alguns falam que é censura -, mas não percebem o significado e a importância disso, a luta que encampa e com vários outros segmentos tem o respaldo, o aplauso e a manifestação de apoio da pasta da Justiça.

O Sr. Presidente - Vemos que a segurança pública é muito complexa. Cada vez que temos sugestões, entendemos que temos de estar abraçados a todas as causas. Está aí mais um dos pontos polêmicos, enquanto pais e mães devem estar atentos a que programas os nossos filhos estão assistindo e controlando até a questão da Internet, para saber o que é prejudicial à sua formação e caráter.

Vamos ouvir as propostas de Montes Claros.

O repórter - Representantes de várias cidades continuam acompanhando atentamente a teleconferência do auditório da Telemar no Norte de Minas. Estão participando algumas associações, como a Associação Filantrópica dos Bairros Santa Efigênia e Jardim Eldorado, o Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente, representantes do Poder Executivo, do Legislativo e da Polícia Civil. Vamos ouvir o coordenador dos debates na cidade, Deputado Carlos Pimenta.

O Deputado Carlos Pimenta - Eu queria, neste momento, cumprimentar o Deputado Sargento Rodrigues, que está presidindo esta parte dos debates sobre a segurança pública em Minas Gerais. Na pessoa do Deputado, quero cumprimentar também todos os convidados que vieram fazer suas palestras e dispuseram-se a responder às indagações do Plenário da nossa Assembléia, em Belo Horizonte, como também das cidades que estão participando deste evento.

Da mesma forma como fizemos na parte da manhã, antes de passarmos aos questionamentos feitos aos nossos convidados, gostaria também de apresentar algumas sugestões que foram fruto de uma discussão que surgiu aqui, pela manhã, diretamente desta teleconferência. Temos aqui agora representantes de associações de bairros, Vereadores da Câmara de Montes Claros, lideranças comunitárias que estão aqui juntamente com o representante da Secretaria da Segurança Pública, a quem rendo, mais uma vez, nossas homenagens pela participação.

Em primeiro lugar, como forma de sugestão, queremos chamar a atenção do Governo do Estado para a necessidade de se regulamentar uma lei importantíssima, aprovada pela Assembléia Legislativa: a instituição do Programa de Ronda Escolar. É um programa importante que terá a participação da Polícia Militar, da Polícia Civil e a parte educativa da Secretaria de Estado da Educação com vistas a orientar nossos jovens, a dar segurança à nossa juventude, aos nossos estudantes, e, principalmente, a tirar da porta das nossas escolas o traficante, aquela pessoa que está vendendo a bala e o chicletes, mas que também está induzindo os nossos jovens à iniciação em drogas como a cocaína e a maconha.

Gostaria, também, dentro dessa chaga que hoje tem levado preocupações constantes à segurança pública, com vistas a coibir o narcotráfico, de dizer que sou membro de uma CPI da Assembléia Legislativa, que está em pleno vigor, juntamente com o Deputado Sargento Rodrigues, e sabemos hoje que o mais importante é coibir o narcotráfico. As regiões mais distantes são corredores de pessoas inescrupulosas que trazem a droga. O interessante, ficou comprovado na CPI, é que essa coibição é fácil de ser feita, é só prender as pessoas que transportam a droga no meio de cargas em caminhões, droga que tem liquidado com famílias e com a nossa juventude.

Outra sugestão que queremos passar é de apoio a instituições importantes. Aqui em nossa cidade, temos a Guarda Mirim, uma instituição extremamente importante, que prepara o jovem, que faz com que o jovem tenha seu emprego, que seja reintegrado na sociedade. Estamos observando que essa Guarda Mirim, que tem também a participação da Polícia Civil, na pessoa da Delegada Neuza e também de outros Delegados, passa por grandes dificuldades, e não sabemos a quem recorrer, em qual porta bater para acudir instituições dessa natureza.

Quero passar, neste momento, às indagações feitas aos nossos convidados. Tenho quatro perguntas a serem feitas ao Dr. Anastasia, Secretário Executivo do Ministério da Justiça. O senhor disse que amanhã estará reunido com a Secretária da Justiça do Estado, Dra. Ângela Pace, para assinar alguns convênios. Gostaria de perguntar, e quero aplaudir daqui a pouco, se, dentro desse protocolo de assinatura, está previsto o repasse de recursos para a implantação efetiva em nosso Estado dos seis Centros de Reeducação do Menor Infrator. Seriam em Montes Claros, Betim, Uberaba, Poços de Caldas, Juiz de Fora e Varginha. Essa é a grande reivindicação da sociedade montes-clarenses. É uma reivindicação da Câmara Municipal há vários anos e sabemos que em nossa cidade o problema do menor infrator é gravíssimo. Já passou da hora de o Centro de Reeducação do Menor Infrator ser instalado. Gostaríamos de reforçar essa solicitação da sociedade montes-clarenses.

Faço também ao Dr. Anastasia mais duas perguntas. Primeiro, acreditamos que o aumento do efetivo de policiais civis e militares é necessário, como também a criação de guardas municipais. No entanto, a situação econômica financeira dos municípios do Estado é caótica. O Fundo Nacional de Segurança prevê recursos para essa finalidade?

A terceira pergunta é a seguinte: O Plano Federal de Segurança Pública contempla poucas medidas na área social. Como, então, resolver o problema dos egressos, para inseri-los no mercado de trabalho e novamente na sociedade?

A última pergunta é dirigida ao Dr. Paulo Antônio de Carvalho, Juiz de Direito de Itaúna, e refere-se a uma das nossas preocupações - acreditamos que o mesmo problema ocorre em outras regiões de Minas e do País. Há uma resistência muito natural da população à construção de cadeias e presídios próximo das cidades. Como vencer essa resistência? Ao lado dessas indagações, queremos parabenizar mais uma vez a sociedade mineira, por intermédio da Assembléia Legislativa, a qual já anda tão desacreditada e sobressaltada com relação à segurança pública. O nosso povo muitas vezes conta apenas com a fé, com a reza: quando sai de casa, reza pela sua vida e pela de seus familiares, e, quando chega à noite, reza por estar vivo nesse momento.

Dessa forma, encerro a nossa participação aqui de Montes Claros, esperando que esse exemplo que a Assembléia está dando possa ser encaminhado ao interior para uma discussão mais ampla com a sociedade, principalmente com as Câmaras Municipais, com o povo em geral, que já elegeu a segurança pública como prioridade. Não se trata de prioridade apenas da Capital, é também prioridade do interior do Estado de Minas Gerais.

O Sr. Antônio Augusto Junho Anastasia - Cumprimento o Deputado Carlos Pimenta e a comunidade de Montes Claros pelas suas justas indagações. Esclareço, com referência à proposta apresentada pelo Governo de Minas quanto ao Centro de Reeducação dos Adolescentes em Conflito com a Lei, na terminologia do Estatuto, que de fato há uma pretensão do Governo em apoiar essas medidas. No entanto, como recebemos esse projeto há cerca de 30 dias, o Orçamento da União, para o ano 2000, exercício corrente, não prevê esse tipo de ação.

Estamos cuidando de incluir essa ação no orçamento do ano 2001, que está sendo feito agora, em processo de elaboração. Tenho a convicção de que, no próximo orçamento, teremos condições de espraizar esse modelo não só no Estado de Minas, mas também em outras unidades da Federação. Então, amanhã, não assinaremos um convênio sobre esse tema, porque não há dotação orçamentária. Lembro ainda que os recursos do Fundo Penitenciário, os quais estão todos liberados, não podem ser alocados para esse tipo de obra. De acordo com a legislação que o instituiu, esse Fundo Penitenciário só pode ter seus recursos alocados para construção de unidades penitenciárias. Não é o caso desse centro de reeducação dos adolescentes em conflito, que tem um propósito completamente diferente, mas igualmente urgente.

A partir do próximo ano, o orçamento federal terá condições de apoiar os Estados. É sempre bom lembrar que essa responsabilidade é comum, ou seja, é da União, dos Estados federados e também dos municípios, na medida em que se trata da execução do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Quanto à segunda indagação, o Fundo Nacional de Segurança Pública não pode arcar com custeio de organizações policiais, estaduais nem da guarda municipal. De acordo com a medida provisória que o instituiu, podemos arcar com gastos de instalações, de equipamentos, com treinamento e qualificação. Mas o custeio comum, que inclui remuneração e gratificações, é vedado pela lei e também pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Temos condições de apoiar as guardas municipais que tenham projetos específicos em áreas conturbadas na segurança pública.

Com relação à terceira indagação, ousaria discordar, com muito respeito, do Deputado, quanto ao fato de haver poucas medidas na área social, no plano. É claro que, por ser um plano de segurança, tem uma expressão maior na área repressiva. Mas também existem, entre as 124, algumas dezenas de ações na área social, não só da assistência, como também do Ministério da Saúde, o Bolsa Escola, do Ministério da Educação, programas do Ministério do Esporte e Turismo. Temos a convicção plena de que, no âmbito do Governo Federal, não bastam - e repito isso pela enésima vez - ações repressivas. É fundamental haver de fato uma ação preventiva.

Com relação a egresso, já temos alocação imediata de 100 telessalas em 8 Estados para qualificação de 2º grau dos presos nas penitenciárias, com recursos do FAT. Diversos projetos como esses estão em andamento, com recursos do fundo penitenciário e de outros fundos federais.

O Sr. Paulo Antônio de Carvalho - Parabenizo a participação de Montes Claros e a intervenção do Deputado Carlos Pimenta.

Com relação à resistência da comunidade em aceitar presídios, isso é natural e realmente existe, com inteira razão: nenhum de nós quer, perto de casa, um presídio que vá abrigar condenados de outros lugares.

Em Itaúna, quando foi implantado o Centro de Reintegração Social, numa reunião realizada no Fórum, um dos compromissos assumidos foi o de que esse Centro seria destinado a condenados de Itaúna. E acho que essa idéia deve ser trabalhada.

Então, em Montes Claros, se for construído um presídio, que seja destinado a condenados de lá, porque são um problema daquela sociedade. As pessoas nasceram ali, foram bem ou mal-educadas ali, e a sociedade é que deve trabalhar esse processo de reeducação. Se a sociedade que gerou esse condenado não o fizer, quem o fará?

É um processo difícil, porque ainda achamos que o preso é a escória, é o lixo que tem que ser escondido embaixo do tapete. A sociedade precisa ser trabalhada para ver que, bem ou mal, não existe pena de prisão perpétua nem de morte, e, amanhã, o condenado poderá voltar ao convívio social. Que trabalhemos, então, para que volte bem e assuma seu papel na família e na sociedade. Esse é um comportamento que a sociedade tem que assumir.

O Sr. Presidente - Agradecemos, mas também temos uma sugestão. Com a CPI do Narcotráfico, estamos deparando com vários tipos de problemas dessa natureza. Há a discussão de que cada município, ao atingir determinado número de habitantes, crie a sua penitenciária. E isso deveria estar previamente estabelecido em lei.

Vamos ouvir as propostas do Município de Governador Valadares.

O repórter (Sr. César Luz) - Na sala de videoconferência da TELEMAR, em Governador Valadares, há várias entidades, o que se faz medir pelas perguntas que serão encaminhadas à Assembléia Legislativa.

Passarei a palavra ao Presidente do Lions de Governador Valadares, Sr. Nacib Carvalho Elau. Na seqüência, o Delegado de Polícia também encaminhará uma questão.

O Sr. Nacib Carvalho Elau - Boa-tarde, Deputado Sargento Rodrigues, por meio de quem cumprimentamos toda a Mesa e todos os participantes da teleconferência. Agradeço o convite endereçado ao Lions Clube e às outras entidades, parabenizando a Assembléia Legislativa por esse grande evento.

Pergunto ao Dr. Antônio Augusto Anastasia: vi, na parte de sugestões e propostas relativas à política de segurança pública, um item muito interessante, que é o apoio legal, material e moral às polícias. Gostaria de saber o que vem sendo feito nesse campo, inclusive a questão do preparo.

O companheiro Misael disse que algumas abordagens são feitas de maneira não conveniente pela polícia. Então, o que vem sendo feito quanto ao apoio legal, material e moral às polícias?

Ainda faço outro questionamento. Estive, há alguns dias, fazendo um trabalho numa penitenciária em Minas Gerais. Conversando com alguns detentos, percebi que já cumpriram a pena e estão esperando a liberdade, justamente por causa do acúmulo de processos. O Estado não tem condições de arcar com mais advogados para poder agilizar esse processo. Assim, gostaria de saber o que vem sendo feito com relação a isso. Obrigado pela oportunidade de participar.

O Sr. Édson Ferreira da Silva - Boa-tarde ao Deputado Sargento Rodrigues. Meu nome é Edson, sou Delegado da Regional de Valadares. Muitas pessoas criticam o inquérito policial, mas ninguém percebe que é uma peça importantíssima, tanto que serve de instrumento para que o Promotor de Justiça ofereça sua denúncia e o Juiz julgue com base no policial. Que o senhor, que já foi policial e vem sendo nessa labuta, aqui retomasse ao Delegado de Polícia para ajuizar mandado de busca e apreensão para agilizar o inquérito policial e nossas investigações.

Quero dizer também que foi criada a Ouvidoria da Polícia. Sou da opinião de que seja criada uma ouvidoria da segurança pública para abranger todos os segmentos, como policiais, Juizes, Promotores de Justiça, etc., com seu efetivo de trabalho independente. Essa ouvidoria serviria para aprimorar estudos e estratégias conjuntas para uma melhor aplicação da segurança pública.

Também sou da opinião de que os presos precisam ter um acompanhamento não só de seus Diretores de educação nas cadeias públicas, mas também um acompanhamento básico em relação a assistente social e psicólogo. E não só os detentos, mas também seus familiares, empregadores e amigos mais próximos, para que os empregadores não tratem os detentos como presos e com indiferença, mas como empregados. Acho que falta um trabalho social e psicológico com o preso, sua família, o empregador e seus amigos mais próximos, para que ele não seja tratado com indiferença e possa ser reintegrado à sociedade.

O Estado deveria providenciar, de imediato, a documentação para o preso: carteira de trabalho, identidade, título de eleitor, etc., para que ele possa se reintegrar na sociedade e até mesmo com a criação de uma mão-de-obra especializada. Muito obrigado pela atenção. Está de parabéns a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais por esta iniciativa e preocupação com a violência que há em nosso Estado.

O repórter - Agradecemos ao Delegado Édson Ferreira da Silva, que também representa a Delegacia Regional da Segurança Pública de Governador Valadares, e ao Presidente do Lyons. Passo a palavra ao Ten. Alexandre, do 6º Batalhão de Polícia, que também encaminha seu comentário.

O Ten. Alexandre - Boa-tarde ao Deputado Sargento Rodrigues e à Mesa. Parabéns pela iniciativa! Quero fazer duas asserções. A primeira é a respeito do desvio de função que atinge os policiais militares do Estado em todas as dimensões e localidades e que estaria, mais diretamente, dizendo respeito ao policial militar empregado na guarda de cadeias públicas. Em Governador Valadares, temos, aproximadamente, o efetivo de uma companhia de 130 policiais militares empregados na guarda de cadeias públicas. Quero deixar o assunto em aberto à Mesa para comentários a respeito.

A segunda asserção é a respeito do trabalho realizado no combate ao tráfico e ao uso de drogas. Posso responder por Valadares. Aqui tivemos, recentemente, um curso que a Polícia Militar organizou, envolvendo 80 educadores do 1º e 2º graus, que foram capacitados a detectar os problemas de drogas nas salas de aula e a trabalhar o problema preventivamente junto aos pais de alunos. O aluno jovem é o principal alvo dos traficantes de drogas. Quero saber se esse trabalho de prevenção e educação, além do de repressão que é feito pelas polícias, também é previsto em alguma proposta da Assembléia Legislativa. Obrigado.

O repórter - Vamos ouvir o Deputado José Henrique, coordenador dos trabalhos em Governador Valadares.

O Deputado José Henrique - Boa-tarde Deputado Sargento Rodrigues, demais membros da Mesa e participantes desse debate. Agradeço a efetiva participação da sociedade de Governador Valadares e das várias representações de instituições não governamentais do poder público e da sociedade. Daqui partirão algumas sugestões que levaremos à Assembléia Legislativa e a um futuro seminário que será realizado em Belo Horizonte. Ouvi os comentários do Juiz Paulo Antônio e do Dr. Hélio Silva, quando se referiram ao sistema prisional e a alguns modelos que já funcionam e que servem de exemplo para a melhoria desse sistema. Ouvimos o comentário do Tenente, e é bom lembrarmos que, com a CPI, estivemos, por duas vezes, na região Leste e em Governador Valadares, recebendo várias denúncias envolvendo o sistema prisional da cadeia pública de Governador Valadares, onde houve desvios de conduta de agentes públicos que trabalham nas penitenciárias. Na penitenciária de Ipaba e Paca, houve, também, desvio de conduta e problemas que afastaram os agentes da administração dessas penitenciárias, pessoas inescrupulosas e despreparadas para o exercício da função. Portanto, com relação à questão da segurança pública, a questão prisional deve ser levada em consideração. A sociedade deve participar, apresentando propostas para que o sistema prisional melhore. Farei pergunta ao Dr. Antônio Anastasia com referência ao Plano Nacional de Segurança Pública. A Assembléia Legislativa está fazendo um debate em que a sociedade mineira, de várias regiões, é ouvida. Por que o Governo Federal, na elaboração do Plano, não optou por ouvir intensamente a sociedade civil brasileira, estabelecendo-se, assim, um modelo de construção, de baixo para cima, a partir de audiências públicas nacionais? Como informou o General Alberto Cardoso, na parte da manhã, por que apenas as autoridades policiais e governamentais participaram desse Plano? Por quê não passou por um debate nacional? A Assembléia mineira está dando uma contribuição, mas esse plano já terá um início de execução, ou seja, há ações para a construção de penitenciárias e de aparelhamento das Forças Armadas com relação às fronteiras e ao apoio a projetos estaduais à construção de penitenciárias. Por que não ouviram a sociedade? Como ouvimos do membro da Rádio Favela, Misael Avelino, a sociedade quer ser ouvida e quer participar.

O Sr. Antônio Augusto Junho Anastasia - Cumprimento a comunidade de Governador Valadares e o Deputado José Henrique.

O Plano Nacional de Segurança Pública tem como um dos seus eixos a qualificação do agente policial. É comezinho que isso é imprescindível. Não basta o policial ser concursado ou ter remuneração digna. É preciso ter qualificação no exercício da sua função. O Governo Federal, sabendo da importância disso, abriu uma linha de ação voltada para isso. Vamos qualificar ainda neste ano 400 turmas de instrutores. É claro que o Governo Federal não pode levar todos os policiais militares e civis a Brasília para fazer uma qualificação em sua Academia Nacional da Polícia Federal, mas vamos formar monitores que levem o que aprenderem para os seus Estados respectivos. Isso já está sendo feito. Já formamos mais de 800 instrutores, especialmente na área de direitos humanos e cidadania, em cursos específicos de áreas de polícias predeterminadas.

Estamos também reformando a Academia para receber esses contingentes das polícias estaduais, sem contar a qualificação dos próprios agentes policiais federais, quer sejam da Polícia Federal, quer sejam da Polícia Rodoviária Federal.

É imprescindível o que não foi dito com muita força, mas é fundamental no Plano. A proposta governamental, com o apoio dos Estados - aparentemente há esse respaldo -, que é considerado passo indispensável, introduz no Brasil - já há em alguns Estados - a figura da Polícia Comunitária. A Polícia Comunitária é a polícia mais próxima do cidadão, mais próxima do município, da pessoa que mora ali, é mais conhecedora dos hábitos da comunidade. Tem todas as condições de fazer um trabalho mais efetivo. É claro que a polícia continuará a ter segmentos mais especializados, de operações mais drásticas. Mas o dia-a-dia, o cotidiano, a atividade rotineira da polícia deve ser dirigida, à semelhança das nações mais civilizadas, para a Polícia Comunitária, o que vai, por sinal, permitir um relacionamento mais estreito entre o agente policial e a comunidade que ele deve proteger.

O mutirão a favor de presos que já cumpriram suas penas é matéria da esfera do Estado federado, ou seja, cada Estado da Federação determina a pena a ser cumprida. E deve fazer esse acompanhamento. Mas o Fundo Penitenciário Nacional tem linhas de recursos a fundo perdido para esse projeto. Todos os Estados recebem recursos federais e os aplicam em suas Secretarias de Justiça, contratando advogados e estagiários para fazerem esse levantamento, que é imprescindível, não só porque abre vaga para outro condenado, mas também porque permite à pessoa que já cumpriu a pena ser ressocializada.

A ressocialização é outra indagação com a qual concordamos inteiramente. Há a questão da auto-estima do preso. Sem a auto-estima, evidentemente não voltará bem para a sociedade. Foi bem lembrado pelo Prof. Hélio que temos índices grotescos de reincidência. Em alguns lugares, chegam a 80%. Em São Paulo, chegam a 45%, enquanto o índice de reincidência do apenado com pena alternativa é muito menor, não chega a 18%, além de ser menos oneroso para o poder público. Mais uma vez, voltamos a enfatizar a importância de haver um vigoroso sistema de penas alternativas.

A derradeira indagação refere-se à forma de elaboração do Plano. Não assisti pela manhã à exposição do Ministro Gen. Alberto Cardoso, que também participou, juntamente com o Ministério da Justiça, da elaboração do Plano, mas realizamos diversas reuniões com instituições acadêmicas no Ministério, representativas de correntes de pensamento científico, em Minas, a Fundação João Pinheiro. Por coincidência, a Profa. Jaqueline Muniz participou igualmente do Plano. Então, diversas instituições do País participaram, como também os Secretários Estaduais da Segurança Pública. Não houve processo de audiência pública, porque ainda não há essa tradição que há em Minas Gerais. Mas o Plano está posto - já disse isto aqui e reitero - à disposição do cidadão, para receber as suas sugestões, por meio da Internet. Naturalmente, a sua tendência é ser aperfeiçoado. O que foi esquecido, vamos colocar.

Acredito que não há um só cidadão, dentre os 160 milhões de brasileiros, que possa estar em desacordo com as ações que já foram implementadas e estão em curso. Alguém, por exemplo, estaria em desacordo com o que ocorreu, ontem, em todo o Brasil, quando as polícias federais bloquearam trechos das estradas para vistoriar se havia contrabando de drogas ou porte ilegal de armas? São coisas essenciais, imprescindíveis. A população, ouvida pelos meios de comunicação, aplaudiu a ação governamental, pois há necessidade dessa presença policial por todo o Brasil. Intensificaremos essa presença, sabendo que a polícia deve ter sempre em mente os princípios básicos da condição humana que é a Política Nacional de Direitos Humanos.

O Sr. Presidente - Respondendo às indagações do Tenente Alexandre, de Governador Valadares, quanto ao desvio de funções de PMs, no que diz respeito à segurança externa em cadeias públicas, em Governador Valadares, cerca de 130 policiais militares estão fazendo esse tipo de segurança, entendemos que nosso policial está preparado para reprimir o crime e deveria estar nas ruas cumprindo essa missão. Entendemos que não deveria haver desvio de função. Temos conhecimento, através de estudos internos da própria Polícia Militar, da existência de 2.071 policiais militares em todo o Estado, em desvio de função. O salário desses 2.071 policiais daria para pagar pelo menos 3 mil agentes penitenciários, que têm uma formação direcionada para o tratamento e a ressocialização do preso. Polícia é treinada e preparada para reprimir o crime, e os agentes penitenciários têm a função de guarda e ressocialização de presos. Estamos encaminhando estudos, que levaremos ao conhecimento do Governador do Estado, cobrando providências para que o desvio de função de policiais militares no Estado seja, definitivamente, cortado a fim de que cumpram sua destinação principal, no zelo da ordem pública.

O segundo questionamento diz respeito ao trabalho realizado no combate ao tráfico e ao uso de drogas que, em Governador Valadares, envolveu cerca 80 professores. A CPI do Narcotráfico, na qual estamos trabalhando, deverá apresentar, ao seu final, várias proposições e sugestões ao Poder Executivo, no intuito de aperfeiçoar a legislação estadual e os organismos que envolvam o trabalho de prevenção. O Tenente Alexandre e todo o Estado de Minas Gerais tomarão conhecimento das propostas que serão apresentadas pela CPI do Narcotráfico.

À Profa. Jaqueline Muniz pergunta do Sr. Wellington Tertuliano de Moura, da Associação Comunitária dos Moradores do Residencial Fernando Costa: "Como as associações comunitárias poderão ajudar a resolver os problemas da segurança pública e como poderão buscar apoio e recursos para esse trabalho?"

A Sra. Jaqueline Muniz - Existem várias experiências, no Brasil, na direção de uma "comunitarização" da segurança pública. É evidente que os programas de polícia comunitária são importantes, fundamentais. Mas se faz necessário um salto mais ousado para devolver as organizações de policiais ao seu ambiente comunitário e imaginar a segurança pública como um todo, numa perspectiva comunitária. Já não é a polícia que é comunitária, uma vez que qualquer atividade de polícia está voltada para o cidadão, e sim todo o sistema de segurança pública.

Nesse sentido, o papel do cidadão, organizado ou não, é fundamental. Hoje, pode-se dizer com total convicção que não há nenhuma esfera de ação da polícia, seja na área de inteligência, seja na área propriamente repressiva, investigatória ou cartorária, seja em quaisquer das modalidades ostensivas de policiamento que possa prescindir da ação, da colaboração ou da participação do cidadão, que, evidentemente, conhece melhor os problemas de insegurança pública, porque é ele que sente e se resente da insegurança em seu bairro ou local de trabalho. Nesse sentido, as associações de moradores têm papel decisivo, seja como interlocutoras entre as agências do Estado e mesmo as agências civis que prestam serviços essenciais à população, no sentido de buscar soluções integradas, sistêmicas e, sobretudo, descentralizadas. A violência e o crime não ocorrem no genérico, ocorrem de forma diferenciada, com intensidade diferenciada pelas cidades, pelo Estado. Portanto, as soluções também serão distintas. Quanto mais se aproximar da demanda e da peculiaridade de cada demanda, melhor se poderá prover o serviço de segurança. E aí o cidadão tem papel decisivo. Em que sentido? Não só na fiscalização. O melhor controle é sempre o externo, de qualquer organização de larga escala, e não apenas das polícias. A definição de prioridades deve passar pela consulta direta à população. Normalmente, tem-se um gasto oneroso dos recursos escassos da polícia por não se incorporarem ao processo de gestão estratégica e planejamento as demandas que saem das comunidades. Então, aí há todo um universo de atuação que vai desde o conselho comunitário até ações integradas diretamente com polícias e outros órgãos municipais. Assim se produziram resultados fora do Brasil.

Enfatizaria a importância de não se confundirem os problemas de segurança pública com soluções policiais. Esse foi o erro do Brasil nos últimos 190 anos. E também chamo a atenção para o fato de que as crises de segurança vividas em países que hoje tomamos como exemplo refletem pouco essa visão restritiva. Nos Estados Unidos, na década de 60, essa crise que vivemos hoje já existia. Investiu-se na polícia, aumentou-se a tecnologia, o efetivo, a munição, o armamento. Entretanto, não se mudou a forma de enquadramento dos problemas, resultando num desperdício de recursos e incapacidade de se dar um salto quantitativo. Não foi diferente na Inglaterra, nem no Canadá. Temos que incorporar outros atores além da polícia. Por mais competente que seja, será incapaz de dar conta de problemas que ultrapassem as esferas de ação exclusiva. Muito obrigada.

O Deputado Adelino de Carvalho - Fui autor do Requerimento nº 533/99, que criou o policiamento nas escolas, que hoje já acontece em Governador Valadares e em Belo Horizonte. São os Anjos da Guarda. Devemos isso ao Governador Itamar Franco e ao Cel. Mauro Lúcio Gontijo. É um trabalho da Polícia Militar na porta das escolas, junto aos educadores e aos estudantes, na educação antidrogas.

Tenho participado de inaugurações de diversas delegacias distritais em Belo Horizonte e no interior, e a Polícia Civil, comandada pelo Secretário da Segurança Pública, está realizando, mostrando um avanço muito grande, um projeto que alegro muito o nosso coração.

A pergunta que faço envolve a sociedade civil e, principalmente, abre os olhos para a realidade importante com que deparamos hoje e que alguns não querem enxergar: a importância da igreja evangélica no combate à violência. Sou pastor há 25 anos, e temos observado que, onde se abre uma igreja evangélica e começa a pregação do evangelho, bem como um

trabalho com os excluídos e os que, muitas vezes, são levados à violência por causa do álcool ou da droga, há um forte aquecimento da valorização do ser humano e da família. Com isso, a igreja evangélica tem contribuído muito para minimizar a grave questão que vivemos no País: a segurança.

Farei uma pergunta ao Dr. Antônio Anastasia, como Secretário Executivo do Ministério da Justiça. Inauguramos uma igreja evangélica, recentemente, em uma das partes mais perigosas de Belo Horizonte - a Av. do Contorno, atrás da rodoviária. No primeiro dia, houve quatro assaltos a pessoas da igreja, a mão armada. Mandeí chamar todos os marginais da região, e tivemos uma conversa, à luz da palavra de Deus, com eles. Hoje, essa igreja conseguiu fazer com que, em pouco menos de um mês, não tivéssemos mais notícias de assalto na região. Assim, gostaria de saber se o Governo tem consciência da contribuição dos evangélicos para a sociedade, no que diz respeito à segurança e ao impedimento do crescimento da violência em nosso País.

O Sr. Antônio Augusto Junho Anastasia - Cumprimento o Deputado Adelino de Carvalho por sua manifestação. Indubitavelmente, o senhor tem toda a razão ao citar esse movimento, que vai além do social, por envolver valores mais altos, ou seja, valores do espírito, e que, de fato, conseguiu reverter, em um caso concreto - e, com certeza, existem inúmeros outros casos no Brasil -, uma situação de delinquência. De fato, o Governo tem consciência disso. Como foi muito bem dito pela Profa. Jaqueline Muniz, na questão da violência, não bastará a ação isolada das polícias. O Governo tem essa consciência, e, por isso, esse plano é integrado. Estamos lançando um repto de apoio à sociedade, para que ela, junto com os governos e Poderes como um todo, atue.

Quando falo em sociedade, certamente, estou considerando a Igreja, uma das organizações que desponta no meio da sociedade civil brasileira. O senhor citou a evangélica, e há diversas outras. Sabemos de seu papel imprescindível, pois os valores que tutela são transcendentais, são exatamente os mais altos. Na questão "Por que violência?", um dos exemplos citados por especialistas é a Índia, onde os indicadores são tão baixos. Cidades como Bombaim ou Calcutá, com índices de miséria muitas vezes piores que os brasileiros ou da América Latina, apresentam indicadores de violência baixos. Dizem alguns - e aqui irei apenas reproduzir, pois não tenho a ousadia de dissertar com juízo de valor sobre tema tão complexo - que essa situação se dá graças ao aspecto cultural religioso da sociedade hindu. Não sei se é a verdade, mas é o que dizem os especialistas.

Sendo assim, o papel de todo organismo social, válido, pró-ativo, meritório, a favor da paz, deve ser aplaudido. E, evidentemente, o senhor citou um exemplo que deve receber não só o nosso aplauso, mas também o nosso endosso.

O Sr. Presidente - A Presidência comunica que as atas desta conferência, contendo a transcrição completa dos debates, serão publicadas no "Diário do Legislativo", no dia 29 de julho. Vamos ouvir as propostas do Município de Divinópolis.

A repórter Vânia Turce - O movimento pela segurança e vida mobiliza Divinópolis e todas as cidades da região. Os conferencistas desta tarde estão sendo acompanhados com atenção pelos habitantes desta cidade, inclusive pela Defensoria Pública, que tem bastante interesse nesse assunto. O Deputado Marcelo Gonçalves está coordenando a reunião em Divinópolis e tem algumas perguntas feitas pelos participantes.

O Deputado Marcelo Gonçalves - Sr. Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, contamos com a participação não só da população de Divinópolis, mas também de cidades vizinhas, como Santo Antônio do Monte, São Gonçalo do Pará, Carmo do Cajuru, enfim, de toda a região Centro-Oeste.

Deputado Sargento Rodrigues, temos várias perguntas. Primeiramente, farei a leitura daquelas que foram dirigidas ao Dr. Paulo Antônio de Carvalho: "Por que o sistema penitenciário encontra tantas dificuldades na implantação de uma política de incentivo à prestação de serviços por parte dos presos, a fim de tentar recuperá-los para o mercado de trabalho?".

"O Estatuto da Criança e do Adolescente deu muitos direitos ao menor infrator e deixou a desejar no que diz respeito a seus deveres. Se não houver mudanças sérias nesse Estatuto haverá lacunas para a marginalidade proliferar, inclusive de bandidos que usam crianças para cometer crimes. Como o senhor avalia esse assunto?".

Considerando que, em Itaúna, existe a APAC, citada como exemplo nacional por seu trabalho de recuperação de presos, e a existência de uma cadeia pública que não oferece nenhuma condição de recuperação ou ressocialização, por que os presos da cadeia pública não são transferidos para a APAC, a fim de se beneficiarem das condições ali oferecidas?"

Deputado Sargento Rodrigues, temos duas perguntas dirigidas ao Dr. Antônio Anastasia:

"Diretor de Penitenciária é cargo de confiança. Será que não deveria haver um curso para Diretor de Penitenciária, já que se trata de um cargo de confiança, escolhido não só neste Governo, mas também em toda a história de Minas Gerais? Geralmente, são pessoas que ajudam em campanhas e são beneficiadas com esse cargo, sem nenhum conhecimento da área.

O que o senhor acha de o Estado estender o direito da inamovibilidade aos Delegados de Polícia, em virtude do mérito e da constitucionalidade?".

Temos uma pergunta dirigida ao Dr. Hélio Silva Júnior: "Por que as penas alternativas são tão pouco utilizadas?".

A pergunta seguinte foi dirigida ao Sr. Misael Avelino dos Santos: "Qual tem sido o resultado do trabalho da Rádio Favela, na região que atinge, na diminuição da violência?".

Deputado Sargento Rodrigues, são essas as considerações não só da população de Divinópolis, mas também do povo da região Centro-Oeste.

O Sr. Paulo Antônio de Carvalho - Parabenizo a intervenção da vizinha Divinópolis nesta teleconferência. A dificuldade de se conseguir serviço ou de se implementarem as medidas relacionadas com serviço na sociedade existe, e somente haverá uma evolução quando a sociedade conscientizar-se do seu papel, ou seja, o trabalho de ressocialização do condenado, que não é, necessariamente, realizado por meio do cumprimento de pena privativa de liberdade, porque pode ser por meio de pena restritiva de liberdade.

Já salientamos que, sem o envolvimento da sociedade, não há solução. E nisso há um consenso da Mesa e de todos que lidam com o assunto. A Dra. Jaqueline também salientou que isso é importantíssimo. Não é uma experiência nossa. Experiências do mundo inteiro indicam nessa direção.

E poderia dizer mais: que a pena de prisão está falida. É também uma conclusão. Só não foi argüida porque ainda não se descobriu um substitutivo para ela. Mas outras medidas têm sido implementadas. As penas restritivas são exemplo disso. E temos exemplo em Itaúna de que as penas restritivas funcionam. Temos notado, ao longo desses quatro anos de funcionamento do Juizado Especial, que os casos levados ao Juizado diminuíram sensivelmente. Estamos até fazendo uma pesquisa, com dados concretos, para dispormos de elementos para comprovar isso. A prática ensina que realmente está funcionando, como disse o Dr. Anastasia.

Com relação ao fato de que o Estatuto tem muitos direitos, não há dúvida nenhuma, mas é prematuro fazer qualquer avaliação, porque, apesar de já ter dez anos, até hoje não foi implementado. Não sabemos se funciona ou não.

Uma das cidades que está participando, Lafaiete, disse que não temos em Minas uma só instituição para abrigar o menor com problemas mentais. Parece que não temos, também, nenhuma entidade para ressocialização do menor envolvido em infração penal.

Com relação à última, específica de Itaúna, lá temos a APAC, que é o Centro de Reintegração, que abriga os condenados, e a cadeia, que abriga os provisórios. Os provisórios não são transferidos para a APAC, porque o Centro de Reintegração, aparelhado para um trabalho pedagógico de socialização, não pode receber o preso provisório, cuja população é fluante: o preso está ali hoje; em seguida obtém a liberdade provisória; então, é uma população muito mutante, e não haveria como trabalhar esse processo de ressocialização com ela. Muito obrigado.

O Sr. Antônio Augusto Junho Anastasia - São duas indagações. A primeira trata do cargo de confiança, que, como diz a lei, pode ser provido por qualquer pessoa que tenha os requisitos estabelecidos na norma. É claro que, para uma função de confiança especializada, seria desejável algum curso de qualificação. Não vejo nenhum mal nisso. Ao contrário, isso só viria aprimorar o funcionamento daquele estabelecimento, mas isso, é claro, depende da decisão do sistema penitenciário de cada unidade federada.

Quanto ao requisito da inamovibilidade, esse é um atributo conferido pela Constituição e, naturalmente, só pode ser estendido a categorias definidas pela Constituição da República. Para que seja estendido a demais categorias, há a necessidade de uma alteração de ordem constitucional.

O Sr. Hélio Silva Júnior - Falarei muito rapidamente sobre o caso de São Paulo, especificamente sobre a aplicação das chamadas penas alternativas. As penas alternativas representam uma revolução do ponto de vista da sistemática da justiça penal, vale dizer, traz para o centro das atenções a vítima, busca evitar o encarceramento.

Em São Paulo, podemos apontar dois dados: o magistrado tem um temor justificado, legítimo, de que não tem como acompanhar a fiscalização da execução da pena alternativa. Portanto, existe uma certa resistência, justificada pelo fato de que o Executivo e mesmo as ONGs não têm tomado iniciativas mais efetivas para que o Juiz possa ter a confiança de que a sentença não irá cair no vazio.

Acho que a postura dos membros da magistratura não deixa de refletir esse valor que está profundamente enraizado na consciência coletiva de nosso povo, que é a idéia de que o Direito Penal, fundamentalmente, é o resultado da intervenção e deve levar ao encarceramento.

Sempre digo que o Promotor de Justiça é Promotor de Justiça, não é Promotor de acusação. Quando se pega um menino que, numa sexta-feira da vida, se embriagou, pegou o carro do pai e acabou atropelando alguém, e se faz com que esse jovem passe 4 finais de semana lavando cadáveres no IML, ele vai sair dali, provavelmente, muito mais preparado - ainda que essa seja a pedagogia do terror -, do que se ficasse 4 ou 5 horas numa Delegacia, porque ali está arriscado a ter a sua vida absolutamente comprometida.

O Sr. Presidente - Antes de passar a palavra ao Sr. Misael, temos pergunta semelhante, da Benilda Regina, da N'Zinga - Coletivo de Mulheres Negras. "O que a Rádio Favela tem feito para colaborar com a diminuição ou o fim da violência e para combater a falta de segurança da população do morro?"

O Sr. Misael Avelino dos Santos - Temos um programa na Rádio que foi condecorado pela ONU três vezes. Temos 3 diplomas na parede. A segunda coisa que a rádio fez para diminuir a violência, a vitória maior que a Rádio obteve, em 20 anos de brigas com o Governo Federal - agora é que a rádio foi legalizada -, o maior combate à violência a Rádio fez nessa participação aqui, neste exato momento. Estamos combatendo uma violência que é a não-participação das favelas, dos negros e das pessoas de baixa renda dentro desta Casa no Estado.

O Sr. Presidente - Vamos, agora, ouvir as propostas do Município de Varginha.

A repórter Isabel Souza - Em Varginha, à tarde, além da presença dos representantes do Ministério do Trabalho, da Maçonaria, da Polícia Civil, da Delegacia Regional do Ensino e da Associação de Segurança Pública, que participaram dos debates durante a manhã, temos a presença de representantes, dos conselhos comunitários de vários bairros, associações de aposentados e pensionistas, SENAI e Conselho Penitenciário Baixo Sapucaí. Durante todo o dia foi grande a participação de representantes com perguntas sugestões para se melhorar a vida em comunidade, com segurança. Passo a palavra ao Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, coordenador dos debates na cidade.

O Deputado Jorge Eduardo de Oliveira - Repetiremos uma pergunta que fizemos na parte da manhã, feita pelo Sr. Fábio Cardoso Lousada, da Associação de Segurança Pública de Varginha, dirigida ao Dr. Paulo Antônio de Carvalho. Resolvemos repeti-la depois que ouvimos o Sr. Misael Avelino, da Rádio Favela. O que ele disse é a realidade. Como podemos falar em segurança pública para um cidadão que mora em favela e às vezes não possui casa, a escola é deficiente, não tem rede de esgoto. Não seria mais prudente cuidar inicialmente desses problemas que afligem parte da população?

Perguntas ao Dr. Anastasia: "O financiamento aos Estados no momento atual de eleição não entra em conflito com a Lei da Responsabilidade Fiscal?". A terceira pergunta é feita por D. Cordélia de Magalhães, da 41ª Superintendência Regional do Ensino, e é dirigida também ao Dr. Antônio Anastasia: "Além da construção de penitenciárias federais, quais as medidas previstas no Plano Nacional de Segurança Pública em relação ao sistema penitenciário? Qual seria o modelo? Seria agrícola?"

Essas são as perguntas que selecionamos e que passamos a V. Exa.

O Sr. Paulo Antônio de Carvalho - Nossos parabéns também pela intervenção de Varginha. Concordamos plenamente com as colocações de Varginha. Elas estão relacionadas com aquilo que mencionamos no início da nossa colocação: as causas da violência têm que ser tratadas. Concordamos também com o representante da Rádio Favela, por suas colocações e por sua indignação. O sistema é realmente muito injusto. O nosso Direito Penal é profundamente injusto: toma o pobre como criminoso e a riqueza como atestado de idoneidade. A lei penal, em sua origem, é injusta e mal aplicada, porque nem sempre o pobre, que, na maioria das vezes, é o processado, tem uma defesa à altura. Temos o Direito Penal de origem ilegítima, mal aplicado e mal executado, porque é aplicada uma pena que não ressocializa. Então, realmente tem que ser feita alguma coisa.

O Sr. Antônio Augusto Junho Anastasia - Cumprimento o Deputado Jorge Eduardo de Oliveira e as pessoas que participam em Varginha. A primeira indagação refere-se à Lei Eleitoral de Responsabilidade Fiscal, quanto à alocação de recursos, nesse período, aos Estados. Há uma exceção que foi, recentemente, introduzida no ordenamento jurídico, de tal modo que a União pode, no que diz respeito a recursos voltados para a segurança pública e sistema penitenciário, repassar, ainda nesse período eleitoral, recursos aos Estados. O clamor público chegou a tal ponto que a justificativa da alteração legal se coaduna com as necessidades emergentes da Nação, então os recursos seguirão seu fluxo natural para os Estados.

A segunda indagação: Cada unidade da Federação tem um sistema penitenciário próprio, atendidas suas peculiaridades. Alguns Estados necessitam mais de penitenciárias de segurança máxima; outros, de colônias agrícolas; outros de cadeias públicas. Então, estamos permitindo que cada Estado apresente sua respectiva proposta, porque é claro que cada Estado conhece melhor a circunstância da alocação desse recurso e sua necessidade de sistema prisional. No que se refere, por exemplo, à questão agrícola, o Governador de Mato Grosso, Dante de Oliveira, esteve, há dois dias, com o Ministro da Justiça. Assisti a essa audiência, e apresentava exatamente a proposta de construção de uma penitenciária de natureza agrícola no Estado de Mato Grosso, de onde a pessoa já sairia com qualificação rural para um Estado que tem sua vocação econômica nessa área agrária. As diversas circunstâncias e especificidades serão respeitadas na alocação dos recursos federais para cada Estado.

O Sr. Presidente - Neste momento, passamos às demais perguntas. São duas perguntas dirigidas ao Sr. Misael. A primeira, de Marcos Cardoso: "A ausência do Estado nas vilas e favelas pode ser considerada discriminação racial pelo fato de a maioria da população desses locais ser composta de negros?"

A segunda pergunta: "Sr. Misael, uma vez que nós, participantes presentes não temos direito à fala, gostaria que enfatizasse como fica a sociedade. Percebe-se que a preocupação é com a recuperação do preso. Onde fica a prevenção? A maior vítima da criminalidade está nas ruas - os trabalhadores. A discussão parece moldar uma segurança em favor da elite". De Gladir, do Ministério Evangélico de Assistência Social.

O Sr. Misael Avelino dos Santos - Vou começar pela segunda pergunta, porque preto tem que começar pelo fundo. O lance é o seguinte: os "caras" estão discutindo aqui, hoje, como defender o dinheiro e o patrimônio das pessoas do asfalto. O Bairro de Lourdes está querendo colocar câmera, e parece que a Savassi está querendo colocar um satélite ou foguete para observar os "caras" subindo para o "shopping". Mas nunca se falou, o nobre Deputado que chegou aí puxou o peixe para a brasa dele, que a Igreja dele salvaria as pessoas. Deus é bom 24 horas - e não 25.

O que se fala aqui, mais uma vez, vou repetir, é a defesa de quem tem poder aquisitivo alto. Não se falou na diminuição da ganância de quem mora no asfalto e massacra quem mora nas favelas. Não temos direito à saúde. Para quê violência maior do que esta que está sendo discutida aqui, que tem 80 policiais em Governador Valadares dando curso nas escolas. Ora, lugar de Polícia é no quartel. Na escola se aprende a viver. A criança vai crescer com trauma para o resto da vida. Quando estiver num lugar onde não tiver um policial, não estará segura ali.

O que os "caras" não nos deixam falar é que, no posto de saúde, em vez de ter remédio e médico para atender à população, tem que ter soldado da Polícia Militar para proteger quem está trabalhando. Isso é violência. Não estou aqui para denegrir a imagem da gloriosa Polícia Militar, que tem duzentos e tantos anos de serviços prestados, mas com um regimento arcaico que não vale para nada, apenas para massacrar a população. Estamos no ano 2000 - somos outra geração.

Companheiros, as pessoas não podem falar, mas eu sim. A Rádio Favela e os periféricos de Belo Horizonte conquistaram o seu lugar aqui. Estive em Portugal, na Itália, e fui convidado a voltar à Itália para discutir com o Prefeito de Bolonha sobre educação. O cara fez questão de me chamar. É uma cidade de 300 mil habitantes, e 120 mil já cursaram a faculdade. O "cara" se admirou de Belo Horizonte ter esse tanto de gente e ter apenas uma faculdade. O Estado se omite com relação à ausência dos pretos e favelados na educação. Até agora não se discutiu aqui sobre a divisão de direitos. Só se emprega dinheiro em armas, em penitenciárias, em recuperar não sei quem e na Igreja do fulano e beltrano. Deus salva, mas também castiga a ganância. Esqueceram de falar isso. Qual é a outra pergunta?

O Sr. Presidente - A ausência do Estado nas vilas e favelas pode ser considerada discriminação racial pelo fato de a maioria da população desses locais ser composta de negros?

O Sr. Misael Avelino dos Santos - Com certeza, o exemplo está aí. O salário do nobre Juiz que ontem reivindicou R\$3.000,00 dos Deputados. Tem mais. Esse dinheiro que os "caras" querem, esse aparelhamento da Polícia Federal, o dinheiro que o Fernando Henrique está gastando com o Exército para cercar a fazenda dele aqui, no Estado. O dinheiro que os caras gastam fazendo CPIs, CPIs e CPIs. Condenam-se Deputados, condenam-se Senadores. O último agora, que acabou de aparecer, fazendo a maior gracinha, foi o Luiz Estêvão.

O Juiz não mandou prender o "cara". A polícia está naquele jogo que deseduca as pessoas, que passam a não acreditar mais. E isso é dinheiro do povo. Enquanto os "caras" estão fazendo essa gracinha, acabando com o dinheiro público, o povo da periferia não tem instrução, e o poder de reivindicar os direitos lhe são negados.

O Brasil se arma. Ninguém discutiu aqui o que está sendo discutido no mundo. Há o MERCOSUL. Os nossos vizinhos, Argentina, Bolívia e Uruguai, têm-nos como um país pacífico, mas, neste exato momento, senhores, estamos aqui discutindo armamento para combater a nós mesmos, porque a guerra civil já começou. Cadeia e melhores salários para a polícia! O próprio Secretário do Itamarzinho falou: "Um policial vale por dois professores". Que se protejam os bens de quem tem e se destrua a vida de quem precisa viver!

Então, o que está "rolando" é que as pessoas da periferia ainda não sentiram na pele que tem que ser feita uma vigília e a fiscalização não só desta Casa, mas também do Brasil inteiro, porque isso tudo é farsa. E essa farsa vai acabar quando houver ensino.

O Governador não quer saber de discutir o ensino para as pessoas, porque tem medo de que as professoras formem o verdadeiro pelotão de elite, porque a segurança do nosso País é a educação. É isso aí.

O Sr. Presidente - Passamos a palavra, neste momento, para a resposta, ao Dr. Franklin, a quem endereçamos quatro perguntas. A primeira é do Sr. Cláudio Cassimiro: "Dr. Franklin, o Ministério Público tem desempenhado um papel fiscalizador e de denúncia que está surpreendendo a sociedade, posto que, ao fazê-lo, o representante do Ministério Público acaba sendo procurado pela imprensa, para dar explicações e entrevistas. A meu ver, essa atitude dá transparência aos atos do Ministério Público".

A segunda é da Associação Comercial Industrial Agropecuária de Ibirité: "Vemos com muita frequência, nos meios de comunicação, pessoas com dezenas de passagens pela polícia, com vários crimes, que continuam no seio da sociedade, cometendo novos crimes. De quem é a culpa: da justiça, que é muito morosa; do Código Penal, que está ultrapassado; da própria polícia; ou da sociedade, que não cobra de suas autoridades?".

A terceira pergunta é da Sra. Maria Ignês: "Promotor Franklin, o que o senhor acha da experiência de Pernambuco, onde se permite que os filhos dos penitenciados passem as férias com os pais dentro dos presídios? Um mês de férias dentro de um presídio pode ser ruim para a formação infantil, mas pode ser bom para o sentenciado".

E a última pergunta é da Sra. Kátia Maria Gonçalves, da Ação Social Arquidiocesana: "Dr. Franklin, o senhor disse que a prática das penas alternativas muitas vezes se reduz apenas a doações de cestas básicas. O que falta em nível de implementação operacional por parte do Estado para que a aplicação das penas alternativas se torne mais diversa e atenda mais à população, tão carente socialmente?".

O Sr. Franklin Higino Caldeira - Concordo com a colocação - não foi uma pergunta propriamente dita - feita pelo Cláudio. Acho que o Ministério Público não pode ser calado. Deve realmente levar à sociedade os fatos, até facilitando - quem sabe? - futuras apurações.

A primeira pergunta foi sobre o excesso de pessoas cometendo crimes, as quais, muitas vezes, são levadas à Delegacia, processadas e, depois, voltam para as ruas novamente e cometem delitos. Sobre isso, o grave problema reside, primeiramente, na falta de aplicação de recursos na construção de estabelecimentos prisionais. Isso é verdade.

Em segundo lugar, temos mecanismos para a prisão provisória, temos a possibilidade de encaminhar esse homem que delinqüiu para o cárcere, por um período, até a condenação, quando essa prisão provisória torna-se definitiva. Mas, para isso, precisamos de motivos, que estão relacionados na legislação processual. Tanto é verdade que o ex-Senador Luiz Estêvão foi colocado em liberdade depois de ser preso, porque o Presidente do Tribunal entendeu que a sua prisão não era preventiva, mas repressiva. O Juiz que havia decretado a prisão não decidiu preventivamente, mas repressivamente. Ainda poderia acrescentar que mesmo aqueles réus pobres que são condenados têm que esperar a vez do encarceramento na fila. Muitas vezes a prisão não é executada, porque acontece um instituto que temos no direito, que é a prescrição. Melhor se aplicássemos as penas alternativas, já bem abordadas aqui pelo colega.

Sobre as férias escolares dos filhos com os encarcerados, acredito que qualquer participação da família com o homem encarcerado tende a facilitar o processo de readaptação social. Essa experiência, se voluntária, evidentemente não imposta, pode ser estendida também para outros estabelecimentos. Em Itaúna, esse encontro com a família é feito sempre aos domingos, não só no horário comum de delegacia de polícia, mas durante todo o dia.

Há pouco conversava com um colega, Promotor de Santa Luzia, que dizia que lá nem a pena de distribuição de cestas básicas é aplicada, ou seja, a Lei nº 9.714, de penas alternativas, não tem aplicação nenhuma. Em Belo Horizonte, há uma aplicação exclusiva desse mecanismo em razão até do que já foi observado. Primeiramente o Juiz da condenação, que é quem aplica essa substituição para as penas alternativas, não tem à sua disposição um rol previamente estabelecido de entidades que possam ser beneficiadas com o cumprimento das penas restritivas. Temos mais de dez modalidades de penas restritivas, desde a prestação pecuniária, que poderia abastecer, quem sabe, as entidades comunitárias ligadas à questão penitenciária. Temos a perda de bens ou valores, quando o condenado perde, no patrimônio lícito, legalmente adquirido, até o valor do dano causado com crime ou do provento obtido com crime. Temos a interdição temporária de direitos, a limitação de fim de semana e, principalmente, a prestação de serviços à comunidade e a entidades públicas. Esse sistema não vem funcionando porque o Juiz da condenação não tem aquele rol de entidades e, em segundo lugar, porque ainda existe uma crença de que a prisão é a solução dos nossos problemas. Na mídia há, inclusive, o defensor da cadeia para tudo, a idéia de "cadeia neles", e a cadeia é a forma mais atrasada de se punir, é um instituto que dura mais de 200 anos e desde sua criação vem sendo combatido. Costumo dizer que a prisão, na verdade, não é um fracasso, mas um grande sucesso. Quem dera tivéssemos mais institutos como a prisão, porque é tão combatido, há mais de 200 anos, e ainda está sendo adotado como a melhor forma de punição. Então, só pode ser um grande sucesso, e não um fracasso. Obrigado pela oportunidade.

O Sr. Carlos Calazans - Deputado Sargento Rodrigues, talvez, em nome de boa parte das entidades que estão aqui, sindicais e movimento popular, estando aqui representando a CUT e o Fórum Estadual de Luta, acredito que poderia ter havido um método melhor para a participação de entidades do interior, como Montes Claros, Divinópolis e Varginha, não ficando apenas com direito a perguntas e respostas dos oradores - não tirando o mérito dos oradores, pois muito útil a intervenção de todos.

Aproveito a oportunidade para fazer um convite, em nome da CUT, do MST e da Assembléia Legislativa, a todo o Estado, para uma teleconferência, que diz respeito à violência, pois tem uma ramificação enorme, que acontecerá no começo de agosto, sobre a dívida externa. Convoco Minas Gerais a participar do plebiscito nacional sobre a dívida externa. Nas favelas, nos bairros e na periferia do Brasil, não sobra dinheiro para a educação, para a saúde e para o saneamento básico, porque grande parte dos nossos recursos servem para sustentar as nações ricas do mundo. O dinheiro de toda a nossa vida é drenado, permanentemente, para sustentar os banqueiros e o movimento financeiro internacional. Isso contribui com a continuação da violência em nosso País.

Para terminar, falando sobre a violência, "chover no molhado" é o que o Misael e os outros companheiros falaram. No Brasil, só há uma forma séria para se intervir nessa situação de violência, que é fazer uma operação mãos limpas do porte da que foi feita na Itália. Sabemos que, muitas vezes, o que chega na periferia e nos bairros é o crime organizado que há em nosso País. Esse crime organizado está ramificado em várias estruturas de poder do nosso País, haja vista o que aconteceu no Senado Federal, como o Sr. Misael bem lembrou. O crime organizado leva armas para as favelas e sustenta o narcotráfico e essa cadeia. Há ramificações dele em todos os setores: na Justiça e até no Senado Federal. Imaginem como corrou a sociedade brasileira! E o policial corre atrás de preto e de pobre para prender. Sabemos que o que degenerou a sociedade brasileira, como foi bem dito pelo Misael, surgiu do asfalto, ou seja, dos ricos. O crime organizado tem de ser desbaratado. A CPI do Narcotráfico já sinalizou para isso. Há escândalos e mais escândalos envolvendo vários Deputados e Juizes. Além da CPI do Narcotráfico, temos de desencadear, com o apoio das centrais sindicais, dos sindicatos, da sociedade civil e de todos os segmentos sérios do Brasil, uma operação mãos limpas, para botar na cadeia, excluindo-se da vida pública aqueles que destroem a sociedade brasileira. A violência vem do crime organizado. Portanto, não vem somente daqueles que estão roubando no sinal de trânsito, que são pobres. Essa situação tem de ser solucionada porque, evidentemente, os maus exemplos chegam para as pessoas simples do nosso País, através de todas as instituições brasileiras. Portanto, deixo aqui o nosso desabafo. Convido a todos a participarem da teleconferência sobre a dívida externa. E convido o povo do Estado de Minas Gerais, que nos está ouvindo agora, através dessa teleconferência, para participar do plebiscito nacional sobre a dívida externa que está sendo promovido pela CNBB, pela OAB e por várias entidades brasileiras. Gostaríamos de ter um veredicto do País, de 2 a 7 de setembro. "Não à dívida externa." Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Agradecemos a intervenção do Sr. Carlos Calazans, representante da CUT. Reafirmamos o nosso compromisso com essas causas. A CPI do Narcotráfico tem feito a sua parte e dado a sua contribuição, com muita seriedade. Posso afirmar isso, de público, porque estou participando de todos os seus atos. Temos feito isso com muita seriedade e respeito aos nossos eleitores.

O Deputado Bené Guedes encontra-se em Leopoldina e gostaria que fossem lidas as sugestões dessa cidade, já que eles não têm condições de participar como as demais. (- Lê:)

"Representantes da cidade de Leopoldina, reunidos para acompanhar a teleconferência, sob a coordenação do Deputado Bené Guedes, enviam as seguintes sugestões: mudança na programação dos canais de comunicação, que leva violência diariamente aos lares brasileiros, de maneira explícita, até em desenhos animados; providências para conter a violência e dar segurança à população, tanto na Capital quanto no interior do Estado; revisão dos papéis exercidos, hoje, pela OAB, pela Comissão de Direitos Humanos e outros órgãos, que têm suas ações muito mais voltadas para a defesa de bandidos e marginais do que dos cidadãos de bem; reaparelhamento das polícias e melhores condições de trabalho e sociais para os policiais, que são obrigados a se omitirem, em função da Constituição e do regime a que estão submetidos; combate permanente e efetivo ao tráfico de drogas, com maior atenção para o interior do Estado, onde os narcotraficantes já estão aliciando menores, como nas capitais."

Essas são as sugestões da comunidade de Leopoldina, onde os trabalhos estão sendo coordenados pelo Deputado Bené Guedes.

Passamos, agora, às perguntas ao Sr. Hélio Silva Júnior.

De Fernando da Conceição, da Comunidade de Evangelização Nova Aliança (Igreja Católica): "O sentimento da população é de que, após a aprovação da lei de proteção ao menor, houve um grande aumento da participação destes na criminalidade e no tráfico de drogas, em função de sua imputabilidade. Não estaria no momento de se reformular essa lei, coibindo a impunidade e resguardando esses menores do assédio dos criminosos e traficantes?"

Pergunta de Benilda Regina, do N'Zinga - Coletivo de Mulheres Negras: "Prof. Hélio, você afirma: Não existe relação entre taxa de encarceramento e diminuição de criminalidade. As penas alternativas seriam uma solução?"

Pergunta de Diva Moreira, da Secretaria Municipal de Assuntos da Comunidade Negra: "Dr. Hélio, de que segurança pública estamos falando? Em geral, o debate sobre segurança pública é controlado pelos brancos. A presença nesta Mesa de duas pessoas negras é uma exceção. Daí, meus cumprimentos à Assembléia Legislativa. As perguntas que faço são as seguintes: Como remover do imaginário social os estereótipos negativos que associam o bandido e o criminoso ao indivíduo negro, com todas as consequências regressivas que daí advêm? Como enfrentar a violência endógena? E a doméstica e a das gangues rivais, que prejudicam particularmente as comunidades negras e faveladas? O Plano Nacional de Segurança Pública, com seu enfoque maior na área repressiva, certamente não dará conta da violência endógena".

Essas são as perguntas. Gostaríamos que o Prof. Hélio as respondesse.

O Sr. Hélio Silva Júnior - Quero dizer que, de fato, somos uma sociedade cuja história é absolutamente marcada por práticas generalizadas de violência. Muitas vezes nos esquecemos de que, dos nossos cinco séculos, quatro foram vividos sob o modo de produção escravista, em que a violência institucionalizada, o aparato de força, de tortura e repressão certamente deixaram um legado, que talvez explique essa violência endêmica que temos ainda hoje.

O Código Criminal do Império de 1830 - o primeiro código penal, porque até então tínhamos as ordenações do Reino - fixou a responsabilidade penal em 17 anos.

O primeiro código penal da República data de 1890. É interessante ter-se em mente que o País proclama a República e adota, primeiro, um código penal, para, depois, adotar uma Constituição republicana, o que é uma mensagem muito interessante, porque primeiramente se fixa a necessidade da obediência à ordem, para, depois, se dizer que ordem deve ser obedecida. O Código Penal da República fixou a responsabilidade penal em 9 anos e dizia que, se o Juiz entendesse que o acusado teria obrado com consciência da ilicitude, em vez de 14 anos, que era a idade teórica, a alguém poderia ser imputada pena aos 9 anos, o que aconteceu com muitas pessoas. Portanto, essa idéia de que quanto mais cedo o sistema criminal intervém, mais eficaz se torna na repressão, reputo como absolutamente equivocada.

São muitos os dados que demonstram essa presunção de culpa com que o sistema criminal trata os negros. Minha dissertação de mestrado, na PUC, refere-se à discriminação racial no tribunal do júri. Conseguimos demonstrar que um acusado negro, submetido a julgamento pelo tribunal do júri, tem algo em torno de 75% a mais de chance de ser condenado. Além disso, o número de horas utilizado num julgamento do tribunal do júri, quando o acusado é branco, é significativamente maior do que o número de horas destinado ao julgamento do acusado negro. Há uma presunção de culpa que, certamente, responde pelo fato de que as estatísticas são conclusivas quanto a essa predileção macabra que o sistema de segurança tem pelos negros.

O Sr. Presidente - Sugestão da Márcia Campos, Presidente da Associação Comunitária de Moradores do Bairro Gutierrez: "Por que essa teleconferência não pensou em divulgar soluções de segurança preventiva já existentes, como o Projeto Passaporte para a Cidadania e o Projeto Paz e Amor da Associação Comunitária do Bairro Gutierrez?". Fica registrada a sugestão da Márcia Campos.

Passamos a seguinte indagação, do Sr. Divino Oscar da Silva, da Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Pará, para o Dr. Paulo, Juiz de Itaúna: "Quais as parcerias que o município deve procurar para a criação de um regime penitenciário modelo, como o de Itaúna, pelo qual o senhor é um dos maiores responsáveis?"

O Sr. Paulo Antônio de Carvalho - Felizmente, no âmbito estadual, a Secretaria da Justiça tem visto com bons olhos o modelo de Itaúna. Qualquer comunidade que venha a se interessar por essa experiência poderá nos visitar em Itaúna, se for seu desejo, mas poderá, também, procurar a Secretaria de Justiça, que já esteve lá, através de seus órgãos técnicos, e que tem difundido a idéia por outras comarcas do interior. Acho que o primeiro contato seria do município com a Secretaria da Justiça, com o aval do Judiciário, porque sabemos que a execução das penas, pelo sistema ainda adotado no Brasil, é jurisdicionalizado. Isso quer dizer que, do ponto de vista da execução material, fica a cargo do Executivo, mas o Juiz é quem dita as normas, concedendo benefícios, aplicando regressão de regime e sanções. Tem que haver um entendimento com o Judiciário, o Executivo municipal e, no âmbito estadual, com a Secretaria da Justiça. Certamente o sistema adotado ajudará nossa cidade vizinha, São Gonçalo do Pará, e outras comunidades que se interessarem pelo modelo.

O Sr. Presidente - O Deputado Chico Rafael, que se encontra na teleconferência em Pouso Alegre, renova a questão que, segundo ele, não foi respondida. Ele reitera o questionamento feito ao Sr. Antônio Augusto Junho Anastasia quanto às medidas concretas previstas no plano do Governo Federal, visando à redução da desigualdade social, em âmbito nacional.

O Sr. Antônio Augusto Junho Anastasia - Com relação à redução da desigualdade social, a resposta é muito simples: há necessidade de crescimento econômico. Com o crescimento

econômico, naturalmente haveria a redução da desigualdade. Só o crescimento econômico continuado tornaria a Nação rica. Isso é um dado econômico universal. Agora, é evidente que o Plano tem em seu bojo ações que são de natureza preventiva, social, mas que não tem no seu condão desigualdade, porque a desigualdade tem, pelo seu conteúdo, uma questão de natureza econômica que escapa completamente ao controle do Ministério da Justiça. Recentemente, um articulista de um dos grandes jornais nacionais disse que, no dia em que foi estabelecido o Plano Nacional, o COPOM, que reúne a área econômica do Governo, reduziram-se os juros. Essa redução dos juros foi um dado significativo, porque os indicadores sociais são mais desenvolvidos quando a economia se aquece e o índice de crescimento econômico se desenvolve. Temos, por consequência, um número maior de matrículas escolares, de pessoas atendidas pelo sistema de saúde, uma redução do índice de mortalidade infantil, um número maior de mães amamentando. Todos aqueles indicadores sociais que o Brasil tem que melhorar para aprimorar o seu desenvolvimento humano, o seu IDH, que ainda está longe de ser considerado razoável, viriam nesse bojo.

Então, o Plano de Segurança não está divorciado disso, mas é imprescindível que haja ações mais concretas na área preventiva, como no exemplo que das ações dos Ministérios dos Esportes, da Educação e da Previdência e Assistência Social, para que não tenhamos apenas ações repressivas, ainda que haja um clamor muito grande por elas, especialmente dos chefes dos Executivos Estaduais, que estão apresentando seus planos estaduais de segurança, reclamando aparelhamento das polícias e construção de vagas nas penitenciárias. Sabemos que só isso não basta. É imprescindível e é fundamental que haja uma política social rigorosa. Acredito que, dentro desse conjunto de ações, não do Governo Federal, mas também dos Governos Estaduais e da sociedade, haja a possibilidade da reversão desses indicadores da violência.

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos aos ilustres expositores, às autoridades e aos participantes pela honrosa presença, bem como aos telespectadores que nos prestigiam com sua audiência.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 14ª reunião ordinária da CPI das Licitações, a realizar-se às 15h30min do dia 1º/8/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 37ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 15 horas do dia 3/8/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.511/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.522/2000, da Deputada Elbe Brandão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

Comunicações

- O Sr. Presidente despachou, em 28/7/2000, as seguintes comunicações:

Do Deputado Wanderley Ávila (2), dando ciência à Casa do falecimento da Sra. Luiza Viana Rodrigues, ocorrido em 20/7/2000, em Pirapora, e do Sr. Juarez Moreira Santos, ocorrido em 25/7/2000, em Montes Claros. (- Ciente. Oficie-se.)

CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

- O Sr. 1º-Secretário despachou, em 28/7/2000, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Fernando Diniz, Deputado Federal, parabenizando a Casa pelos trabalhos dedicados à melhoria da segurança pública.

Do Sr. Marcos Rolim, Deputado Federal, encaminhando cópia do relatório da Primeira Caravana Nacional de Direitos Humanos. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Da Sra. Maria Elvira, Deputada Federal, agradecendo o convite para o Debate Público A Segurança do Voto na Urna Eletrônica Brasileira.

Do Sr. Carlos Patrício Freitas Pereira, Secretário da Administração, em atenção a requerimento da Comissão de Justiça encaminhado por meio do Ofício nº 1.036/2000 (denominação de escola estadual), informando que o assunto foi encaminhado ao Secretário da Educação. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.042/2000.)

Do Sr. Êfrem de Aguiar Maranhão, Secretário da Educação, agradecendo o convite para a reunião especial em homenagem ao Centro Universitário Newton Paiva.

Do Sr. José Augusto Trópia Reis, Secretário da Fazenda, em atenção a requerimento da Comissão de Fiscalização Financeira encaminhado por meio do Ofício nº 1.381/2000/DLE, enviando nota técnica em que sugere seja vetado o Projeto de Lei nº 543/99. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 543/99.)

Do Sr. Maurício Guedes de Mello, Secretário de Transportes e Obras Públicas, comunicando, em atenção ao Requerimento nº 1.468/2000, do Deputado Álvaro Antônio (asfaltamento de trecho de rodovia entre os Municípios de Senhora do Porto e Dom Joaquim), que no momento a obra não pode ser realizada.

Do Sr. Raul Belém, Secretário de Agricultura, em atenção ao Requerimento nº 1.445/2000, da Comissão de Política Agropecuária, prestando informações relativas ao Pró-Mamona.

Do Sr. João Batista Soares da Silva, Prefeito Municipal de Lavras, acusando o recebimento do Ofício nº 1.334/2000/DLE.

Do Sr. Sebastião Pinheiro da Silva, Prefeito Municipal de Guaranésia, solicitando o envio de cópias dos convênios que menciona.

Do Sr. Wilkye Veronese, Prefeito Municipal de Andradas, agradecendo o convite para a reunião especial em homenagem à Fundação Clóvis Salgado.

Da Sra. Olga Maria Gamero, Presidente da Câmara Municipal de Guaxupé, solicitando sejam revogadas as alterações feitas no Programa Micro Geraes, visando a melhorar a situação das pequenas e microempresas do município. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Ivon Borges Martins, Presidente da FEAM, em atenção ao Requerimento nº 1.483/2000, da Comissão de Meio Ambiente (levantamento do grau de contaminação por metais pesados no rio das Mortes), encaminhando parecer técnico sobre o assunto.

Dos Srs. Ronan Gouvêa Teixeira, Presidente da Rede Minas; e Daison Olzany Silva, Presidente da FAPEMIG, encaminhando relação dos contratos realizados sem procedimento licitatório. (- À CPI das Licitações.)

Do Sr. Antônio Francisco Patente, Presidente da Loteria do Estado de Minas Gerais, em atenção ao Requerimento nº 1.236/2000, da Comissão de Defesa do Consumidor, encaminhando planilha com relação das 50 maiores empresas licenciadas pela Loteria do Estado.

Do Cel. PM Francisco Justino Ribeiro Neto, Comandante-Geral da Polícia Militar do Ceará; e do Sr. Wellington Gaia, Delegado Regional do Trabalho em Minas Gerais, agradecendo o convite para a Teleconferência Segurança Pública - O Papel do Estado e da Sociedade.

Do Sr. José Roberto Gonçalves de Rezende, Ouvidor da Polícia, em atenção ao Requerimento nº 1.473/2000, da Comissão de Direitos Humanos, prestando informações sobre denúncia apresentada pelo Sr. José Francisco dos Santos.

Do Sr. Rômulo Aguiar Generoso, Promotor de Justiça, informando que ajuizou ação de interdição da cadeia pública da Comarca de Guanhães. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Do Sr. João Paulo Benin Ponzi, Secretário Executivo da Associação dos Municípios da Microrregião do Alto Jequitinhonha, informando que o Sr. João Antunes de Oliveira, Prefeito de Diamantina, assumiu a Presidência dessa Associação em 26/5/2000.

Do Sr. Otto Teixeira Filho, Chefe do DETRAN-MG, em atenção ao Requerimento nº 1.476/2000, da Comissão de Direitos Humanos, informando que a Delegacia Seccional de Contagem está subordinada à Superintendência de Polícia Metropolitana, e não ao DETRAN-MG.

Da Sra. Carmem Lúcia Miranda Silveira, Coordenadora-Geral de Convênios da Fundação Nacional de Saúde, encaminhando à Casa cópias de termos de convênio, extratos de publicações de termos de convênio e ordens bancárias. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. José Élcio S. Monteze, Chefe do 6º DRF do DNER, em atenção ao Requerimento nº 1.465/2000, da Comissão de Transporte, encaminhando cópia de estudo da situação da Rodovia BR-040, especialmente o trecho Belo Horizonte - Sete Lagoas.

Do Sr. Anthero Drumond Jr., Presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes, agradecendo o apoio desta Casa ao I Fórum Mineiro Antidrogas. (- À CPI do Narcotráfico.)

Do Sr. Iraci de Assis Cunha, Presidente do SETRANSP, solicitando o apoio desta Casa aos esforços para conter a violência e os atos de vandalismo que vêm ocorrendo por ocasião de jogos realizados no Mineirão. (- À Comissão de Transporte.)

Dos Srs. Antônio Carlos Mazzilli e Domingos Mazzilli, agradecendo a manifestação de pesar desta Casa pelo falecimento da Sra. Maria Modesto Mazzilli.

Do Sr. Waldemar Araújo, Presidente da FETRAM, agradecendo os cumprimentos da Casa por ocasião do recebimento do título de cidadania uberabense.

Do Sr. Geraldo Lemes Ferreira, Juiz de Paz de São Pedro do Suaçuí, solicitando a regulamentação da Lei nº 13.454, de 12/1/2000, que trata da organização da Justiça de Paz no Estado. (- À Comissão de Administração Pública.)

Do Sr. Fábio Cardoso Louzada, representante da Associação de Segurança Pública de Varginha, apresentando minuta de proposta relativa à área da segurança pública. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Do Sr. Maurício Guedes de Mello, Secretário de Transportes, encaminhando informações relacionadas ao assunto de que trata o Requerimento nº 1.239/2000, do Deputado Carlos Pimenta - recuperação da BR-365 no trecho Montes Claros - Pirapora. (- Anexe-se ao Requerimento nº 1.239/2000.)

Do Sr. Dálcio Antônio Cardoso, Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais, solicitando que o Projeto de Lei Complementar nº 17/99, que confere nova estrutura ao Poder Judiciário nas comarcas, seja adequado, de forma a permitir a criação da 2ª Vara na Comarca de Bom Despacho. (- Anexe-se ao Projeto de Lei Complementar nº 17/99.)

Da Sra. Erudite Nunes Rodrigues, apresentando denúncias sobre problemas relacionados com policiais no condomínio em que reside e solicitando providências. (- À Comissão de Direitos Humanos.)